

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO EM EDUCAÇÃO**

**A IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO NA POLÍTICA
EDUCACIONAL PARA A REDE DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

LUCIANO MARTIGNONI

**MARINGÁ
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO EM EDUCAÇÃO**

**A IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA
A REDE DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

Tese apresentada por LUCIANO MARTIGNONI,
ao Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Estadual de Maringá, como um
dos requisitos para a obtenção do título de
DOUTOR em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em
Educação.

Orientador:

Prof. Dr.: MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO

Coorientador:

Prof. Dr.: LEANDRO TURMENA

MARINGÁ
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M378i

Martignoni, Luciano

A ideologia do empreendedorismo na política educacional para a rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia / Luciano Martignoni. -- Maringá, PR, 2022. 231 f.: il., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo.

Coorientador: Prof. Dr. Leandro Turmena.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

1. Empreendedorismo. 2. Inovação - Educação. 3. Educação Empreendedora. 4. Instituto Federal - Educação. 5. Neoliberalismo. I. Azevedo, Mário Luiz Neves de, orient. II. Turmena, Leandro, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23.ed. 378.1

LUCIANO MARTIGNONI

**A IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA
A REDE DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Luiz Neves De Azevedo (Orientador) – UEM

Profa. Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves – UFPA – Belém/PA

Prof. Dr. José dos Santos Souza – UFRRJ – Nova Iguaçu/RJ

Profa. Dra. Aline Fabiane Barbieri – IFPR – Pitanga/PR

Prof. Dr. Marcos Vinicius Francisco – UEM

26 de maio de 2022.

Dedico este trabalho ao meu pai Antonio (*in memoriam*) e à minha mãe Liria.

AGRADECIMENTOS

À Poliane e à Laura, pela compreensão, apoio e incentivo.

Aos meus pais, Liria e Antonio (*in memoriam*), pela vida, exemplo de luta e dignidade, e aos meus irmãos, Margarete e Edmundo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, pela oportunidade e pelas condições para realizar a minha pesquisa.

Ao orientador, Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo, pelas orientações, pelos momentos de reflexão e pela generosidade em compartilhar saberes.

Ao coorientador, Prof. Dr. Leandro Turmena, pelas orientações e contribuições valorosas, pelo estímulo constante e pelo apoio irrestrito.

Aos membros da Banca Examinadora, pelas valiosas contribuições.

Ao Instituto Federal do Paraná – *campus* Palmas/PR, pela possibilidade de afastamento para a realização deste trabalho.

Aos amigos e familiares que colaboraram com este processo de estudos.

O que se pode contrapor, por parte de uma classe inovadora, a esse formidável complexo de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, ou seja, a conquista progressiva da própria personalidade histórica [...] (GRAMSCI)

MARTIGNONI, Luciano. **A IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A REDE DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2022.

RESUMO

Esta pesquisa investiga a abordagem do empreendedorismo apresentada nos documentos da esfera governamental referente à política dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), procurando desmistificar as condições de empreender e de desenvolvimento científico e tecnológico em um país de base econômica pautada na produção primária. Propomos a seguinte questão-problema: como foi estruturada a política de indução ao empreendedorismo para os IFs? Metodologicamente, adotamos a pesquisa bibliográfica apoiada em obras clássicas, livros, artigos de periódicos, dentre outros materiais, e na análise de documentos, como leis, relatórios de órgãos governamentais, editais de chamadas públicas e termos de compromissos. Partimos dos pressupostos de que a ontologia do empreendedorismo é estrutural, diretamente ligada à constante necessidade de reestruturação do modo de produção, visando à valorização do capital, e que ela não se reproduz imediatamente, já que precisa ser mediada ideologicamente à sociedade civil. Portanto, o empreendedorismo é um movimento orgânico ao capital, que realiza o vínculo entre estrutura e superestrutura. Concernente ao exposto, defendemos a seguinte tese: se, por um lado, os IFs formam uma parcela importante de alunos com domínios científicos e tecnológicos, por outro, vinculam-se às empresas e entidades privadas nacionais e internacionais como parte de uma estrutura ideológica, responsável por manter, desenvolver e difundir o consenso em torno do empreendedorismo. Primeiramente, abordamos o empreendedorismo e o vínculo orgânico entre as determinações estruturais do capital e a superestrutura ideológica e política. No segundo momento, discutimos o sistema escolar como parte da estrutura ideológica para a difusão do empreendedorismo. Na última seção, analisamos o empreendedorismo no processo de consolidação da política educacional dos IFs. Concluímos que a política de indução ao empreendedorismo associada à política de ciência, tecnologia e inovação está apoiada no pressuposto de que a empresa é a via prioritária para que o conhecimento científico e tecnológico chegue à sociedade na forma de produtos e processos inovadores, desconsiderando, em grande medida, que é por meio de pessoas que esse conhecimento deve ser socializado. Assim, a produção e a socialização de ciência e tecnologia se desenvolvem em uma interconexão entre o público e o privado, ao transformar o professor/pesquisador, a instituição e, conseqüentemente, os alunos em empreendedores, em um processo de mercantilização do conhecimento, não mais entendido como um bem público.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Inovação; Educação Empreendedora; Instituto Federal; Neoliberalismo.

MARTIGNONI, Luciano. **THE IDEOLOGY OF ENTREPRENEURSHIP IN THE EDUCATIONAL POLICY FOR THE NETWORK OF FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY**. 230 f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2022.

ABSTRACT

This research aims to investigate the approach to entrepreneurship presented in government documents referring to the policy of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (FIs), seeking to demystify the conditions of entrepreneurship and scientific and technological development in a country with an economic base based on primary production. We propose the following problem-issue: how was the entrepreneurship induction policy structured for the FIs? Methodologically, we adopted bibliographical research supported by classical works, books, journal articles, among other materials, and by the analysis of documents, such as laws, government agency reports, public calls for proposals, and terms of commitments. We start from the assumptions that the ontology of entrepreneurship is structural, directly linked to the constant need to restructure the mode of production, aiming at capital valorization, and that it does not reproduce itself immediately, since it needs to be mediated ideologically to civil society. Therefore, entrepreneurship is an organic movement to capital, which realizes the link between structure and superstructure. Concerning the above, we defend the following thesis: if, on the one hand, the FIs form an important portion of students with scientific and technological domains, on the other hand, they are linked to companies and national and international private entities as part of an ideological structure, responsible for maintaining, developing, and spreading the consensus around entrepreneurship. First, we address entrepreneurship and the organic link between the structural determinations of capital and the ideological and political superstructure. In the second section, we discuss the school system as part of the ideological structure for the diffusion of entrepreneurship. In the last section, we analyze entrepreneurship in the process of consolidation of the educational policy of the FIs. We conclude that the policy to induce entrepreneurship associated with the science, technology and innovation policy is based on the assumption that the company is the priority pathway for scientific and technological knowledge to reach society in the form of innovative products and processes, disregarding, to a large extent, that it is through people that this knowledge should be socialized. Thus, the production and socialization of science and technology develop in an interconnection between public and private, by transforming the teacher/researcher, the institution and, consequently, the students into entrepreneurs, in a process of commodification of knowledge, no longer understood as a public good.

Keywords: Entrepreneurship; Innovation; Entrepreneurial Education; Federal Institute; Neoliberalism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

| | |
|----------|---|
| AGEE | Agenda Globalmente Estruturada para a Educação |
| APL | Arranjo Produtivo Local |
| APS | <i>Adult Population Survey</i> |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BIRD | Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento |
| BM | Banco Mundial |
| CAGED | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEFET | Centros Federais de Educação Tecnológica |
| CEMPRE | Cadastro Central de Empresas |
| CEPAL | Comissão Econômica para América Latina e Caribe |
| CET | Conselho Estaduais do Trabalho |
| CMT | Comissões Municipais do Trabalho |
| CNI | Confederação Nacional da Indústria |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CODEFAT | Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador |
| CONIF | Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica |
| CONSUP | Conselho Superior |
| EAF | Escolas Agrotécnicas Federais |
| EIRELI | Empresa Individual de Responsabilidade Limitada |
| EJ | Empresa-Junior |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| EMBRAPII | Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial |
| ENCTI | Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação |
| EPP | Empresa de Pequeno Porte |
| EPT | Educação Profissional e Tecnológica |
| ETF | Escolas Técnicas Federais |
| ETUF | Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais |
| FAT | Fundo de Amparo ao Trabalhador |

| | |
|-------|---|
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GEM | <i>Global Entrepreneurship Monitor</i> |
| IA | Ideologia Alemã |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBPQ | Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade |
| ICSID | Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos |
| ICT | Instituição de Ciência e Tecnologia |
| IDA | Associação Internacional de Desenvolvimento |
| IE | Incubadora de Empresas |
| IF | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia |
| IFB | Instituto Federal de Brasília |
| IFBA | Instituto Federal da Bahia |
| IFC | <i>International Finance Corporation</i> |
| IFCE | Instituto Federal do Ceará |
| IFES | Instituto Federal do Espírito Santo |
| IFET | Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia |
| IFF | Instituto Federal Fluminense |
| IFMG | Instituto Federal de Minas Gerais |
| IFPR | Instituto Federal do Paraná |
| INPI | Instituto Nacional de Propriedade Industrial |
| JEEP | Jovens Empreendedores Primeiros Passos |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LULA | Luís Inácio Lula da Silva |
| MCTI | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| ME | Microempresa |
| MEC | Ministério da Educação |
| MEI | Microempreendedor Individual |
| MIGA | Agência Multilateral de Garantia de Investimentos |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| NEPI | Núcleo Estruturante da Política de Inovação |
| NIT | Núcleo de Inovação Tecnológica |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| ODM | Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio |

| | |
|----------|---|
| ODS | Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável |
| OE | Oficina do Empreendedor |
| OI | Organização Internacional |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OS | Organização Social |
| PAC | Plano de Aceleração do Crescimento |
| PAIC | Pesquisa Anual da Indústria da Construção |
| PARC | Parcerias Nacionais e Regionais |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Educação |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PD&I | Pesquisa Desenvolvimento e Inovação |
| PE | Pedagogia Empreendedora |
| PEIF | Polo de Inovação EMBRAPA Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia |
| PI | Propriedade Intelectual |
| PIA | Pesquisa Industrial Anual |
| PIEE | Política de Inovação e de Estímulo ao Empreendedorismo |
| PLANFOR | Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador |
| PNEE | Programa Nacional de Educação Empreendedora do Sebrae |
| PNPE | Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PNQ | Plano Nacional de Qualificação |
| PPP | Parcerias Público-Privadas |
| PRELAC | Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe |
| PROEJA | Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos |
| PROEP | Programa de Expansão da Educação Profissional |
| PROEPI | Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação |
| PROJOVEM | Programa Nacional de Inclusão de Jovens |
| PRONERA | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária |
| RAIS | Relação Anual de Informação Social |
| RCN | Referenciais Curriculares Nacional |
| RFEPCT | Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica |

| | |
|--------|--|
| SBA | <i>Small Business Administration</i> |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SEFOR | Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional |
| SETEC | Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica |
| SIMEI | Sistema Simples Microempreendedor Individual |
| STB | Secretarias Estaduais do Trabalho |
| TAM | Termo de Acordo de Metas e Compromissos |
| TCH | Teoria do Capital Humano |
| TEA | Taxa de Empreendedorismo Inicial |
| TEE | Taxa de Empreendedorismo Estabelecido |
| TT | Transferência de Tecnologia |
| TTE | Taxa de Empreendedorismo Total |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| UTFPR | Universidade Tecnológica Federal do Paraná |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: O portfólio do PNEE SEBRAE..... | 116 |
| Figura 2: Sistematização do Programa de Gestão de PD&I e empreendedorismo inovador..... | 190 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Número de MEI – 2013-2020..... | 54 |
| Gráfico 2: Taxas de crescimento anual do número de empresas e do pessoal ocupado assalariado nas empresas de alto crescimento – Brasil 2009-2017..... | 57 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: Relação de documentos para a análise da política de inovação e empreendedorismo nos IFs..... | 160 |
| Quadro 2: Chamadas de fomento | 167 |
| Quadro 3: Ações de formação/capacitações de servidores | 171 |
| Quadro 4: Ações de criação de ambientes de inovação e empreendedorismo..... | 173 |
| Quadro 5: Polos de inovação dos IFs credenciados nas chamadas Embrapii | 175 |
| Quadro 6: Ações estratégicas para o empreendedorismo inovador nos IFs..... | 180 |
| Quadro 7: Novos PEIFs autorizados pelo MEC | 181 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1: Taxas (%) e estimativas (unid.) de empreendedorismo segundo o estágio e potenciais empreendedores – Brasil 2018-2019 | 48 |
| Tabela 2: Percentual dos empreendedores iniciais segundo as motivações para iniciar um novo negócio – Brasil 2019 | 49 |
| Tabela 3: Empreendedores iniciais (TEA) e estabelecidos (TEE) segundo as características relacionadas à inovação produzida pelos seus empreendimentos – Brasil 2019 | 48 |
| Tabela 4: Empreendedores iniciais e estabelecidos segundo a geração de ocupação – Brasil 2019 | 49 |
| Tabela 5: Empreendedores segundo a formalização – Brasil 2018-2019 | 51 |
| Tabela 6: Distribuição percentual dos empreendedores iniciais e estabelecidos segundo o faturamento anual – Brasil 2018..... | 51 |
| Tabela 7: Forma de atuação do MEI registrada no SIMEI..... | 55 |
| Tabela 8: Empresas de alto crescimento, pessoal ocupado assalariado, salário, outras remunerações e respectivas taxas e salário médio mensal – Brasil 2008-2017 | 56 |
| Tabela 9: Alunos por nível e professores atendidos pelo PNEE SEBRAE..... | 118 |
| Tabela 10: Números da proposta da PE implantados no Paraná..... | 128 |
| Tabela 11: Recursos financeiros disponibilizados pela Chamada n. 94/2013, por faixa de financiamento | 168 |
| Tabela 12: Recursos financeiros disponibilizados pela Chamada n. 17/2014, por linha de financiamento | 170 |

Sumário

| | |
|---|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 20 |
| 2. O EMPREENDEDORISMO E O VÍNCULO ORGÂNICO ENTRE AS DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS DO CAPITAL E A SUPERESTRUTURA IDEOLÓGICA E POLÍTICA..... | 38 |
| 2.1 A DIMENSÃO ESTRUTURAL DO EMPREENDEDORISMO: DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL AO LIMIAR DA INDÚSTRIA 4.0 | 39 |
| 2.1.1 O empreendedorismo no Brasil | 46 |
| 2.2 O MOMENTO SUPERESTRUTURAL: A FRENTE TEÓRICA E O DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO..... | 60 |
| 2.2.1 O discurso do empreendedorismo e a economia clássica e neoclássica | 61 |
| 2.2.2 Neoliberalismo e Teoria do Capital Humano (TCH): a base político-ideológica do empreendedorismo e sua inserção na educação..... | 71 |
| 2.2.2.1 O neoliberalismo e a formação do empreendedor | 72 |
| 2.2.2.2 Teoria do Capital Humano (TCH), empreendedorismo e educação | 83 |
| 3. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONCRETA PARA A DIFUSÃO DO EMPREENDEDORISMO: O SISTEMA ESCOLAR COMO PARTE DA ESTRUTURA IDEOLÓGICA..... | 91 |
| 3.1 O DISCURSO EM TORNO DA EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO..... | 92 |
| 3.2 A TEORIA DA AGEE E AS INFLUÊNCIAS SUPRANACIONAIS SOBRE O EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO | 98 |
| 3.2.1 A Teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE) . | 99 |
| 3.2.2 As Organizações Internacionais (OIs) e a relação com a educação para o empreendedorismo | 105 |
| 3.3 O PÚBLICO E O PRIVADO NAS AÇÕES E POLÍTICAS EM TORNO DA EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO..... | 112 |
| 3.3.1 Aparelhos privados de hegemonia e ações em torno da educação para o empreendedorismo | 113 |
| 3.3.1.1 O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)..... | 113 |
| 3.3.1.2 A Pedagogia Empreendedora (PE) e a Oficina do Empreendedor (OE) | 119 |

| | |
|--|------------|
| 3.3.2 Políticas e propostas para a formação do trabalhador em um contexto de flexibilização das relações de trabalho | 131 |
| 4. O EMPREENDEDORISMO NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DOS IFs: UM ELEMENTO IDEOLÓGICO DO CAPITAL..... | 143 |
| 4.1 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFs)..... | 143 |
| 4.2 A IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO FOMENTADA PELA INOVAÇÃO NOS IFs: A POLÍTICA DE INDUÇÃO AO EMPREENDEDORISMO INOVADOR ESTRUTURADA PELA SETEC | 157 |
| 4.2.1 Ações da política de inovação e empreendedorismo para os IFs promovida pela SETEC e o marco legal de ciência e tecnologia | 158 |
| 4.2.1.1 O NEPI e as ações estratégicas da política que relaciona inovação e empreendedorismo | 164 |
| 4.2.1.2 O Programa Novos Caminhos..... | 179 |
| 4.2.2 O Programa de Gestão de PD&I, extensão tecnológica do empreendedorismo inovador | 187 |
| 4.3 A IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO ASSOCIADA À DOCTRINA DA INOVAÇÃO NOS IFs..... | 197 |
| 5. CONCLUSÃO | 210 |
| REFERÊNCIAS..... | 217 |

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas educacionais – de uma forma geral – e a política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se estruturaram, historicamente, como um campo de disputa entre as forças conservadoras e progressistas. A luta por políticas públicas que atendessem à formação do trabalhador em uma perspectiva emancipatória chegou ao século XXI longe de superar suas contradições, até porque, tais políticas são constituídas em uma sociabilidade contraditória. Nesse cenário, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e suas políticas institucionais são objetos de disputa.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e os IFs, apesar de representarem uma novidade em termos de instituição jurídica, foram constituídos a partir da transformação de Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica, dentre outros. Essa diversidade de instituições, ao ser colocada sob uma nova e única institucionalidade, trouxe consigo experiências e perspectivas educacionais e deu concretude a uma instituição ampla que passou a atender desde a Formação Inicial e Continuada até a Pós-Graduação, passando pela Educação de Jovens e Adultos, Ensino Técnico concomitante, subsequente e integrado, Formação Tecnológica e Graduação, principalmente as engenharias e as licenciaturas.

Essa nova institucionalidade se tornou a estrutura da política de EPT, a qual representou um significativo avanço no processo de expansão e interiorização da educação pública, reestabelecendo a possibilidade de uma formação técnica integrada à educação básica de nível médio. Ademais, possibilitou a verticalização com a Graduação e a Pós-Graduação.

A política implementada se caracterizou pela perspectiva de uma aparente conciliação de interesses antagônicos entre capital e trabalho. Entretanto, essencialmente, os IFs reproduzem o conflito entre as classes sociais fundamentais (capitalista e trabalhadora) na luta pela hegemonia dos seus interesses de classe.

Assim, a educação profissional tem respondido, de modo específico, às necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo em que tem se constituído em um espaço de significativo potencial contra-hegemônico para a classe trabalhadora, na medida em que, através da ampliação das oportunidades de acesso ao conhecimento, abre novas possibilidades de organização e luta por educação para a classe trabalhadora (SOUZA, 2004, p. 13)¹.

Segundo a Lei n. 11.892/2008, os IFs têm por finalidade ofertar a EPT em todos os níveis e modalidades, além de desenvolvê-la como um processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. O texto legal destaca o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico, bem como à produção, ao desenvolvimento e à transferência de tecnologias sociais (BRASIL, 2008b).

Ainda, conforme a legislação que cria os IFs, a oferta formativa deve ser orientada “[...] em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural” (BRASIL, 2008b, p. 4). Por mais que os incisos legais apontem para questões culturais e sociais, percebe-se, já na lei de criação dos IFs, uma estreita ligação com os setores empresariais.

Nesse sentido, o estímulo ao empreendedorismo chamou a atenção, principalmente, pela centralidade que tem assumido na formação do trabalhador. Formar o empreendedor tem se constituído em uma resposta específica dos IFs para atender às necessidades de reprodução do modo de produção capitalista em um contexto de intensificação da inserção de ciência e tecnologia nos processos produtivos cada vez mais globalizados.

Investigar o movimento do empreendedorismo, a sua inserção na política educacional que criou e orienta os IFs e descobrir suas determinações mais elementares são tarefas essenciais para que o potencial contra-hegemônico das políticas de Educação Profissional possa se transformar em ações concretas para uma educação emancipadora à classe trabalhadora. Dessa forma, é preciso desvelar os vínculos que o sustentam, as necessidades estruturais do modo capitalista de produzir que constituem a sua essência ontológica, o substrato teórico/ideológico e a

¹ Mesmo que o fragmento do texto de Souza (2004) seja anterior à instituição da RFEPCT, ele expressa uma realidade da política de EPT, que é histórica e se reproduz contemporaneamente.

estrutura ideológica que dão organicidade ao fenômeno como elemento da concepção de mundo da classe burguesa dirigente. Ao problematizarmos o estímulo ao empreendedorismo no IFs, propomos esta questão norteadora: como foi estruturada a política de indução ao empreendedorismo para os IFs?

A pesquisa objetiva analisar a concepção e a institucionalização da política de indução ao empreendedorismo nos processos de pesquisa, extensão e ensino nos IFs, implementada pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Na direção do objetivo proposto, especificamente, procuramos: a) analisar o fenômeno do empreendedorismo, considerando sua ontologia e seus vínculos teórico-ideológicos; b) investigar a relação entre empreendedorismo e educação no contexto brasileiro; c) levantar as ações e os programas propostos pela SETEC que se relacionam ao empreendedorismo para os IFs; d) analisar as ações que relacionam o empreendedorismo à pesquisa e à extensão e o ensino, considerando aspectos de gestão e financiamento e de constituição de ambientes.

As determinações estruturais do modo de produção capitalista pautadas pela globalização e pela inserção intensificada de tecnologia nos processos de produção estão na gênese do empreendedorismo. Entretanto, essas determinações não se transferem imediatamente para a sociedade civil, nesse sentido, o empreendedorismo se constitui em um conjunto de representações que possibilitam a mediação entre as necessidades estruturais e a superestrutura social. Essas representações, por sua organicidade histórica, estão apoiadas no substrato político-ideológico neoliberal e em suas bases teóricas, filosóficas e sociológicas, assim a organização escolar é uma importante organização concreta de difusão da ideologia da classe dominante. Desta forma, são constituídas políticas educacionais, projetos e ações em torno do empreendedorismo nas escolas e os IFs não fogem à regra.

O interesse em analisar o objeto proposto partiu da relação empírica como servidor dessa instituição, com passagem pela direção de um *campus* do Instituto Federal do Paraná (IFPR). No contato direto, foi possível acompanhar o processo de condução institucional da política de implantação e expansão dos IFs e, no interior desta, as ações de indução ao empreendedorismo.

No relatório anual da SETEC referente a 2009, primeiro ano de funcionamento sob a institucionalidade dos IFs, a preocupação fundamental da política era a expansão da RFEPC. A implantação de novas unidades estaria associada ao

desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais² (APL) e ao incremento de ações de empreendedorismo (SETEC, 2010a). Isso levantou um primeiro questionamento: como se configuraram essas ações de empreendedorismo nos IFs?

O relatório previa, para 2010, a assinatura do Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM), a ser firmado entre o MEC, por intermédio da SETEC e de cada um dos IFs. O referido termo tinha por objeto constituir um plano de estruturação, de expansão e de atuação dos IFs. Era composto por 19 metas que apontavam para compromissos a serem cumpridos no curto prazo, até 2013, no médio prazo, até 2016, e no longo prazo, até o ano de 2022 (SETEC, 2010b).

Em relação ao empreendedorismo, o TAM apresentava a meta 16, que previa a “[...] implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT³, e programas de estímulo à organização cooperativa que incentivem a pesquisa, inovação e o empreendedorismo” (SETEC, 2010b, p. 4). A meta não previa compromissos de curto, médio e longo prazo, tampouco estava vinculada a algum indicador (SETEC, 2010b). Na seção 4, a qual abordamos o empreendedorismo nos IFs, investigamos as ações que o configuraram nesse primeiro momento da política educacional.

As ações de indução ao empreendedorismo na política dos IFs entraram em um segundo momento com a instituição do Núcleo Estruturante da Política de Inovação (NEPI), em 2013. O núcleo foi implantado a partir de Acordo de Cooperação Técnica n. 001/2013, celebrado entre o MEC/SETEC, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Era um núcleo composto por servidores dos IFs cedidos à SETEC; visava ao desenvolvimento da política de inovação da RFEPCT e dos Polos de Inovação dos IFs e objetivava “a integração das unidades pertencentes à RFEPCT com os setores produtivos, principalmente àqueles associados aos seus Arranjos Produtivos Locais (APL)” (SETEC; NEPI, 2015, p. 11).

Os pilares de sustentação do NEPI eram o relacionamento com o setor produtivo, a inovação, a internacionalização e a organização de competições de competências técnicas. Enfatiza-se a necessidade de desenvolver ações nas seguintes especificidades: a) capacitação de servidores no exterior por meio da

² O conceito de APL remete àqueles aglomerações produtivas com fortes vínculos nos territórios, que atuam para garantir a competitividade dos agentes (individual e coletivamente) e apresentam uma forte especificidade local (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2002).

³ “[...] estrutura instituída por uma ou mais Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação [...]” (BRASIL, 2016, p. 2).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); b) fomento à pesquisa aplicada e extensão tecnológica a partir de financiamento do CNPq, especialmente com as contrapartidas de parceiro demandante pelo privado ou público; c) incentivo e treinamento à participação de estudantes em mostras e competições de competências técnicas; d) elaboração de ferramentas de monitoramento, assessoramento e avaliação da política; e) implantação, em cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPIL), dos Polos de Inovação dos IF (PEIF), com o objetivo de consolidar e ampliar a oferta especializada de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que viabilizem o aumento de competitividade do setor produtivo; f) elaboração de propostas de Mestrados Profissionais em Rede para áreas nas quais os IFs já detêm competências profissionais (SETEC; NEPI, 2015).

Dois aspectos das ações do NEPI já relatados chamam atenção. O primeiro diz respeito ao “aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem, gestão educacional, pesquisa aplicada, extensão tecnológica, inovação, geração de riqueza e transferência de tecnologia [...]” (SETEC; NEPI, 2015, p. 11). Aqui, foram incentivadas e desenvolvidas ações de pesquisa, extensão e de desenvolvimento de metodologias de ensino pautadas na solução de problemas práticos, demandados pelo setor produtivo. Foram, também, construídos instrumentos normativos de gestão que atendessem a esses fins. Outro aspecto trata da “criação de uma cultura de prospecção de parcerias e oportunidades, e de captação de recursos, bem como de desenvolver soluções que estejam atreladas às demandas do setor produtivo” (SETEC; NEPI, 2015, p. 11).

Nesse sentido, o NEPI organizou o Programa de Gestão de PD&I, Extensão Tecnológica do Empreendedorismo Inovador na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), que foi lançado em 2016. O programa é exposto por meio do documento intitulado: Manual de Parceria – Mecanismos e Instrumentos para a Dinamização de Habitats e Ecossistemas de Empreendedorismo e Inovação na RFEPCT. O objetivo do programa é “promover a estruturação e a consolidação das atividades de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de apoio ao empreendedorismo e à inovação [...]” (MEC; SETEC, 2016, p. 20).

É importante, portanto, uma análise desses processos, bem como investigar essas ações para entender os interesses e determinantes sociais que vêm sendo atendidos pela política de Educação Profissional que o IF representa.

O terceiro momento da política de incentivo ao empreendedorismo nos IFs trata do programa Novos Caminhos. Lançado em 2019, esse programa se articula em torno de três estratégias para a Educação Profissional e Tecnológica: gestão e resultados; articulação e fortalecimento; inovação e empreendedorismo. A estratégia de inovação e empreendedorismo é composta por duas ações. A primeira está voltada à ampliação dos Polos de Inovação; já a segunda ao fomento a projetos de inovação e empreendedorismo que envolvam três temas: empreendedorismo inovador, iniciação tecnológica no mundo digital e ampliação de novas metodologias educacionais baseadas nas Oficinas 4.0 (MEC, 2020).

Percebemos que a política referente ao empreendedorismo e à inovação tem uma sequência estrutural que se inicia em 2010 e vai se consolidando no sentido de uma aproximação expressiva com o setor produtivo privado na perspectiva do desenvolvimento de produtos, na transferência de tecnologia e no financiamento privado dessas ações e da própria instituição. Visualiza-se, também, que esse movimento atua orientando currículos, metodologias e cursos, ao ganhar centralidade nos processos de ensino, de pesquisa e de extensão.

Observamos que a política de incentivo ao empreendedorismo nos IFs é apresentada como um movimento que concilia os interesses do trabalhador e do capital. Souza (2004) já apontava para essa confluência entre trabalhadores, empresários e governo no sentido de atribuir à educação o papel de formação/qualificação da força de trabalho diante das exigências demandadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico e sua inserção nos processos produtivos e sociais. Trata-se de “[...] um fenômeno social concreto em que, aparentemente, ocorre uma confluência de interesses entre capital e trabalho no que tange à formação/qualificação da força de trabalho para a garantia de emprego e renda” (SOUZA, 2004, p. 13). Todavia, é necessário perscrutar se o fenômeno analisado atua nesse sentido em essência.

Ao ter em vista a importância da política educacional que constituiu os IFs, principalmente ao expandir e interiorizar a oferta de educação pública, ampliando, consideravelmente, o acesso ao ensino, à pesquisa e a cultura à população brasileira, justifica-se uma análise da abordagem do empreendedorismo na política dos IFs para

que as determinações desse movimento na política de formação do trabalhador sejam investigadas. A finalidade disso consiste em desvelar os interesses de reprodução do capital e os limites impostos à formação emancipatória dos sujeitos, aos espaços e possibilidades de luta contra-hegemônica em direção aos interesses da classe trabalhadora.

A análise do objeto parte de alguns pressupostos. O primeiro deles está ligado à ontologia do empreendedorismo. Sua origem está nas relações produtivas, na necessidade de reprodução do capital em um período histórico que se inicia a partir da crise da década de 70. A incapacidade de o capital se valorizar implicou a necessidade de reestruturação produtiva. Esse novo industrialismo (SOUZA, 2004) é caracterizado pela flexibilização, tanto da produção quanto das relações de trabalho, de modo a se impulsionar pelo processo de globalização e pela inserção de ciência e tecnologia nos processos produtivos. O modelo político-econômico apoiado no Estado de bem-estar de base keynesiana é substituído pelo modelo neoliberal de Estado mínimo (AZEVEDO, 2021).

Se a origem do empreendedorismo remonta à reestruturação capitalista do pós-crise da década de 70, é ante o modelo empresarial flexível impulsionado, nas primeiras décadas do século XXI, pela intensificação da inserção de tecnologia na produção e nas relações de produção e sociais, sob o comando de monopólios e oligopólios, em particular o financeiro, que ele encontra terreno fértil para se estabelecer e se expandir, principalmente, como uma forma oculta de assalariamento do trabalho, bastante informalizada e sem direitos e garantias (ANTUNES, 2020a). Portanto, o empreendedorismo é ontologicamente oriundo da necessidade estrutural do modo de produção capitalista e sua constante necessidade de reprodução do capital.

O segundo pressuposto indica que a necessidade estrutural não se reproduz automaticamente no conjunto da sociedade; ela precisa ser mediada, ser construída de forma ideológica. Nesse sentido, são essenciais os elementos ideológicos orgânicos à classe dominante, pois neles estão contidas todas as determinações da concepção de mundo dessa classe. Esse elemento ideológico realiza o vínculo orgânico (GRAMSCI, 1975) entre a necessidade estrutural da classe dominante, a sociedade civil e a sociedade política (superestrutura), o Estado, analisado, aqui, em seu conceito ampliado, definido por Gramsci como a unidade dialética entre sociedade civil e sociedade política (PORTELLI, 2002), de maneira a produzir políticas e

ordenamentos jurídicos que garantam a sua implementação pela combinação entre a coerção e o consentimento.

O empreendedorismo é um produto econômico-político-ideológico que se desenvolve e intensifica sob o neoliberalismo e tem como fundamento teórico-ideológico a Teoria do Capital Humano (TCH). Sua base filosófica e sociológica está no individualismo metodológico⁴ (AZEVEDO, 2019). Essa base ideológica, associada ao componente estrutural, caracteriza-o como um movimento orgânico à classe burguesa dirigente no processo de construção da hegemonia desta no bloco histórico contemporâneo.

Perante o neoliberalismo, o empreendedorismo, enquanto um conjunto de representações que expressa a sociabilidade mercadológica, atua legitimando o individualismo, ao criar um imaginário social de eficiência, de sucesso e de conquista financeira. A base material que dá origem a esse conjunto de ideias é a empresa capitalista que, sob o neoliberalismo, é a única forma de organização social possível; sua constituição ético-jurídica “reside na valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 134) e abrange todas as suas instâncias, incluindo aí o Estado e o indivíduo, o qual, diante dessa perspectiva, torna-se uma empresa de si mesmo. As relações sociais prioritárias são as relações mercadológicas, compra, venda, lucro, oportunidade de negócio. Como o modelo empresarial se torna hegemônico em termos de relações sociais, ele também se propõe a formar o indivíduo; assim, não se forma mais o sujeito, e sim o empreendedor.

O terceiro pressuposto se trata da estrutura ideológica. A ideologia e os seus elementos constitutivos, no caso aqui, o empreendedorismo, não se reduzem a uma racionalização grosseira dos interesses da classe dirigente (KONDER, 2002). Como abordamos anteriormente, trata-se de uma elaboração que tem fundamento teórico, filosófico, sociológico e político. Entretanto, as ideias não se reproduzem automaticamente, já que é necessária uma organização social concreta que realize o vínculo entre estrutura e superestrutura. Gramsci, nos Cadernos do Cárcere, expõe que a classe dominante tem a seu dispor uma estrutura ideológica e a necessidade de estudá-la. “Um estudo de como a estrutura ideológica de uma classe dominante

⁴ Fundado por Friedrich von Hayek e Karl Popper, é um referencial de análise que tem como sujeito essencial da ação social o indivíduo (AZEVEDO, 2019).

está realmente organizada: isto é, a organização material destinada a manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica”⁵ (GRAMSCI, 1975, p. 332).

No seio da estrutura ideológica, encontram-se as organizações encarregadas da difusão da ideologia, das quais Gramsci (1975), em sua época, destaca três: a Igreja, a Organização Escolar e as Organizações da Imprensa. No contexto histórico que desenvolvemos esta pesquisa, a estrutura responsável por manter, defender e desenvolver o empreendedorismo está globalmente organizada, por meio dos Organismos Internacionais (OIs) e de instituições privadas nacionais (SEBRAE, SENAI, *Júnior Achievement* etc.), que orientam e executam ações privadas e em parcerias públicas. O sistema de ensino formal, tanto nas instituições privadas quanto nas públicas, constitui-se uma parte fundamental dessa organização concreta de direção ideológica e construção hegemônica dos interesses da classe dominante.

Assim, considerando esses pressupostos, defendemos a tese de que, no período histórico contemporâneo, o empreendedorismo é um elemento ideológico orgânico que representa os interesses estruturais particulares de reprodução do capital e os apresenta como universais, comuns a todos os integrantes da sociedade. Esse conjunto de representações é construído sob um substrato ideológico e político que compõe a concepção de mundo da classe dirigente neoliberal.

Essa classe dirigente conta com uma estrutura ideológica globalmente sistematizada, responsável por manter, desenvolver e difundir sua ideologia e seus elementos ideológicos orgânicos, dentre eles, o empreendedorismo. Tal organização social concreta é composta por OIs, instituições privadas nacionais, imprensa e pelo sistema escolar formal, os quais formam as trincheiras e posições (GRAMSCI, 1975) da classe dirigente na construção da hegemonia.

O Estado – “sociedade civil + sociedade política” (GRAMSCI, 1975, p. 763) cria a política e as condições jurídicas para o atendimento prioritário do interesse econômico da classe que domina o bloco histórico. Nesse contexto, o Estado, por meio de suas políticas institucionais, tem fomentado ações de empreendedorismo e inovação. Assim, se, por um lado, os IFs formam uma parcela de alunos com domínios científicos e tecnológicos da produção, por outro, vinculam-se às entidades privadas nacionais e internacionais como parte da estrutura ideológica, responsável por

⁵ Texto original: “*Uno studio di come è organizzata di fatto la struttura ideologica di una classe dominante: cioè l'organizzazione materiale intesa a mantenere, a difendere e a sviluppare il «fronte» teorico o ideologico*”

manter, desenvolver e difundir o consenso em torno do empreendedorismo, em um misto do “empreendedor inovador” (SCHUMPETER, 1984), de “gestão empresarial” (DRUCKER, 1987) e de “formação do sujeito empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016). As ações e política de empreendedorismo se configuram em um material ideológico para a consolidação da hegemonia da classe burguesa sobre toda a sociedade.

Contraditoriamente, sob a hegemonia do capital e de sua classe dirigente, a política educacional dos IFs representa uma considerável ampliação da capacidade de formação de trabalhadores e um espaço de disputa por uma educação emancipatória. Nesse sentido, defendemos que, em oposição ao empreendedorismo como movimento orgânico e à formação do empreendedor como objetivo educacional, deve-se buscar uma formação ética, política, técnica, cultural (GRAMSCI, 1975); à ideologia burguesa neoliberal, devemos contrapor uma formação emancipatória e, dessa forma, fazemos a luta contra-hegemônica.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utiliza-se o método do materialismo histórico-dialético, pois se entende que, ao analisarmos um fenômeno social, como o empreendedorismo nos IFs, o método nos permite expressar o movimento real do objeto no período histórico que o investigamos. Epistemologicamente, partimos do conhecimento empírico sensível, aparente, para chegarmos à investigação quanto à estrutura e à dinâmica do fenômeno reproduzidas teoricamente. Em “O método da economia política”, texto que compõe “A introdução à crítica de economia política de 1857”, Karl Marx apresenta a sua concepção teórico-metodológica.

Ao considerar a economia política de um dado país, começamos por sua população, sua divisão em classes, distribuída pela cidade, campo e mar; os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção anual e o consumo anual, os preços das mercadorias etc. É que parece correto começar pelo real e pelo concreto, pela pressuposição efetivamente real e, assim, em economia, por exemplo, pela população: fundamento e sujeito do ato todo da produção social. A uma consideração mais precisa, contudo, isto se revela falso. A população, por exemplo, se omito as classes que a constituem, é uma mera abstração. Estas últimas, por sua vez, são uma expressão vazia se não conheço os elementos sobre que repousam, a saber, o trabalho assalariado, o capital etc. E esses pressupõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc., de sorte que o capital, por exemplo, nada é, sem o valor, o dinheiro, o preço etc. Se começasse pela população, haveria de início uma representação caótica do todo, e só através de determinação mais precisa eu chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples. Partindo do concreto representado, chegaria a abstratos sempre mais tênues, até alcançar, por fim, as determinações mais simples (MARX, 2019, p. 1).

Segundo Netto (2011), na passagem exposta, fica clara a distinção que Marx faz entre o que é da ordem da realidade, do objeto e o que é da ordem do pensamento. Começa-se pelo real e pelo concreto (dados), por meio da análise e, com o avanço desta, chega-se a abstrações que remetem às determinações mais simples.

Dali, a viagem recomeçaria pelo caminho de volta, até que reencontrasse finalmente a população, não já como a representação caótica de um todo, e sim como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. [...] É manifesto que este último caminho é o método cientificamente correto. O concreto é concreto por ser uma síntese de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo. Eis a razão por que aparece no pensamento como processo de concentração (síntese), como um resultado e não como um ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida efetivamente real e, assim, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caminho, toda a representação se desvanece em determinação abstrata, ao passo que, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no plano do pensamento (MARX, 2019, p. 1).

Para Marx, o conhecimento teórico é o conhecimento do concreto que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente; deve ser reproduzido pelo pensamento, o que só ocorre na viagem de retorno (NETTO, 2011).

A aparência é o ponto de partida do pesquisador, o empírico sensível, e ela tanto revela quanto oculta suas determinações. Logo, o movimento investigativo deve desvelar essas determinações mais íntimas para atingir a essência, a estrutura e a dinâmica do objeto (NETTO, 2011). Nosso ponto de partida foi um cuidadoso inventário daquilo que o objeto nos ofereceu imediatamente. Assim, o real e o concreto aparecem como dados.

Procuramos extrair do objeto as suas múltiplas determinações, e não introduzir determinantes preconcebidos. Como afirma Netto (2011), deve-se proceder pela descoberta das determinações, já que, quanto mais se avança na pesquisa, mais se descobre determinações; o conhecimento científico é saturar o objeto pensado com suas determinações concretas.

Outro elemento para a descoberta das determinações mais íntimas e para a reprodução ideal do movimento real do objeto diz respeito à mediação teórica. Segundo Netto (2011), o objeto faz parte de uma totalidade – a sociedade burguesa –, sendo uma totalidade dinâmica que resulta do caráter contraditório das totalidades

constitutivas. Cabe à pesquisa descobrir, mediada pela teoria, a natureza dessas contradições, seus limites, controle e soluções. Articulam-se, assim, as categorias da mediação, totalidade e da contradição.

Para dar conta da explicação do objeto de pesquisa, observamos algumas categorias ou conceitos-chave da teoria gramsciana, pois entendemos, como Portelli (2002), que Gramsci é, sobretudo, um marxista; logo, convém inseri-lo no quadro da teoria marxista e, ao mesmo tempo, medir seus aspectos tradicionais e suas contribuições específicas. Assim, apoiamo-nos na categoria teórica do bloco histórico e nas categorias que atuam em conjunto: ideologia, hegemonia, intelectual orgânico, sociedade civil, sociedade política (Estado).

O conceito de bloco histórico é encontrado em passagens dos “Cadernos do Cárcere”, obra escrita por Gramsci no período em que esteve na prisão e que trata da afirmação da unidade indissolúvel entre a estrutura socioeconômica e a superestrutura política e ideológica.

Para Galastri (2009), a categoria bloco histórico gramsciana é inspirada no conceito de Sorel. No entanto, Gramsci realiza uma tradução própria do conceito. Enquanto para o autor francês se trata de um sistema de imagens a que é preciso tomar em bloco como forças históricas, a fim de manter acesa a chama revolucionária, em Gramsci, o bloco histórico é uma unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política-ideológica em um dado momento histórico. “O conceito do valor concreto (histórico) da superestrutura na filosofia da práxis deve ser aprofundado comparando-o com o conceito soreliano de bloco histórico”⁶ (GRAMSCI, 1975, p. 1321).

Sobre a unidade dialética do bloco histórico, Gramsci (1975) aponta para a necessidade da distinção metódica entre estrutura e superestrutura, mas que, a partir do conceito de bloco histórico, ambas atuam organicamente, em uma unidade do distinto:

Como todo o sistema de superestruturas pode ser concebido como um sistema de distinções políticas e, portanto, introdução do conceito de distinção na filosofia da práxis. Mas podemos falar de uma dialética do distinto? Conceito de bloco histórico, ou seja, de unidade entre natureza e espírito, unidade de opostos e distintos. Se a distinção for

⁶ “Il concetto del valore concreto (storico) delle superstrutture nella filosofia della praxis deve essere approfondito accostandolo al soreliano concetto di «blocco storico»” (GRAMSCI, 1975, p. 1321).

introduzida nas superestruturas, ela se introduzirá na estrutura⁷ (GRAMSCI, 1975, p. 977).

Em outra nota dos “Cadernos do Cárcere”, Gramsci assim aborda o conceito de bloco histórico:

Validade das ideologias. Recordando a frequente afirmação de Marx da "solididade das crenças populares" como elemento necessário de uma dada situação: ele quase diz "quando essa forma de conceber terá a força das crenças populares" e assim por diante. (Pesquise essas declarações e analise-as no contexto em que são expressas.) Outra afirmação de Marx é que uma persuasão popular muitas vezes tem a mesma energia que uma força material ou algo semelhante e que é muito significativa. Acredito que a análise desses enunciados leva a reforçar o conceito de “bloco histórico”, em que as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma, distinção de forma e conteúdo puramente didático, pois as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e ideologias seriam caprichos individuais sem forças materiais⁸ (GRAMSCI, 1975, p. 869).

Entendemos que essa categoria teórica possibilita analisar o fenômeno do empreendedorismo e, mais especificamente, a política do empreendedorismo nos IFs em sua unidade dialética entre a estrutura econômica e a superestrutura político-ideológica.

A categoria bloco histórico considera uma situação histórica global sob um triplo aspecto: a estrutura, a superestrutura e o vínculo que realiza essa unidade dos distintos. Relacionam-se, nessa categoria, os aspectos de ideologia, hegemonia, sociedade civil, sociedade política e intelectual orgânico. Gramsci dedica especial atenção ao estudo desse vínculo, o qual seria realizado pelos intelectuais orgânicos. Segundo Portelli (2002, p. 14):

⁷ Texto original: *Come tutto il sistema delle superstrutture possa concepirsi come (sistema di) distinzioni della politica, e quindi introduzione del concetto di distinzione nella filosofia della praxis. Ma si può parlare di dialettica dei distinti? Concetto di blocco storico, cioè di unità tra la natura e lo spirito, unità di opposti e di distinti. Se la distinzione introdotta nelle superstrutture, si introdurrà nella struttura.*

⁸ Texto original: § (21). *Validità delle ideologie. Ricordare la frequente affermazione che fa il Marx della «solidità delle credenze popolari» come elemento necessario di una determinata situazione: egli dice presso a poco «quando questo modo di concepire avrà la forza delle credenze popolari» ecc. (Ricerca queste affermazioni e analizzarle nel contesto in cui sono espresse). Altra affermazione del Marx è che una persuasione popolare ha spesso la stessa energia di una forza materiale o qualcosa di simile e che è molto significativa. L'analisi di queste affermazioni credo porti a rafforzare la concezione di «blocco storico», in cui appunto le forze materiali sono il contenuto e le ideologie la forma, distinzione di forma e contenuto meramente didascalica, perché le forze materiali non sarebbero concepibili storicamente senza forma e le ideologie sarebbero ghiribizzi individuali senza le forze materiali.*

Gramsci qualifica tal vínculo de orgânico. Ora esse vínculo orgânico corresponde a uma organização social concreta: se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais.

Um sistema social só é integrado quando se edifica um sistema hegemônico, dirigido por uma classe fundamental que confia a gestão desse sistema aos intelectuais. Somente são essenciais as ideologias orgânicas, isto é, vinculadas à classe fundamental; realiza-se aí um bloco histórico (PORTELLI, 2002).

É por meio dessas categorias que pretendemos cercar o nosso objeto, o empreendedorismo nos IFs, para extrair suas determinações mais íntimas, analisá-lo como uma totalidade constitutiva da sociedade burguesa em um determinado período histórico, ou seja, em um bloco histórico, apresentando suas contradições a partir de uma sociedade de classes com interesses antagônicos.

Conforme afirma Gramsci (1975), a categoria do bloco histórico nos permite captar a organização social concreta em um determinado período histórico. Permite, ademais, entender como uma classe dominante economicamente se torna e se mantém como classe dirigente. Por outro lado, possibilita compreender como se desagrega a hegemonia dessa classe dirigente, abrindo ensejos para a edificação de um novo sistema hegemônico, ao ter como classe dirigente os trabalhadores.

Como procedimento metodológico, adotamos, inicialmente, a pesquisa em fontes secundárias. Segundo Gil (2007), essa pesquisa é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, por livros e artigos científicos.

Em um primeiro momento, analisamos livros, artigos e teses que abordaram o tema do empreendedorismo nos IFs e o empreendedorismo na educação. Buscamos analisar o empreendedorismo por meio de autores que fazem apologia ao fenômeno, em especial, aqueles que direcionam seus discursos ao empreendedorismo na educação. Apoiados em autores críticos, procuramos desvelar os vínculos estruturais do empreendedorismo, bem como suas bases teórico-ideológicas. Nessas fontes, procuramos confirmar nossos pressupostos iniciais por meio de dados já elaborados que nos auxiliaram na fundamentação e na análise do objeto.

Outro procedimento adotado para atingir os objetivos propostos foi a análise de documentos. Segundo Cellard (2008), por intermédio do documento, pode-se fazer

um corte longitudinal que possibilita a observação em processo de indivíduos, grupos, práticas, políticas e comportamentos, dentre outros aspectos.

As análises de documentos de política educacional, oriundos do Estado, de organizações internacionais, de organizações privadas nacionais e de intelectuais que giram ao seu redor, expressam não apenas diretrizes educacionais, mas articulam interesses, projetam políticas e produzem intervenção na sociedade. Documentos de política educacional são leis, documentos oficiais e oficiosos, dados estatísticos, documentos escolares, correspondências, livros de registros, regulamentos, relatórios, livros, textos e correlatos. De forma mais ampla, um documento pode ser qualquer tipo de registro histórico – fotos, diários, arte, música, entrevistas, depoimentos, filmes, jornais, revistas, *sítes* e outros (EVANGELISTA, 2009).

Nesse sentido, foram selecionados os documentos a partir dos seguintes demarcadores: Educação Profissional e Tecnológica; Institutos Federais de Educação; Empreendedorismo; Educação Empreendedora; Empreendedor; Empresa e Empreendimento. A delimitação temporal foi definida a partir de 2008 com a promulgação da Lei de Criação dos IFs até o ano de 2021. O *corpus* documental será classificado em: a) documentos oriundos do Estado – tanto da esfera governamental quanto institucional; b) documentos de organizações privadas nacionais e internacionais. Serão analisados: Lei, Projeto de Lei, Decreto, Portaria, Ofícios, Parecer, Diretriz, Planos, Projetos, Programas e Relatórios.

Por meio da análise de documentos, podemos avançar do empírico sensível, da aparência, para a essência do objeto, reproduzir idealmente o movimento real do objeto. Para além do ordenamento normativo jurídico, os documentos expressam interesses, conflitos, projetos de sociedade, enfim, o movimento real histórico.

Evangelista (2009, p. 5-6) nos mostra que, na efervescência dessas determinações, encontram-se o pesquisador, o documento e a teoria. Sobre a posição do pesquisador:

Se o documento existe fora do pesquisador, para que possa extrair dele dados da realidade é preciso que assuma uma posição ativa na produção de conhecimento: localiza, seleciona, lê, relê, sistematiza, analisa as evidências que apresenta. Esses passos resultam de intencionalidades que, para além da pesquisa, se vinculam aos determinantes mais profundos e fecundos da investigação, qual seja discutir, elucidar, desconstruir compreensões do mundo; discutir, elucidar, construir compreensões do mundo: produzir documentos, produzir conhecimentos é produzir consciências.

Em relação aos documentos, Evangelista (2009, p. 8-9) aponta:

Pressupondo-se que os documentos – incompletos e imperfeitos – estejam em mãos do pesquisador – nos limites que a história impõe para sua localização e acesso – tem início sua “inquirição” para entender-se quando, como, por quem e por que foram produzidos. As fontes primárias trazem as marcas da sua produção original, de seu tempo de produção, de sua história. É necessário, então, captar as múltiplas determinações da fonte e da realidade que a produz; significa dizer captar os projetos litigantes e os interesses que os constituem, que tampouco serão percebidos em todos os seus elementos.

Sobre a teoria, a autora define o seguinte:

[...] teorizar no campo da pesquisa não pode consistir em lidar com os elementos do senso comum. É preciso um aporte teórico que favoreça análises objetivas do real objetivo [...]. Os conceitos mobilizados para a análise não podem ter uma função auto-explicativa, nem podem ser empregados aleatoriamente. É necessário alimentar dúvidas. E estas devem estar presentes em profusão no início da investigação. Nesse momento existem conceitos, contudo devem funcionar como expectativa de compreensão do real, não como explicação antecipada à própria investigação (EVANGELISTA, 2009, p. 11-12).

A estrutura da tese está organizada da seguinte forma: a primeira seção é a introdução, na qual o objeto de pesquisa é contextualizado, problematizado; são apresentados os objetivos da pesquisa, a justificativa, o método e os procedimentos metodológicos.

Na segunda seção, abordamos o empreendedorismo e o vínculo orgânico entre as determinações estruturais do capital e a superestrutura ideológica e política com apoio no conceito de bloco histórico apresentado por Gramsci (1975). Essa seção é dividida em duas partes: a subseção 2.1 trata da dimensão estrutural do empreendedorismo; já a subseção 2.2 aborda o momento superestrutural: a frente teórica e o discurso do empreendedorismo.

Na subseção 2.1, analisamos o empreendedorismo e sua gênese no período pós-crise da década de 70, com o advento do neoliberalismo e da globalização, além de sua expansão no início do século XXI, com a intensificação da inserção de ciência e tecnologia nos processos sociais e produtivos, tendo o maquinário digital, composto pelas plataformas, pelo *big data*, pela inteligência artificial etc., como um mediador dos processos produtivos e das relações sociais (ANTUNES, 2020a). A discussão é

feita, especialmente, a partir de Mészáros (2011), Souza (2004), Antunes (2009; 2020a; 2020b) e por meio da teoria gramsciana, em particular, a categoria bloco histórico como fio condutor.

Discutimos, ainda, os dados apresentados pelo empreendedorismo no Brasil, extraídos, principalmente, dos relatórios do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), uma iniciativa internacional que monitora o empreendedorismo. A intenção foi demonstrar as condições reais do empreendedorismo no Brasil e sua configuração como forma oculta de assalariamento do trabalho em um cenário de desemprego estrutural, de informalidade e flexibilidade das condições do trabalho.

Na subseção 2.2, apresentamos o discurso do empreendedorismo por meio dos ideólogos deste (DRUCKER, 1987; FILION, 1999; DORNELAS, 2012; DOLABELA, 2012; HISRICH *et al.*, 2014) em uma perspectiva apresentada por eles de vincular o empreendedorismo à teoria econômica clássica e neoclássica. Na sequência, discutimos, com apoio em Azevedo (2019), Azevedo (2021) e Dardot e Laval (2016), a real base teórico-ideológica do empreendedorismo, que tem, no neoliberalismo, a sua sustentação político-econômica; na Teoria do Capital Humano (TCH), a sua sustentação teórica; e, conseqüentemente, no individualismo metodológico, a sua base filosófica e sociológica.

A terceira seção trata da estrutura ideológica de divulgação, manutenção e desenvolvimento do empreendedorismo (GRAMSCI, 1975), tendo o sistema escolar como objeto de análise. Inicialmente, abordamos o discurso em torno da educação para o empreendedorismo, a partir dos apologistas do fenômeno. Na sequência, com respaldo na teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE), discutimos a ação dos Organismos Internacionais (OIs), que desempenham um papel mundial na produção e divulgação de diretrizes, na orientação e definição de políticas públicas para o desenvolvimento do empreendedorismo na educação. Utilizamos como referências: Dale (2004); Dale (2010); Robertson (2012); Azevedo (2019).

Discutimos, também, as organizações privadas ligadas ao setor empresarial e a produção de programas de educação empreendedora e formação de empreendedores, bem como a sua relação com o poder público por meio de parcerias ou, simplesmente, de comercialização desses produtos com entes federativos. Além, é claro, da participação direta dessas instituições privadas na constituição e execução de políticas públicas implementadas pelo Estado. Sob a teoria gramsciana e o conceito de Estado ampliado, analisamos esses aspectos.

A quarta seção discute o empreendedorismo na política educacional dos IFs, por meio das ações implementadas pela SETEC. Abordamos a criação dos IFs e o desenvolvimento da política de indução ao empreendedorismo inovador em uma interconexão com a política de ciência, tecnologia e inovação e com o setor empresarial.

2. O EMPREENDEDORISMO E O VÍNCULO ORGÂNICO ENTRE AS DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS DO CAPITAL E A SUPERESTRUTURA IDEOLÓGICA E POLÍTICA

Segundo o dicionário Aulete, em formato digital, o sufixo “ismo” designa doutrinas, princípios, teorias e sistemas filosóficos, religiosos, artísticos, científicos, econômicos e políticos. Enquanto o sufixo “or”, de acordo com Cunha (2011), exprime noção de qualidade, propriedade, maneira de ser, designação do agente. Assim, empreendedorismo significaria literalmente o conjunto de ideias, representações, teorias etc., que trata da ação de empreender, a qual se realizaria por meio do empreendedor. Cabe-nos, portanto, desenvolver aqui o que esse conjunto de ideias realmente representa no contexto histórico contemporâneo.

Para dar conta do objeto desta pesquisa, vamos abordar o empreendedorismo como um movimento ideológico orgânico ao bloco histórico, constituído a partir do processo de reestruturação do modo de produção capitalista em função da crise de reprodução do capital ocorrida na década de 70. As determinações estruturais do modo de produção capitalista nesse contexto histórico, pautadas pela globalização e pela inserção intensificada de tecnologia nos processos de produção, estão na gênese do empreendedorismo. Entretanto, essas determinações não se transferem imediatamente para a sociedade civil; elas são mediadas e, nesse sentido, o empreendedorismo se constitui em um conjunto de representações, as quais, por sua organicidade histórica, estão apoiadas no substrato político-ideológico neoliberal e em suas bases teóricas, filosóficas e sociológicas.

Nosso aporte teórico para a tarefa se encontra na categoria gramsciana do bloco histórico, uma vez que ela foi construída na análise das relações entre estrutura e superestrutura. Segundo Portelli (2002), Gramsci jamais concebeu tal estudo sob a forma da primazia de um elemento sobre o outro. O essencial da relação estrutura-superestrutura no estudo gramsciano se encontra na análise do vínculo que realiza essa unidade.

Gramsci qualifica tal vínculo de orgânico. Ora, esse vínculo orgânico corresponde a uma organização social concreta: se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtiva – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre

esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais (PORTELLI, 2002, p. 14).

A análise gramsciana é ampliada, pois não entende a superestrutura como um reflexo da estrutura; os determinantes estruturais econômicos são mediados por representações à sociedade civil e política. A relação estrutura e superestrutura é uma via de mão dupla, uma unidade dialética (GRAMSCI, 1975). Assim, as relações produtivas de determinado momento histórico orientam a ideologia e a política e estas alimentam as forças produtivas e as relações de produção, segundo os interesses da classe que domina o bloco histórico. Dessa forma, a relação se amplia, não se constitui somente como coerção econômica, mas se constrói a hegemonia, e a classe dominante, economicamente, torna-se a classe dirigente.

O bloco histórico gramsciano permite analisar o empreendedorismo como um elemento ideológico que busca criar uma vontade coletiva, mas não a partir de um interesse universal, a partir de um interesse particular de determinada classe, um interesse estrutural econômico. Assim, no transcorrer desta seção, analisamos inicialmente o momento estrutural, as relações produtivas no contexto histórico de surgimento e a intensificação do empreendedorismo. Posteriormente, nesta mesma seção, abordamos a dimensão superestrutural, o substrato político-ideológico que sustenta e dá vínculo ao empreendedorismo como elemento para a construção de uma concepção de mundo orgânica à classe economicamente dominante. Essa separação se torna somente uma estratégia didática, pois, na realidade, estrutura e superestrutura são momentos que atuam em uma unidade dialética.

2.1 A DIMENSÃO ESTRUTURAL DO EMPREENDEDORISMO: DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL AO LIMÍAR DA INDÚSTRIA 4.0

Portelli (2002) afirma que, no bloco histórico gramsciano, isto é, em uma situação histórica global, distinguimos uma estrutura social – classes e suas relações com as forças produtivas – e uma superestrutura ideológica e política; também, que devemos analisar esses dois momentos como uma unidade dialética. O vínculo orgânico entre esses dois momentos é realizado pelos intelectuais em sua ação ao nível superestrutural.

O bloco histórico é formado pela ligação orgânica entre estrutura e superestrutura. Em Gramsci, essa organicidade é definida como “a necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites de desenvolvimento da estrutura [...]” (PORTELLI, 2002, p. 54) e como esse vínculo corresponde a uma organização social concreta: “ele aparece em primeiro lugar na influência que exerce a estrutura sobre a evolução da superestrutura” (PORTELLI, 2002, p. 55). Nesse sentido, é fundamental explicitar a dimensão estrutural que determina o empreendedorismo no período histórico contemporâneo.

O termo empreendedor deriva do vocábulo francês *entrepreneur*. O dicionário *Petit Robert*, citado por Coan (2011), aponta a origem do termo por volta de 1430, significando a pessoa que empreende um negócio, por exemplo, a criação de determinada empresa que traria grande crédito ao empreiteiro, à academia e à nação. Posteriormente, em 1614, o termo passa a designar a pessoa responsável pela execução de determinado trabalho – um especialista em matéria de construção por contrato com uma empresa. O termo também passou a designar a pessoa que dirige uma empresa que coloca em movimento diversos insumos, como recursos naturais, trabalho e capital, tendo em vista produzir ou fornecer bens e serviços. O “*entrepreneur*” pode ser um patrão, agricultor, artesão, comerciante ou um industrial.

Esse resgate do que representou o termo empreendedorismo no período histórico de transição à modernidade nos dá um indicativo. No entanto, é necessário analisar esse conjunto de representações considerando o estágio de desenvolvimento atual do modo de produção capitalista.

O modo de atuação do sistema do capital é uma exceção histórica, sem precedentes, no que diz respeito à relação produtiva dos seres humanos com a natureza e entre si. O capital não é uma entidade material, tampouco um mecanismo racionalmente controlável, mas é, “em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Dessa forma, em seu desenvolvimento, assume como condições determinantes os sentidos expansionista e totalizador.

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua viabilidade produtiva, ou perecer,

caso não consiga se adaptar. [...] Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente [...] que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus critérios de viabilidade, desde as menores unidades do seu microcosmo até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes contra os fracos (MÉSZÁROS, 2011, p. 96).

Diferentemente dos modos de organização social anteriores que buscavam, de alguma forma, o atendimento das necessidades sociais, o sistema metabólico do capital não tem limites para sua expansão. Assim, subordina as necessidades humanas à reprodução do valor de troca, ou seja, separa o valor de uso do valor de troca e subordina o primeiro ao último, constituindo a tendência decrescente do valor de uso das mercadorias expressa na redução da sua vida útil e consequente reprodução do ciclo reprodutivo (ANTUNES, 2009).

O capital operou, portanto, o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de auto reprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2009, p. 28).

Essa característica expansionista extrema é imperativa, pois “[...] o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

Sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo. Ao contrário dos ciclos longos de expansão alternados com crises, presencia-se um *depressed continuum* que, diferentemente de um desenvolvimento autossustentado, exhibe características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com a perspectiva de uma crise estrutural (ANTUNES, 2009, p. 29, grifos do autor).

A ruptura entre a produção das necessidades sociais e a autorreprodução do capital e a tendência à redução do valor de uso das mercadorias associada à agilização necessária do ciclo reprodutivo e de seu valor de troca constituem a dinâmica do capital e se acentuam desde a década de 70. Conforme postula Souza (2004), nesse processo de desenvolvimento, o sistema de metabolismo social do capital assume uma estruturação cada vez mais complexa, o que acirra, crescentemente, o conflito de classe, bem como aperfeiçoa seus mecanismos de mediação. A sustentabilidade do capital se efetiva sob novas configurações, que em nada alteram a essência totalizante, expansiva e mundializada do capital.

O desenvolvimento do capital a partir da crise da década de 70 se configura por mudanças determinadas: por um lado, pela inserção, em patamares elevados da ciência e tecnologia nos processos de trabalho e de produção e pela flexibilização das relações de produção; por outro, essas mudanças são determinadas pela correlação de forças políticas no âmbito do Estado. A articulação dessas dimensões estruturais e superestruturais constitui um tipo renovado de industrialismo (SOUZA, 2004).

O industrialismo é um estágio da vida em sociedade determinado pelo seu patamar de desenvolvimento científico e tecnológico e pelo seu nível de complexificação das relações de poder na sociedade civil. No contexto do conflito de classe, o industrialismo pressupõe, em sua dimensão estrutural, as condições objetivas e subjetivas para a sustentabilidade da acumulação de capital e, em sua dimensão superestrutural, a efetividade dos mecanismos de mediação do conflito capital/trabalho, de modo a sustentar a hegemonia da concepção de mundo burguesa, obtida por meio do consentimento passivo das camadas subalternas, enquanto modo de vida socialmente aceito. Ao equilíbrio destas duas dimensões é o que denominamos de metabolismo social (SOUZA, 2004, p. 7).

Percebemos, aqui, a reestruturação do bloco histórico. A crise desse bloco pode desagregar a hegemonia da classe dirigente e edificar um novo sistema hegemônico. Para tanto, a classe subalterna precisaria ter suficientemente desenvolvidas as condições estruturais e superestruturais (políticas e ideológicas). Trata-se da analogia que Gramsci (1975) faz com a guerra de posições: para a constituição do bloco histórico dirigido pela classe trabalhadora, é fundamental ter conquistado trincheiras e posições na sociedade civil que, em última análise, também constituem o Estado.

No sentido de manter sua hegemonia, a classe dominante, ligada ao capital, em função de uma necessidade estrutural, produz alterações das relações entre as forças produtivas com o objetivo de reprodução do capital, tendo como consequência prejuízos à classe trabalhadora. Como o capital é incontrolável, se necessário, recorre à força para manter sua reprodução; no entanto, é mais lucrativo e mais duradouro se esse conflito de classe for mediado, tanto pelo Estado por meio de políticas quanto ideologicamente. É assim que se mantém a hegemonia, ao mesmo tempo em que se recompõem as bases de reprodução do capital. O bloco histórico, portanto, na sua dinamicidade, mantém-se com alterações estruturais e superestruturais.

A realidade empírica de globalização e a sua conseqüente concorrência mundializada, de presença marcante de ciência e tecnologia nos processos produtivos, de diminuição do trabalho vivo e de flexibilização das relações produtivas, ganham evidência no período de reconstrução das bases de produção material pós- crise da década de 70. A ideologia capitalista se propaga difundindo a ideia de que as transformações no mundo do trabalho são, simplesmente, consequência do avanço científico e tecnológico, principalmente na microeletrônica e na informática, naturalizando o processo intenso de inserção desse avanço nos processos de trabalho e de produção (SOUZA, 2004).

A construção de um cenário onde o processo de globalização e de desenvolvimento científico e tecnológico naturaliza o desemprego, a flexibilização das relações de trabalho, a responsabilização pessoal do trabalhador por qualificação para manter a condição de acessar os empregos cada vez mais escassos omite a essência dessa realidade, que é o próprio processo de metabolismo social do capital. Essência que está, como aponta Souza (2004), na busca visceral do capital pela recomposição das suas bases de acumulação, ou seja, na busca pela sustentabilidade do capital por meio da recomposição das taxas de lucro.

Na construção desse cenário, que omite as reais determinações do processo de recomposição das bases materiais de reprodução do capital, destacam-se alguns elementos ideológicos, componentes da ideologia do capital, que atuam na mediação do conflito de classes. Como elucida Gramsci (1975), elementos que fazem o vínculo orgânico entre os interesses estruturais da classe dirigente e a sociedade civil e política.

A partir da crise de 70 e no processo de recomposição do capital ou reestruturação do bloco histórico do capital, em função da naturalização da ideia de

globalização e da alteração das relações produtivas pelo avanço científico e tecnológico, dois elementos ideológicos ganham destaque: a empregabilidade e o empreendedorismo. Devido ao nosso objeto, nesta pesquisa, vamos nos deter na análise do empreendedorismo.

Como demonstrado, o empreendedorismo ganha evidência a partir do processo de reestruturação produtiva gestado em função da crise de 70, que apresentou o neoliberalismo como modo de regulação social. No entanto, ele recebe novos contornos de importância no momento histórico, em que, [...] “nas últimas décadas, as empresas liofilizadas e flexíveis, impulsionadas pela expansão informacional-digital e sob o comando dos capitais, em particular o financeiro, vêm impondo sua trípole destrutiva sobre o trabalho” (ANTUNES, 2020a, p.11). Para o autor, diferentemente da rigidez taylorista e fordista das fábricas do século XX, a empresa corporativa global estabelecida no século XXI assume outro formato e, dessa forma, impõe uma pragmática baseada na terceirização, na informalidade e na flexibilidade.

Antunes (2020b, p. 80) cita exemplos dessa nova era de precarização estrutural do trabalho:

- 1) a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e sua substituição pelas diversas formas de trabalho atípico, precarizado e voluntário;
- 2) a criação de falsas cooperativas, visando dilapidar ainda mais as condições de remuneração dos trabalhadores, solapando os seus direitos e aumentando os níveis de exploração da sua força de trabalho;
- 3) o empreendedorismo, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado, fazendo proliferar as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa;
- 4) a degradação ainda mais intensa do trabalho imigrante em escala global.

Se, conforme Mészáros (2011), o metabolismo social do capitalismo, por suas determinações totalizantes, expansionistas e incontrolláveis, não encontra precedentes históricos, Antunes (2020a) afirma que essas tendências implementadas por corporações globais, nessa era do capital, não encontram precedentes em nenhuma fase recente do capitalismo pós-guerra. Nesse momento, as tecnologias de informação e comunicação se configuram como um elemento central entre distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo financeiro atual.

Essa precarização estrutural do trabalho, intensificada pela inserção intencional das tecnologias da informação desde as empresas de *software* até os setores industriais, agroindustriais, financeiros, de turismo, de alimentação, dentre tantos, acentuar-se-á com a expansão da chamada Indústria 4.0.

Essa proposta nasceu na Alemanha, em 2011, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo (em sentido amplo), estruturado a partir das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), que se desenvolvem de modo célere. Sua expansão significará a ampliação dos processos produtivos ainda mais automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor, de modo que a logística empresarial será toda controlada digitalmente (ANTUNES, 2020a, p.13).

Como principal consequência da Indústria 4.0 para o mundo do trabalho, teremos a ampliação do trabalho morto, pautado na inteligência artificial, internet das coisas, impressora 3D, algoritmos, dentre outros aspectos que constituem o maquinário digital. Este se torna, então, dominante e condutor de todo o processo produtivo, acarretando a substituição de atividades tradicionais por ferramentas automatizadas e robotizadas, comandadas de forma digital (ANTUNES, 2020a).

Sabemos que essa processualidade não levará à extinção da atividade humana, pois, além das enormes diferenciações, por exemplo, entre Norte e Sul e entre ramos e setores de atividades cujo trabalho manual é insubstituível, há outro elemento ontológico fundamental: sem alguma forma de trabalho humano, o capital não se reproduz, visto que as máquinas não criam valor, mas o potencializam (ANTUNES, 2020a, p. 14).

Assim, configura-se a tendência de que a produção seja cada vez mais invadida pela maquinaria digital. O desenvolvimento dessa ciência e tecnologia se efetiva em pouquíssimos países; por outro lado, para que essa expansão tecnológica ocorra, é necessário que se expandam trabalhos manuais, principalmente em países periféricos, a fim de dar suporte e consumir a tecnologia produzida.

Uma parcela de novos trabalhos será criada para alguns e, aqui, entra o discurso ideológico empresarial – os mais capacitados, os mais inovadores, os empreendedores, os que se adaptam melhor. No entanto, tanto a condição estrutural quanto o discurso ampliam a segregação social. A precarização, o subemprego, as

subutilizações e o desemprego aumentarão em um nível muito maior que a parcela de novos trabalhos criados e muito mais rapidamente (ANTUNES, 2020a).

Assim, se essa tendência destrutiva em relação ao trabalho não for fortemente confrontada, recusada e obstada, sob todas as formas possíveis, teremos, além da ampliação exponencial da informalidade no mundo digital, a expansão dos trabalhos autônomos, dos empreendedorismos etc., configurando-se cada vez mais como uma forma oculta de assalariamento do trabalho, a qual introduz o véu ideológico para obliterar um mundo incapaz de oferecer vida digna para a humanidade. Isso ocorre porque, ao tentar sobreviver, o empreendedor se imagina como proprietário de si mesmo, um quase-burguês, mas frequentemente se converte em um proletário de si próprio, que auto explora seu trabalho (ANTUNES, 2020a, p. 15).

O empreendedorismo, portanto, configura-se como um elemento do mecanismo de mediação do conflito de classe, um elemento do vínculo orgânico. Objetivamente, configura-se em uma forma velada de assalariamento, ocultando o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a perda de direitos e garantias; subjetivamente, atua na criação de um imaginário de liberdade, de empoderamento.

2.1.1 O empreendedorismo no Brasil

No Brasil, conforme destaca Dornelas (2012), o movimento do empreendedorismo se intensificou no final da década de 1990, tendo como marco de consolidação o período compreendido entre os anos 2000 e 2010. O fenômeno da globalização levou as grandes empresas brasileiras a procurarem alternativas para aumentar a competitividade, reduzir os custos e se manter no mercado. Isso teve como consequência o aumento do índice de desemprego, de modo a conduzir para a criação de pequenas empresas e, com as altas taxas de mortalidade desses empreendimentos, o tema do empreendedorismo passa a receber especial atenção.

Essa conjunção de fatores somados e o ímpeto do brasileiro em ser dono do próprio nariz, buscar independência através do próprio negócio e da relevância das micro e pequenas empresas para a economia do país despertaram discussões a respeito do tema empreendedorismo com crescente ênfase para pesquisas relacionadas ao assunto no meio acadêmico, e também com a criação de programas específicos voltados ao público empreendedor. Um

exemplo foi o caso do programa Brasil Empreendedor, do governo federal, instituído em 1999 [...] (DORNELAS, 2012, p. 2).

A análise de Dornelas, ideólogo do empreendedorismo, naturaliza o processo de globalização e a intensificação da ciência e tecnologia nos processos produtivos. Mesmo sendo assertivo quando aponta o desemprego como consequência, omite, ideologicamente, que esse desemprego é estrutural no modo de produção capitalista, fruto de um processo mundializado de inserção intencional de todo um arsenal tecnológico, direcionado estritamente para o lucro. Oculta que o empreendedorismo, mais do que um ímpeto por ser dono do próprio nariz, por ser independente ou por ser livre, é uma precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2020a; ANTUNES, 2020b).

Para compreendermos esse movimento do empreendedorismo, no Brasil, vamos analisar, de forma inicial, alguns dados fornecidos pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), uma iniciativa internacional, que tem como objetivo medir a atividade empreendedora dos países participantes do programa. O GEM não é uma ação governamental; tem coordenação internacional da *London Business School*, do *Babson College* – EUA –, *Korea Entrepreneurship Foundation* – Coréia do Sul – e da *Global Entrepreneurship Research Association* (GERA). No Brasil, é o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBPQ) que coordena, tendo o SEBRAE como parceiro. O GEM produz um relatório anual com dados consolidados.

A metodologia utilizada pelo GEM coleta os dados diretamente com os indivíduos por meio da Pesquisa com a População Adulta (APS⁹), que consiste em um levantamento domiciliar junto a uma amostra representativa de pessoas com idade entre 18 e 64 anos, a fim de captar empreendedores com negócios formalizados ou não. Outra ferramenta é a Pesquisa com Especialistas Nacionais, por meio da qual se busca analisar o contexto para a criação de negócios. “No conceito GEM, o empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente” (GRECO, 2019, p. 8).

O primeiro indicador aqui apresentado diz respeito às taxas gerais de empreendedorismo. Ele é expresso pela Taxa de Empreendedorismo Total (TTE); esta é composta pela Taxa de Empreendedorismo Inicial (TEA) e Taxa de

⁹ Sigla para a denominação em língua inglesa Adult Population Survey.

Empreendedorismo Estabelecido (TEE). A TEA é subdividida em: a) empreendedores nascentes – proprietários de um negócio em estruturação ou que não remunerou o proprietário por mais de 3 meses; b) empreendedores novos – administram ou são proprietários de um novo negócio que remunerou o proprietário por período superior a 3 meses e inferior a 42 meses. A TEE se refere a empreendedores estabelecidos – administradores ou proprietários de um negócio que já remunerou, de alguma forma, o proprietário por mais de 42 meses (GRECO, 2019).

Tabela 1: taxas¹⁰ (%) e estimativas¹¹ (unid.) de empreendedorismo segundo o estágio e potenciais empreendedores¹² – Brasil 2018-2019

| Estágio | Taxas | | Estimativas | |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|
| | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 |
| Empreendedorismo total | 38,0 | 38,7 | 51.972.100 | 53.437.971 |
| Empreendedorismo inicial | 17,9 | 23,3 | 24.456.016 | 32.177.117 |
| Novos | 16,4 | 15,8 | 22.473.982 | 21.880.835 |
| Nascentes | 1,7 | 8,1 | 2.264.472 | 11.120.000 |
| Empreendedorismo estabelecido | 20,2 | 16,2 | 27.697.118 | 22.323.036 |
| Empreendedorismo potencial | 26,0 | 30,2 | 22.092.889 | 25.545.666 |

Fonte: Adaptada de Greco (2019).

A Tabela 1 apresenta que, em um universo de 2000 pessoas, entre 18 e 64 anos, entrevistadas em todo o país no ano de 2019, 38,7% realizam alguma atividade empreendedora. A estimativa apresentada pela tabela é calculada pela população brasileira na faixa etária apresentada. O que percebemos é um aumento considerável do que a pesquisa chama de empreendedorismo nascente, que salta de uma taxa de 1,7%, em 2018, para 8,1%, em 2019, o que representa uma estimativa de aumento nessa categoria de mais de 8,8 milhões de pessoas. O estágio nascente se refere ao negócio que não remunera seu proprietário por um período superior a 3 meses.

Ao considerar que o número de empreendedores é expressivo e que, pela metodologia do GEM, empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente, cabe questionar os motivos que levam as pessoas a

¹⁰ Percentual da população de 18 a 64 anos. A soma das taxas parciais pode ser diferente da taxa total, pois um empreendedor pode ter mais de um empreendimento.

¹¹ Estimativas calculadas a partir de dados da população brasileira de 18 a 64 anos (IBGE), em 2018 e 2019.

¹² Potenciais empreendedores são os indivíduos que pretendem abrir um novo negócio nos próximos 3 anos.

empreender, principalmente os empreendedores iniciais, além das características desses empreendimentos.

A Tabela 2 deixa evidente que a principal motivação do empreendedor inicial no Brasil está ligada à falta de empregos formais; 88,4% deles assinalaram afirmativamente essa proposição dentre as quatro opções apresentadas. São os empreendedores involuntários, os quais, nas palavras de Fillion (1999), ideólogo do empreendedorismo, não seriam os empreendedores geralmente aceitos, aqueles que não são definidos pelas palavras-chave inovação e crescimento.

Tabela 2: Percentual dos empreendedores iniciais segundo as motivações para iniciar um novo negócio – Brasil 2019

| Motivação | Taxas |
|---|-------|
| Para ganhar a vida, porque os empregos são escassos | 88,4 |
| Para fazer diferença no mundo | 51,4 |
| Para construir uma grande riqueza ou uma renda alta | 36,9 |
| Para continuar uma tradição familiar | 26,6 |

Fonte: Adaptada de Greco (2019).

Quando a imensa maioria (88,4%) responde que sua motivação em empreender está diretamente ligada à escassez de empregos formais, podemos concluir que o motor principal do empreendedorismo é a precarização estrutural do trabalho. Enquanto o contingente de pessoas que dependem exclusivamente do trabalho para sobreviver se amplia, há uma redução imensa dos empregos e uma corrosão dos direitos sociais. A lógica destrutiva do capital tira milhões do mundo produtivo formal, ao mesmo tempo em que novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado e flexível são recriadas (ANTUNES, 2020b). O empreendedor é uma expressão dessa desestruturação do trabalho intensificada pela globalização e pela inserção de tecnologia nos processos produtivos; tal expressão é produzida pelo “metabolismo social do capital” (MÉSZÁROS, 2011) e não pode ser naturalizada, como fazem os ideólogos do empreendedorismo.

A Tabela 3 reforça a questão levantada. Os índices relacionados à inovação nos empreendimentos brasileiros são muito baixos; nos empreendimentos estabelecidos, são ainda piores, o que deve nos fazer questionar a ideia da inovação como uma característica específica do empreendedor no cenário brasileiro. Dos entrevistados, os que relataram tecnologia, serviço ou produto inovador, além de um

número baixo, vê-se que a abrangência é local, e a imensa maioria não apresenta inovação, tanto de produto quanto de tecnologia.

Tabela 3: Empreendedores iniciais (TEA) e estabelecidos (TEE) segundo as características relacionadas à inovação produzida pelos seus empreendimentos – Brasil 2019

| Abrangência | % dos empreendedores iniciais | | % dos empreendedores estabelecidos | |
|---------------|-------------------------------|-------------------|------------------------------------|-------------------|
| | Produto ou serviço é novo | Tecnologia é nova | Produto ou serviço é novo | Tecnologia é nova |
| Local | 10,4 | 10,2 | 4,4 | 3,7 |
| Brasil | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 0,3 |
| Mundo | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Não são novos | 89,0 | 89,8 | 95,6 | 96,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Adaptada de Greco (2019).

Na Tabela 4, podemos observar que quase 60% dos empreendimentos estabelecidos e mais de 40% dos empreendedores iniciais não empregam nenhuma pessoa. Podemos inferir que não é o fato de estar em um estágio inicial que leva a não empregar, mas, sim, que o autoemprego é uma característica marcante do empreendedorismo no Brasil, se é que poderíamos chamar de autoemprego – parecemos mais emprego precário ou subemprego.

Tabela 4: Empreendedores iniciais e estabelecidos segundo a geração de ocupação – Brasil 2019

| Pessoas ocupadas | % dos empreendedores | |
|-----------------------|----------------------|---------------|
| | Iniciais | Estabelecidos |
| Não informou | 30,2 | 4,9 |
| Nenhuma pessoa | 41,4 | 57,6 |
| Uma pessoa | 14,5 | 15,7 |
| Duas pessoas | 5,5 | 10,0 |
| Três pessoas | 4,3 | 4,9 |
| Quatro pessoas | 1,1 | 2,2 |
| Cinco ou mais pessoas | 2,8 | 4,7 |

Fonte: Adaptada de Greco (2019).

Os dados da Tabela 5 retratam o alto índice de informalidade dos empreendedores levantados pela pesquisa. Dos 38,7% que responderam como pertencendo a alguma forma de empreendedorismo, 73,6% não têm o nome inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Segundo Antunes (2020b), proliferam-se os pequenos negócios envolvendo áreas de produção, comércio e prestação de serviços, já que esses trabalhadores atuam dessa forma, porque seus

pequenos negócios informais não têm condições de concorrer com as empresas capitalistas – e são elas que definem a sua forma de inserção no mercado. Destarte, a informalização se constitui em um mecanismo para ampliar o processo de valorização do capital e, assim, desencadeia um importante elemento propulsor da precarização estrutural do trabalho.

Tabela 5: Empreendedores segundo a formalização – Brasil 2018-2019

| Empreendedores | 2018 | 2019 |
|------------------------|-------|-------|
| Que obtiveram CNPJ | 22,8 | 26,1 |
| Que não obtiveram CNPJ | 72,9 | 73,6 |
| Outros | 4,3 | 0,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Adaptada de Greco (2019).

O cenário de precarização se completa quando nos deparamos com os índices de faturamento dos empreendimentos. Cerca de 50% dos empreendimentos faturaram o equivalente a, aproximadamente, um salário-mínimo por mês, se é que chega a isso, pois a faixa vai de acima de zero até 12.000,00/ano, tanto no estágio inicial quanto nos estabelecidos. Somente 21,6% nos iniciais e 25,9% nos estabelecidos ficariam entre um e dois salários-mínimos/mês aproximadamente, e em torno de 10% receberiam de dois a três salários-mínimos por mês. É o que nos mostra a Tabela 6.

Tabela 6: Distribuição percentual dos empreendedores iniciais e estabelecidos segundo o faturamento anual – Brasil 2018

| Faixas de faturamento | % de empreendedores | |
|--------------------------------------|---------------------|---------------|
| | Iniciais | Estabelecidos |
| Não informou | 5,3 | 6,5 |
| Ainda não faturou nada | 6,0 | 0,0 |
| Até R\$ 12.000,00 | 50,5 | 47,1 |
| De R\$ 12.000,01 a R\$ 24.000,00 | 21,6 | 25,9 |
| De R\$ 24.000,01 a R\$ 36.000,00 | 9,1 | 9,8 |
| De R\$ 36.000,01 a R\$ 48.000,00 | 3,4 | 2,9 |
| De R\$ 48.000,01 a R\$ 60.000,00 | 1,6 | 3,1 |
| De R\$ 60.000,01 a R\$ 81.000,00 | 1,5 | 0,9 |
| De R\$ 81.000,01 a R\$ 162.000,00 | 0,2 | 1,5 |
| De R\$ 162.000,01 a R\$ 360.000,00 | 0,8 | 1,7 |
| De R\$ 360.000,01 a R\$ 1.200.000,00 | 0,0 | 0,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Adaptada de Greco (2018).

Os dados evidenciados pelo GEM permitem analisar o contexto empreendedor no Brasil de uma forma mais específica; por serem coletados diretamente com os sujeitos, trazem mais claramente a questão da informalidade nas relações de trabalho. Também nos permitem compreender a dimensão da precarização do trabalho, que se apresenta de maneira implícita no discurso do empreendedorismo.

A tendência destrutiva em relação ao processo de trabalho do modo de produção capitalista, no contexto histórico de globalização e de intensificação da tecnologia nos processos produtivos, leva à ampliação extrema do desemprego, da informalidade, dos trabalhos autônomos, da precarização, configurando esses aspectos como uma forma oculta de assalariamento do trabalho, sob o véu ideológico do empreendedorismo (ANTUNES, 2020a).

Nesse cenário, outra questão que merece atenção é referente ao que Krein e Castro (2015, p. 15) chamam de “relação de emprego disfarçada”. Essas relações são assim definidas pelos autores:

Ela ocorre quando o(a) trabalhador(a) exerce uma atividade regular, subordinada para outrem e não é contratado(a) como assalariado(a), mas como pessoa jurídica, autônomo, estagiário, cooperativado etc. Ou seja, no exercício da função estão presentes as características de um emprego (pessoalidade, subordinação, remuneração regular), mas a forma de contratação e outra para não pagar os encargos trabalhistas e previdenciários e nem os direitos de quem tem carteira de trabalho assinada (KREIN; CASTRO, 2015, p. 16).

Para Krein (2018), com o fim do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), as forças aglutinadas em torno das ideias liberalizantes ganharam mais expressão, e a pauta da flexibilização, que havia ficado congelada no contexto de crescimento do emprego e dinamização do mercado interno, retornara com força. “Assim, cresceram a terceirização e formas de relação de emprego disfarçada (como, por exemplo, a “pejotização”), a flexibilização ou despadronização da jornada [...]” (KREIN, 2018, p. 85).

Sobre a relação de emprego disfarçada, destacam-se as falsas cooperativas de mão de obra; a contratação como Pessoa Jurídica (PJ), Microempreendedor Individual (MEI), trabalho em casa e trabalho de estágio. São questões difíceis de serem mensuradas, mas a sua incidência cresce consideravelmente (KREIN; CASTRO, 2015). Antunes (2020b) considera esses processos exemplos de uma nova

era de precarização estrutural do trabalho, a dupla degradação, do trabalho taylorista-fordista ao da empresa flexível.

Abordaremos, inicialmente, a formalização dessa relação de emprego, que se constitui nas empresas individuais. De acordo com Carvalho (2019), a empresa individual se engendra nas seguintes formas: Microempresa (ME); Empresa de Pequeno Porte (EPP); Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e Microempreendedor Individual (MEI). Constituídas por um empresário individual, a ME e a EPP se diferenciam pelo faturamento anual permitido: ME (360 mil) e EPP (4,8 milhões, em valores de 2019). A EIRELI é o formato de empresa individual mais elaborado; não tem limite de faturamento, separa juridicamente os bens da pessoa física e da pessoa jurídica, todavia é necessário um capital inicial para sua constituição equivalente a 100 salários-mínimos.

Todas essas formas de empresas podem atuar na perspectiva da pejetização, que é a contratação de um trabalhador como prestador de serviço, cujo contrato é comercial. “Enquanto contrato de trabalho, é uma fraude trabalhista, posto que encobre uma relação de trabalho, um vínculo empregatício, sob uma relação empresarial” (KREIN; CASTRO, 2015, p. 18).

Ela se diferencia da terceirização, segundo Carvalho (2019), pois esta não permite a contratação direta do prestador do serviço, uma vez que é necessária outra empresa intermediária; por sua vez, a pejetização é a terceirização de um homem só, tornando o vínculo exposto a uma negociação direta.

Com as possibilidades legais apresentadas, a empresa individual pode ser utilizada em qualquer nível de rendimento. Nem todas as empresas individuais são constituídas a partir de trabalho “pejetizado”, subcontratado. Muitos profissionais autônomos atuam dessa forma sem se submeter à exclusividade ou à subordinação. Assim, Krein e Castro (2015) expõem que as relações de emprego disfarçadas são difíceis de serem mensuradas, mas a sua incidência cresce consideravelmente.

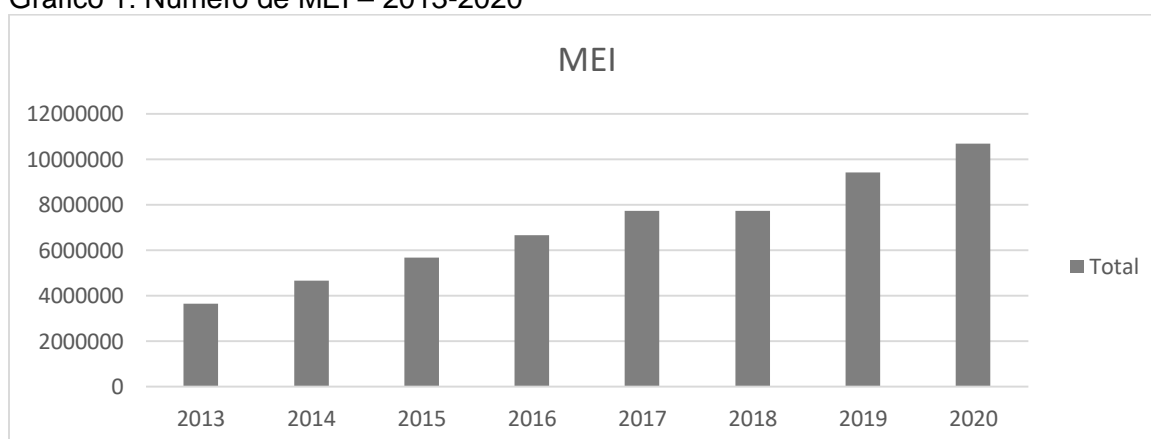
[...] contra a rigidez taylorista e fordista vigente nas fábricas da “era do automóvel” durante o longo século XX, nas últimas décadas as empresas “liofilizadas e flexíveis”, impulsionadas pela expansão informacional-digital e sob o comando dos capitais, em particular o financeiro, vêm impondo sua trípole destrutiva sobre o trabalho. A terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram, então partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global (ANTUNES, 2020a, p.11).

Muitas empresas individuais, constituídas em função da pejetização, são consideradas empreendedoras. Para Carvalho (2019), a pejetização não pode ser confundida com a ação de empreender, não deveria ser considerada empreendedorismo, uma vez que é submetida a uma estrutura de trabalho subsumida, com rotinas determinadas, tal qual um empregado.

Uma forma de empresa individual geralmente associada a trabalhadores fragmentados, suscetível ao fenômeno da pejetização, é o chamado Microempreendedor Individual (MEI).

Com a instituição da Lei Complementar n. 128/2008, conhecida como Lei do MEI, que alterou a Lei Complementar n. 123/2006 (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), foram estabelecidos alguns mecanismos que configurariam uma política específica para esse segmento. Pela nova legislação, a pessoa que trabalha por conta própria pode se legalizar como MEI. Para tanto, é necessário faturar até, no máximo, 60 mil reais por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. Também pode ter um empregado contratado que receba o salário-mínimo ou o piso da categoria. A perspectiva da política foi de criar condições especiais para que o trabalhador, conhecido como informal, pudesse se legalizar. Os dados do Gráfico 1 mostram um panorama dessa situação.

Gráfico 1: Número de MEI – 2013-2020



Fonte: Adaptado de Portal do Empreendedor (2020)¹³.

Os dados apresentados totalizam o número de MEI no Brasil e mostram uma tendência de crescimento nessa modalidade a cada ano. Em agosto de 2020, o

¹³ Disponível em: portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas.

número superava a casa dos 10 milhões. Esse crescimento está associado à tentativa, tanto por parte da política quanto por parte das pessoas, de sair da informalidade.

A questão que se apresenta, ao considerarmos os dados, diz respeito a qual concepção de empreendedor está por trás dessa política. Observamos: a política não apresenta critério ou caracterização e considera empreendedora toda e qualquer atividade inscrita. Para uma melhor compreensão, apresentamos dados obtidos junto ao Sistema de Recolhimento de Tributos do Microempreendedor Individual (SIMEI), que salienta a forma de atuação em relação ao total de MEI (Tabela 7).

Tabela 7: Forma de atuação do MEI registrada no SIMEI

| FORMA DE ATUAÇÃO | FRAÇÃO DO TOTAL DE MEI (%) |
|--|-----------------------------------|
| Estabelecimento fixo | 42,48 |
| Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes | 24,36 |
| Internet | 13,93 |
| Em local fixo fora da loja | 10,63 |
| Tele vendas | 4,61 |
| Correios | 2,86 |
| Máquinas automáticas | 1,09 |

Fonte: Adaptada de Portal do Empreendedor (2020).

Mais do que um estímulo a empreender, a política do MEI atende à perspectiva de tirar da informalidade um contingente de trabalhadores que atuem por conta própria. Entretanto, constitui-se, em grande parte, como uma alternativa para a diminuição das despesas com trabalho das empresas, conforme aponta Antunes (2020a), em uma forma oculta de assalariamento. Empresas deixam de manter e contratar trabalhadores e trabalhadoras em emprego formal com salário e direitos para contratar MEI. Se, por um lado, é uma forma de inserção do trabalhador por conta própria na economia formal, por outro, é mais uma forma de precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2020b).

Esse cenário de desemprego estrutural, terceirização, informalidade e flexibilidade gerado em um modelo neoliberal de monopólios e oligopólios globais também é desvelado em uma análise que o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) faz das chamadas empresas empreendedoras, consideradas as empresas de alto crescimento¹⁴ de pessoal ocupado.

A base de dados utilizada nesse estudo pelo IBGE é proveniente do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE)¹⁵ e das pesquisas estruturais por empresas do IBGE¹⁶, nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços.

A Tabela 8 nos mostra o panorama referente a essas empresas no Brasil, no período entre 2008 e 2017.

Tabela 8: Empresas de alto crescimento, pessoal ocupado assalariado, salário, outras remunerações e respectivas taxas e salário médio mensal – Brasil 2008-2017

| Ano | Empresas de alto crescimento | | | | Pessoal ocupado assalariado nas empresas de alto crescimento | | Salários e outras remunerações do pessoal ocupado assalariado nas empresas de alto crescimento | | Salário médio mensal (salários-mínimos) |
|------|------------------------------|------------------------|--|--|--|---|--|---|---|
| | Abs. | Taxa em relação ao (%) | | | Abs. | Tx. em rel. aos assalariados das empresas com pessoas assalariadas. | Abs. (1.000,00) | Tx. em rel. aos salários e outras remunerações das empresas com assalariados. | |
| | | total de empresas (%) | total de empresas com assalariados (%) | total de empresas com 10 ou + assalariados (%) | | | | | |
| 2008 | 30954 | 0,8 | 1,7 | 8,3 | 4.505.237 | 16,7 | 69.488.875 | 16,0 | 2,9 |
| 2009 | 30.935 | 0,7 | 1,6 | 7,9 | 4.689.942 | 16,6 | 74.383.422 | 15,6 | 2,6 |
| 2010 | 33.320 | 0,7 | 1,6 | 7,9 | 4.995.925 | 16,2 | 88.223.419 | 15,6 | 2,7 |
| 2011 | 34.528 | 0,8 | 1,5 | 7,7 | 5.035.464 | 15,4 | 95.355.177 | 14,4 | 2,7 |
| 2012 | 35.206 | 0,8 | 1,5 | 7,6 | 5.285.197 | 15,6 | 108.758.174 | 14,4 | 2,7 |
| 2013 | 33.374 | 0,7 | 1,4 | 7,0 | 4.977.380 | 14,2 | 107.532.069 | 12,6 | 2,8 |
| 2014 | 31.223 | 0,7 | 1,3 | 6,4 | 4.459.556 | 12,7 | 103.278.054 | 11,0 | 2,7 |
| 2015 | 25.796 | 0,6 | 1,0 | 5,4 | 3.496.227 | 10,4 | 90.352.271 | 9,2 | 2,7 |
| 2016 | 20.998 | 0,5 | 0,9 | 4,6 | 2.670.385 | 8,3 | 70.684.015 | 7,1 | 2,5 |
| 2017 | 20.306 | 0,5 | 0,8 | 4,5 | 2.508.782 | 7,9 | 70.801.479 | 6,9 | 2,6 |

Fonte: Adaptada de IBGE (2019).

¹⁴ Empresa com crescimento médio de pessoal ocupado assalariado maior que 20% ao ano, por um período de três anos. São consideradas as empresas com 10 ou mais pessoas assalariadas no ano inicial de observação (IBGE, 2019).

¹⁵ Engloba registros de pessoas jurídicas inscritas no CNPJ, independentemente da atividade exercida ou da natureza jurídica. Essas informações resultam da consolidação de registros administrativos, como a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (IBGE, 2019).

¹⁶ Pesquisas estruturais por empresas do IBGE: Pesquisa Industrial Anual – Empresa – PIA-Empresa; Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC; Pesquisa Anual de Comércio – PAC; e Pesquisa Anual de Serviços.

Podemos observar, nos dados apresentados, que o número de empresas empreendedoras sempre foi muito baixo, 0,8% do número total de empresas em 2008 e, em 2017, 0,5%. A tendência apresentada a partir de 2013 foi de decréscimo e, em 2017, o número absoluto é bem inferior a 2008. Percebe-se, também, que o percentual de pessoal ocupado assalariado, que em 2008 representava 16,8% do total, em 2017, representa apenas 7,9%. O Gráfico 2 traz os mesmos dados, mas em um formato de melhor visualização da tendência.

Gráfico 2: Taxas de crescimento anual do número de empresas e do pessoal ocupado assalariado nas empresas de alto crescimento – Brasil 2009-2017



Fonte: Adaptado de IBGE (2019).

Apesar das diferenças metodológicas e de concepção, os dados do IBGE complementam a análise feita anteriormente, pois, à medida que tanto as empresas que geram empregos diminuem quanto os empregos assalariados nessas empresas caem em uma proporção ainda maior, vemos aumentar o índice de informalidade e de formas ocultas de assalariamento do trabalho, invariavelmente, chamadas de empreendedorismo.

Esses dados já refletem as consequências do modo de produção globalizado, intensificado e com forte inserção de ciência e tecnologia, que se materializa na ampliação do trabalho morto, tendo o maquinário digital (plataformas, *big data*, internet das coisas, inteligência artificial etc.) como dominante e condutor do processo produtivo no século XXI (ANTUNES, 2020a). Por outro lado, a completa submissão à ideologia político-econômica neoliberal coloca o mercado como a única instância reguladora, mediadora e definidora dessas relações (AZEVEDO, 2021).

Outra questão que se pode inferir diz respeito às relações sul e norte, centro e periferia do capital. A Indústria 4.0 e o desenvolvimento de alta tecnologia se efetivam em países centrais do capital – no norte, geram riquezas e uma melhor renda a trabalhadores altamente especializados naqueles países, enquanto, ao sul, sobra o trabalho vivo residual; mais especificamente, em ramos e setores de atividades em que esse trabalho é insubstituível, prevalecem a precarização, a flexibilização e as formas ocultas de assalariamento disfarçadas sob o manto do empreendedorismo (ANTUNES, 2020a; ANTUNES, 2020b).

Nesse sentido, percebemos que, no Brasil, a realidade do empreendedor se difere da idealização encontrada no discurso. Os dados do GEM mostram uma baixíssima formalização: 73,6% não tinham CNPJ em 2019, uma remuneração baixíssima; em torno de 50% dos empreendedores têm rendimento na faixa de 1 a 12mil reais/ano; pouco mais de 20% faturam entre 12 mil e 24 mil reais/ano; e menos de 10% na faixa de 24 mil e 36 mil reais/ano. Os dados do IBGE evidenciam que, considerando a metodologia da OCDE, somente 0,5% das empresas, no país, podem ser consideradas empreendedoras e essas empresas apresentam tendência de queda tanto no número de empreendimentos quanto de pessoal assalariado. Em relação à pejetização, empresas individuais e MEI apresentam um componente majoritário de forma oculta de desemprego.

O contexto de crise das relações de trabalho, de crise econômica e política, foi agravado em 2020 por uma crise sanitária: a pandemia da covid-19. Nesse cenário pandêmico, os índices de desemprego, de informalidade e de desalentados apresentam crescimento.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), em relação ao segundo trimestre de 2021, o IBGE apresentou um contingente de 14,4 milhões de desempregados, o que representa uma taxa de desemprego de 14,1%. Do contingente de 87,791 milhões de ocupados, 40,8% estão na informalidade, ou seja, praticamente 36 milhões das pessoas ocupadas trabalham sem carteira assinada, por conta própria, sem CNPJ, ou auxiliando a família. Já 8,6 milhões de brasileiros estão na condição de desalentados¹⁷ (IBGE, 2021).

¹⁷ No prelúdio histórico da crise estrutural, Long (1953) introduziu, pelo viés econômico, a designação desalento, entendendo-o enquanto fenômeno agudizado em momentos de recessão, quando trabalhadores/as desempregados/as optam por deixar de procurar emprego, o que provoca uma queda na taxa de participação na força de trabalho [...] (ERICSSON, 2019, p. 47).

Se o cenário pré-pandêmico era desalentador para a classe trabalhadora, o capital faz da pandemia um laboratório para gestar experiências de trabalho no pós-pandemia, sempre com fins lucrativos. Antunes (2020a) enfatiza três hipóteses para as relações produtivas referentes ao trabalho: a primeira delas remete à ampliação do trabalho sob as plataformas digitais, utilizando-se, ainda mais, da informalidade, da flexibilização e da precarização; a segunda é que, em plena era do capitalismo de plataforma¹⁸, ampliam-se, globalmente, formas de exploração do trabalho utilizadas nos primórdios do capitalismo; e a terceira hipótese destaca que a simbiose entre trabalho informal e mundo digital permite que os gestores do capital acreditem em trabalho mais individualizado e invisibilizado, os *home office*, Ensino a Distância (EAD), dentre outros, e coloquem a humanidade em uma fase de “desantropomorfização do trabalho, caracterizada pela intensificação da subsunção real do trabalho à nova máquina-ferramenta-informacional” (ANTUNES, 2020a, p. 21).

O discurso do empreendedorismo, quando naturaliza essa situação precária e oculta as condições materiais, mascara a realidade e se transforma em distorção ideológica:

As companhias com maior probabilidade de sucesso e crescimento serão aquelas que farão amplo uso de subcontratação e diferentes formas de franquias. Todos os tipos de novas formas de empreendedorismo desenvolver-se-ão – por exemplo, autoemprego em redes complementares e de pares [...]. Como a sociedade transforma-se no sentido de tornar-se, cada vez mais, uma sociedade na qual cada indivíduo é responsável por si próprio, voluntária ou involuntariamente, caminha-se na direção de número maior de pessoas mais livres. E aqui a pesquisa no campo do empreendedorismo adquire um novo significado, por oferecer ferramentas que ajudarão quantidade cada vez maior de pessoas a atuarem sob suas próprias condições, a serem elas mesmas em suas atividades e a compartilharem isso com as outras (FILION, 1999, p. 21).

Para que a ideologia se interiorize, é preciso recorrer à invenção de um ser imaginário. A projeção do empreendedor feita pelos ideólogos do empreendedorismo

¹⁸ “O trabalho em tempos de mundialização neoliberal sob a hegemonia financeira, de avanço das tecnologias digitais, da inteligência artificial e da chamada Indústria 4.0” (PRAUN; ANTUNES, 2020, p. 179). Um misto de paradigmas de tecnologia da produção e agendas políticas, uma nova maquinaria que envolve sistemas de assistência, de modo a permitir que equipamentos, como celulares, *tablets*, relógios, dentre outros, forneçam informações aos trabalhadores e dados às gerências. Pela internet das coisas, permite-se a conexão entre diferentes máquinas, e não somente entre pessoas (PINTO, 2020).

nos remete, como analogia, ao conceito de alienação trazido por Marx e Engels (2002), em que o ser é projetado a partir de idealizações de um ser perfeito. Esse ser se objetiva e se torna estranho aos seres humanos e, então, passa a dominá-lo. Quanto mais as características desse ser são idealizadas, mais diminui o humano, mais estranho fica e mais poder sobre o homem adquire.

Gramsci (1975) afirma que, no bloco histórico, as forças materiais são o conteúdo, e as ideologias equivalem à forma; também, que a distinção entre uma e outra é meramente didática, pois as ideologias seriam meros caprichos individuais sem as forças materiais, e estas não seriam concebidas historicamente sem a forma.

Abordada, aqui, a estrutura que confere base ao bloco histórico contemporâneo, passaremos a analisar, na próxima subseção, o momento superestrutural, o substrato ideológico que formata a concepção de mundo para a qual o empreendedorismo é um elemento histórico e orgânico.

2.2 O MOMENTO SUPERESTRUTURAL: A FRENTE TEÓRICA E O DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO

A superestrutura do bloco histórico forma um conjunto complexo, no qual Gramsci distingue duas esferas essenciais: a da sociedade política, que agrupa o aparelho de Estado, e a sociedade civil. Segundo Portelli (2002), Gramsci normalmente emprega a expressão sociedade civil como um conjunto de organismos privados que correspondem à função de hegemonia que a classe dominante exerce em toda a sociedade.

Conforme podemos observar em Gramsci (1975, p. 703):

A sociedade civil deve ser distinguida, como é entendida por Hegel e no sentido em que é frequentemente usado nestas notas (ou seja, no sentido de hegemonia política e conteúdo cultural de um grupo social no conjunto da sociedade, como o conteúdo ético do Estado), não no sentido de que eles são dados por católicos [...].

A noção de sociedade civil resulta da investigação sobre a hegemonia e está fortemente vinculada à questão dos intelectuais. Aqui, aparece, também, a noção de Estado integral, complexo constituído pela sociedade civil e pela sociedade política. No excerto em foco, Gramsci diferencia a sua noção de sociedade da noção dos católicos, para os quais a sociedade civil seria o Estado, restrito, em uma composição

social com a sociedade familiar e com a Igreja (TEXIER, 2017). Iniciamos nossas reflexões pela sociedade civil e a questão da ideologia.

No conjunto complexo da sociedade civil, encontra-se a vocação para dirigir todo o bloco histórico; constitui o domínio da ideologia, o que implica a adequação do seu conteúdo, segundo as categorias sociais que atinge, ao ser considerado sobre três aspectos complementares: a ideologia da classe dirigente, abrangendo a arte, a ciência, a economia, o direito etc.; a concepção de mundo difundida em todas as camadas sociais para vincula-las à classe dirigente; e a direção ideológica articulada em três níveis – a ideologia propriamente dita, a estrutura ideológica e o material ideológico (PORTELLI, 2002).

São essenciais as ideologias orgânicas, isto é, vinculadas a uma classe fundamental. Diante disso, Gramsci (1975) orienta para a necessidade da distinção entre as ideologias orgânicas e as arbitrárias:

Devemos, portanto, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias para uma certa estrutura e ideologias arbitrárias, racionalistas e deliberadas. Na medida em que são historicamente necessárias, elas têm uma validade “psicológica”, elas organizam as massas humanas, formam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência da sua posição, lutam etc. como “arbitrária”, elas não criam nada além de movimentos individuais, controvérsia etc. (GRAMSCI, 1975, p. 869).

Inicialmente limitada ao nível econômico da classe dominante, a ideologia se propaga à medida que se desenvolve a hegemonia dessa classe. Uma camada de intelectuais se especializa em cada um dos vários aspectos da ideologia dessa classe: a economia, as ciências, a arte etc. Apesar de uma aparente independência, os diferentes ramos da ideologia constituem um todo, a concepção de mundo da classe fundamental que domina e dirige o bloco histórico (PORTELLI, 2002).

2.2.1 O discurso do empreendedorismo e a economia clássica e neoclássica

Consideramos o empreendedorismo um elemento constitutivo da ideologia da classe dirigente, pois compõe a superestrutura necessária para a reprodução socioeconômica dessa classe e do próprio capital no período histórico dominado pelo neoliberalismo. Tem sua ontologia na reestruturação produtiva com base no neoliberalismo, na globalização e na inserção de ciência e tecnologia nos processos

produtivos. Ideologicamente, atua na mediação do conflito capital/trabalho, ocultando o desemprego estrutural, a precarização, a extinção de direitos, dos trabalhadores e a informalidade.

Nesse sentido, os elementos constitutivos para realizarem essa unidade real da superestrutura ideológica precisam estar vinculados teórica e filosoficamente. Coan (2011), Pandolfi (2015) e Tenório (2017) apontam que o empreendedorismo teria seus vínculos ideológicos mais remotos na teoria econômica clássica, neoclássica, os quais seriam um *corpus* de representações e proposições apresentados como um lastro teórico que suportaria a produção dos apologistas do empreendedorismo.

Dornelas (2012) e Dolabela (2012) afirmam que os vínculos mais remotos do empreendedor se encontram na teoria de Cantillon (2002). Tais vínculos se dariam na diferenciação entre o capitalista e o empresário e na disponibilidade do último em assumir risco para obter lucro.

A obra “Ensaio sobre a natureza do comércio em geral”, de Richard Cantillon (1680-1734), foi publicada em 1755, após a morte do autor. O que observamos nela, no entanto, é a descrição da estrutura social e econômica estabelecida naquele período histórico. “Apenas – e sempre – a descrição de uma determinada forma de organização social” (FIGUEIRA, 2002, p. 15). Segundo Cantillon (2002, p. 43):

É a privação do necessário que leva a subsistir, num país, os arrendatários, todo tipo de artesão, os mercadores, os oficiais, os soldados, os marinheiros, os criadores e todas as outras ordens que nele encontram ocupação. Toda esta gente que trabalha serve não apenas ao príncipe e aos proprietários, mas prestam-se mutuamente serviços, de modos que há muitos que não trabalham diretamente para os proprietários de terra, o que faz com que pareça que eles não vivem dos seus fundos, ou seja, que não vivem às suas expensas.

O autor faz a distinção entre os generais que recebem soldo, os cortesãos que recebem pensão, os criados que recebem salário e os empresários que têm salário incerto e sobrevivem por conta própria.

[...]. Todos os demais são empresários. Quer eles disponham de um fundo para movimentar sua empresa, quer sejam empresários apenas do seu próprio trabalho, sem nenhum fundo, todos vivem na mesma incerteza. Até os mendigos e ladrões são empresários desse tipo. Enfim, todos os habitantes de um país retiram sua subsistência do

fundo dos proprietários de terra e todos são deles dependentes (CANTILLON, 2002, p. 47).

A estrutura social apresentada composta pelo nobre, pelo proprietário de terras e por um conjunto de ocupações que sobreviveriam da prestação de serviços e trocas de mercadorias não pode ser confundida com o sistema de mercado, o qual “[...] não se trata apenas de uma troca de mercadorias: é um mecanismo para sustentar e manter uma sociedade inteira” (HEILBRONER, 1996, p. 29). O sistema de metabolismo social do capital, com suas determinações globalizantes, expansionistas, totalizadoras e incontroláveis, é único e não encontrou precedentes na história (MÉSZÁROS, 2011).

Portanto, fazer uma relação direta do proprietário de terras com o capitalista – e entre a miríade de ocupações apresentadas por Cantillon com o empresário moderno – é anacrônica e inadequada. O argumento da disponibilidade de correr risco para obter lucro é descaracterizado pelo próprio autor ao afirmar no trecho exposto, retirado da página 43, que é a própria privação do necessário que leva a subsistir esse contingente de trabalhadores sob aquelas condições. Nesse sentido, seria mais adequado afirmar que as condições do desenvolvimento do capital atual sob o neoliberalismo, que priva um grande contingente de trabalhadores do mínimo necessário à subsistência, além da consequente constituição de falsos empreendedores, assemelham-se à condição pré-capitalista apresentada por Cantillon.

É comum entre os ideólogos do empreendedorismo recorrer a teorias e produções anteriores para afirmar e confirmar suas próprias ideias e reforçar suas intenções e predeterminações.

Outro autor muito referenciado pelos estudiosos do empreendedorismo é Jean-Baptiste Say (1767-1832). Admirador das ideias de Adam Smith e do pensamento liberal, procurou disseminá-lo na França ao estabelecer um corpo teórico que possibilitasse a chegada da Revolução Industrial naquele país. O vínculo com o empreendedor estaria na figura do empresário industrial, o qual se submeteria aos riscos, que investiriam seus próprios recursos na perspectiva do lucro (COAN, 2011).

Filion (1999) argumenta que Say fazia distinção entre a figura do capitalista e do empreendedor, uma vez que via o empreendedor associado à ideia de inovação e agente de mudança, características que nem todos os capitalistas apresentam.

Um dos fatores de desenvolvimento econômico seria a descoberta industrial referente aos instrumentos. O resultado dessas descobertas possibilitaria obter mais utilidade pela mesma quantidade de trabalho humano. Aponta-se que, apesar de os inconvenientes gerados pela introdução das mais preciosas novidades, como o desemprego gerado pela substituição do trabalho humano por uma nova máquina, isso seria atenuado pela necessidade de serviço gerado pela instalação e manutenção desta, mas, principalmente, pela queda nos preços dos produtos (SAY, 1983).

A produção era composta por três elementos: 1) os instrumentos – tear, arados, navio etc.; 2) recursos para se manter enquanto desenvolve, produz e comercializa o produto; 3) matéria-prima para ser transformada em produto. Tão importante quanto o que cada elemento fornecia à produção era a relação estabelecida entre eles. A indústria, os capitais e os agentes naturais contribuem, cada um no que lhe concerne, para a produção. Esses três elementos são indispensáveis para que existam produtos criados, contudo não é necessário que pertençam a uma mesma pessoa (SAY, 1983).

Assim, para obter um produto, seriam necessários três processos: primeiro, estudar o curso e as leis da natureza no que tange ao produto; segundo, aplicar esses conhecimentos de forma útil, criar um produto que terá determinado valor para os homens; terceiro, executar o trabalho manual indicado pelas operações precedentes. Para o autor, raramente, essas operações seriam executadas pela mesma pessoa; assim, a primeira operação seria executada pelo cientista, a terceira pelo operário e a segunda pelo empresário industrial, “aquele que empreende a criação por conta própria, em seu benefício e a seus riscos, de um produto qualquer” (SAY, 1983, p. 85).

Convém observar que os conhecimentos dos cientistas, tão necessários ao desenvolvimento da indústria, circulam com grande facilidade de uma nação para as outras. Os próprios cientistas têm interesse em difundi-los, pois isso serve a sua fortuna e firma sua reputação, a qual lhes é mais cara que a própria fortuna. Por conseguinte, uma nação em que as ciências estão poucos cultivadas, poderia, apesar disso, desenvolver bastante a sua indústria, aproveitando-se dos ensinamentos vindos de outros lugares. O mesmo não acontece com a arte de aplicar os conhecimentos do homem às suas necessidades, nem com o talento da execução. [...] Por isso um país onde há muitos negociantes, manufatores e agricultores hábeis, possui mais meios de prosperidade do que aquele que se distingue, principalmente pela cultura do espírito (SAY, 1983, p. 87).

Fica evidente a tentativa dos ideólogos do empreendedorismo de recorrer à teoria de Say para justificar a ideia de distinguir o empreendedor do capitalista, tendo o caráter inovador como diferença básica. De forma velada, encontramos a justificação da inserção de tecnologia nos processos produtivos, a naturalização do desemprego que é estrutural, da flexibilização das relações produtivas e do fim de direitos sociais. A descaracterização do trabalhador é enquanto classe, pois, mesmo não sendo um capitalista, pode-se ser um empreendedor, um quase-burguês, como aponta Antunes (2020a).

Outro economista que tem seu nome muito referenciado pelos autores que abordam o tema do empreendedorismo é Joseph Alois Schumpeter, principalmente porque faz uma ligação direta entre o empreendedor e a inovação; o “empresário inovador” é apontado como o vínculo mais forte da teoria schumpeteriana com o empreendedorismo.

No livro “A Teoria do Desenvolvimento Econômico” (1911), o autor apresenta um modelo chamado fluxo circular, o qual descreveria um momento no qual o crescimento econômico estaria ausente, estático, cujo fluxo de produção não expande sua criação de riqueza. Segundo Heilbroner (1996), o propósito por trás desse método seria uma tentativa de responder à indagação de onde os lucros vêm. A explicação de Schumpeter, de acordo com o autor, aponta que, nessa situação, os lucros não viriam da exploração do trabalho ou dos ganhos do capital, mas estes apareceriam quando o fluxo circular falha em seguir o seu curso rotineiro. Dentre todas as forças que levariam até a perturbação da rotina, uma se destaca: a introdução de inovações tecnológicas ou organizacionais no fluxo circular.

Para além de entender o mecanismo da variação econômica, é preciso visualizar o que Schumpeter chama de empresário, inovação e capital. O empresário é o que promove inovações no processo produtivo e não deve ser confundido com o gerente ou inventor, podendo o ser também. Para Schumpeter, o desenvolvimento não é um processo gradual e harmonioso; ele se processa aos saltos, de forma desarmoniosa, para onde prevalece um elevado grau de riscos de incertezas. É imprescindível que, nessas condições, tenha um tipo – o empresário talentoso e motivado – que seja capaz de perceber as oportunidades de realizar negócios rentáveis. O empresário não seria motivado apenas pelo desejo de lucro; há o sonho e a vontade de fundar um reino particular, o desejo de conquistar, o impulso de lutar

para provar a si mesmo que é superior aos outros, ter sucesso; finalmente, há a alegria de criar, de realizar as coisas, ou, simplesmente, de exercitar sua energia e engenhosidade (SCHUMPETER, 1984).

Para Schumpeter (1984), a inovação significa fazer as coisas, diferentemente no reino da vida econômica. As inovações podem ocorrer da seguinte forma: a) introdução de um novo bem ou, então, de nova qualidade de um certo bem; b) introdução de um novo método de produção; c) abertura de um novo mercado, ou seja, um mercado em que o produto de determinada indústria nunca tivera acesso antes; d) descoberta de uma nova fonte de matéria-prima ou de produtos; e) reorganização de uma indústria qualquer, como a criação ou a ruptura de uma posição de um monopólio.

Finalmente, o capital não é o estoque de bens reais de uma comunidade, mas uma reserva monetária que capacita ao empresário ter o poder de controle sobre os fatores de produção, deslocando-se dos velhos empregos e canalizando-os para os novos usos que a inovação exige. É aquela soma de meios de pagamento que está disponível a qualquer momento a ser transferido aos empresários. Esses recursos de capital são conseguidos nos bancos criadores de crédito (SCHUMPETER, 1984).

Segundo Schumpeter, em consonância com Heilbroner (1996), uma inovação implica a existência de um inovador, alguém que é o responsável por combinar os fatores de produção de novas formas. Não se trata de um homem de negócios normal, que segue rotinas; os inovadores não vêm de nenhuma classe social específica. O autor os chamou de empreendedores e definiu que os empreendedores e a sua atividade inovadora são, assim, a fonte de lucro no sistema capitalista.

Os empreendedores, de acordo com Schumpeter, não viriam de nenhuma classe em especial; são apenas possuidores de um talento para a inovação, resultando na dinamização da sociedade nas mãos de uma elite não capitalista. Idealizava uma elite inovadora, a qual seria formada por pessoas com qualidades acima do normal quanto ao intelecto e à vontade, independentemente da classe social a que pertencesse. Não há dúvidas de que ele acreditava na importância das elites na história (HEILBRONER, 1996).

A base ideológica que Schumpeter oferece ao empreendedorismo desconsidera as condições estruturais, isto é, as classes que dependem, diretamente, da relação com as forças produtivas. As crises do bloco histórico, que são produtos do desenvolvimento do sistema do metabolismo socioeconômico do capital, seriam

resolvidas por inovações e pelo empresário inovador, por uma elite inovadora; aliás, não teríamos um bloco histórico, pois não teríamos a classe dirigente, não haveria a necessidade de construção da hegemonia dessa classe. Não por menos que ele é altamente citado pelos autores que fazem a apologia do empreendedorismo.

Se a base ideológica dos economistas sobre o empreendedorismo tivesse de ser resumida, provavelmente, seria em duas categorias: os empreendedores organizadores de negócios abordados por Say; e os empreendedores inovadores na perspectiva de desenvolvimento econômico de Schumpeter (FILION, 1999). É apoiado nessa base que o discurso do empreendedorismo se constitui e é difundido como parte do movimento superestrutural de caráter orgânico.

O discurso procura criar um imaginário de sucesso, principalmente de sucesso nos negócios. O movimento do empreendedorismo seria uma revolução, a qual parte do envolvimento de pessoas e processos que levam à transformação de ideias em oportunidades, e estas à criação de negócios de sucesso (DORNELAS, 2012; HISRICH *et al.*, 2014). Vivenciaríamos a era do empreendedorismo, pois os empreendedores estariam eliminando barreiras comerciais e culturais, ao renovar conceitos econômicos, criar relações de trabalho e novos empregos e gerar riqueza para a sociedade (DORNELAS, 2012).

O que se percebe é um discurso completamente descolado da realidade. Com a inserção intencional de tecnologias nos processos de trabalho e o advento da Indústria 4.0, o trabalho vivo se tornará mais residual; uma quantidade incalculável de força de trabalho se tornará supérflua. Sem empregos, sem seguridade social, teremos as ampliações da informalidade, dos empreendedorismos, do autoemprego, que se configuram como uma forma oculta de assalariamento (ANTUNES, 2020a).

O empreendedorismo é a manifestação da liberdade humana e a base para o bem-estar coletivo e o espírito comunitário entre as pessoas (DOLABELA, 2016). Um fenômeno social que adquire importância enquanto responsável pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social (DOLABELA, 2012).

Filion (1999, p. 20), ao tratar do movimento em torno do empreendedorismo que ocorreu em Quebec¹⁹, evidenciou a sua expectativa:

¹⁹ “Quebec foi palco, no começo dos anos 80, do aparecimento de superabundância de concursos anuais de negócios regionais, dos quais as empresas mais eficientes receberam prêmios: empreendedor do ano, melhor marketing [...]” (FILION, 1999, p. 20).

Vivencia-se a glorificação do empreendedor e a aceitação de certos modelos sociais para a prosperidade. Além de tudo isso o empreendedorismo pode ser considerado como um novo passo em direção a conquista da liberdade. A sociedade empreendedora de hoje parece estar sofrendo uma transformação bastante ampla, na qual o empreendedorismo é expresso em formas organizacionais menores.

O exposto pelos autores até o momento contrasta com a realidade do empreendedorismo sob o neoliberalismo econômico e político. O reino da liberdade que representaria o empreendedorismo se torna o reino da necessidade extrema; como apresentamos anteriormente com Cantillon, era a privação do necessário que constituía um conjunto de ocupações no pré-capitalismo. Ou, como afirma Antunes (2020a, p. 21), “em plena era do capitalismo de plataforma, plasmado por relações sociais presentes no sistema de metabolismo antissocial do capital, ampliam-se globalmente formas pretéritas de exploração do trabalho, que remetem aos primórdios do capitalismo”.

Outra característica que se tornou um consenso entre os apologistas do empreendedorismo diz respeito à principal função que gira em torno desse ser projetado: a inovação.

O que todos os empreendedores de sucesso que conheci têm em comum não é um certo tipo de personalidade, mas um compromisso com a prática sistemática da inovação. [...] A inovação é função específica do espírito empreendedor, seja num negócio existente, numa instituição de serviços públicos, ou em um novo empreendimento iniciado por uma só pessoa na cozinha de sua casa. Ele é o meio pelo qual o empreendedor cria novos recursos produtores de riqueza ou investe recursos existentes com maior potencial para a criação de riqueza (DRUCKER, 2001, p. 49).

Reforçamos que não se trata de negar a importância de inovar, de criar novos produtos, desenvolver processos e ampliar os meios de produção de riqueza. O que nos parece que define o caráter ideológico do empreendedorismo, nesse caso, é a definição da inovação como uma especificidade do empreendedor e a consequente ocultação da inovação como algo ligado ao trabalho, velando a divisão social do trabalho, a característica do modo de produção moderno.

A fórmula não se restringe às individualidades; o desafio final, sinalizado por Drucker (1987), é o de transformar toda a sociedade. Educar os trabalhadores para a realidade da inovação, não somente as novas gerações, mas com destaque para a

educação continuada, seria o mais importante estímulo à criação de uma sociedade plenamente empreendedora, com a iniciativa privada promovendo o desenvolvimento social, e o Estado sendo responsável apenas pela infraestrutura. A essa nova sociedade, denominou-se “sociedade do conhecimento”. Retornaremos ao tema da educação e empreendedorismo posteriormente nesta pesquisa.

Segundo Filion (1999), o movimento do empreendedorismo inicialmente se apoia no estudo dos pequenos negócios e sua importância no crescimento da economia. A Grã-Bretanha foi um dos primeiros países a compreender isso e, após a Primeira Guerra, em 1919, grupos de pesquisa foram criados para analisar o fenômeno. Durante a crise dos anos 30 do século XX, novos grupos iniciaram seus estudos, culminando com a Comissão de Bolton, em 1969.

Prossegue Filion (1999, p. 17):

O relatório de Bolton, publicado em 1971, mostra entre outras coisas que os pequenos negócios existem onde as economias de escala não estão automaticamente à disposição de grandes corporações. Sua existência deve-se também à presença de empreendedores e de ambiente favorável à criação de novos empreendimentos.

Compreendemos, então, que o movimento histórico que origina o empreendedorismo é a análise e o estudo dos pequenos negócios, começando no ‘período entreguerras’ do século XX, ao se consolidar na década de 70.

O movimento do empreendedorismo amplia seu espectro de análise para além do pequeno negócio e aborda, também, os trabalhadores em grandes corporações (empreendedores corporativos, intraempreendedores) e os autoempregados. Influenciados pela teoria do capital humano, pela reestruturação produtiva, o movimento se expande na formação universitária, com disciplinas, cursos e eventos, além de ações empresariais.

No espaço de uma década, a pesquisa em torno do empreendedorismo estendeu-se à maioria das disciplinas, bem como duplicaram o número de instituições oferecendo curso sobre o assunto e o número de cursos oferecidos (Vésper, 1985;1993). Como em muitos outros países, Quebec foi palco, no começo dos anos 80, do aparecimento de superabundância de concursos anuais de negócios regionais, dos quais as empresas mais eficientes receberam prêmios: empreendedor do ano, melhor marketing, melhores resultados em exportações, melhor proteção ambiental, melhor gerenciamento de recursos humanos, e assim por diante. Vivencia-se a glorificação do

empreendedor e a aceitação de certos modelos sociais para a prosperidade (FILION, 1999, p. 20).

Para Filion (1999), o autoemprego é uma categoria do empreendedorismo, no entanto estaria ligado ao que chama de empreendedores involuntários, forma que se expande consideravelmente a partir da década de 1990. Isso coincide no processo de reestruturação produtiva do capital com o que Antunes (2020) chama da explosão do novo proletariado de serviços, cuja lógica destrutiva do capital, conforme expulsa homens e mulheres do mundo produtivo, recria modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado e flexível, ao diminuir, ainda mais, a renda dos trabalhadores que conseguem se manter trabalhando.

Na verdade, a categoria involuntária é um produto dos anos 90. É composta, principalmente, por recém-formados e pessoas demitidas após o fechamento ou a reestruturação de corporações, os quais não foram capazes de encontrar empregos e, por isso, foram forçados a criá-los. [...]. Os empreendedores involuntários tendem a optar pelo auto emprego, mas não são empreendedores no sentido geralmente aceito do termo. Criam uma atividade de negócios, mas não são movidos pelo aspecto inovação. Enquanto a inovação e o crescimento são palavras-chave para definir o empreendedor, as que definem o autoempregado são ecologia pessoal e estilo de vida equilibrado (FILION, 1999, p. 20).

Essa proposição do autor por meio da qual o autoemprego seria uma escolha do empreendedor apresenta uma distorção da realidade. Primeiro, naturaliza o desemprego, ao não considerar os processos de reestruturação produtiva e de inserção da tecnologia nos processos produtivos. Segundo, individualiza o problema, pois o sujeito não foi capaz de encontrar um emprego. Terceiro, romantiza essa situação, apontando que as palavras-chave que definem esse empreendedor de segunda ordem são “ecologia pessoal” e “estilo de vida equilibrado”, quando, na verdade, o que caracteriza o autoempregado é a incapacidade de o modo de produção capitalista oferecer condições dignas de sobrevivência.

O fato é que a ideia do empreendedor ligado à inovação, com base no conhecimento e no desenvolvimento de tecnologias, chega ao século XXI orientando políticas de desenvolvimento. Como aponta Azevedo (2014, p. 32-33):

[...] O lançamento da nova estratégia de desenvolvimento na Reunião do Conselho Europeu em Lisboa, no ano 2000, que também é a inauguração da terceira fase da integração europeia, quando o

Conselho Europeu coloca como desafio para a União Europeia tornar-se a mais competitiva economia do conhecimento do Globo, com o lançamento do Processo de Lisboa, também conhecido como Agenda de Lisboa ou Estratégia de Lisboa (Conselho Europeu de Lisboa, 2000). [...] Essa estratégia de desenvolvimento da União Europeia, ao reivindicar a melhoria do padrão de competitividade da Europa e do poder da inovação e da tecnologia para “ganhar a dianteira” na corrida global pela economia baseada no conhecimento, sustenta-se ideologicamente na Teoria do Capital Humano e parece filiar-se ao modelo de desenvolvimento proposto por Joseph Schumpeter

Ao ter em vista o bloco histórico constituído a partir da crise da década de 70, em que as relações produtivas são crescentemente e intencionalmente invadidas pelo capital mundializado associado às tecnologias informacionais sob o comando do sistema financeiro, e que esse processo tenha se intensificado no século XXI, o empreendedorismo e a sua abordagem contemporânea na educação devem ser analisados sob a frente teórica/ideológica neoliberal: “a criação de situações de mercado e a produção do sujeito empresarial devem-se muito mais a elas do que à economia neoclássica” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 133).

A concepção neoliberal de sociedade baseada no livre mercado e na concorrência como lógica que produz o avanço social é generalizada para todas as atividades da vida. “O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o empreendimento que expressa o empreendedorismo dos seres humanos, constituindo a fonte de liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a empresa” (FREITAS, 2018, p. 31). Essa concepção define as finalidades da educação, principalmente, para a classe trabalhadora.

2.2.2 Neoliberalismo e Teoria do Capital Humano (TCH): a base político-ideológica do empreendedorismo e sua inserção na educação

A Teoria do Capital Humano (TCH) tem orientado propostas políticas baseadas em economistas de orientação neoclássica, bem como naqueles ligados às correntes liberais ortodoxas. Tornou-se parte importante da base ideológica para a mudança do padrão de acumulação capitalista a partir da crise da década de 70, orientando e justificando políticas que promoveram reformas na sociedade, inclusive na educação, principalmente aquelas elaboradas e difundidas por Organismos Internacionais (AZEVEDO, 2019). Nesse sentido, discutiremos, inicialmente, o neoliberalismo, uma ideologia política que se instala a partir da crise do keynesianismo e seu modelo de

bem-estar social com a participação do Estado no processo de recomposição produtiva do capital.

2.2.2.1 O neoliberalismo e a formação do empreendedor

Se existe, atualmente, um neoliberalismo, houve uma matriz inspiradora. Por isso, é importante retomar, mesmo que de forma sintética, o debate sobre o liberalismo procurando identificar as novidades do neoliberalismo (AZEVEDO, 2021).

Se o liberalismo nomeia a ideologia política alinhada ao surgimento histórico do capitalismo de "mercado livre" e da democracia representativa de estilo ocidental, o neoliberalismo significa um regime particular de liberalismo, capitalismo e democracia que foi globalizado desde os anos 1970, na forma de um sistema ativo promoção estatal dos princípios de mercado e concorrência que os críticos veem como antitéticos à democracia (PHELAN; DAWES, 2018, p. 1).

O liberalismo, tendo como pilares a economia guiada pelo mercado e o individualismo como tônica das relações sociais, apropriado pela burguesia, deu forma ao modo de produzir capitalista. “Adam Smith sustentava que o livre mercado, como prática nas relações econômicas, e o individualismo como valor de conduta nas relações sociais, impulsionariam o desenvolvimento e seriam catalisadores da identificação de uma sociedade de maior abundância” (AZEVEDO, 2021, p. 75).

O liberalismo, em variadas formulações e tendo por base o Iluminismo, em versões empiristas e racionalistas, é o substrato ideológico da burguesia para a superação do feudalismo, do mercantilismo e das formações pré-capitalistas, não só em termos políticos e econômicos, mas também para a suplantação da ordem jurídica e o sobrepujamento de qualquer cultura que lhe possa ser alheia, especialmente aquela que era dominante no ancien régime (AZEVEDO, 2021, p. 71).

É a crença na “mão invisível” do mercado, a busca pelo ganho individual, que teria por resultado não esperado um bem coletivo, ou seja, ao realizar seus desejos e projetos particulares, teria por resultado não esperado o desenvolvimento social (AZEVEDO, 2021).

A influência de Smith nas doutrinas econômicas socialmente conservadoras desses dois últimos séculos está principalmente em sua crença de que, numa economia de mercado concorrencial,

laissez-faire e capitalista, o livre mercado dirigia todos os atos egoístas, aquisitivos e voltados para o lucro para um “sistema óbvio e simples”, socialmente benéfico e harmonioso, “de liberdade natural”. Declarou ele que as funções apropriadas do governo deveriam ser estritamente limitadas (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 99).

Este governo (Estado) limitado só deveria ter três funções:

[...] primeiro, a função de proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; segundo, a função de proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça e da opressão de qualquer de seus membros ou a função de oferecer uma perfeita administração da Justiça; e, por fim, a função de fazer e conservar certas obras públicas e de criar e manter certas instituições públicas, cuja criação e manutenção nunca despertariam o interesse de qualquer indivíduo ou de um grupo de indivíduos, porque o lucro nunca cobriria as despesas que teriam estes indivíduos, embora, quase sempre, tais despesas pudessem beneficiar e reembolsar a sociedade como um todo (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 99).

Azevedo (2021), apoiado em Hunt (1989), afirma que a obra de Smith serve de referência tanto para a teoria que defende o trabalho como criador original de riqueza (valor-trabalho), admitindo, portanto, a existência de classes antagônicas, quanto para a teoria do valor-utilidade, que propõe a utilidade como fonte de valor, pressupondo a harmonia de classe. A fecundidade da obra abrange esse duplo conteúdo, porém considerando a historicidade:

O individualismo, a livre iniciativa e a mínima intervenção do Estado eram pressupostos básicos para que governos de corte autoritário/absolutista fossem superados, de maneira a liberar populações do servilismo e a avançar na produção de bens com maiores excedentes (devido às revoluções industrial e agrícola) (AZEVEDO, 2021, p. 80).

Para Azevedo (2021), as ideias mais retidas e lembradas do pensador liberal pelo neoliberalismo correspondem a aspectos mais básicos do seu pensamento, aqueles que ressaltam o mercado, a livre-empresa, a iniciativa individual e a limitação do papel do Estado:

1) A melhor alocação de recursos é feita pelo mercado – chamado por ele, metaforicamente, de ‘mão invisível’ – de maneira a enaltecer o mercado como uma epifania própria da onipotência divina; 2) o capital (na realidade, a pessoa física ou jurídica detentora do capital – o capitalista) deve estar livre de regulamentações; 3) o indivíduo tem o

melhor juízo, sendo soberano em suas escolhas e arbítrios; e 4) o Estado deve ser mínimo, limitando suas funções, especialmente, à segurança, à defesa e à garantia de liberdade para o livre-mercado [...] (AZEVEDO, 2021, p. 78).

O neoliberalismo se apresenta como um herdeiro do liberalismo clássico. Com a Primeira Guerra Mundial e as crises que vieram depois dela, ganha força a revisão dos dogmas liberais em função da desconfiança com a doutrina da liberdade total aos atores do mercado. “O que fazer com as velhas imagens idealizadas da livre troca, quando todo o equilíbrio social e econômico parece abalado?” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 57). Intensifica-se, portanto, a busca por melhor compreender os princípios do liberalismo e/ou melhor realizar a sociedade liberal.

A insuficiência do princípio do *laissez-faire*²⁰ e a questão da intervenção governamental são aspectos centrais à época. Foram formulados dois tipos de resposta: em ordem cronológica, a primeira é o novo liberalismo²¹, e a segunda é o neoliberalismo. Tanto os nomes dados às duas quanto os conteúdos elaborados e as linhas políticas permitiram distingui-las retroativamente (DARDOT; LAVAL, 2016).

O “novo liberalismo” repousa sobre a constatação da incapacidade dos dogmas liberais de definir novos limites para a intervenção governamental. Em nenhum outro lugar lê-se melhor essa incapacidade dos dogmas antigos do que no pequeno ensaio de John Maynard Keynes cujo título já é por si só uma indicação do espírito da época: O fim do “laissez-faire” (1926). Se Keynes se tornará mais tarde o alvo preferido dos neoliberais, não devemos nos esquecer de que keynesianismo e neoliberalismo compartilharam as mesmas preocupações durante algum tempo [...] (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 58).

Os pensadores neoliberais se consideram os únicos herdeiros do liberalismo clássico, “deserdando” o keynesianismo. No entanto, essa reivindicação pode ser

²⁰ “Como é sabido, *laissez-faire* e *laissez-passer* são conhecidas máximas do liberalismo que, interpretando, significam que a economia deveria ser guiada pelo mercado (por compradores e vendedores na sociedade civil) e o individualismo, supostamente, seria a tônica das relações sociais. Por um lado, esta ordem baseia-se na temerosa componente egoísta possessiva (individualismo possessivo); por outro lado, é com o liberalismo que o indivíduo é sacado do marasmo social vivido no *ancién régime*, ganhando, assim, uma identidade individual, fortalecedora do humanismo [...]” (AZEVEDO, 2021, p. 75).

²¹ “Afora um núcleo de economistas universitários irredutíveis, aferrados à doutrina clássica e essencialmente hostis à intervenção do Estado, cada vez mais autores esperavam uma transformação do sistema liberal capitalista, não para destruí-lo, mas para salvá-lo. [...]. Um “novo liberalismo” mais consciente das realidades sociais e econômicas procurava definir havia muito tempo uma nova maneira de compreender os princípios do liberalismo, que emprestaria certas críticas do socialismo, mas para melhor realizar os fins da civilização liberal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 57).

classificada como uma tripla farsa: primeiro, a fundamental referência do neoliberalismo se encontra em alguns liberais do século XIX e no marginalismo do século XX; segundo, executores de políticas, eleitos com propostas populares e progressistas, implementam uma agenda neoliberal; terceiro, a defesa incontestada do seu modelo econômico ortodoxo e a não admissão da plausibilidade de qualquer variação liberal voltada ao social e/ou economicamente democrática por parte do Estado (AZEVEDO, 2021).

O “novo liberalismo”, do qual uma das expressões tardias e mais elaboradas no plano da teoria econômica foi a de Keynes, consistiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma “sociedade de liberdade individual”, em proveito de todos. Duas propostas poderiam resumi-lo: 1) as agendas do Estado devem ir além dos limites que o dogmatismo do laissez-faire impôs a elas, se se deseja salvaguardar o essencial dos benefícios de uma sociedade liberal; 2) essas novas agendas devem pôr em questão, na prática, a confiança que se depositou até então nos mecanismos autorreguladores do mercado e a fé na justiça dos contratos entre indivíduos supostos iguais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 68).

O Estado, para Keynes – e isso aconteceu após a crise de 1929 –, deve atuar na sociedade, na economia, evitando – ou superando crises –, ao criar demandas e se tornar “[...] empreendedor, financiador, regulador, árbitro, tocador de obras etc.” (AZEVEDO, 2021, p. 88).

As regulações concernentes ao Estado de bem-estar social não feriram o arcabouço teórico dos clássicos liberais. A possibilidade de, por intermédio do Estado, permitir a incorporação de mais pessoas no mundo da produção e do consumo, além de socializar bens públicos²², parece ter incomodado defensores do liberalismo ortodoxo e do individualismo possessivo (AZEVEDO, 2021). “Hayek parece insinuar que a possível ampliação do espaço público-estatal implicaria perigo à ordem social ou às premissas do liberalismo (mas as defendidas por ele – mais tarde denominadas de neoliberalismo)” (AZEVEDO, 2021, p. 84).

É necessário distinguir o liberalismo clássico do neoliberalismo. O primeiro foi o arcabouço teórico ideológico das transformações econômicas, sociais e culturais

²² Em essência, para se classificar algo ou um serviço como um bem público, devem-se cumprir duas condições: a primeira é a de que o acesso ao bem não pode ser exclusivo a um contingente, de modo que possa significar o não acesso por parte de outros cidadãos; a segunda é a de que o acesso ao bem não pode implicar a diminuição do seu conteúdo para o outro (AZEVEDO, 2021).

que ocorreram na Europa, contribuindo para a consolidação político-ideológica da modernidade e do capitalismo. Apesar das tragédias históricas da formação do capitalismo, o liberalismo como frente teórica da classe burguesa proporcionou uma formação social com maior liberdade e materialmente mais abundante em relação às formações sociais feudais e pré-capitalistas (AZEVEDO, 2021). Ainda, sobre o neoliberalismo, de acordo com Dardot e Laval (2016, p. 69):

Em certos aspectos, aparece como uma decantação do “novo liberalismo” e, em outros, como uma alternativa aos tipos de intervenção econômica e reformismo social [...]. Mas, ainda que admitam a necessidade de uma intervenção do Estado e rejeitem a pura passividade governamental, os neoliberais opõem-se a qualquer ação que entrave o jogo da concorrência entre interesses privados. A intervenção do Estado tem até um sentido contrário: trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado. [...]. Ele prolonga a virada que deslocou o eixo do liberalismo, fazendo da concorrência o princípio central da vida social e individual, mas, em oposição à fobia spenceriana²³ de Estado, reconhece que a ordem de mercado não é um dado da natureza, mas um produto artificial de uma história e de uma construção política.

Se o liberalismo clássico foi a base ideológica da burguesia para a transformação da formação social feudal e, em alguma medida, representou avanços nas relações sociais e avanços materiais, superando o servilismo, o neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo e a sociedade moderna. Estruturalmente, expande o modelo monopolista e oligopolista; nessa perspectiva, é insólito discutir a livre concorrência e o livre mercado. Essas características, com poucas ressalvas, já não estão mais presentes na sociedade contemporânea. Ideologicamente, estende o “individualismo possessivo” (AZEVEDO, 2021, p. 86) e a lógica empresarial para todas as relações sociais e esferas da vida.

Politicamente, sob o véu do Estado mínimo e a partir da hegemonia da classe dominante, intensifica-se a intervenção deste no sentido de criar um sistema jurídico normativo que coloque os interesses do mercado muito acima de qualquer outro interesse. Nesse sentido, o neoliberalismo se impõe ideologicamente, e a hegemonia

²³ Herbert Spencer (1820-1903). “Seu livro *Indivíduo contra o Estado* defende o sistema da concorrência como uma espécie de “seleção natural” dos mais aptos, um darwinismo social” (MORAES, 2001, p. 12).

da classe dominante se consolida tanto pelo consenso quanto pela coerção, tanto por ações do Estado quanto pelo mercado.

Se é verdade que a crise do liberalismo teve como sintoma um reformismo social cada vez mais pronunciado a partir do fim do século XIX, o neoliberalismo é uma resposta a esse sintoma, ou ainda, uma tentativa de entravar essa orientação às políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas que se desenvolveram desde o fim do século XIX, uma orientação vista como uma degradação que conduzia diretamente ao coletivismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 71).

O Colóquio *Walter Lippmann*, realizado em Paris, em 26 de agosto de 1938, é considerado o momento fundador do neoliberalismo. Apesar de a criação da Sociedade *Mont-Pèlerin*, em 1947, ser citada frequentemente como um registro do seu nascimento, sob determinado ângulo, pode-se considerar que ela seja um prolongamento da iniciativa de 1938. O neoliberalismo se desenvolverá segundo várias linhas de força que, desde o princípio, dividiram os intelectuais, principalmente quanto ao sentido a prosseguir, ou seja, transformar o liberalismo, dando-lhe um novo fundamento, ou ressuscitar o liberalismo clássico, operar um retorno contra os desvios e heresias que o perverteram (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em face dos inimigos comuns (o coletivismo em suas formas comunista e fascista, mas também as tendências intelectuais e as correntes políticas reformistas que supostamente levavam a ele nos países ocidentais, a começar pelo keynesianismo), essas divergências vão parecer secundárias, sobretudo quando vistas de fora. Durante a travessia do deserto político e intelectual dos neoliberais, o que importa, na verdade, é opor um front unido ao “intervencionismo de Estado” e à “escalada do coletivismo”. Foi essa oposição que a Sociedade Mont-Pèlerin conseguiu encarnar, reunindo as diferentes correntes do neoliberalismo, a corrente norte-americana (fortemente influenciada pelos “neoaustriacos” Friedrich Hayek e Ludwig von Mises) e a corrente alemã e permitindo, desse modo, que se apagassem as linhas divergentes tais como haviam se firmado antes da guerra (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 73).

Essa união de correntes divergentes ocultou um dos principais aspectos da virada na história do liberalismo moderno: “a teorização de um intervencionismo propriamente liberal. Era precisamente isso que trazia à luz o Colóquio Walter Lippmann” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 73). Ademais:

Através do discurso dos numerosos participantes, impõe-se uma redefinição do liberalismo que deixa os ortodoxos particularmente desarmados. Essa linha de força do colóquio une a perspectiva de Rougier, de ordem essencialmente epistemológica, a de Lippmann, que lembra a importância da construção jurídica no funcionamento da economia de mercado, e, por fim, aquela, muito próxima, dos “sociólogos liberais” alemães Röpke e Von Rüstow, que enfatizam a sustentação social do mercado, que por si só não é capaz de assegurar a integração de todos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 79).

Hayek, ao tomar a frente do movimento neoliberal, após 1947 e a criação da Sociedade *Mont-Pèlerin*, prolonga e muda a orientação do neoliberalismo para além da divergência entre a radicalização ou retorno ao liberalismo clássico (DARDOT; LAVAL, 2016).

O desenvolvimento do pensamento de Hayek, em particular, não pode ser entendido simplesmente como uma “reafirmação” dos princípios antigos, já que integrará de forma singular a crítica do velho *laissez-faire* e a necessidade de um “código de trânsito” firme e rigoroso. Esse pensamento, que pode ser visto como uma resposta original aos problemas postos pela redefinição do liberalismo, tenta articular as posições da maioria e da minoria do Colóquio Walter Lippmann, permitindo ao menos por um tempo que ordoliberais alemães e austro-americanos se mantenham na mesma corrente (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 100).

Esse modo de ver o mundo social em Hayek está ancorado no conceito de “ordem espontânea” (MORAES, 2001, p. 23). Hayek constrói sua teoria do mercado como ordem espontânea, retomando Smith (mercado como ordem natural) e criticando a ordem racional walrasiana²⁴ (mercado como ordem racional). É interessante como Adam Smith, Leon Walras e F. A. Hayek, mesmo separados cada um de seu sucessor por um século, têm como elo teórico o mercado autorregulável para a explicação da ordem social capitalista (GANEM, 2012). Segundo a teoria do mercado como ordem espontânea, que passou a orientar todas as correntes neoliberais no pós-guerra:

O mercado é, nessa visão, um processo competitivo de descoberta. Nele, inumeráveis indivíduos movem-se orientados pelos seus interesses próprios. O mercado é a combinação desses planos e atividades individuais de produtores e consumidores. Os elementos

²⁴ O pensamento de Leon Walras, situado no fim do século XIX, está inserido no quadro do movimento marginalista e de uma mudança de paradigma na economia, do qual é um dos seus mais ilustres representantes. Seu objetivo é demonstrar lógico-matematicamente a ordem social do mercado (GANEM, 2012).

motores desse mundo são a função empreendedora do indivíduo e a concorrência, no interior de uma complexa divisão social do trabalho. A ordem do mercado é produto das atividades dos indivíduos, mas não do desígnio nem da deliberação de ninguém em particular. Não é resultado de uma razão, em sentido estrito. Aliás, todas as instituições econômicas, políticas e culturais positivas são resultados de uma evolução espontânea (MORAES, 2001, p. 23).

Apesar das semelhanças com o pensamento liberal, as proposições neoliberais são mais radicais. “[...] Uma sociedade livre, sem planejamento e sem coerção estatal, utiliza mais conhecimento e, portanto, é mais flexível, eficiente, livre, plural e criativa” (MORAES, 2001, p. 23), conforme vemos no excerto extraído do livro “Capitalismo e Liberdade”, de Milton Friedman (2008, p. 12):

Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos. Além desta função principal, o governo pode, algumas vezes, nos levar a fazer em conjunto o que seria mais difícil ou dispendioso fazer separadamente. Entretanto, qualquer ação do governo nesse sentido representa um perigo. Nós não devemos nem podemos evitar usar o governo nesse sentido. Mas é preciso que exista uma boa e clara quantidade de vantagens, antes que o façamos. E contando principalmente com a cooperação voluntária e a empresa privada, tanto nas atividades econômicas quanto em outras, que podemos constituir o setor privado em limite para o poder do governo e uma proteção efetiva à nossa liberdade de palavra, de religião e de pensamento.

Historicamente, a crise da década de 70 é o ponto de transição para o neoliberalismo; para a elite dirigente, o keynesianismo entra em esgotamento como modelo para a reprodução do capital.

A crise econômica experimentada desde a década dos setenta, pelo mundo capitalista, acentuou as críticas ao Estado benfeitor e incentivou o desenvolvimento das propostas monetaristas frente ao keynesianismo. Este momento ideológico, caracterizado muito esquematicamente como nova Direita serviu como marco de referência para a justificação das políticas postas em prática por governos conservadores (FINKEL, 1992 *apud* AZEVEDO, 2021, p. 89).

Essa grande capacidade de o capitalismo se reestruturar nos remete ao conceito gramsciano de revolução passiva, o qual, segundo Voza (2017), apresenta um vínculo muito forte com a crise orgânica e define uma nova morfologia dos

processos sociais e políticos; tratam-se de processos moleculares de transformação de crise-reestruturação, de crise contínua capitalista. Nesse sentido, a classe dominante no bloco histórico de base keynesianista adota, como uma solução à crise orgânica, o modelo neoliberal.

Politicamente, o bloco histórico dominante comprometido com o neoliberalismo, em busca e luta pela preservação de sua supremacia, apresenta uma agenda antipúblico, porém contraditoriamente, atua dentro do Estado, contra o Estado e por intermédio do Estado para realizar sua agenda político-econômico-cultural (AZEVEDO, 2021, p. 89).

Ao associar o conceito de bloco histórico ao de revolução passiva, a revolução apresentada pela fração da burguesia dirigente responde à crise do keynesianismo, a partir da doutrina neoliberal, “[...] com um programa que propugna a desregulamentação da economia, o Estado mínimo, o individualismo e o retorno à economia de mercado” (AZEVEDO, 2021, p. 90). Assim, a “revolução” neoliberal permite a classe dirigente construir posições e trincheiras no seio da sociedade civil e da sociedade política, além de estabelecer a sua hegemonia.

Nesse íterim, Milton Friedman faz a defesa do individualismo. “Para o liberal, os meios apropriados são a discussão livre e a coação voluntária, [...] O ideal é a unanimidade, entre indivíduos responsáveis [...]” (FRIEDMAN, 2008, p. 29). E, nesse sentido, o mercado é a instância para a solução de conflitos e demandas sociais, deixando evidente sua posição desfavorável à democracia política como meio para definir questões econômicas e culturais (AZEVEDO, 2021). Para Friedman (2008, p. 30):

O uso dos canais políticos, embora inevitável, tende a exigir muito da coesão social, essencial a toda sociedade estável. A exigência é menor se a concordância para a ação conjunta precisa ser alcançada somente para um número limitado de questões sobre as quais as pessoas de qualquer forma têm pontos de vista comuns.

O uso amplo do mercado reduz a tensão aplicada sobre a intrincada rede social por tornar desnecessária a conformidade, com respeito a qualquer atividade que patrocinar. Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Como contrapartida, quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, tanto maior probabilidade de obter concordâncias e manter uma sociedade livre.

Azevedo (2021, p. 91), ao interpretar o pensamento de Friedman, propõe três regras político-econômicas: “[...] despolitizar os mecanismos que unem a rede do tecido social; [...] não lançar novas questões para o terreno da política; [...] procurar transformar as questões sociais, culturais e de bem-estar em questões do indivíduo, que devem ser resolvidas no livre-mercado”.

Quando questões sociais, culturais e até políticas se configuram em questões de mercado, não somente o bem público é mercadorizado e transformado em produto privado, mas as próprias instâncias decisórias, participativas e políticas deixam de ser acessadas pela coletividade. Quando isso acontece – e essa é a proposta neoliberal –, a mão invisível do mercado se torna completamente insensível, e o domínio de classe se efetiva pela força, pela coerção do próprio mercado, porém não pelo consenso.

Para Dardot e Laval (2016), o pensamento de Mises e Hayek é estruturado pela oposição de dois processos: o primeiro tem o Estado como agente principal e recai sobre as ingerências deste que levam ao totalitarismo e à regressão econômica; o segundo corresponde ao capitalismo e tem no empreendedor, isto é, qualquer agente econômico, o seu ator principal.

Dando ênfase à ação individual e ao processo de mercado, os autores austroamericanos visam, em primeiro lugar, a produzir uma descrição realista de uma máquina econômica que tende ao equilíbrio, quando não é perturbada por moralismos ou intervenções políticas e sociais destruidoras. Em segundo lugar, visam a mostrar como se constrói na concorrência geral certa dimensão do homem, o empreendedor, que é o princípio de conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 134).

O que distingue o neoliberalismo é a valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade. Sob essa ideologia, o empreendedor se constitui em uma dimensão antropológica; o homem que funcione como uma empresa é o indivíduo da sociedade neoliberal. O empreendedorismo é o princípio essencial à ordem capitalista neoliberal, já que individualiza a concorrência, a qual é vista como uma conduta do sujeito que tenta superar os outros na descoberta de informações que resultem em oportunidade de lucro. A dimensão da competição e da rivalidade é privilegiada e incentivada.

Embora se considere típica de uma política neoliberal a construção de uma situação econômica que a aproxime do cânone da concorrência

pura e perfeita, há outra orientação, talvez mais disfarçada ou menos imediatamente perceptível, que visa a introduzir, restabelecer ou sustentar dimensões de rivalidade na ação e, mais fundamentalmente, moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 136).

Formar o empreendedor é estratégico para o neoliberalismo permitir que todos se tornem sujeitos de mercado e pressupõem a disputa ideológica, à medida que as ideologias têm uma enorme influência sobre a orientação das ações individuais. “[...]. Se as massas não pensam, como Von Mises gosta de dizer, cabe aos círculos estritos dos intelectuais travar frontalmente o combate contra todas as formas de progressismos e reforma social [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 150).

Se o mercado é um processo de aprendizado, se o fato de aprender é um fator fundamental do processo subjetivo de mercado, o trabalho de educação realizado por economistas pode e deve contribuir para a aceleração dessa autoformação do sujeito. A cultura de empresa e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 150).

Evidencia-se, aqui, o vínculo orgânico do empreendedorismo e a classe dirigente neoliberal. Esse vínculo parte de uma necessidade estrutural de desenvolvimento econômico por meio do mercado, de sua autorregulamentação e, conseqüentemente, da valorização do capital, de forma a recorrer à construção de uma superestrutura ideológica. Essa superestrutura é constituída por um substrato teórico-ideológico, que é difundido à sociedade civil por intermédio de uma organização social concreta, isto é, no seio da superestrutura, existe uma estrutura ideológica responsável por desenvolver, manter e difundir a ideologia. A escola, ao dar centralidade ao empreendedorismo nos seus processos educativos, constitui-se como uma parte fundamental dessa estrutura ideológica orgânica ao capital.

Ao considerar que a formação do empreendedor é um dos caminhos estratégicos do neoliberalismo e, pela necessidade de analisarmos a frente teórica que dá suporte a esse movimento orgânico do capital, na sequência, abordaremos a Teoria do Capital Humano (TCH).

2.2.2.2 Teoria do Capital Humano (TCH), empreendedorismo e educação

Os defensores do empreendedorismo e, principalmente, os apologistas da educação empreendedora (DORNELAS, 2012; DOLABELA, 2016) fazem referência à TCH, que tem como precursor Theodore William Schultz (1902-1998), além das obras “O Valor Econômico da Educação” (1963) e “O Capital Humano – investimentos em educação e pesquisa” (1973), produzidas no período em que trabalhava na Universidade de Chicago. Para Frigotto (2011), o empreendedorismo é a mais recente das noções vinculadas à TCH e assume a perspectiva de rejuvenescer os velhos conceitos atrelados ao capital na educação.

Na Universidade de Chicago, a partir de fins da década de 1940, comecei a procurar uma explicação mais completa e a verificar o papel das capacidades adquiridas dos agentes humanos como uma fonte mais importante dos ganhos de produtividade não explicados. Essas capacidades adquiridas obviamente não eram gratuitas. Recursos escassos estavam sendo destinados à aquisição de tais capacidades; e, desta forma, o estágio analítico voltou-se para os investimentos feitos no homem (SCHULTZ, 1973, p. 7).

As propostas políticas que têm como substrato teórico-ideológico a TCH consideram a educação um investimento pessoal, colocando em xeque a própria ideia desta ser um direito social garantido pelo Estado. “[...] consideram o aprendizado como um *input* de conhecimento em um dos fatores de produção (trabalho) ou, se preferir, no proprietário da força de trabalho (trabalhador)” (AZEVEDO, 2019, p. 888).

De acordo com a teoria do capital humano, o “adquirente” do novo conhecimento torna-se capaz de ser mais produtivo, rendendo-lhe maiores ganhos por intermédio da maior produtividade gerada pelo conhecimento adicionado ao indivíduo. Para os aderentes à teoria do capital humano, o conhecimento “agregado” tem o efeito de proporcionar rendimentos superiores a seu proprietário (o trabalhador educado). Desta forma, não é demasiado ressaltar que os pressupostos da teoria do capital humano têm permanecido ideologicamente operativos desde os anos 1960 [...]” (AZEVEDO, 2019, p. 888).

Os pressupostos filosóficos e sociológicos da TCH se identificam com o individualismo metodológico fundado por Hayek e Popper. “Neste sentido, conforme enuncia a própria denominação do mencionado referencial de análise, o

individualismo metodológico tem como sujeito essencial da ação social o indivíduo” (AZEVEDO, 2019, p. 893).

Segundo Brémond *apud* Azevedo (2019, p. 893), “a única maneira, para Hayek, de compreender os processos econômicos consiste em partir da análise do indivíduo”. Ainda, de acordo com o mesmo autor, para Hayek, “o mercado é eficaz porque proporciona a melhor gestão possível da informação. É a única forma de administrar e, em particular, coordenar a multiplicidade de informações que caracteriza as sociedades complexas” (BRÉMOND *apud* AZEVEDO, 2019, p. 893-894).

Para as escolas liberais ortodoxas, como a de Hayek, o mercado é o instrumento de alocação de recursos por excelência. Entretanto, o mercado, instituição historicamente construída como um dos meios de encontro de produtores de mercadorias, não tem capacidade sensório-racional. Não se pode delegar ao mercado, conforme também desejava Say com a sua “Lei dos mercados” (AZEVEDO, 2001), a coordenação das ações humanas e, por consequência, o destino da sociedade. Polanyi, de maneira oposta, afirma que é uma utopia a ideia de um mercado autorregulável (AZEVEDO, 2019, p. 894).

As teses da TCH redundaram na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica e, portanto, das taxas de lucro do capital. Sob a predominância dessa visão, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo que, ao se educar, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. A ideia de capital humano fez da educação um “valor econômico”, em uma equação perversa que equipara capital e trabalho, como se ambos fossem igualmente meros fatores de produção. Além disso, legitima a ideia de que os investimentos em educação sejam determinados pelos critérios do investimento capitalista, uma vez que a educação é o fator econômico considerado essencial para o desenvolvimento (MINTO, 2011).

Ao retomar a questão da TCH desenvolvida por Schultz, já no prefácio da obra “O Capital Humano – investimentos em educação e pesquisa” (1973), o autor aponta que o investimento no homem significava que o conceito tradicional de capital tinha de ser ampliado para dar conta da realidade relativa ao capital humano. Afirma que, ao perceber o papel generalizado, penetrante do capital humano na economia moderna, enxergou claramente as inadequações do conceito de capital. Ao ser

possível, analiticamente, agregar todas as formas de capital humano, esse agregado excederia largamente todos os itens do capital não-humano. Schultz (1973, p. 7) se mostrava “[...] perplexo pela omissão do capital humano nos modelos de crescimento econômico que dominavam a literatura econômica”. Ao abordar a recusa dos economistas em considerar o investimento no homem, tenta justificar que não se trata de considerar o homem uma propriedade, tampouco ativos a serem manipulados no mercado.

Consequentemente, tratar os seres humanos como riqueza que pode ser ampliada por investimento é um ato contrário a valores fundamente arraigados. Parece que seria reduzir o homem, mais uma vez, a um mero componente material. [...] E para o homem olhar-se para si mesmo como um bem de capital, ainda que isso não ponha em perigo a sua liberdade, pode parecer um achincalhamento feito a si próprio. Nada menos que a pessoa de J. S, Mill, certa vez, em que as pessoas de um determinado país não podiam ser tomadas como um item de riqueza, porquanto a riqueza só existe para beneficiar as pessoas. Mas, sem dúvida, Mill estava errado; não há nada no conceito de riqueza humana contrário à ideia de que ela exista apenas para oferecer vantagens às pessoas. Ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à sua disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar (SCHULTZ, 1973, p. 33).

Segundo o autor, os mesmos economistas que não querem olhar para os seres humanos como bens de capital consideram conveniente, na análise da produtividade marginal, tratar o trabalho como se fosse um feixe único de habilidades inatas totalmente libertas do capital. “O fracasso em tratar os recursos humanos explicitamente como uma forma de capital, como um meio produzido de produção, como um produto de investimento, fomentou a retenção da noção clássica de trabalho” (SCHULTZ, 1973, p. 34).

A TCH é criticada em seu conjunto; entretanto, um ponto é fulcral na tradição marxista: a aplicação do conceito de capital à pessoa. Paiva (2001) aponta que, em “O Capital”, sua obra de maior envergadura, Marx faz toda uma investigação para demonstrar o papel que desempenha a força de trabalho na formação e valorização do capital, mas nunca sendo ela própria capital. A propósito, Marx faz questão de trabalhar claramente as categorias capital (constante e variável) e força de trabalho. O capitalista comparece ao mercado e compra força de trabalho, e não capital humano.

Schultz (1973) propõe que as pessoas incrementam suas capacitações como produtores e consumidores investindo em si mesmas. Ademais, muitas dessas capacitações são desenvolvidas por meio de atividades com atributos de investimentos. Aliás, esses investimentos não podem ser desprezados, pois são de uma magnitude que altera o quantitativo de poupanças e de formação de capital. Eles ampliam a estrutura dos ordenados e dos salários e a quantia dos rendimentos relativa à renda advinda da propriedade. Tais alterações seriam a chave para os enigmas que perduram na economia acerca do crescimento econômico, da estrutura dos rendimentos e da distribuição de renda pessoal.

A ideia do capital humano encaminha uma relação de proporção direta entre escolaridade e renda, uma relação de causa e efeito entre a formação escolar e os salários. O conhecimento que determina uma melhor renda individual, bem como a superioridade produtiva de um país, é aquele que tem valor econômico. Assim, segundo essa perspectiva, as políticas educacionais deveriam ser formuladas no sentido de atender às exigências do sistema produtivo, visando a uma formação racional e tecnicamente eficiente, ao considerar a lógica produtivista.

Deve-se esclarecer que o problema não está na promoção da educação como objetivo ou como alavanca das políticas de desenvolvimento, mas sim no fato de tornar o ensino em simples input econômico a seu portador e de considerar a educação, ideologicamente, como mercadoria que pode ser agregada privadamente ao indivíduo. [...] a educação em qualquer de seus níveis, do básico ao superior, deve ser considerada um 'bem público' e um direito fundamental dos cidadãos (AZEVEDO, 2021, p. 103).

Schultz continua propondo hipóteses para demonstrar como o investimento em capital humano seria a resposta para o crescimento econômico, o aumento nos rendimentos e para a redução das desigualdades por meio da distribuição de renda. Aponta que desconsiderar as melhorias nas capacitações do homem para explicar o crescimento econômico é um equívoco.

É como se tivéssemos um mapa de recursos que excluísse um rio importante e seus tributários. Esse rio particular é alimentado pela escolarização, pela aprendizagem no local de trabalho, pelos progressos na saúde e pelo acervo crescente de informação acerca da economia. Cada um desses elementos é uma atividade de investimento que desenvolve o capital humano (SCHULTZ, 1973, p. 67).

Para Santos (2009), o ideário representado por Schultz considera o conhecimento um fator de produção – é um bem (capital) agregado ao trabalhador. Sendo o trabalhador possuidor de capital, o antagonismo e as lutas de classes perdem a razão de ser; pobreza e fracassos pessoais são decorrentes da falta de mérito do indivíduo, da ausência de senso de oportunidade familiar e pessoal nas escolhas vocacionais. Por sua vez, no plano macroeconômico, são decorrentes da ausência de investimentos corretos no sistema educacional. Essa relação causal entre escolaridade e renda, para cuja determinação, segundo o tecnicismo de mercado, não são considerados fatores políticos condicionantes da distribuição de riquezas, ignora o caráter reprodutor da educação, ao focar apenas na sua face produtora.

Diante da educação como um fator de produção, Schultz (1973) afirma que ela é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de uma aquisição de capacitações que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo. Salaria que as duas faces da moeda da educação estão atreladas ao mercado. Uma face como um bem de consumidor, em comparação a outros bens duráveis do consumidor, e a outra como um bem de produtor. Propõe tratar a educação como um investimento e as suas consequências como uma forma de capital – o capital humano.

Dado que se torna parte integral da pessoa, não pode ser comprada ou vendida, ou tratada de acordo com as nossas instituições, como propriedade. Não obstante, é uma forma de capital se presta serviços de um determinado valor. A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que alguns aumentos importantes na renda nacional são uma consequência de adições a esta forma de capital (SCHULTZ, 1973, p. 79).

A partir da proposição de que a educação é uma forma de capital humano, o autor registra sete implicações particulares ao planejamento e ao financiamento da educação superior. Destacamos, aqui, as implicações 6 (seis) e 7 (sete):

(6) O capital humano, como o capital reproduzível, está sujeito à obsolescência. [...] O limite máximo de vida deste capital é o período remanescente de vida dos indivíduos depois que completaram a sua educação formal. Um aumento na longevidade pode decrescer a taxa de depreciação; as aposentadorias que se registram mais cedo do que o costume pode funcionar na direção oposta. Mais importante é a obsolescência advinda das mudanças na procura de altas capacitações técnicas, mudanças que são uma característica de nosso tipo de crescimento econômico. Devia ser possível fornecer instrução que fosse menos sujeita a este tipo de obsolescência do que

o é presentemente. O planejamento educacional devia procurar meios e maneiras de melhorar a educação superior a esse respeito, substituindo componentes de instrução de longa duração por outros de curta duração, de modo que pudessem servir melhor às demandas flutuantes em relação às altas capacitações técnicas. [...] (7) A formação de capital pela educação prepara o terreno para que se pense na educação como investimento (SCHULTZ, 1973, p. 157).

A ideia de transformar a educação em capital e em considerar o sujeito apenas um fator de produção a partir de adquiri-lo, a ponto de até considerar a depreciação desse capital, gerava restrições e oposições que provocaram o comentário referido por Schultz (1973, p. 155): “Até aqui, todavia, o conceito de capital humano tem contribuído muito mais para o pensamento econômico do que para a solução dos problemas inerentes à educação”.

Se Schultz não vislumbrava claramente a adesão aos seus postulados por parte da educação, no Brasil, conforme aponta Frigotto (2010), essa teoria é rapidamente adotada como perspectiva de desenvolvimento e equalização social no contexto do milagre econômico. Sua disseminação, como panaceia da solução das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, foi incentivada pelos organismos internacionais.

O conjunto de postulados básicos da teoria do capital humano teve profunda influência nos (des)caminhos da concepção, políticas e práticas educativas no Brasil, sobretudo, na fase mais dura do golpe militar de 1964, anos 1968 a 1975. [...] A reforma universitária de 1968 e, sobretudo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1971, corporificaram a essência deste ajuste (FRIGOTTO, 2010, p. 46).

Apesar de Schultz, na obra analisada, não abordar abertamente a temática do empreendedorismo, é consenso entre pesquisadores da área da educação que os pressupostos da THC fundamentam o espírito empreendedor. A educação empreendedora seria uma nova roupagem para a TCH adequada às condições atuais de formação com base em um modelo de acumulação flexível, sob a hegemonia do capital. Se desenterrarmos as raízes da proposta educativa pautada no empreendedorismo, encontraremos o substrato ideológico da Teoria do Capital Humano (FRIGOTTO, 2011; COAN, 2013; PANDOLFI, 2015; TENÓRIO, 2017).

Para a TCH, os trabalhadores se transformariam em capitalistas “pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico” (SCHULTZ, 1973, p. 35). Von Mises e Hayek veem a concorrência no mercado como um processo

de descoberta da informação pertinente para o sujeito ultrapassar o outro na obtenção de novas oportunidades de lucro (DARDOT; LAVAL, 2016). Aqui, encontramos o fundamento do empreendedorismo na educação: é na escola que se desenvolveriam essas habilidades e capacidades para reconhecer as oportunidades de lucro, por meio dela, mas, com os ditames do mercado, seriam moldados os sujeitos para se tornarem empreendedores aptos a aproveitar as oportunidades de lucro e dispostos a entrar na concorrência permanente.

Individualismo, competição e rivalidade são elementos presentes na formação do empreendedor; não é sem motivos que, comumente, observamos nessas propostas educativas as competições escolares, olimpíadas (robótica, de matemática etc.), feiras tecnológicas onde são premiadas e classificadas as produções de alunos, incubadoras de produtos onde a competição é por investimentos do mercado, dentre outras circunstâncias. As metodologias que propõem a simplificação dos processos educativos às resoluções de problemas reais do mercado ou flexibilização curricular, formação por cursos rápidos, também atendem a essa perspectiva ideológica. “A partir da luta dos agentes é que se poderá descrever [...] a própria vida econômica, cujo ator real é o empreendedor, movido pelo espírito empresarial [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 136). Como enfatiza Santos (2004, p. 9):

Outra possibilidade de compreendermos a centralidade da educação no discurso do bloco hegemônico e as crescentes iniciativas de educação corporativa, bem como o surgimento do conceito de capital intelectual, diz respeito à função socializadora da prática pedagógica, pela formação ética, moral, ou, em termos gramscianos, pela conformação psicofísica necessária ao ajustamento individual às condições de trabalho; pela formação do espírito “empreendedor” frente à extinção dos direitos trabalhistas. Nesse caso, a formação escolar preparará ‘corações e mentes’ para as relações sociais precarizadas, para a legitimação dos critérios de remuneração, que passam a ser fundamentados da docilidade e capacidade de adaptação.

Azevedo (2021, p. 105), ao discutir a educação como bem público, exprime que a mercadorização desse direito fundamental tem base ideológica na TCH. Todavia, a intensificação desse processo mercadológico na contemporaneidade significa uma radicalização da própria teoria:

Este processo de mercadorização da educação tem ideologicamente apoio na chamada teoria do capital humano. Segundo o que requisita

o mundo do capital, são constantes e recorrentes exigências de novas habilitações para a ocupação de postos de trabalho, reafirmando a necessidade de o trabalhador 'investir-se' de novos conhecimentos e de procurar novas qualificações. Tais requisitos significam uma radicalização ideológica da teoria do capital humano, pois não se trata apenas de uma promessa de rendimentos superiores para aqueles trabalhadores que estejam em aprendizagem ao longo da vida, mas de uma forma de demonstrar que essa é a única chance posta aos proprietários da força de trabalho de se manterem em condições de empregabilidade.

O desemprego estrutural gerado pela intensificação da tendência destrutiva em relação ao trabalho que o modelo de produção capitalista assume no século XXI, pelo uso crescente das tecnologias de informação e comunicação, plataformas digitais, trabalho remoto, enfim, por todo um arsenal digital canalizado para fins estritamente lucrativos, faz aumentar, exponencialmente, a informalidade, os trabalhos autônomos, os empreendedorismos (ANTUNES, 2020a). Assim, a radicalização da TCH serve de substrato ideológico para a formação do empresário de si mesmo; serve de frente teórica para ocultar um modo de produção incapaz de proporcionar emprego para todos. Ocorre o deslocamento do Estado investidor para o sujeito investidor, onde os jovens são ideologicamente orientados a investir seus poucos recursos em uma formação que apenas conforma.

A base teórico-ideológica aqui apresentada confere ao movimento do empreendedorismo uma determinação de fenômeno histórico e orgânico atrelado ao bloco histórico que se formou a partir da crise econômica da década de 70 e a consequente derrocada do keynesianismo e do Estado de bem-estar social. Nesse contexto histórico, constitui-se como um elemento da concepção de mundo da classe dominante, que é difundida em todas as camadas sociais, de maneira a atuar na direção ideológica da sociedade mediando o conflito estrutural entre capital e trabalho.

Temos, então, uma necessidade estrutural de reprodução do capital, que intensifica a exploração humana e da natureza, e um substrato teórico-ideológico, que direciona a sociedade civil e a sociedade política (GRAMSCI, 1975). Nesse sentido, o empreendedorismo é uma forma desse direcionamento que, para compor o bloco histórico, precisa ser difundido política e ideologicamente por intermédio de uma estrutura e uma organização social concreta. Destarte, realiza-se o vínculo orgânico entre estrutura social e superestrutura política e ideológica. É essa organização social concreta que abordaremos na próxima seção.

3. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONCRETA PARA A DIFUSÃO DO EMPREENDEDORISMO: O SISTEMA ESCOLAR COMO PARTE DA ESTRUTURA IDEOLÓGICA

A questão de como se organiza, de fato, a estrutura ideológica da classe dominante é um dos aspectos essenciais da abordagem de Gramsci, que aponta para a necessidade de um estudo analisar “[...] a organização material voltada a manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica” (GRAMSCI, 1975, p. 332). É essa organização social concreta que realiza o vínculo entre os interesses estruturais da classe que comanda o bloco histórico e a superestrutura.

Gramsci destaca três organizações principais responsáveis pela difusão da ideologia: as organizações de imprensa, a igreja e a organização escolar. No entanto, salienta vários aspectos dessas organizações, que vão de clubes variados até a arquitetura e nomes de ruas. O estudo da estrutura ideológica deveria remeter, primeiramente, à imprensa, que o autor italiano considerava a parte mais dinâmica dessa estrutura. Mas não era somente nela ou na igreja que se tinha praticamente o monopólio dessa função no bloco histórico medieval. Ainda se mantinha um papel ideológico importante à organização escolar, tanto sob o controle do Estado quanto de organismos privados, formando-se um conjunto cultural importante (PORTELLI, 2002; LIGUORI, 2017).

A ideologia tem, portanto, uma “estrutura material”, que inibe a possibilidade de uma concepção idealista e liberal, pela qual as ideias se afirmariam somente por sua própria força intrínseca. Tal estrutura ideológica é traduzível nas “trincheiras”, “casamatas” e “fortificações” de que fala Gramsci (LIGUORI, 2017, p. 273).

Propomo-nos seguir a indicação gramsciana e analisar como é difundido o empreendedorismo, este elemento ideológico orgânico ao capital e à classe capitalista dirigente, por meio da organização escolar e como, nesse sentido, a escola se configura em uma estrutura ideológica dessa classe.

O conjunto de representações que compõe o empreendedorismo e sua essência ideológica tem conquistado centralidade nas políticas educacionais. A temática ocupa um espaço privilegiado no discurso, já que se manifesta “como modo de teorização e organização do trabalho escolar, desde a educação básica até o ensino superior” (TENÓRIO, 2017, p. 90).

3.1 O DISCURSO EM TORNO DA EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO

Segundo Fillion (1999), os grupos de pesquisa constituídos na Grã-Bretanha, logo após a Primeira Guerra, que pretendiam compreender a importância dos pequenos negócios para a economia, estão na origem do que, mais tarde, tornara-se o empreendedorismo. Com a crise dos anos 30 do século XX, novos grupos de estudos foram formados, culminado com a Comissão de Bolton²⁵, em 1969, e o consequente Relatório de Bolton²⁶, publicado em 1971, o qual apresenta que os pequenos negócios existem onde as economias de escala não estão automaticamente à disposição de grandes corporações. Assim, a sua existência se materializa devido à presença de empreendedores e de um ambiente favorável.

Coan (2011) afirma que um marco histórico dessa relação educativa foi a implantação do curso de gerenciamento de pequenas empresas na *Harvard Business School* nos Estados Unidos, no ano de 1947, que ensinava noções de empreendedorismo.

Ensino que teve sua origem nos cursos de administração de empresas, por volta do ano de 1947, na Universidade de Harvard, Estados Unidos, ministrado a um universo de 188 alunos. Foi o primeiro curso a que se tem notícia, ofertado por Myles Mace em decorrência da influência de Schumpeter, recém-chegado à Universidade. Posteriormente, em 1953, Peter Drucker, na Universidade de Nova York, oferece outro curso, acrescentando a preocupação com a inovação como um dos temas a serem trabalhados. Daí para frente, houve uma grande evolução em termos de ofertas de cursos nesta área, chegando, à década de 1970, a ser ofertados cerca de 104 cursos em diversas universidades norte-americanas, e, próximo aos anos 2000, 1.400 cursos (TENÓRIO, 2017, p. 104).

²⁵ *Committee of Inquiry on Small Firms* – Criada em Londres, teve seus membros nomeados em 23 de julho de 1969 pelo Presidente do Conselho de Comércio, com os seguintes termos de referência: considerar o papel das pequenas empresas na economia nacional, as facilidades de que dispõem e os problemas com que se deparam; e fazer recomendações. Para o propósito do estudo, uma pequena empresa pode ser definida amplamente como uma empresa com não mais de 200 funcionários, mas isso não deve ser considerado uma definição rígida. No decorrer do estudo, será necessário examinar em particular a lucratividade das pequenas empresas e a disponibilidade de finança. Deve-se dar atenção também às funções especiais de pequenas empresas, por exemplo, fornecedores inovadores e especializados.

²⁶ *Small Firms: Report of the Committee of Inquiry on Small Firms.*

Chairman: J. E. Bolton, DSC.

Presented to Parliament by the Secretary of State for Trade and Industry by Command of Her Majesty, November 1971.

Entende-se, diante do exposto, que essa produção de estudos e pesquisas, ligada à pequena empresa e ao seu papel na economia, marca a origem da relação entre o empreendedorismo e a educação. Mesmo com a ampliação dos estudos e pesquisas para além da área econômica, o empreendedorismo está essencialmente ligado aos postulados da empresa e sua reprodução socioeconômica, em qualquer escala; portanto, trata-se de uma construção histórica com necessidades e finalidades específicas. A partir dessa premissa é que analisamos a sua relação com a educação.

Surgem, como desdobramento dessa origem, congressos, seminários, cursos, disciplinas de graduação e pós-graduação, enfim, um conjunto de ações históricas com a finalidade de formação na área.

A década de 1980 representou o período de expansão do empreendedorismo enquanto disciplina nos cursos de graduação, conteúdo curricular em disciplinas de áreas diversas e cursos de pós-graduação. Nesse período, surgem os primeiros doutorados. Contribuíram, para tanto, produções acadêmicas e conferências, com destaque para o evento anual do *Babson College*²⁷ e do *International Council for Small Business* (FILION, 1999).

Mesmo considerando essa origem, devido à expansão da temática para outras áreas de estudo, principalmente as ciências humanas e sociais aplicadas, o autor afirma que, atualmente, é preciso diferenciar o empreendedorismo dos pequenos negócios: “A área dos pequenos negócios e do autoemprego é um dos parâmetros de um campo mais amplo que é o empreendedorismo” (FILION, 1999, p. 17). Prossegue o autor definindo o campo empreendedorismo como: “[...] aquele que estuda os empreendedores. Em outras palavras, examina suas atividades características, efeitos sociais e econômicos e os métodos de suporte usados para facilitar a expressão da atividade empreendedora” (FILION, 1999, p. 21).

O discurso do empreendedorismo apresenta uma tensão no seu interior entre a produção teórica com características positivistas e a produção destinada à aplicação direta:

²⁷ *Babson College Entrepreneurship Research Conference* – BCERC, conferência anual realizada pelo *Babson College* (EUA). A primeira aconteceu em 1981, em sua sede, e, desde então, ela se realiza anualmente em vários países, como no Canadá, em 1988, França, em 1992, Londres, em 1995, Suíça, em 2010, Noruega, em 2016, e Irlanda, em 2018 (babson.edu/academics/centers-and-institutes/).

Tal teoria teria por base modelos quantitativos rigorosos e seria obtida por meio de uma pesquisa quantitativa ampla que provaria, de maneira incontestável, a natureza do empreendedor e da atividade empreendedora e os seus efeitos no desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, inúmeros professores deparam-se diariamente com a necessidade de produzir material para treinar os empreendedores para a prática empreendedora. Para tanto, usam métodos qualitativos para desenvolver os modelos e as ferramentas que ajudarão os empreendedores de fato e os empreendedores em potencial a exercerem sua profissão competentemente (FILION, 1999, p. 17).

Essa tensão relatada não representa uma oposição no sentido de uma anulação ou superação de uma pela outra oposição, já que as bases materiais de sustentação de ambas são as mesmas e é sobre elas que o empreendedorismo estabelece relações com a educação. No Brasil, por exemplo, esse movimento inicial é descrito por Pandolfi (2015, p. 87):

A iniciativa da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Eaesp) e do professor Ronald Degen de ofertar o primeiro curso sobre Empreendedorismo, no ano de 1981, é registrada por Dolabela (2000) como um marco no ensino do tema no Brasil. Tratava-se de uma disciplina do Curso de Especialização em Administração para Graduados (Ceag), chamada de “Novos Negócios”, que foi estendida para a graduação com o nome de “Criação de Novos Negócios – Formação de empreendedores” em 1984, ano em que a disciplina “Criação de Empresas” começou a ser ofertada no curso de graduação em Administração na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), e o Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) instituiu uma disciplina de ensino de criação de empresas no curso de bacharelado em Ciência da Computação.

Diante desse cenário, temos a impressão de que a maior parte dos autores que abordam a educação para o empreendedorismo a faz sob a perspectiva de formar os empreendedores a partir da produção de modelos e ferramentas. É também sob essa perspectiva que organizações nacionais e internacionais atuam, de modo a influenciar e operar tanto nos processos educativos nos diferentes níveis da educação brasileira quanto nos processos decisórios em relação à política educacional.

Hisrich *et al.* (2014, p. 17) não consideram a educação formal essencial para os empreendimentos, citando exemplos, como Henry Ford, dentre outros, que não concluíram a escola secundária:

[...] uma necessidade educacional nas áreas de finanças, planejamento estratégico, marketing (especialmente distribuição) e administração. A habilidade de se comunicar com clareza, oralmente e por escrito, também é importante em qualquer atividade empresarial. Até a educação sem especialização é importante, pois facilita a integração e o acúmulo de novos conhecimentos, propiciando às pessoas um leque maior de oportunidades [...] e ajuda os empreendedores a se adaptarem a novas situações. Em geral, o capital humano (e as experiências) de um empreendedor cria conhecimento, aptidões e habilidades para solucionar problemas, os quais são transferíveis para várias situações.

Dornelas (2012) questiona se o empreendedorismo pode ser ensinado. A resposta expõe que ensinar empreendedorismo é ensinar o processo empreendedor e que isso é possível a qualquer pessoa, diferentemente do mito do inatismo do empreendedor. Os objetivos do ensino do empreendedorismo devem focar nas habilidades do empreendedor, na identificação das oportunidades, na inovação, no desenvolvimento econômico, no plano de negócios e na gerência do negócio.

As habilidades requeridas de um empreendedor podem ser classificadas em três áreas: técnicas, gerenciais e características pessoais. As habilidades técnicas envolvem saber escrever, saber ouvir as pessoas e captar informações, ser um bom orador, ser organizado, saber liderar e trabalhar em equipe e possuir know-how técnico na sua área de atuação. As habilidades gerenciais incluem as áreas envolvidas na criação, desenvolvimento e gerenciamento de uma nova empresa: marketing, administração, finanças, operacional, produção, tomada de decisão, controle das ações da empresa e ser um bom negociador. Algumas características pessoais já foram abordadas anteriormente e incluem: ser disciplinado, assumir riscos, ser inovador, ser orientado a mudanças, ser persistente e ser um líder visionário. As habilidades mencionadas e os objetivos expostos formam a base para a ementa de um curso de empreendedorismo (DORNELAS, 2012, p. 30).

O rol de habilidades requeridas de um empreendedor sob a perspectiva de Dornelas (2012) nos remete ao conceito de alienação e estranhamento. São tantas habilidades projetadas que transformam o empreendedor em um ser estranho e, quanto mais projetamos qualidades nesse ser, mais diminuimos o homem; não é sem propósito que muitos ideólogos se referem ao espírito do empreendedorismo.

Até agora, os homens sempre tiveram ideias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função das representações que faziam de Deus, do homem normal etc. Esses produtos de seu cérebro cresceram a ponto

de dominá-los completamente. Criadores, inclinaram-se diante de suas próprias criações. Livremo-los, pois, das quimeras das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais eles se estiolam. Revoltemo-nos contra o domínio dessas ideias[...] (MARX; ENGELS, 1998, p. 3).

Projetam suas ideias, juízos, sentimentos, representações em uma objetivação externa: o empreendedor; logo, essas ideias objetivadas e estranhadas passam a dominar o homem. A ideologia do empreendedorismo se torna a essência alienada dos homens.

Em Dolabela (2016), encontramos a mais enfática referência à educação para o empreendedorismo na educação básica brasileira com a proposição de uma pedagogia e de uma teoria educacional para o empreendedorismo, a qual abordaremos mais detalhadamente à frente, que destaca a educação para o empreendedorismo no Brasil. “A educação empreendedora deve começar na mais tenra idade, porque diz respeito à cultura, que tem o poder de induzir ou de inibir a capacidade empreendedora” (DOLABELA, 2016, p. 114). Prossegue o autor:

Nesses dez anos abrindo trilhas em terrenos desconhecidos, acumulei a ousadia indispensável para mergulhar no meu novo sonho antigo: trabalhar com crianças e adolescentes, da pré-escola, ao nível médio, dos 4 aos 17 anos. Na lida aprendi que todos nascemos empreendedores e que, se deixamos de sê-lo mais tarde, isso se deve à exposição a valores antiempreendedores na educação, nas relações sociais, no “figurino cultural” conservador a que somos submetidos. Lidar com crianças, portanto, é lidar com autênticos empreendedores ainda não contaminados por esses valores (DOLABELA, 2016, p. 123).

Dolabela²⁸ é uma das maiores referências dos apologistas do ensino do empreendedorismo na educação básica no Brasil. As propostas de sua autoria, chamadas de “Pedagogia Empreendedora” e “Oficina do Empreendedor”, são largamente difundidas e utilizadas por diversos municípios e instituições, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Portanto, não são produções com poucas consequências educativas, o que torna mais grave a citação apresentada, além do caráter altamente panfletário, uma desqualificação

²⁸ Fernando Dolabela foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG entre os anos de 1992 e 1997. Autor de livros na área do empreendedorismo, atualmente, é consultor e palestrante, colaborador do Instituto Millenium e do Endeavor Brasil. Mais informações disponíveis em: fernandodolabela.com.br. Acesso em: jul. 2020.

desconcertante da produção científica, cultural e dos valores que não concordam com a ideologia do empreendedorismo.

No relatório do GEM Brasil, proveniente de 2019, encontramos as recomendações dos especialistas em empreendedorismo para a educação, as quais mostram uma intencionalidade preocupante e demonstram, claramente, a perspectiva ideológica da proposição.

Instituir como política de Estado a formação empreendedora, mesmo que para isso seja necessária uma grande reformulação na estrutura de ensino vigente no país, priorizando a formação técnica, tecnológica e científica nos diferentes níveis educacionais. Respeitando assim as condições e vocações da população ao mesmo tempo em que responde pelas necessidades do mercado e de inserção no mundo globalizado.

Incluir no ensino fundamental e médio noções de educação financeira e empreendedorismo como temas transversais, com foco na prática e na realidade a ser experimentada pelos vocacionados para esse tipo de atividade profissional.

Conceber a educação empreendedora como um instrumento de ascensão social e desenvolvimento pessoal, evitando ser um recurso destinado apenas às classes sociais mais abastadas.

Criar programas de competição relacionados a novos negócios inovadores, semelhantes aos já existentes como a Olimpíada de Matemática e as competições de robótica (GRECO, 2019, p. 26).

Nessa perspectiva, formar o empreendedor não está mais atrelado à especificidade da área de negócios, da administração, da economia e afins; trata-se, agora, da ampliação desse discurso em uma perspectiva educacional ampla, definindo valores, conteúdos e objetivos que alterem a finalidade da educação em qualquer dos seus níveis e modalidades. Drewinski (2008, p. 56) entende “como uma estratégia para se pensar e viabilizar a formação de pessoas para as novas relações de trabalho, [...]”.

A relação do empreendedorismo com a educação foi amplamente difundida a partir do campo acadêmico e de ensino, tanto com produções e pesquisas quanto com disciplinas e cursos de graduação e pós-graduação. Somando-se a esse movimento acadêmico/educacional, o processo de expansão global da formação do empreendedor contou com um trabalho essencial de variadas organizações, conforme aponta Dornelas (2012), como associações empresariais, comerciais e industriais; organizações setoriais, como a Agência de Serviços para Pequenas Empresas, no

Reino Unido; a *Small Business Administration* (SBA), nos Estados Unidos, e o próprio SEBRAE, no Brasil.

Como compartilhamos o entendimento teórico gramsciano, em que as ideias não se afirmam somente pela sua força intrínseca, torna-se necessário discutir e compreender essa organização social concreta supranacional que orienta políticas e processos nacionais, bem como engendra, a partir de organizações privadas, uma intencionalidade educativa que atenda aos interesses estruturais da classe dominante. Para tanto, vamos nos apoiar na teoria da Agenda Globalmente Estruturada Para a Educação (AGEE).

3.2 A TEORIA DA AGEE E AS INFLUÊNCIAS SUPRANACIONAIS SOBRE O EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO

Nesta seção, abordaremos o contexto global estruturado em torno da necessidade de formar o empreendedor, tendo como referência teórica a AGEE elaborada por Roger Dale²⁹, a fim de analisar a influência exercida pelas grandes agências supranacionais.

Com o processo de globalização, as decisões políticas têm sido cada vez mais influenciadas por instâncias supranacionais. Os modelos de política são adequados à posição geopolítica que o país ocupa no cenário global.

Isso não implica definir que o estado e os atores civis nacionais renunciem à disputa e aos seus interesses – e, simplesmente, reproduzam modelos definidos globalmente –, mas que, gradativamente, têm-se deslocado aspectos decisórios importantes da esfera nacional para a global. Conforme nos indica Azevedo (2001), não se trata de uma imposição política, tampouco somente de coerção econômica. Muitos fatores levam países a adotarem políticas estruturadas globalmente, incluindo questões culturais e ideológicas. Trata-se, também, de uma construção ideológica.

Para Souza (2016, p. 466), duas questões surgem dessa situação. A primeira diz respeito à relativa perda do poder do Estado em definir os rumos da nação, pois

²⁹ Roger Dale (1940-) é professor de educação da *University of Bristol*, no Reino Unido, e suas contribuições teóricas estão situadas no campo da sociologia da educação. Além disso, tem como áreas de pesquisa a globalização, a europeização e governança da educação, a política educacional, as organizações internacionais e a metodologia política crítica. Juntamente com Susan Robertson, cofundou a revista *Globalization, Societies and Education*, cujo primeiro volume foi publicado em 2003 (UNIVERSITY OF BRISTOL, 2018 *apud* BARBIERI, 2018).

“[...] tomam decisões sobre a forma e a direção da política, mas pautadas por uma agenda que, se não lhes é imposta, é fortemente influenciada externamente”. A segunda questão, que decorre desta, é que, ao não ter poder para compor a agenda, o Estado fica “enclausurado” entre a sua autonomia e a pressão supranacional, que apresenta demandas que não podem ser atendidas ou não consideram as necessidades nacionais imediatas (SOUZA, 2016).

Dale (2004, p. 436), ao propor a AGEE, abordou os efeitos da globalização sobre a educação. Apontou a “importância das forças supranacionais, na possibilidade de os objetivos políticos, assim como os processos, poderem ser afetados através de influências externas sobre as políticas educativas nacionais, [...]”.

Porém, Azevedo (2019), Susan Robertson e Roger Dale (2015) reconhecem que:

[...] a globalização não pode ser vista meramente como um [conspiratório] *master plan* das organizações internacionais, das potências mundiais e das grandes empresas transnacionais para o domínio global do capitalismo em tempos de economia baseada no conhecimento. Assim, mesmo que isto seja real, seria uma redução aos aspectos da política e da expansão do capitalismo. Para além desta evidência, em termos de interpretação teórica, criticamente, afora o político e o econômico, o processo de globalização comporta também diversos componentes culturais e é influenciada por ações e agências de variados atores sociais, inclusive do campo da educação (AZEVEDO, 2019, p. 883, grifos do autor).

Nesse sentido, a teoria da AGEE procura discutir como são tomadas as decisões políticas, de forma a desvelar essa relação íntima entre educação e globalização.

3.2.1 A Teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE)

A defesa de uma agenda educacional estruturada a partir de interesses e organizações supranacionais implica a análise sobre a relação entre globalização e educação. No entanto, para Dale (2004), é necessário superar as frequentes abordagens que consideram a primeira um indiscutível progresso em direção à homogeneidade cultural, como a obsolescência dos Estados-nação em detrimento de uma política mundial e com reflexo do crescimento irresistível da tecnologia da informação.

Menos comuns do que essas aplicações indiscriminadas do termo, ou do que o seu uso promíscuo como rótulo para todos os tipos de fenômenos, têm sido as tentativas para confrontar teoricamente a natureza e os efeitos da composição e das consequências da mutação das forças supranacionais, que não pretendem a priori nem substituir o estado para fazer o mundo mais homogêneo, nem ser guiadas pelas cegas forças tecnológicas (DALE, 2004, p. 424).

A AGEE, enquanto uma teoria efetiva, propõe especificar a natureza da globalização, indicar o que se quer dizer com educação e especificar a relação entre ambas. Em função disso, baseia-se em trabalhos sobre economia política que consideram a mudança de natureza da economia capitalista mundial a força diretora desse processo globalizador, além de estabelecer seus efeitos sobre os sistemas educativos (DALE, 2004).

Sobre a globalização, mais do que o seu uso indiscriminado como justificativa para todos os fenômenos, é fundamental entender a sua materialidade. Na perspectiva teórica adotada, trata-se de um conjunto de dispositivos para a organização da economia global, conduzido pela necessidade de manutenção do sistema capitalista mais do que qualquer outro conjunto de valores, resultante das transformações sociais em torno da procura do lucro, o qual permanece como o motor de todo o sistema (DALE, 2004).

A globalização, segundo o autor, é construída por meio de três conjuntos de atividades: as econômicas, caracterizadas pelo ator como “hiper liberalismo”; as políticas, qualificadas como “governança sem governo³⁰”; e as culturais, identificadas pela mercadorização e consumismo. Trata-se de um processo complexo, centrado em torno de três blocos de Estados (Europa, América e Ásia)³¹. Esses blocos partilham a preocupação com o controle e compartilham certas regras do jogo:

Competem ferozmente para fazer avançar o conjunto de acordos globais que lhe sejam mais favoráveis, mas reconhecem que, em última análise, dependem da existência de um mundo que seja seguro

³⁰ Representa uma alteração qualitativa na natureza das relações entre os Estados e as forças supranacionais. A teoria da AGEE não considera que a política mundial é conduzida por uma racionalidade técnica autônoma, autopropulsora, mas a vê como sendo veiculada pelos interesses dos Estados poderosos que acabam por reter a sua dominação, quando esta é ameaçada por forças que eles não podem controlar (DALE, 2004).

³¹Essas regiões são mais construções sociais, especialmente político-econômicas, do que geograficamente inclusivas. Têm diferentes níveis de interação e integração e podem, até certo ponto, ser vistas como competindo entre si (cf. DALE & ROBERTSON, 1997; GRIECO, 1997; MITTELMAN, 1996; KATZENSTEIN, 1996; HETTNE, 1997) (DALE, 2004).

para o prosseguimento da procura do lucro e não de um mundo que seja seguro para perseguir o seu lucro próprio a expensas de outros (DALE, 2004, p. 437).

Para Ianni (2010, p. 10), “[...] a globalização, a globalidade ou o globalismo compreende um novo surto de expansão das forças produtivas e relações de produção capitalistas”. Nesse sentido, a extensão alcançada pela globalização é inédita e permite falar em economia global que inclui todas as nações do mundo.

Dale (2004) cita três fatores globais que compõem essa expansão em escala nunca vista na história: o colapso formal da única alternativa ao capitalismo e a aceleração dos processos no sentido da mercadorização de todas as coisas; o triunfo de um sistema, e não de uma nação hegemônica; a criação de novas formas de governação supranacional³² que assumiram formas de autoridade sem precedentes.

Outro aspecto que caracteriza a abordagem da teoria da AGEE sobre a globalização, no sentido de compreender sua natureza, diz respeito aos problemas centrais que estão na base dessa estruturação político-econômica:

Estes problemas centrais são os mesmos que, como já argumentei, enquadram a agenda do Estado e de todas as suas partes componentes, incluindo a educação, da sociedade capitalista: apoio ao regime de acumulação, assegurando o contexto que não inibe a sua contínua expansão e fornecendo uma base de legitimação para o sistema como um todo (DALE, 2004, p. 437).

Assim, os problemas centrais de reprodução do capitalismo, historicamente demandados ao Estado, como: a garantia de uma infraestrutura para a acumulação contínua e o desenvolvimento econômico, tal como a disponibilização de uma mão de obra diversamente qualificada; a preservação de um nível de ordem e coesão sociais; a legitimação das desigualdades inerentes ao sistema, estão na base da globalização, porém sob outras formas decorrentes “da constitucionalização neoliberal, da fusão da regulação e da emancipação, da mudança de governo para governança e da reconstrução e recontextualização do ‘nacional’” (DALE, 2010, p. 1099).

Dessa forma, entende-se que a globalização constitui um novo cenário para as relações políticas, econômicas e culturais. O lucro continua atuando como força motriz

³² Adquire o mesmo sentido do termo “governança sem governo”. Nos textos mais recentes do autor, traduzidos para o português diretamente do inglês, como Dale (2010), o termo que aparece é governança e não governação, mas que representa as relações de poder entre os Estados e as forças supranacionais.

e os problemas centrais do capitalismo, antes encaminhados a partir de determinações nacionais, demandam dos Estados novas considerações que influenciam suas decisões no sentido de uma integração global. No entanto, conforme aponta Dale (2004), a adesão aos princípios globalizantes é uma via de mão dupla, já que decorre da pressão econômica, mas também da percepção do interesse do Estado nacional.

Identificada a natureza da globalização sob a abordagem da AGEE, torna-se necessário demonstrar o entendimento de educação e a relação dos processos e das políticas educativas com esse fenômeno global.

Para a AGEE, a educação, enquanto variável dependente neste processo, centra-se em três questões fundamentais: a quem é ensinado o quê, como, por quem e em que circunstâncias? Como, por quem e através de que estruturas, instituições e processos são definidas estas coisas, como é que são governadas, organizadas e geridas? Quais são as consequências sociais e individuais destas estruturas e processos? (DALE, 2004, p. 439).

Implica compreender como os processos que compõem a educação formal são definidos, construídos, transmitidos e avaliados, bem como a estrutura e os sistemas educativos são financiados, fornecidos e regulados e como se relacionam “com concepções mais amplas de governação dentro de uma sociedade” (DALE, 2004, p. 439).

De uma forma muito crítica, neste contexto, todos os quadros regulatórios nacionais são agora, em maior ou menor medida, moldados e delimitados por forças supranacionais, assim como por forças político-econômicas nacionais. E é por estas vias indiretas, através da influência sobre o Estado e sobre o modo de regulação, que a globalização tem os seus mais óbvios e importantes efeitos sobre os sistemas educativos nacionais [...] (DALE, 2004, p. 441).

Souza (2016) aponta que o cenário descrito implica uma situação peculiar, pois, mesmo que o formato e a direção da política estejam sob o domínio do Estado nacional, dois aspectos fundamentais escapam dele: o poder de definir a agenda em torno da qual as decisões são tomadas, as regras do jogo e o poder de definir quem participa desse processo.

Assim, um Estado nacional fica enclausurado entre sua autonomia de definição das políticas, com todo um aparato do Estado que lhe é

próprio, e a tensão provocada por uma agenda que é predominantemente externa, que lhe apresenta demandas as quais nem sempre são capazes de serem atendidas por seus aparelhos ou não correspondem às demandas locais/nacionais mais imediatas (SOUZA, 2016, p. 466).

Ao analisarmos a situação do Estado na relação entre educação e globalização, segundo a perspectiva da AGEE, percebemos que este representa um papel fundamental, mas diferente daquele que representou. “[...] a globalização transformou a ideia de que a educação ocorre apenas em sistemas nacionais instaurados para tanto. O lugar e a força dos Estados nacionais foram amplamente alterados” (DALE, 2010, p. 1108).

Em outras palavras, os componentes do que é conotado por Estado-nação precisam ser “desagregados” e o seu status e as suas relações, examinados de novo, num mundo globalizado, tanto por pedagogos comparatistas quanto por outros cientistas sociais. Podemos ilustrar esses pontos ao reconhecer que o Estado nacional não é mais o único ator na área da educação, nem necessariamente o mais importante ou evidente (DALE, 2010, p. 1110).

Como exposto anteriormente, o conjunto de atividades políticas que compõe a globalização foi caracterizado como governança sem governo. No âmbito educacional, Dale (2010, p. 1111) chama a atenção para a governança educacional, isto é, “as combinações e a coordenação de atividades, atores/agentes, e escalas através das quais a “educação” é construída e ministrada nas sociedades nacionais, [...]”. Prossegue o autor:

[...] é possível identificar quatro categorias de atividades que, coletivamente, compõem a governança educacional (que, por razões de exposição, são consideradas como mutuamente excludentes e coletivamente exaustivas): financiamento; fornecimento ou oferta; propriedade; regulação. Essas atividades podem, em princípio (assim como são na prática), ser desempenhadas independentemente umas das outras por uma série de agentes outros que não o Estado (embora este continue sendo um possível agente da governança educacional num amplo conjunto de escalas, do local ao global) (DALE, 2010, p. 1111).

O autor finaliza esse aspecto da relação entre educação e globalização apontando que, em um contexto de governança educacional, podemos esperar uma divisão do trabalho tanto funcional como entre as escalas global e nacional por parte

dos atores envolvidos. Qualquer redirecionamento em relação às políticas educacionais considerará os problemas centrais de reprodução do capitalismo.

Assim, podemos esperar que as atividades de sistemas educacionais que estão relacionadas aos elementos predominantemente “nacionais” de integração do capitalismo, tal como coesão (ordem social + identidade nacional) e legitimação societais, que incluem uma parte maior das políticas e dos processos que têm tradicionalmente preocupado os sistemas educacionais, continuem sendo exercidas em nível nacional, embora num contexto alterado pelo poder de “modelagem” das organizações internacionais. Por outro lado, podemos também esperar que, numa era da Economia do Conhecimento supranacional e de reduzida importância das economias “nacionais”, algumas das atividades educacionais associadas com o apoio à acumulação sejam cada vez mais governadas num nível supranacional, em resposta à “agenda globalmente estruturada para a educação”. Contudo, mesmo aqui, como já sugerimos, não deveríamos partir do princípio de que os Estados nacionais e os governos não vão desempenhar papel algum: vão necessariamente estar envolvidos na interpretação e na tradução das consequências das “regras” modeladoras das organizações internacionais, em formas e prioridades nacionalmente apropriadas (DALE, 2010, p. 1111).

Apesar da extensão da citação, consideramos fundamental a sua reprodução, pois ela sintetiza a relação entre a globalização e a educação, desde a sua natureza de reprodução capitalista até a definição da política, que ocorre em escala nacional, sob influência dos organismos internacionais ou a partir de uma agenda globalmente estruturada. Como enfatiza Barbieri (2018, p. 23), “a globalização alterou a forma da governança educacional global, de maneira que, atualmente, não pode mais ser entendida como resultante da ação exclusiva de atores nacionais ou internacionais”.

[...] é inegável que, com uma intensidade maior ou menor, todos os países se confrontam hoje com a emergência de novas organizações e instâncias de regulação supranacional (ONGs, Mercosul, Organização Mundial do Comércio, União Europeia), cuja influência se vem juntar a outras organizações que já não são recentes, mas que continuam a ser muito influentes (Banco Mundial, OCDE, FMI) (AFONSO, 2001, p. 24).

Para dar conta do objetivo do trabalho, propomo-nos entender a relação entre o global e o local. Compreender esses processos de “modelagem das organizações internacionais” e de definições de agendas globais em coordenação com as ações de organizações nacionais. Enfim, o papel desempenhado por essa perspectiva de

governança supranacional, no sentido de influenciar as políticas educacionais em relação ao empreendedorismo. Assim, na próxima subseção, vamos apresentar como a temática em estudo é referenciada em relatórios de organizações supranacionais.

3.2.2 As Organizações Internacionais (OIs) e a relação com a educação para o empreendedorismo

Conforme abordamos anteriormente, sob o contexto de globalização, os processos e as políticas educacionais são construídos a partir da ação de diferentes atores em diferentes escalas, e o processo de governança supranacional implica uma coordenação entre esses atores. Nesse sentido, analisaremos como as OIs, enquanto agentes globais, orientam ações em relação ao empreendedorismo na educação.

No que tange às OIs, vamos nos deter à Organização das Nações Unidas (ONU), ao chamado Sistema ONU³³. Nesse sistema, encontram-se vinculadas agências, programas e fundos, dentre as quais destacamos, em função do escopo deste trabalho, a UNESCO, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)³⁴ e o Grupo BM³⁵.

Nesse percurso, um marco importante foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em Jomtien³⁶, no ano de 1990. A Conferência foi

³³ O Sistema da ONU é formado pelos seis principais órgãos da Organização, bem como por Agências especializadas, Fundos, Programas, Comissões, Departamentos e Escritórios. Atualmente, as Nações Unidas têm 26 programas, fundos e agências vinculados de diversas formas com a ONU, apesar de terem seus próprios orçamentos e estabelecerem suas próprias regras e metas. Todos os organismos têm uma área específica de atuação e prestam assistência técnica e humanitária nas mais diversas áreas (ONU, 2020). Disponível em: nacoesunidas.org/organismos/. Acesso em: jul. 2020.

³⁴ A CEPAL é uma das cinco comissões regionais da ONU. Desde 1948, contribui para o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha, apresentando alertas, ideias e propostas de políticas públicas (ONU, 2020). Disponível em: nacoesunidas.org/agencia/cepal/. Acesso em: jul. 2020.

³⁵ O Grupo Banco Mundial consiste em cinco organizações: a) o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – concede empréstimos a governos de países de renda média e países de baixa renda com capacidade de crédito; b) a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) – empréstimos sem juros – chamados de créditos – e doações a governos dos países mais pobres – juntos, IDA e BIRD formam o Banco Mundial; c) a *International Finance Corporation* (IFC) – instituição de desenvolvimento global focada exclusivamente no setor privado; d) a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) – criada em 1988 para promover o investimento estrangeiro direto nos países em desenvolvimento; e) o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID) oferece recursos internacionais para conciliação e arbitragem de disputas sobre investimentos (BANCO MUNDIAL, 2020). Disponível em: worldbank.org/en/about. Acesso em: jul. 2020.

³⁶ Em 1990, como resultado da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien/Tailândia, 183 países (dentre eles, o Brasil) assumiram os compromissos de, até 2000, satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos; erradicar o

organizada pelas agências multilaterais de cooperação internacional, sendo financiada pela UNESCO, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo BM. Além dos organismos internacionais, o evento contou com a participação dos governos, organizações não governamentais, associações profissionais e personalidades destacadas mundialmente na área educacional (DREWINSKI, 2009).

Os anos 90 testemunharam a redescoberta da educação nas agendas de empresários e governo. A importância econômica atribuída à educação já fora tratada, em 1990, em um documento da Cepal, *Transformación productiva con equidad*, em que pregava a necessidade da preparação de recursos humanos para a reestruturação das economias locais. Em 1992, no V Seminário de Educação e Sociedade da Clacso, discutiu-se outro documento, também preparado pela Orealc/ Cepal, *Educación y Conocimiento: Eje de la transformación Productiva con Equidad*, onde enfatizou-se o fortalecimento da base empresarial, da infra-estrutura tecnológica, a crescente abertura à economia internacional e, muito especialmente, a formação de recursos humanos e o incentivo a todos os mecanismos que favorecessem o acesso à geração de novos conhecimentos. Esses requisitos eram colocados como necessários para o desenvolvimento equitativo e para a inserção dos países latino-americanos na economia globalizada (SHIROMA; CAMPOS, 1997, p. 22).

Outro documento muito referenciado é o Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI³⁷, chamado de Relatório Delors. Na versão brasileira, recebeu o título: “Educação: um tesouro a descobrir”, o qual, segundo Drewinski (2009, p. 117), “é o marco fundamental, orientador e impulsionador da formulação de políticas educacionais que visam aproximar efetivamente a educação e o mercado”.

O relatório é muito referenciado pelos apologistas da educação para o empreendedorismo, principalmente no que se refere aos quatro pilares do conhecimento, usados como justificativa para formar o empreendedor. “[...] a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do

analfabetismo e universalizar o acesso à escola na infância. A Declaração de Jomtien reconhece que a aprendizagem inicia com o nascimento (UNESCO, 2002).

³⁷ Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, a qual foi presidida por Jacques Delors. A tradução brasileira recebeu o título: “Educação: um tesouro a descobrir”, com elaboração entre 1993 e 1996 (DELORS, 1998).

conhecimento [...]” (DELORS, 1998, p. 89-90). Trata-se do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Para além dos quatro pilares que se apresentam como princípios amplos, no relatório, é explícita a necessidade de formar o empreendedor como alternativa ao desemprego em países em desenvolvimento, que é causado, segundo o documento, pelo avanço tecnológico.

O princípio geral de ação que deve presidir a esta perspectiva de um desenvolvimento baseado na participação responsável de todos os membros da sociedade é o do incitamento à iniciativa, ao trabalho em equipe, as sinergias, mas também ao autoemprego e ao espírito empreendedor: é preciso ativar os recursos de cada país, mobilizar os saberes e os agentes locais, com vista à criação de novas atividades que afastem os malefícios do desemprego tecnológico. Nos países em desenvolvimento esta é a melhor via de conseguir e alimentar processos de desenvolvimento endógeno (DELORS, 1998, p. 83).

Percebe-se, aqui, claramente o discurso em torno da educação como redentora dos problemas sociais que são frutos da reprodução capitalista, a qual se expandiu na modernidade. Nessa leitura, o desemprego não é apresentado como um problema estrutural do capital, mas fruto do desenvolvimento tecnológico; cabe à educação criar condições adaptativas para resolvê-lo, dentre as quais se destaca o ato de ensinar a ser empreendedor. Nesse sentido, a educação para o empreendedorismo expressa essa inversão que está na base material da sociedade contemporânea. A concepção de educação é subordinada aos interesses da empresa e do mercado.

No contexto da América Latina, a manifestação de maior abrangência, atrelada às orientações das Ols, é o PRELAC³⁸. Em relação ao empreendedorismo, o projeto não somente corrobora as orientações do Relatório Delors, como propõe a criação de um quinto pilar específico: o aprender a empreender.

Implica contribuir para discernir qual é o sentido da educação num mundo de incerteza e mudança. É preciso agregar, às aptidões que oferece a educação atual, abordagens para o exercício da cidadania e para a construção de uma cultura de paz. Os quatro pilares de aprendizagem do Informe Delors são um guia excelente para

³⁸ O Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe – PRELAC – foi aprovado na Primeira Reunião Intergovernamental realizada na cidade de Havana, em Cuba, entre 14 e 16 de novembro de 2002. Os Ministros da Educação presentes e os representantes de 34 países aprovaram-no, assim como o seu Modelo de Acompanhamento. Todos firmaram a Declaração de Havana, que ratifica a vontade política de apoio ao projeto, cujo horizonte de realização é de 15 anos (PRELAC, 2004).

interrogar-se sobre os sentidos da educação; aprender a ser, a conhecer, a fazer e a viver juntos. O PRELAC explicita, por sua importância, um pilar adicional: aprender a empreender (PRELAC, 2004, p. 9).

Outro organismo regulatório multilateral que atua fortemente nas políticas e processos relativos à educação em um sentido global é o BM. Segundo Barbieri (2018), o grupo BM começou a se sobressair como regulador das políticas educacionais a partir da década de 1980, tendo como reflexo uma perspectiva mercantilizada da educação. Apoiada em Pereira (2010), a autora aponta que a questão central não é o financiamento de projetos, mas a influência política dessa agência, a qual, historicamente, comportou-se como um ator financeiro, político e intelectual. Para tanto, o BM lança mão de uma rede de relações no plano global que abarca fundações privadas, ONG's, instituições financeiras, Ols etc. Essa rede internacional se articula no âmbito de cada país por meio de relações forjadas pelo banco.

Azevedo (2001, p. 112) apresenta razões para que países periféricos aceitem as orientações do BM, pois muitos contratos são fechados por identidade ideológica:

[...] o fato de existirem atores internos que se beneficiam e/ou se identificam com as suas políticas; a escassez de recursos externos direcionados aos países do terceiro mundo; a adoção de determinada política econômica, com a finalidade de sinalizar aos diversos investidores mundiais uma abertura ao capital estrangeiro e, em consequência, gerar credibilidade ao país; a chancela certificadora das agências internacionais, pois um Estado dependente necessita do 'aval' dos organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial e o FMI, para ir ao mercado financeiro internacional buscar recursos para a implementação de políticas públicas internas, para a rolagem de dívidas e para o financiamento de projetos privados de iniciativa das corporações radicadas no País. A ausência de um acordo dessas agências multilaterais, dentro da lógica do capitalismo internacional, significa um risco maior, implicando para a parte devedora um custo ainda mais elevado dos serviços da dívida e um trâmite para a aprovação de financiamentos extremamente moroso e desestimulante.

Sobre a influência do BM na relação entre o empreendedorismo e a educação, Robertson (2012, p. 288) faz a seguinte afirmação ao analisar o Relatório Estratégico para o Setor Educacional de 1999 do BM:

O desafio para o setor da educação também está claro: como criar aprendizes que sejam, por um lado, empreendedores, ágeis e dispostos a aceitar riscos, e, por outro lado, que sejam engajados no setor privado num panorama maior das atividades educacionais (tais como treinamento no trabalho, publicações, iniciativas tecnológicas, provisões educacionais).

Quanto à relação entre o Estado, às grandes agências supranacionais e ao setor privado, a autora define claramente o cenário:

É tentador pensar no neoliberalismo como uma arquitetura reguladora global imposta de cima para baixo. No entanto, como todos os projetos políticos, o neoliberalismo requer um trabalho contínuo por meio de atores socialmente situados. [...]. Os corretores do projeto de privatização do BM, por meio das PPPs na educação, são uma pequena rede de empresários das políticas e especialistas em educação localizados nos interstícios de uma seleta gama de organizações internacionais, empresas internacionais de consultoria educacional e universidades globalizadas que têm sido responsáveis por promover essa ideia das PPPs (Verger, 2012). Nos anos de 1990, representantes dessas organizações se encontraram no Grupo Temático Economias da Educação do BM e fundaram uma linha de pesquisa e discussão sobre formas privadas e alternativas para o fornecimento da educação, inicialmente focando a África subsaariana. Começaram a pensar sobre parcerias na educação como uma evolução e a solução para a hostilidade que a agenda de privatizações enfrentava (ROBERTSON, 2012, p. 291).

A agenda global que coloca a educação como pilar do desenvolvimento é constantemente avaliada e novas metas e estratégias são estabelecidas – umas substituem e outras se somam às anteriores. Assim, em 2000, no Fórum Mundial de Educação de Dakar, metas, objetivos e estratégias foram traçados para se atingir a educação para todos.

O Fórum de Dakar marcou a definição de uma agenda denominada “O Marco de Ação de Dakar Educação para Todos: cumprindo nossos compromissos coletivos”. Essa agenda era composta, dentre outras coisas, por seis metas e doze estratégias, com prazo até 2015 para seu cumprimento, e se destinavam a “permitir que todos os indivíduos realizem seu direito a aprender e cumpram sua responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento da sua sociedade” (UNESCO; CONSED, 2001, p. 18). Sobre a estruturação global da agenda:

Cada um dos países, mediante um processo de consulta com todos os financiadores da educação e com ajuda da comunidade

internacional mais ampla e dos mecanismos de acompanhamento da Educação para Todos, deve propor seus próprios objetivos, suas metas intermediárias e prazos, dentro de planos nacionais de educação já existentes ou novos (UNESCO; CONSED, 2001, p. 18).

Chama a atenção o apontamento enfático em relação à consulta aos financiadores da educação e a ajuda das instituições internacionais para a confecção dos planos nacionais, o que remete a uma subordinação aos interesses econômicos prioritariamente.

Em relação às metas para 2015, elas se referiam a: 1) expandir e aprimorar a assistência e educação da primeira infância; 2) garantir que, em 2015, todas as crianças, principalmente meninas, minorias étnicas e em situação difícil, tenham acesso à educação primária de boa qualidade, gratuita e obrigatória; 3) assegurar que todas as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos sejam satisfeitas; 4) atingir 50% de melhora nos níveis de alfabetização de adultos; 5) atingir, até 2015, a igualdade entre os gêneros em educação, na educação primária e secundária; 6) e aos resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis serem alcançados, especialmente em alfabetização, cálculo e habilidades essenciais para a vida (UNESCO; CONSED, 2001).

Sobre as estratégias, destaca-se a ideia de vincular as políticas educacionais à eliminação da pobreza e às estratégias de desenvolvimento; desenvolver sistemas de direção e administração, sensíveis, participativos e controláveis; criar ambientes educacionais equitativamente financiados que levem à excelência na aprendizagem, com níveis de desempenho claramente definidos para todos; elevar o *status*, a moral e o profissionalismo dos professores (UNESCO; CONSED, 2001).

Em 2015, a partir do Fórum Mundial de Educação³⁹, realizado em Incheon, na Coreia do Sul, e da Declaração de Incheon para a Educação, foi definida uma nova agenda à educação para um período de 15 anos: a Educação 2030 (E2030). Ela faz parte da Agenda 2030⁴⁰ da ONU, que estabeleceu os 17 Objetivos para o

³⁹ A UNESCO, junto com o UNICEF, o Banco Mundial, o UNFPA, o PNUD, a ONU Mulheres e o ACNUR, organizou o Fórum Mundial de Educação 2015, em Incheon, na Coreia do Sul, entre 19 e 22 de maio de 2015. Registravam-se mais de 1.600 participantes de 160 países, incluindo mais de 120 ministros, chefes e membros de delegações, líderes de agências e funcionários de organizações multilaterais e bilaterais, além de representantes da sociedade civil, da profissão docente, do movimento jovem e do setor privado (UNESCO, 2016).

⁴⁰ As ações tomadas em 2015 resultaram nos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se baseiam nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A ONU trabalha junto aos governos, sociedade civil e outros parceiros para aproveitar o impulso gerado pelos ODM e levar à

Desenvolvimento Sustentável (ODS). O 4º ODS é referente à educação; é em torno dele que a agenda E2030 se estabelece.

O mundo fez alguns avanços notáveis na educação desde 2000, quando os seis objetivos da Educação para Todos (EPT) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecidos. Entretanto, esses objetivos não foram alcançados até o prazo de 2015, sendo necessária uma ação continuada para completar a agenda inacabada. Com o Objetivo 4, Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável [i] – “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (aqui referido como Educação 2030) e suas metas associadas, o mundo estabeleceu uma agenda universal de educação mais ambiciosa para o período de 2015 a 2030. Todos os esforços devem ser feitos para garantir que, desta vez, o objetivo e suas metas sejam alcançados (UNESCO, 2016, n.p).

Para dar conta do ODS 4, a agenda determina algumas metas para o E2030, que envolvem uma educação infantil e básica gratuita, equitativa e de qualidade. Já em relação à educação técnica, profissional e superior, a agenda retira a condição de gratuidade. Garantir que todos os jovens e uma grande parte dos adultos estejam alfabetizados e tenham adquirido conhecimentos básicos em matemática e que todos os alunos adquiram as habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2016).

Concernente ao empreendedorismo, encontramos uma referência na meta 4.4, que propõe, até 2030, “aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para o emprego, o trabalho decente e o empreendedorismo” (UNESCO, 2016, p. 17). Em relação ao empreendedorismo, o documento ainda faz a seguinte referência:

No contexto de um mercado de trabalho que muda rapidamente; do desemprego cada vez, principalmente entre jovens; do envelhecimento da força de trabalho em alguns países; da migração; e de avanços tecnológicos, todos os países têm enfrentado a necessidade de desenvolver os conhecimentos, as habilidades e as competências das pessoas para um trabalho decente, o empreendedorismo e a vida. Em muitos países, políticas de educação e qualificação precisam lidar também com as necessidades em rápida mudança que jovens e adultos têm de melhorar suas habilidades e aprender outras novas. Conseqüentemente, é imperativo aumentar e

frente uma agenda de desenvolvimento pós-2015 ambiciosa (ONU, 2020). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: jul. 2020.

diversificar oportunidades de aprendizagem, com vasta gama de modalidades de educação e formação, para que todos os jovens e adultos, principalmente meninas e mulheres, consigam adquirir conhecimentos, habilidades e competências relevantes para trabalhos decentes e para a vida (UNESCO, 2016, p. 17).

Sobre o contexto de influência exercido pelas organizações apresentadas, Shiroma *et al.* (2005) apontam que os documentos desses organismos e instituições não apenas prescrevem orientações a serem tomadas, mas também as justificam por meio de discursos, com a finalidade de produzir consensos locais sobre o que é produzido externamente. Contudo, a prática, em realidades distintas, não é realizada de modo direto, uma vez que cada país ou localidade faz leituras e reescritas próprias, desafiando, ainda mais, a compreensão.

Demonstrado o poder modelador dos organismos supranacionais sobre as políticas e processos educacionais e sua especificidade para a questão do empreendedorismo, na próxima seção, vamos abordar os aspectos locais dessa relação, os organismos privados nacionais e internacionais e suas ações e proposições em relação à educação para o empreendedorismo, tendo como delimitação ações privadas que mantiveram relações diretas com a educação pública. Apontaremos, também, as ações governamentais, como políticas e programas.

Essa concepção de mundo pautada no individualismo, no mercado como único regulador social e na concorrência ampliada à própria relação pessoal e humana tem, no empreendedorismo, um elemento fundamental e orgânico que, ao ser socializado a todas as classes sociais, faz a mediação dos interesses particulares da classe dominante a toda sociedade, como se esses interesses fossem universais. Tal ideologia da classe dirigente se torna uma direção ideológica para todas as classes e, como demonstramos, isso não ocorre apenas por força das ideias, mas por essa estrutura ideológica privada e mundializada, que direciona a política e, culturalmente, a sociedade, constituindo na sociedade civil “o formidável complexo de trincheiras e fortificações da classe dominante” (GRAMSCI, 1975, p. 333).

3.3 O PÚBLICO E O PRIVADO NAS AÇÕES E POLÍTICAS EM TORNO DA EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO

À organização social concreta, estruturada internacionalmente, vinculam-se organizações privadas nacionais que se constituem em uma estrutura ideológica que,

ao defenderem e desenvolverem o empreendedorismo, trabalham na difusão da concepção de mundo da classe dominante. No desenvolvimento desta parte da tese, abordamos, inicialmente, algumas propostas de formação para o empreendedorismo, elaboradas por atores privados. Devido à amplitude dessa abordagem, procuramos delimitar o nosso campo de ação àquelas ações que têm por objetivo a educação pública. Na segunda subseção deste momento da pesquisa, vamos abordar as ações governamentais em torno da educação para o empreendedorismo.

3.3.1 Aparelhos privados de hegemonia e ações em torno da educação para o empreendedorismo

No sentido de identificar aparelhos privados e suas ações voltadas à formação do empreendedor – e de tentar compreender a coordenação entre esses atores nacionais, as OIs que atuam supranacionalmente e o Estado –, nesta subseção, apresentamos algumas propostas educativas do setor privado oferecidas em parcerias público/privadas ou consultorias e que se configuram em uma forma de privatização da educação pública.

3.3.1.1 O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

O SEBRAE⁴¹ é o ator privado brasileiro com maior atuação e influência no que se refere ao empreendedorismo no Brasil, tanto por suas ações próprias que atendem às finalidades da sua criação quanto em parcerias com outros atores privados e públicos, principalmente no que concerne à formação do empreendedor.

⁴¹ O SEBRAE é uma entidade privada brasileira de serviço social, sem fins lucrativos, criada em 1972, que objetiva a capacitação e a promoção do desenvolvimento econômico e competitividade de micro e pequenas empresas, estimulando o empreendedorismo no país. É uma empresa do Sistema S, conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais estabelecidas pela Constituição Federal. São mantidas por receitas arrecadadas a partir da contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas, conforme Artigo 149, proveniente da Constituição Federal do Brasil (SEBRAE, 2009).

“Art. 1º – O SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE – é um serviço social autônomo, instituído por escritura pública sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, regulada pelo presente estatuto, em consonância com a Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n. 99.570, de 9 de outubro de 1990, que dispuseram sobre a desvinculação da entidade da administração pública federal” (SEBRAE, 2009, p. 4).

No sítio institucional do SEBRAE, na seção “Quem somos”, vemos que o empreendedorismo assumiu um papel central nas ações desse ator; o *slogan* em destaque é “Sebrae, a força do empreendedor brasileiro”. O texto inicia com um parágrafo que reforça uma perspectiva liberal e do empreendedor como motor do país: “A força capaz de mover o país vem de cada empreendedor que arregança as mangas e faz acontecer. É nisso que o Sebrae acredita, no trabalho duro e em mais liberdade para quem quer produzir mais” (SEBRAE, 2020, p. 1). Prossegue com o discurso característico, “atuando com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado [...]” (*ibidem*).

Em relação à educação, a instituição desenvolve ações de assessoria e parcerias com empresas privadas de ensino, com prefeituras e governos estaduais, cuja finalidade é difundir o que chamam de educação empreendedora nos diversos níveis e modalidades de ensino. Nesse sentido, apresenta o Programa Nacional de Educação Empreendedora do Sebrae – PNEE⁴² –, que tem como objetivo “ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições de ensino por meio da oferta de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, com o propósito de consolidar a cultura empreendedora na educação” (SEBRAE, 2017, p. 10). Criar uma cultura empreendedora seria a resposta às exigências sociais contemporâneas que solicitam “pessoas empreendedoras, autônomas, com competências múltiplas, que saibam trabalhar em equipe, que tenham capacidade de aprender e adaptar-se a situações novas e complexas, de enfrentar novos desafios e promover transformações” (SEBRAE, 2020, p. 1).

O PNEE trabalha com duas frentes: o desenvolvimento de competências empreendedoras e a inserção no mundo do trabalho. Na primeira, o objetivo é “incitar no estudante o desejo de buscar mudanças, reagir a elas, inclusive explorá-las como oportunidade de negócios”. Na segunda, aborda “a possibilidade do autoemprego” (SEBRAE, 2020, p. 1).

⁴² Foi criado em 2013, para dar conta do objetivo referente à educação e cultura empreendedora. Como forma de responder à necessidade cada vez maior de preparar potenciais empreendedores para enfrentar um novo mundo do trabalho onde a flexibilidade e a capacidade de iniciativa e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito de qualquer profissional. O público-alvo do programa será segmentado em potenciais empreendedores da Educação Básica (ensino fundamental e ensino médio), Educação Profissional e Educação Superior, além de jovens atendidos por outras instituições (ONGs, por exemplo) e que não estão matriculados no ensino formal (SEBRAE, 2017).

Primeiramente, é necessário questionar o uso que se faz do termo “educação” e a intencionalidade de distorcer, de dar um caráter universal a um interesse particular. A visão educativa apresentada assume um caráter reducionista, de treinamento, preparatório para uma realidade social que está posta, definida, e que exige determinadas atitudes – ou competências, como chamam –, em função de uma agenda global. Essa “educação” defendida por esse ator não é capaz de criticar, de criar condições para transformar, mas apenas adequar o sujeito às exigências de um mercado global, no qual a empresa, a livre iniciativa e a concorrência servem de base.

Outra questão importante que levantamos diz respeito ao termo “cultura empreendedora”. No nosso entender, o mais adequado seria chamar de visão empresarial ou outro termo que represente melhor a intencionalidade. Isso reduz tanto a ideia de cultura quanto a ideia de empreender a uma visão de mundo; a partir das necessidades da empresa e do mercado, o negócio e o lucro se subordinam à cultura e à ação de empreender.

No sentido de generalizar essa visão particular de educação, de cultura e de empreender, o PNEE propõe uma atuação em todos os níveis e em diferentes modalidades de ensino da educação formal: no ensino fundamental e médio, no ensino superior e na educação profissional e tecnológica.

Por isso, para atender o seu público-alvo (principalmente o estudante), o Programa oferece soluções educacionais para serem utilizadas na escola, universidade ou sala de aula, por meio de disciplinas ou projetos.

Também atua intensamente na capacitação do professor, protagonista do ensino do empreendedorismo, contribuindo para estimular um novo perfil do profissional de educação (SEBRAE, 2020, p. 1).

A estratégia do PNEE é articular com as redes municipal e estadual de ensino, pública e privada, a atuação sempre em parceria. Assim, na questão operacional, o SEBRAE não capacita diretamente os estudantes, mas os professores da educação básica e superior, para que eles ofertem os cursos junto aos estudantes (SEBRAE, 2017). Percebe-se que a estratégia é utilizar os próprios profissionais da educação para disseminar o que chamam de cultura empreendedora e o seu “portfólio” de cursos. O que o SEBRAE chama de portfólio é apresentado na Figura 1.

Figura 1: O portfólio do PNEE SEBRAE

| ENSINO FUNDAMENTAL | ENSINO MÉDIO | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL | EDUCAÇÃO SUPERIOR |
|--|---|--|---|
| Jovens Empreendedores Primeiros Passos | Despertar Formação de Jovens Empreendedores Crescendo e Empreendendo Jovem Empreendedor No Campo | Disciplina de Empreendedorismo Sebrae Aprendiz Empreendedor | Disciplina de Empreendedorismo Disciplina de Empreendedorismo e Inovação Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto Social Desafio Universitário Empreendedor Empreendedorismo em Dois Tempos Sebrae Experience |

Fonte: SEBRAE (2017, p. 7).

Destacamos, inicialmente, a solução educacional JEPP, como é referenciada pelo SEBRAE, a qual se estrutura em nove cursos, um para cada ano do ensino fundamental⁴³. As oficinas são compostas por dinâmicas e atividades voltadas para estimular o comportamento empreendedor e orientação ao plano de negócios. A duração varia entre 22 e 30 horas, a depender do ano (SEBRAE, 2017). Segundo o edital de chamada pública, “os conteúdos podem ser inseridos na matriz curricular como atividade transdisciplinar, pois é compatível com o currículo do ensino fundamental, ou podem ser ofertados em horário alternativo (extraclasse)” (SEBRAE/TO, 2019).

Para os alunos do ensino médio, destacamos as estratégias “Despertar” e “Crescendo e Empreendendo”, as quais o SEBRAE oferece também por meio de parceria com secretarias de educação e com entidades privadas.

O curso “Despertar” tem como objetivo estimular o empreendedorismo entre jovens estudantes do ensino médio e está dividido em 11 encontros presenciais⁴⁴,

⁴³ 1º ano: O mundo das ervas aromáticas – 26 horas; 2º ano: Temperos naturais – 24 horas; 3º ano: Oficina de brinquedos ecológicos – 26 horas; 4º ano: Locadora de brinquedos – 22 horas; 5º ano: Sabores de cores – 22 horas; 6º ano: Ecopapelaria – 30 horas; 7º ano: Artesanato sustentável – 30 horas; 8º ano: Empreendedorismo social – 30 horas; e 9º ano: novas ideias, grandes negócios – 25 horas (SEBRAE, 2020). Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br/servicos/educacao-empreendedora/>. Acesso em: jul. 2020.

⁴⁴ 1º Encontro: como ser um jovem empreendedor; 2º Encontro: como conhecer as tendências de mercado e me manter atualizado; 3º Encontro: como fazer planejamento para alcançar as minhas metas; 4º Encontro: como trabalhar em equipe e conseguir os resultados almejados; 5º Encontro: como manter uma rede de contatos; 6º Encontro: como formular estratégias para o plano de ação da equipe; 7º Encontro: como cooperar e partilhar informações para alcançar objetivos comuns; 8º Encontro: como

atividades de campo e a realização da Feira do Jovem Empreendedor. A capacitação dos professores é realizada em 40 horas e a aplicação com os estudantes é de 84 horas (44h presenciais; 30h de trabalho de campo orientado pelo professor; e 10h para organização e realização da Feira do Jovem Empreendedor) (SEBRAE, 2017).

A ação “Crescendo e Empreendendo” tem a finalidade de provocar uma discussão com jovens sobre trabalho, negócio e empreendedorismo. Pretende-se que ele conheça esse universo e se predisponha a identificar oportunidades por meio da adoção de atitudes empreendedoras. São 12 horas de atividades, divididas em quatro oficinas: 1 – Descobrimo atitudes empreendedoras; 2 – Características de Comportamento Empreendedor; 3 – Trabalho e Negócio; 4 – Pensando no Futuro (SEBRAE, 2017).

Para as Instituições de Ensino Superior, é publicado, anualmente, um edital de chamada pública para apoiar a oferta de educação empreendedora, que visa à oferta de soluções educacionais do SEBRAE aos estudantes, além do uso de metodologias e atividades das próprias instituições na área.

Por meio do seu programa de educação empreendedora, o SEBRAE disponibiliza uma metodologia já sistematizada para a oferta de disciplina de empreendedorismo, que pode ser repassada às IES por meio da capacitação de professores e cessão de materiais.

Outra ação apresentada é o “Desafio Universitário Empreendedor”. Uma competição nacional de caráter educacional, que opera por uma plataforma digital e integra diversas ações do SEBRAE para o público universitário, como cursos presenciais e *on-line*, jogos, papo de negócio, além do estímulo aos estudantes para cursarem disciplinas de empreendedorismo ofertadas pelas Instituições de Ensino Superior ou pelo próprio SEBRAE. Os participantes são pontuados pela sua participação nas diversas modalidades e os melhores colocados são premiados.

Sobre a proposta de educação empreendedora destinada à modalidade de ensino educação profissional, o “Projeto Sebrae Aprendiz Empreendedor: aprender agora e empreender no futuro” prevê a seleção, pelo SEBRAE Nacional, de instituições formadoras que deverão prestar serviços de recrutamento, seleção,

buscar informações e me manter atualizado; 9º Encontro: como o comprometimento do empreendedor ajuda a vender mais e melhor; 10º Encontro: como ter eficiência e qualidade nas atividades pessoais e profissionais; 11º Encontro: encerramento do curso (SEBRAE, 2020). Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br/servicos/educacao-empreendedora/>. Acesso em: jul. 2020.

intermediação, capacitação e acompanhamento de aprendizes para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Segundo o Relatório de Gestão (2019) do SEBRAE, as ações do programa foram implementadas em 26 Estados e, no Distrito Federal, destaca o atendimento de 181.939 escolas com o PNEE, em 1008 municípios brasileiros (SEBRAE, 2020).

A base de dados sobre a educação empreendedora do SEBRAE apresenta os seguintes números de atendimentos de alunos e formação de professores entre 2014 e 2019:

Tabela 9: Alunos por nível e professores atendidos pelo PNEE SEBRAE

| População /Ano | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Total |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Ed. Básica | 103.765 | 814.486 | 842.996 | 945.450 | 1.065.606 | 1.201.581 | 4.973.884 |
| Ed. Superior | 5.000 | 21.000 | 51.000 | 85.000 | 58.000 | 45.000 | 265.000 |
| Professores | 8.000 | 11.100 | 5.600 | 9.800 | 9.600 | 5.300 | 49.400 |

Fonte: Base de dados da educação empreendedora do SEBRAE⁴⁵.

Reiteramos que o total referenciado na Tabela 9 diz respeito ao número de atendimentos, não significando o total de alunos ou professores que participaram do PNEE, uma vez que o mesmo sujeito pode ser atendido mais de uma vez, tanto em anos diferentes como em projetos diferentes no mesmo ano. Assim, segundo o SEBRAE (2020), o número total de alunos atendidos pelo programa em 2019 é de 1.118.647. Esse número mostra a dimensão dessa estrutura de difusão do empreendedorismo e, por consequência, da ideologia enquanto concepção de mundo da classe dirigente.

Apesar do discurso apresentado em torno de uma perspectiva ampliada do empreendedorismo, voltada ao social, ao coletivo, à sustentabilidade, ainda que a metodologia proposta aborde o empreendedorismo de forma lúdica na educação básica, em essência, e como não poderia deixar de ser, o PNEE se destina a utilizar a estrutura educativa formal (rede de escolas, força de trabalho e recursos), principalmente a estrutura pública, no caso da Educação Básica, para disseminar a visão de mundo da empresa, do negócio e do lucro. O aluno é considerado um potencial empreendedor; no manual de gestão do programa, encontramos esta pista:

O potencial empreendedor é o indivíduo que não tem negócio próprio e não está envolvido na estruturação de um negócio e com o qual o

⁴⁵ Disponível em: datasebrae.com.br/educacaoempreendedora/. Acesso em: jul. 2020.

SEBRAE busca fomentar o empreendedorismo e desenvolver suas capacidades empreendedoras. No Programa, é atendida uma parte desse segmento, que é o estudante regularmente matriculado na educação básica, superior ou em cursos da Educação Profissional, além de jovens atendidos por outras instituições (ONGs, por exemplo) e que não estão matriculados no ensino formal (SEBRAE, 2017, n.p).

Para o escopo desta pesquisa, interessa-nos compreender essa relação entre atores privados e governos, sejam eles em nível nacional ou subnacional, e as propostas e políticas educativas em torno do empreendedorismo. Assim, mediante o exposto, acreditamos ter demonstrado essa relação envolvendo o SEBRAE e o setor público em relação à educação. Na próxima subseção, apresentamos outras propostas pedagógicas que se enquadram nessa perspectiva.

3.3.1.2 A Pedagogia Empreendedora (PE) e a Oficina do Empreendedor (OE)

A PE e a OE são duas propostas educativas desenvolvidas por Fernando Dolabela, que tinham como principal finalidade desenvolver a cultura empreendedora a partir da educação formal. A PE é destinada a alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio, e a OE visa, principalmente, alunos do Ensino Superior, mas também é aplicada ao Ensino Médio.

A intencionalidade de difundir uma “cultura empreendedora”, nas palavras do de Dolabela, a partir do sistema educacional formal, fica evidente quando é apontado que a PE começou a ser implementada em 2003 e que, em menos de dois anos, a proposta era aplicada nas redes públicas municipais de 126 cidades, totalizando cerca de 10 mil professores e 300 mil alunos. Contribuíram muito para essa rápida expansão os vínculos com as organizações setoriais e não governamentais (DOLABELA, 2012).

A ONG Visão Mundial⁴⁶ foi a organização que viabilizou o projeto da PE, segundo Dolabela (2016); no entanto, não encontramos referências, nem nos textos do autor, nem no sítio da ONG, sobre de que forma isso ocorreu. Os testes piloto ocorreram no estado de Minas Gerais, nas cidades de Japonvar, Santa Rita do Sapucaí e Belo Horizonte, em 28 escolas e com 191 professores. O teste também foi realizado no Paraná, na cidade de Guarapuava, e contou com a participação de 800

⁴⁶ A Visão Mundial é uma organização cristã, dedicada ao trabalho com crianças, famílias e comunidades vulneráveis, para superar a pobreza e a injustiça a nível global. No Brasil, desde 1975, tem programas e projetos de ação humanitária nas áreas de proteção à infância, educação e da promoção do desenvolvimento sustentável.

professores e 37 escolas da rede municipal e em Três Passos (RS) (DOLABELA, 2016).

A implementação da PE nos municípios se dá por meio de seminários iniciais realizados pelo autor e sua equipe. Primeiramente, busca-se a sensibilização da comunidade envolvendo as lideranças locais (prefeito, administradores, empresários etc.). Posteriormente, são realizados os seminários de transferência de metodologia para professores de educação básica e de formação de multiplicadores e gestores (supervisores, coordenadores, diretores) da educação (DREWINSKI, 2009).

O material para os professores inclui o livro “Pedagogia Empreendedora” (Dolabela), que contém os princípios teóricos e metodológicos da PE, além dos cadernos, que fornecem um banco de exercícios desenvolvidos para auxiliar o professor a utilizar a abordagem em sala de aula. Há, também, outros dois livros, chamados, por Dolabela, de romances educacionais, que podem ser utilizados por professores e alunos: “A ponte mágica” (Dolabela), para estudantes entre 12 e 15 anos, e “O Segredo de Luísa” (Dolabela), para estudantes de 16 anos ou mais (DOLABELA; FILION, 2013).

A análise da PE nos oferece a visão do autor em relação à educação e ao empreendedorismo, bem como a sua perspectiva de formação contínua do empreendedor da educação infantil à universidade. Para Dolabela (2016, p. 840):

A Pedagogia Empreendedora é uma estratégia didática para o desenvolvimento da capacidade empreendedora de alunos da educação infantil até o nível médio, que utiliza a Teoria Empreendedora dos Sonhos, não se propondo a ser uma metodologia educacional de uso amplo. Restrita ao campo do empreendedorismo, conviverá com as diretrizes fundamentais de ensino básico adotadas no ambiente de sua aplicação: a escola.

A definição apresentada traz algumas questões que merecem um olhar mais atento. A primeira diz respeito a ser uma metodologia restrita ao campo do empreendedorismo; a segunda questão aponta para a base teórica que ampara a proposta chamada de Teoria Empreendedora dos Sonhos⁴⁷ e, por último, a estratégia didática propriamente dita.

⁴⁷ “Sugerimos que esse tipo de pensamento requer o desenvolvimento de faculdades que utilizam o lado direito do cérebro (pensamento imaginativo e intuitivo), o que pode ser alcançado por meio de exercícios em que os sujeitos aprendem a sonhar e, em seguida, transformar seus sonhos em realidade pela definição e posterior execução de projetos empresariais” (DOLABELA; FILION, 2013, p.135).

A justificativa para se trabalhar essa metodologia desde a educação infantil reside, segundo Dolabela (2016), na necessidade de formar uma cultura adequada ao desenvolvimento da capacidade empreendedora. Essa cultura específica é constituída por valores sociais que sustentam a noção de um sistema de vida empreendedor e apoiam a busca de um comportamento empreendedor pelos indivíduos ou grupos.

Percebemos que a intenção não é tão restrita assim, pois implica a formação de valores, a constituição de um “sistema de vida” orientado pelo comportamento empreendedor.

Sem especificar quais seriam esses valores empreendedores, o autor segue apontando que nascemos empreendedores e deixamos de ser em função da exposição a valores antiempreendedores na educação, nas relações sociais e no “figurino cultural” conservador. Portanto, a finalidade da educação empreendedora seria “impedir que a criança se torne prisioneira de valores sociais não-empreendedores” (DOLABELA, 2016, p. 130).

Notamos que a ideia de restrição ao campo do empreendedorismo é bastante questionável, uma vez que a intencionalidade da proposta é que a especificidade se torne a base da educação, da cultura e das relações sociais; o que se propõe é a socialização dos valores e da cultura empreendedora.

Ao defender que nascemos empreendedores, o autor enfatiza que os valores empreendedores são inatos; nessa perspectiva, não faria sentido propor qualquer ação educativa. Sua proposta se aproximaria mais de uma antipedagogia dos valores não empreendedores, que atua para evitar que a educação, a cultura e as relações sociais “contaminem” ou impeçam o desenvolvimento da capacidade empreendedora. Dolabela (2016) procura naturalizar o que chama de “valores empreendedores”. Ele tenta passar a ideia de que o empreendedorismo é da natureza humana, e não uma construção social e histórica. Evidencia-se, dessa forma, o caráter ideológico da sua proposta.

O empreendedorismo difundido e defendido por Dolabela não faz parte da natureza humana; ele é cultivado no substrato ideológico neoliberal, e a produção do sujeito empresarial é a estratégia dessa doutrina político-econômica. Diferentemente da teoria neoclássica e liberal, a construção do empreendedor está pautada no concorrencialismo neoliberal.

O grande passo adiante dado pelos austríacos Von Mises e Hayek consiste em ver a concorrência no mercado como um processo de descoberta da informação pertinente, como certo modo de conduta do sujeito que tenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro. Em outras palavras, radicalizando e sistematizando numa teoria coerente da ação humana alguns aspectos já presentes no pensamento liberal clássico (desejo de melhorar a própria sorte, fazer melhor do que o outro etc.), a doutrina austríaca privilegia uma dimensão agonística: a da competição e da rivalidade. A partir da luta dos agentes é que se poderá descrever não a formação de um equilíbrio definido por condições formais, mas a própria vida econômica, cujo ator real é o empreendedor, movido pelo espírito empresarial que se encontra em graus diferentes em cada um de nós e cujo único freio é o Estado, quando este trava ou suprime a livre competição (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 135).

Apesar da extensão do excerto, ele é revelador quanto à base filosófica e sociológica que está por trás do empreendedorismo de Dolabela, por mais que o autor apresente como justificativa o desenvolvimento humano e social, conforme apontado na sequência:

Vale dizer que o tema central do empreendedorismo no Brasil deve ser a construção do desenvolvimento humano e social, incluyente e sustentável. Em outras palavras: a eliminação da exclusão social tem que constar de qualquer política educacional em nosso país e confrontar a ideia tradicional do empreendedorismo centrado no fazer empresarial, que por ter como prioridade o crescimento econômico, habitualmente concentra renda, reproduzindo assim padrões socioeconômicos geradores de miséria (DOLABELA, 2016, p. 160).

Esse discurso serve para ocultar a essência do empreendedorismo, pautada no individualismo e no concorrencialismo, que expande as relações empresariais para toda a forma de relação humana; em termos basilares, serve para justificar condutas de toda a sorte na busca de oportunidade de lucro. Assim, amplia-se a estratégia, na tentativa de justificar sua inclusão na educação desde a “tenra idade”, velando a essência dessa especificidade na escolarização formal.

Dolabela (2016) afirma que é o senso comum que associa o empreendedorismo às políticas de combate ao desemprego no quadro de mudanças do mercado de trabalho na economia global; que esse cenário não é causal e que a necessidade de aumentar a capacidade empreendedora é decorrência direta de novos padrões de relações sociais e políticas que incluem o mercado, mas não se limitam a ele.

Ao negar que o empreendedorismo seja uma resposta adaptativa ao desemprego, à terceirização e à precarização, Dolabela, ideologicamente, defende que, por meio do desenvolvimento de algumas habilidades, historicamente ligadas ao negócio, chegaríamos ao desenvolvimento humano e à eliminação da exclusão social.

Nesse quadro, a ação empreendedora, caracterizada desde sempre pela capacidade de gerar novos conhecimentos a partir de uma base da experiência de vida do indivíduo (não só do saber técnico-científico ou know-how), deixa de ser exceção e torna-se uma necessidade para todos. “O tino para os negócios”, traduzível como capacidade de identificar oportunidades, perde o status de talento inexplicável, dádiva genética ou dom divino para se tornar uma habilidade essencial a indivíduos e coletividades, tão apreensível quanto qualquer outra competência, mesmo que isso ainda esteja longe de parecer obvio para boa parte dos meios acadêmicos brasileiros (DOLABELA, 2016, p. 225).

A especificidade da PE é desenvolver o “tino para os negócios” que o autor traduz para “capacidade de identificar oportunidades” e considera uma “habilidade essencial”. A capacidade de gerar novos conhecimentos e identificar oportunidades em relações interdependentes sob a forma empreendedora seria a especificidade da PE no processo de educação formal desde a educação infantil até o ensino médio. É aqui que aparece, claramente, o vínculo com a base filosófica e sociológica do neoliberalismo, proposta por Mises e Hayek, segundo Dardot e Laval (2016, p. 135):

Mas, sobretudo, ela exige uma política que vai muito além dos mercados de bens e serviços e diz respeito à totalidade da ação humana. Embora se considere típica de uma política neoliberal a construção de uma situação econômica que a aproxime do cânone da concorrência pura e perfeita, há outra orientação, talvez mais disfarçada ou menos imediatamente perceptível, que visa a introduzir, restabelecer ou sustentar dimensões de rivalidade na ação e, mais fundamentalmente, moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência.

Apesar de toda a justificativa pautada no desenvolvimento social e humano de Dolabela, em última instância, a citação apresenta do que realmente se trata o empreendedorismo, além do caráter de material ideológico da PE, em uma estrutura de difusão da ideologia.

O estudo das oportunidades, que jamais fez parte do currículo escolar, torna-se uma urgência. Tomada como valor subalterno em algumas culturas, negativo em outras, mas jamais central no mundo em que a relação básica de trabalho se dá através do emprego (oferecido por quem é capaz de identificar oportunidades e disponível para quem preenche os requisitos de habilidades e know-how), a capacidade de identificar oportunidades e a de gerar conhecimentos constituem um novo padrão de pré-requisitos para a inserção no mundo do trabalho. Assim, o emprego (forma de relação dependente) e o know-how (conteúdo), que constituíram o paradigma das relações de trabalho nos últimos dois séculos, são substituídos na era da velocidade e da informação em tempo real por um outro modelo – o da capacidade de gerar novos conhecimentos e identificar oportunidades (conteúdos), em uma relação de interdependência (autonomia relativa), sob a forma empreendedora (DOLABELA, 2016, p. 225).

Embora Dolabela negue que a questão das relações produtivas referentes ao processo de trabalho seja a causa para o desenvolvimento do empreendedorismo, ela aparece como central na justificativa de sua pedagogia. Essa tentativa de mascarar a realidade leva à utilização do que o autor chama de “Teoria Empreendedora dos Sonhos”, como sustentação da sua proposta.

Nosso tecido cultural, rico e criativo pela sua diversidade, injusto por sua história, livre e alegre por sua visão de mundo, fornece os elementos que dão vida à Teoria Empreendedora dos Sonhos e à proposta de sua aplicação na educação básica, sob a forma de estratégia educacional que chamo Pedagogia Empreendedora (DOLABELA, 2016, p. 180).

O conjunto de ideias e representações que o autor chama de teoria parte de um pressuposto: o conceito de empreendedor. Um conceito que, segundo o próprio autor, amplia a perspectiva da economia clássica e neoclássica e a visão comportamentalista, aproximando-se da teoria visionária de Fillion. “É empreendedor, em qualquer área, alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (DOLABELA, 2016, p. 521).

O empreendedor toma a forma de um ser. O sonho que a teoria faz referência é denominado sonho estruturante, pois daria origem e organizaria um projeto de vida, articulando desejos, visão de mundo, valores, competências, dentre outros aspectos. Seria, na visão de Dolabela (2016), o sonho que se sonha acordado, capaz de conduzir à autorrealização. Este depende do sonhador e do estágio – uma criança tenderá a ter sonhos mais concretos (um brinquedo); por sua vez, no adulto, o sonho deve se transformar em uma visão, um projeto de ação, uma ideia de

empreendimento. Esses sonhos seriam: individuais na concepção e coletivos na finalidade, além de que:

- tenham congruência com seu eu, porque assim poderá desenvolver sua individualidade e seus potenciais como alguém integrado à sua comunidade;
- produzam valores úteis à comunidade (riqueza material e/ou imaterial), cumprindo a essência social do indivíduo;
- gerem emoções sob a forma de energia em intensidade suficiente para impelir à sua realização através da cooperação [...] (DOLABELA, 2016, p. 617).

Para associar uma perspectiva coletiva à sua abordagem, o autor lança mão da ideia de desenvolvimento, de inclusão social e acesso à cidadania em superação ao crescimento econômico. Esse desenvolvimento seria fruto de outros tipos de capital: “humano, social, empresarial e natural” (DOLABELA, 2016, p. 729). Para o autor capital humano, é “a capacidade de gerar conhecimento, inovar, transformar conhecimento em riqueza, que são tarefas típicas do empreendedor” (DOLABELA, 2016, p. 729); capital social é a “capacidade dos membros de uma comunidade se associarem e se organizarem em torno da solução de problemas [...]” (DOLABELA, 2016, p. 740); capital empresarial – “capacidade de organização produtiva para a geração de bens e serviços; capital natural – “condições ambientais e físico-territoriais herdadas [...]” (DOLABELA, 2016, p. 761).

A teoria apresentada daria suporte à construção do sonho coletivo, e a escola é definida como um instrumento para o desenvolvimento da capacidade de construir sonhos coletivos. “Por isso a PE postula uma situação educacional que transforma alunos, professores e comunidade em atores da criação do novo conhecimento social, da nova cultura, em que o principal aprendizado é a autoestima coletiva e a construção da cooperação” (DOLABELA, 2016, p. 729).

A estratégia didática se desenvolve por meio de duas propostas de ação: a formulação do sonho e a busca de sua realização, assim sintetizadas pelo autor:

Tomadas como unidade indissociável, as duas ações compõem o eixo do autoaprendizado e acompanharão o aluno a partir dos 4 anos de idade, a cada série, ao longo dos catorze anos da educação básica (três de pré-escola, oito de ensino fundamental e três de ensino médio), de tal forma que a tarefa pedagógica consistirá em movimentar o ciclo “sonhar e buscar realizar o sonho” a cada ano letivo.

O programa curricular será iniciado com a pergunta: “Qual é seu sonho e como buscará realizá-lo? Ao fim do ano letivo, o período de trabalho será encerrado com a apresentação individual dos alunos: “Aqui está a descrição do que fiz para formular meu sonho e o esforço que desenvolvi buscando realizá-lo” (DOLABELA, 2016, p. 858).

Segundo Dolabela (2016), o desenvolvimento das atividades do eixo central da estratégia se dará mediante o preenchimento do Mapa do Sonho⁴⁸; paralelamente, são feitos exercícios para o fortalecimento dos elementos de suporte: conceito de si, energia, liderança, conhecimento sobre o ambiente do sonho, rede de relações, espaço de si, internalidade e intuição.

Não há como não relacionar o Mapa do Sonho a um plano de negócios. O autor, inclusive, faz referência ao fato de que essa é a intenção. O referido roteiro apresenta direcionamentos em cada etapa; dessa forma, pretende determinar, por antecipação, o que sonhar, como se deve agir, como se deve pensar e até como se deve sentir. A empresa é o modelo único de organização social, sob o neoliberalismo. Nesse sentido, a própria vida humana deve ser conduzida a partir de um plano de negócio. Independentemente das condições sociais, dos interesses antagônicos de classe, o desenvolvimento social e humano depende, na concepção de Dolabela, de sonhar, organizar esse sonho em etapas e, assim, realizá-las.

Como podemos observar, o que postula a referida pedagogia, apoiada em uma pseudoteoria, não está restrito ao campo do empreendedorismo; a intencionalidade é de generalizar uma visão empresarial ou uma cultura do negócio e da oportunidade por meio da escola. Por mais que autor se esforce em criar variações e denominações como empreendedor coletivo, sonho coletivo, desenvolvimento comunitário, entre outros aspectos, tentando apresentar um olhar diferenciado sobre o empreendedorismo, a essência da proposta fica evidente nas próprias palavras. “Esse novo olhar sobre a capacidade empreendedora nos permitiu transportá-la do seu

⁴⁸ O Mapa do Sonho é um roteiro para auxiliar o aluno na formulação do sonho e no planejamento da sua execução. É composto pelas seguintes etapas: Etapa 1: concepção do sonho; Etapa 2: autoconhecimento (conceito de si); Etapa 3: rede de relações; Etapa 4: conhecimento do ambiente do sonho; Etapa 5: análise do sonho em relação ao sonhador; Etapa 6: análise do sonho em relação às outras pessoas; Etapa 7: estratégia para realizar o sonho (buscar recursos necessários); Etapa 8: análise da viabilidade do sonho, considerando recursos do sonhador; Etapa 9: análise da viabilidade do sonho, considerando os recursos de terceiros; Etapa 10: estratégia para conseguir recursos; Etapa 11: liderança; Etapa 12: como organizar e usar os recursos; Etapa 13: quando será possível realizar o sonho; Etapa 14: narrativa do sonho e dos processos que levam a sua realização; e Etapa 15: qual é o próximo sonho.

berço original, a empresa – sem dele sair – para todas as atividades humanas” (DOLABELA, 2016, p. 466).

Apesar de a proposta da Pedagogia Empreendedora ser, epistemologicamente, desprovida de base pedagógica, ela tem base nos pressupostos e teorias que sustentam o neoliberalismo, como a Teoria do Capital Humano, o individualismo metodológico de Hayek. Nesse sentido, torna-se um material ideológico de importância, ainda mais quando essa proposta é aplicada em escolas públicas, a partir de convênios entre Secretarias de Educação e o SEBRAE.

Para ilustrar, vamos abordar, aqui, a experiência realizada com a PE no estado do Paraná.

[...] a partir de setembro de 2003, a PE foi implementada em 130 cidades do Estado do Paraná, como parte de um grande projeto de desenvolvimento local promovido pelo Sebrae-Paraná. As cidades selecionadas possuíam no máximo 0,8 de IDH-M⁴⁹. Cada cidade criou um Fórum de Desenvolvimento Local, uma democrática organização guarda-chuva composta por líderes locais, sob coordenação do Programa Sebrae de Desenvolvimento Local (PSDL) (DOLABELA; FILION, 2013, p. 167).

Os professores são a estrutura funcional para a PE; no caso do Paraná, eles participaram de dois tipos de formação: 1) *workshop* de transferência de metodologia – professores aprendem como aplicar a PE em sala de aula; 2) *workshop* para a formação de multiplicadores e gestores: 5 a 20 participantes do primeiro *workshop* foram selecionados e treinados para transferir o conteúdo metodológico aos seus pares (DOLABELA; FILION, 2013). Pela superficialidade da formação dos professores, temos uma noção da profundidade pedagógica da proposta.

A Tabela 10 mostra alguns números da PE no Paraná. O custo do projeto foi financiado pelo SEBRAE/PR. O caráter comercial da proposta é evidenciado pelo valor aplicado no projeto.

⁴⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é composto por três dimensões: longevidade, educação e renda. O índice varia 0 a 1: quanto mais próximo de 1, maior será o desenvolvimento humano de um município. De 0 a 0,499 – muito baixo; de 0,5 a 0,599 – baixo; de 0,6 a 0,699 – médio; de 0,7 a 0,799 – alto; e de 0,8 a 1 – muito alto.

Tabela 10: Números da proposta da PE implantados no Paraná

| Categorias | Números |
|--|--------------|
| Cidades envolvidas | 130 |
| População total das cidades envolvidas | 2.257.150 |
| Escolas participantes | 1.566 |
| Professores participantes | 6.352 |
| Estudantes | 173.304 |
| Custo | US\$ 400.000 |

Fonte: Adaptada de Dolabela e Fillion (2013).

Dolabela desenvolveu, também, a Oficina do Empreendedor (OE), outra metodologia destinada à formação de jovens e adultos sob a perspectiva do empreendedorismo, a qual tem por estratégia a capacitação de professores para que eles repassem os conteúdos sob a forma de cursos ou disciplinas para o Ensino Superior, principalmente.

Se o Mapa do Sonho é o instrumento principal no desenvolvimento da PE, aquele que orienta a ação sonhada para a realização, parece-nos que a intenção é uma familiarização, um processo didático para o plano de negócio, que é o instrumento metodológico da OE, a qual abordaremos a partir daqui.

Logo na introdução do livro “Pedagogia Empreendedora”, percebemos a influência das OIs e a construção da agenda global da educação, ao afirmar que, nesse momento histórico, o que aprendemos na escola é rapidamente superado pelo que aprendemos fora dela. Isso conduz à necessidade contínua de aprender a aprender e que, ao agir assim, o aluno estaria próximo do ato de proceder como um empreendedor (DOLABELA, 2011). Segundo Dolabela (2011, p. 17), a proposta:

Nasceu na área de informática, no Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, em 1993, através de demandas do programa Softex,⁵⁰ do CNPq, cujos criadores acreditaram ser possível transformar alunos de computação em futuros proprietários de empresas. [...]. Assim, foi criado em 1996 o projeto Softstart (do Softex-CNPq), cuja meta – implementar a Oficina em 30 instituições de ensino, em três anos – causou grande perplexidade em virtude dos obstáculos que deveria superar. [...]. No entanto, após três anos, mais de 100 instituições haviam implantado o ensino de empreendedorismo. A partir de 1997, a Oficina começou a

⁵⁰ Associação para Promoção da Excelência do *Software* Brasileiro. Foi criada com a finalidade de levar as empresas de *software* ao mercado externo. Na década de 1990, recebeu apoio do CNPq, de modo a incentivar atividades de empreendedorismo em *software*, estimulando a disciplina em universidades e a geração de novas empresas na área. Atualmente, a Softex foi reformulada e referências à sua atuação podem ser encontradas no endereço: www.softex.br (DORNELAS, 2012).

ser aplicada nas demais áreas do conhecimento, através dos Programas Reune-MG, Reune-Brasil e Senai-MG⁵¹.

Observamos uma ação conjunta de vários atores, privados e públicos, na construção e, principalmente, na disseminação da ideia de formar empreendedores em IES. Coan (2011) aponta que Dolabela propõe uma metodologia para se trabalhar o empreendedorismo no Ensino Superior. Descreve e relata resultados da aplicação da experiência do Programa Softex e a proposição de uma metodologia de ensino universitário de empreendedorismo oferecida a professores de cursos de graduação, voltada para diversas áreas, e não somente para administradores, como era prática até então.

A proposta consistia em incluir uma ou mais disciplinas em um curso de nível médio ou universitário. Segundo o autor, o objetivo seria transformar a cultura institucional de formadora de empregados para formadora de empreendedores. Um dos pré-requisitos básicos seria “ter a disponibilidade e a vontade de estabelecer vínculos com o mercado, com empresas e empreendedores, com o ambiente onde os conhecimentos que domina são transformados em riqueza” (DORNELAS, 2012, p. 18).

Os fundamentos da proposta são os mesmos da Pedagogia Empreendedora, a Teoria Empreendedora do Sonho, com base na ideia de que o empreendedor é aquele que sonha e busca realizar o seu sonho, conforme já apresentamos anteriormente.

Outra questão que se repete na OE e que já foi abordada quando tratamos da PE diz respeito à especificidade da proposta, a qual se encontra na identificação das oportunidades, o que, anteriormente, foi exemplificado pelo autor como o “tino para o negócio”. Dolabela (2011) salienta que a essência da OE é o estudo das oportunidades. A metodologia da OE, nesse íterim, abrange as três primeiras fases do processo de criação de empresas: a) da motivação à ideia inicial; b) da ideia inicial ao plano de negócios; c) do plano de negócios ao início das operações (DOLABELA, 2011).

⁵¹ O Programa Reune-MG (Rede de Ensino universitário de Empreendedorismo) foi uma realização do Sebrae de Minas. IEL-MG, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Fumsoft e Fundação João Pinheiro. O Programa Reune-Brasil foi uma realização da CNI/IEL Nacional e do Sebrae Nacional. O Programa Senai-SEI foi uma realização do IEL e do Senai-MG (DOLABELA, 2011).

Cada fase do processo de criação de uma empresa é desenvolvida como um momento de aprendizagem em que são trabalhados o que o autor chama de instrumentos metodológicos. Na fase a), são trabalhados: conceito de si; formulação do sonho e da estratégia de sua realização; narrativa biográfica de empreendedores; rede de relações e o mentor; aprofundamento do sonho e da visão e conhecer o setor; focalizar necessidades não satisfeitas e desenvolver a capacidade de criar algo novo. Na fase b): avaliação da própria ideia de empresa e preparação para fazer o plano de negócios; elaboração do plano de negócios e visão complementar; técnicas de negociação e de apresentação do plano de negócios. Na fase c): negociação e liderança; o papel dos sistemas de suporte e do júri.

Para Coan (2011), o autor sinaliza uma série de passos, alguns bastante similares aos propostos para a PE, que devem ser dados no intuito de consolidar essa metodologia. Aliás, uma das metas a ser atingida na proposição da OE é a criação do departamento de ensino empreendedor, por meio de projetos que possam envolver todos os docentes de um curso.

As propostas educativas apresentadas demonstram a intencionalidade de criar um contínuo formativo de disseminação de valores e saberes específicos por todo o itinerário de educação formal, da Educação Infantil ao Ensino Superior. Procuram naturalizar esses valores velando de sua materialidade ligada ao negócio e ao mercado em escala global. Apresentam uma visão particular de cultura e de educação como se fosse universal e, assim, buscam a sua generalização.

Como podemos observar, as propostas pretendem submeter a educação escolar aos interesses do mercado. Formar o empreendedor nessa perspectiva é formar o indivíduo que consiga perceber as oportunidades de negócios e mobilizar conhecimentos para transformar essas oportunidades em lucro. Um mercado diferente da concepção liberal, em que era o ambiente natural onde as mercadorias circulam livremente, equilibrado por uma “mão invisível”. O mercado neoliberal, que tem no empreendedor o seu sujeito, é concebido “como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 139).

Tais propostas demonstram, também, uma coordenação de ação e atores, ligados à administração pública em nível nacional e subnacional, como secretarias municipais e estaduais, universidades públicas, Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentre outros, e ao setor privado, sejam agências de desenvolvimento setorial (SEBRAE, CNI⁵² etc.) ou ONGs e associações com atuação global e nacional (GEM, Endeavor, Softex, Visão Mundial etc.). Essas instituições atuam coordenadamente sob influência das Ols para a implementação de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação.

Temos, assim, a estrutura ideológica, uma organização social concreta responsável por difundir o empreendedorismo, o qual, como movimento orgânico ao capital sob o bloco histórico neoliberal, atua na construção da hegemonia da classe dominante sobre toda a sociedade (GRAMSCI, 1975; PORTELLI, 2002; LIGUORI, 2017).

A escola cumpre, nesse sentido, uma dupla função: estruturalmente, forma o sujeito necessário à reprodução do capital, aquele que se adequa ao desemprego estrutural, à precarização e à flexibilização; superestruturalmente, produz, difunde e mantém a concepção de mundo (ideologia) da classe dominante. O empreendedorismo se constitui, portanto, em um elemento fundamental de vínculo orgânico (GRAMSCI, 1975) entre a necessidade estrutural e a superestrutura ideológica e política.

Essa ação coordenada de atores em direção a uma agenda definida globalmente atua, de forma nacional e regionalmente, influenciando, construindo políticas públicas. Assim, na próxima subseção, vamos abordar algumas políticas e programas gerados em escala nacional que operam na relação entre educação e empreendedorismo.

3.3.2 Políticas e propostas para a formação do trabalhador em um contexto de flexibilização das relações de trabalho

Nesta subseção, abordaremos duas principais políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) destinadas à formação do trabalhador: o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP – e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR. Como aponta Leite (2002), essas políticas foram concebidas separadamente: a primeira no Ministério da Educação, e a segunda

⁵² Confederação Nacional da Indústria.

no Ministério do Trabalho, porém, em seguida, foram trabalhadas conjuntamente, apesar de o autor indicar uma desarticulação entre os ministérios.

No segundo momento, vamos nos deter nas políticas do governo Lula no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE –, mais especificamente, o Projeto Jovem Empreendedor, destinadas à formação do trabalhador e que se articulam às políticas educacionais, principalmente, à Educação Profissional.

Justificamos essa escolha, porque tais políticas representam a implementação de uma agenda globalmente estruturada e articulada supranacionalmente, a qual encaminha o empreendedorismo como alternativa à questão do desemprego; altera a ideia de qualificação para a de competência e habilidade; e vincula, fortemente, a educação ao desenvolvimento. Em termos operacionais, essa agenda é implementada por meio da articulação entre entidades privadas e órgãos públicos nacionais.

Essas políticas precedem a criação dos IFs, os quais assumem o papel de articulador das políticas de educação e formação, entre o Ministério da Educação e outros ministérios, tendo a perspectiva do desenvolvimento econômico por meio da educação profissional como um de seus pilares. Abordaremos esse aspecto, mais detalhadamente, ao discutirmos a política dos IFs na próxima seção.

A nossa intenção ao discutir essas políticas é demonstrar a condição, isto é, onde se verifica a coordenação entre atores públicos e privados nacionais, sob a influência de organismos supranacionais, para a implementação de ações educativas. Para tanto, vamos nos apoiar na discussão gramsciana da relação entre sociedade civil e sociedade política no âmbito da superestrutura e sua concepção de Estado integral ou ampliado.

Por enquanto, dois grandes "planos" superestruturais podem ser estabelecidos, o que pode ser chamado de "sociedade civil", ou seja, o conjunto de organismos comumente chamados "Privado" e o da "sociedade política ou do Estado" e que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquele de "domínio direto" ou de comando que se expressa no estado e no governo "jurídico" (GRAMSCI, 1975, p. 1518).

Gramsci vê nas sociedades ocidentais esses dois planos dialeticamente unidos no conceito de Estado integral ou Estado ampliado, entendendo o novo protagonismo

do Estado no século XX, tanto no campo econômico como na organização da sociedade e na criação do consenso (LIGUORI, 2017). “O conceito de Estado Integral indica a relação de unidade-distinção que Gramsci capta entre Estado e sociedade civil [...]” (LIGUORI, 2017, p. 261).

O PROEP se insere em um contexto mais amplo de reformas promovido no governo de FHC. Segundo Hermida (2012, p. 1438), “se destacou pela reforma do Estado promovida nos seus dois mandatos, pela reforma Administrativa, pela implementação de mudanças profundas na vida econômica do país e também pela reforma educativa”.

Sobre a reforma educativa, ela ocorre em um contexto de disputa entre dois modelos que pretendiam um projeto político e pedagógico para a educação entendido como opostos. De um lado, um modelo proposto pela sociedade civil, a partir da organização dos atores ligados à educação, por meio de fóruns, conferências e congressos ancorados em pressupostos políticos e filosóficos que defendem uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos; do outro lado, uma proposta atrelada aos interesses do mercado, para o qual “a função da instituição escolar é a formação de contingentes de indivíduos, a partir do desenvolvimento das competências que lhes permitam inserir-se nos processos produtivos exigidos [...]” (HERMIDA, 2012, p. 1449).

A estratégia política adotada pelo governo FHC para garantir a agenda global foi a mesma inaugurada pelos governos anteriores, bem como inaugurada por Fernando Collor. Uma forte influência do poder executivo sobre o legislativo para aprovar as políticas de acordo com o seu interesse. Essa estratégia contemplava a obstrução da tramitação de projetos, com a simultânea apresentação de projetos substitutivos, proposições de Emendas Constitucionais e promulgação de Decretos. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394 de 1996, foi resultado de um projeto substitutivo ao PL 1.258 A/88, que havia sido construído com uma participação da sociedade civil organizada (HERMIDA, 2012).

Com essas estratégias, as ações do Poder Executivo começaram a predominar sobre as do Poder Legislativo. Com isto, a aprovação da legislação específica para a educação nacional passou a ser orientada por critérios político-partidários que deixaram de lado a forma participativa de fazer política desenvolvida no primeiro momento junto à sociedade civil. Nesta nova perspectiva, os sistemas educacionais

são redefinidos no bojo das reformas estruturais encaminhadas principalmente pelo Banco Mundial [...] (HERMIDA, 2012, p. 1447).

Quando o autor faz referência à forma participativa de fazer política, em um primeiro momento, está se referindo aos processos de construção da LDBEN, em função do processo de construção da própria Constituição de 1988, no momento pós-ditadura militar. Nesse contexto de reformas neoliberais e a partir das estratégias políticas apresentadas, a Educação Profissional passa a ser regulamentada por Decreto⁵³ e é sob essa regulamentação – e sob as perspectivas mercadológicas e uma agenda global – que o PROEP é definido, assim como a sua atuação articulada ao PLANFOR, no sentido de formar o trabalhador a partir de competências e habilidades necessárias, um cenário propício ao empreendedorismo. Segundo Leite (2002, p. 293):

O PROEP é ao mesmo tempo um programa de expansão, reordenamento e reestruturação de instituições de ensino técnico-profissional que apresenta requisitos para a liberação e utilização de recursos pelas instituições candidatas, dentre os quais certas condicionalidades dispostas pelo BID⁵⁴, tais como a separação entre a educação geral da formação profissional, o estabelecimento de parcerias e o progressivo compartilhamento de gestão com a iniciativa privada.

O PROEP foi o principal instrumento de implantação da reforma na Educação Profissional:

Para implementar tão importante reforma, o Ministério da Educação foi buscar apoio no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, que aprovou o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. O Programa destina-se à modernização e expansão do sistema, mediante o aporte de recursos para as escolas do segmento federal, para as dos segmentos estaduais e promoveu a criação de um novo segmento: o das escolas comunitárias (BRASIL, 2002, p. 17).

Percebe-se as estratégias das Ols, uma vez que aportam recursos condicionados à implantação da agenda. O financiamento do programa era, segundo Leite (2002), na ordem de 500 milhões de dólares para o período de 1997 a 2003;

⁵³ Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997.

⁵⁴ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

estava assim distribuído: 125 milhões de dólares do MEC, 125 milhões de dólares do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)⁵⁵ e 250 milhões de dólares do BID.

O programa se destinava à modernização e expansão do sistema de Educação Profissional mediante aporte de recursos para as escolas federais, estaduais e para a novidade do sistema: escolas comunitárias. O aporte de recursos era condicionado à adaptação das escolas existentes aos princípios da reforma e à expansão do sistema dentro do novo paradigma. Assim, o PROEP se destinava ao financiamento da rede, à diversificação da oferta e à adequação dos currículos “às demandas do mercado de trabalho”, conforme palavras do próprio MEC (BRASIL, 2002).

Na questão da diversificação da oferta, ela se daria tanto pela adequação dos cursos ao mercado de trabalho quanto pelas instituições formativas, nesse caso, a novidade consistia nas escolas comunitárias, as quais, segundo o MEC, tratavam-se de “um modelo inovador de descentralização de recursos públicos para investimentos por meio de entidades comunitárias sem fins lucrativos, que passam a ser proprietárias das novas escolas de educação profissional e integralmente responsáveis pela sua gestão” (BRASIL, 2002, p. 17).

De acordo com Leite (2002, p. 293), na categoria comunitária, foram contemplados “projetos de empresas privadas – educacionais ou não – de associações patronais do campo industrial, agrícola e de serviços e do Sistema S”. Percebe-se claramente a implementação da agenda global da educação, conforme aponta Robertson (2012), ao analisar a estratégia para a educação do BM, na qual as Parcerias Público-Privadas (PPP) seriam a alternativa viável em que não é possível a privatização direta por motivos políticos ou estruturais.

Outro aspecto reformista que o PROEP implementava era a adequação dos currículos que, obviamente, seguia a agenda globalmente estruturada para a Educação Profissional. Foram instituídos os Referenciais Curriculares Nacionais (RCN's) da Educação Profissional de Nível Técnico; segundo o MEC:

A metodologia utilizada para o desenvolvimento dos referenciais curriculares considerou as seguintes etapas: identificação das áreas

⁵⁵ O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foi criado em cumprimento à determinação constitucional (Artigo 239, da CF) e regulamentado pela Lei n. 7.998/1990, agregando o patrimônio do PIS/PASEP e de parte da arrecadação da contribuição sindical compulsória. A Lei n. 7.998/1990, em seu Artigo 11, estabelece como fontes de recursos do FAT: contribuições sociais do setor público e do setor privado; incidentes sobre faturamento das empresas (PIS, PASEP), além de multas sobre encargos devidos, juros e correção monetária de empréstimos (BATISTA, 2009).

profissionais; pesquisas bibliográficas; consultas a profissionais e empresas da área, bem como a entidades ligadas à educação profissional; caracterização do processo de produção na área, suas funções e subfunções; identificação dos conjuntos de competências, habilidades e bases tecnológicas; validação do processo de produção e dos conjuntos de competências, habilidades e bases tecnológicas; redação de textos introdutórios e explicativos. Foram organizados fóruns de especialistas e instituições para a formulação destes referenciais, objetivando a aproximação entre a educação e os setores produtivos (BRASIL, 2002, p. 19).

Apesar do empreendedorismo, que é objeto deste trabalho, não ser referenciado diretamente ao tratarmos desse programa, as perspectivas do negócio, da empresa, do mercado e da empregabilidade são sua base material. As noções de competência e habilidade têm como respaldo a Teoria do Capital Humano (TCH), e o empreendedorismo é a expressão mais recente dessa teoria e do que ela representa.

Durante a vigência do PROEP, foram assinados 336 convênios, distribuídos da seguinte forma: 65 convênios com instituições federais, com 142 milhões de reais disponibilizados; 136 convênios com instituições estaduais, com o investimento de 275 milhões de reais; e 135 convênios com instituições comunitárias, com 344 milhões de reais investidos, totalizando um valor de 761 milhões de reais investidos (BRASIL, 2012).

Outra política do governo FHC ligada à formação do trabalhador é o PLANFOR, concebido e criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional⁵⁶ (SEFOR), mas que, no âmbito das reformas implantadas, deveria atuar de forma a complementar e coordenada às políticas do MEC. Segundo Batista (2009), o Plano foi instituído em 1995 e implementado a partir de 1996, nos termos da Resolução n. 126/1996, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

O papel da SEFOR, destacando-se o vínculo e condicionamento das políticas sociais à política de estabilização econômica e à diretriz de empregabilidade, seria o de articular e consolidar uma política pública de emprego e renda, de trabalho e de Educação Profissional. Conforme os dados da própria Secretaria, as metas para a expansão do sistema de educação profissional no Brasil previam a evolução do atendimento de 7% da População Economicamente Ativa (PEA), em 1996, para 20%,

⁵⁶ A partir de 1999 a SEFOR passou a ser denominada de Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE (BATISTA, 2009).

em 1999, o que corresponderia ao treinamento anual de 15 milhões de trabalhadores. Para cumprir tais metas, a concepção do PLANFOR pretendia a superação das formas tradicionais de Educação Profissional, mediante a formação de uma Rede Nacional de Educação Profissional que articularia as entidades públicas e privadas atuantes no campo da qualificação do trabalhador (LEITE, 2002).

Essa perspectiva de rede era articulada por intermédio de dois mecanismos: a) os Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), executados pelos governos estaduais; b) as Parcerias Nacionais e Regionais (PARCs), celebradas com organizações não governamentais. Conforme postula Batista (2009), segundo a SPPE, os dois mecanismos envolvem uma cadeia estratégica e operacional que articula o CODEFAT, o MTE, as Secretarias Estaduais do Trabalho (STbs), os Conselhos Estaduais do Trabalho (CETs), as Comissões Municipais do Trabalho (CMTs), entidades parceiras e toda a Rede de Educação Profissional (Sistema S, Escolas Técnicas Federais e Estaduais, Escolas Sindicais etc.).

Para Leite (2002), essa ideia de Rede Nacional própria do PLANFOR extrapola a concepção de educação profissional situada no âmbito da escolarização e se encaminha para a constituição de uma espécie de mercado nacional da formação profissional.

Conforme a Resolução CODEFAT n. 194/1998, as ações no âmbito do PLANFOR incluiriam:

[...] cursos, treinamentos, assessorias, extensão, pesquisas e estudos, concebidos com foco na demanda do mercado de trabalho e no perfil da população alvo, contemplando: [...] habilidades básicas – competências e conhecimentos gerais, essenciais para o mercado de trabalho e para a construção da cidadania, [...] b) habilidades específicas – competências e conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos específicos das ocupações; c) habilidades de gestão – competências e conhecimentos relativos a atividades de gestão, autogestão, melhoria da qualidade e da produtividade de micro e pequenos estabelecimentos, do trabalho autônomo ou do próprio trabalhador individual, no processo produtivo (BRASIL, 1998, n.p).

Batista (2009) afirma que o pressuposto da política é de que o desemprego é consequência da baixa escolaridade e da desqualificação do segmento mais vulnerável da população, desconsiderando, assim, as determinações macroeconômicas e sociais. A partir dessa definição, a política aposta em uma

concepção educativa pautada nas noções de competência e habilidades e em desenvolver atitudes ligadas ao negócio e ao setor empresarial, dentre as quais destacamos a noção de empreendedorismo.

Ao considerar a análise das políticas implementadas no governo FHC, em um contexto de reformas estruturais de caráter neoliberal, observa-se que a perspectiva administrativa está calcada na privatização, no caso da educação, muito difundida na perspectiva de atuação em rede articulando atores públicos e privados com repasse de recursos públicos.

Na concepção educativa, assume-se a agenda global que vincula educação e desenvolvimento econômico como superação dos problemas sociais e como caminho direto ao desenvolvimento social, de modo a orientar para os pressupostos do mercado com vistas a uma economia global. Essa concepção encontra fundamento nas teorias econômicas, principalmente, na TCH.

A análise das políticas implantadas no governo FHC, desde a sua construção, mostra a relação direta colaborativa entre sociedade civil e seu “aparelho hegemônico” (GRAMSCI, 1975, p. 800), organizações “ditas privadas” que exercem a hegemonia de uma classe social sobre toda a sociedade e o aparelho coercitivo típico de Estado em sentido restrito (GRAMSCI, 1975; LIGUORI, 2017).

Estamos sempre no terreno de identificação de Estado e Governo, identificação que é justamente um reaparecimento da forma econômica-corporativa, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, visto que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que são reportados à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, que Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia blindada de coerção) (GRAMSCI, 1975, p. 763).

Como o consenso espontâneo é uma utopia, pois exigiria uma organização social com sujeitos em igualdade de condições, o aparelho de coerção do Estado assegura legalmente a disciplina dos grupos que recusam o acordo proposto pelo aparelho hegemônico em momentos de crise extrema pela força militar; em outros momentos, a coerção de forma legal – juridicamente, o Estado ampliado – é o prolongamento e a concretização da direção econômica e ideológica que uma classe exerce sobre o conjunto da sociedade (PORTELLI, 2002).

A partir da avaliação do PLANFOR, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) apresentou uma nova proposta de política pública de Educação

Profissional expressa no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), para o período 2003/2007, o qual estava articulado aos três grandes objetivos do Plano Plurianual (PPA 2004-2007): a) inclusão social e redução das desigualdades sociais; b) crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (BRASIL, 2003).

A análise do PNQ indica três linhas programáticas para a operacionalização das políticas de Educação Profissional do Governo Lula: a primeira, que se constitui na proposta reformulada do PLANFOR, continua financiando ações que integram o CODEFAT, e as Comissões Estaduais e Municipais do Trabalho, com recursos, cada vez mais exíguos, do FAT; a segunda, que congrega os programas que apresentam efetiva vinculação com a Educação Básica; e a terceira, que congrega as ações que têm sua origem no PNPE (BRASIL, 2003).

Para Kuenzer (2006, p. 890):

Com relação às ações do primeiro grupo, o que se tem como novidade é a extensão da duração dos cursos, por meio da exigência de 200 horas em média, [...] avanço conceitual significativo com relação ao PLANFOR, no que diz respeito às categorias relativas às relações entre trabalho e educação, a partir da ótica dos trabalhadores. O que a prática tem mostrado, contudo, [...] é a dificuldade de efetivação dessas políticas a partir de vários fatores, com destaque para a perda de interesse das agências formadoras, que não consideram atrativo o investimento para cursos mais extensos e que integrem conhecimentos básicos, [...].

No segundo grupo, tem-se a continuidade do PRONERA⁵⁷ e do PROEP, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM)⁵⁸ e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA),⁵⁹ ambos criados no Governo Lula.

⁵⁷ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado no governo FHC, como política do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir da mobilização dos trabalhadores do campo em articulação com universidades na I Conferência Nacional: por uma educação básica do campo, realizada em Luziânia (GO), em 1997 (KUENZER, 2006).

⁵⁸ O PROJOVEM foi criado pela Medida Provisória n. 238, de fevereiro de 2005, tendo por objetivo elevar o grau de escolaridade por meio da conclusão do ensino fundamental articulado à qualificação profissional e à ação comunitária, com vistas à inserção cidadã (KUENZER, 2006).

⁵⁹ O PROEJA, objeto do Decreto n. 5.840, de julho de 2006, regulamenta a formação de jovens e adultos trabalhadores em nível inicial e continuado e em nível de Educação Profissional técnica de nível médio, integrada ou concomitante (KUENZER, 2006).

No terceiro grupo, enfatizam-se as ações abrangidas pelo PNPE⁶⁰. De modo geral, os projetos que se originam no PNPE apresentam as mesmas características: o público-alvo, jovens de 16 a 24 anos, sem experiência no mercado de trabalho formal, que tenham renda familiar de até meio salário-mínimo por integrante e que estejam cursando ou tenham completado o ensino fundamental ou médio, com destaque para focos de discriminação social (KUENZER, 2006).

Dentre os projetos que fazem parte do PNPE, chama a atenção, em função do objeto de pesquisa, o Jovem Empreendedor, em parceria com o SEBRAE. Segundo Drewinski (2009, p. 31-32):

O Projeto Jovem Empreendedor como política pública implantada no Brasil a partir do ano de 2004, apresenta algumas peculiaridades, uma delas, como já mencionamos, é a inclusão do jovem no mercado de trabalho pela via da capacitação para o empreendedorismo e uso do microcrédito. Neste caso, supõe-se que os jovens criarão formas próprias de ocupação, emprego e renda, seja por meio do autoemprego, abertura de seu próprio negócio, cooperativismo ou associativismo. [...].

Caracteriza-se como uma linha de crédito especial, denominada PROGER – Jovem Empreendedor, disponibilizada pelo governo federal para qualificar anualmente 16.000 jovens. Pressupõe-se que, por intermédio de capacitação a ser realizada pelo SEBRAE e de crédito orientado, esses jovens poderão criar e desenvolver seus próprios negócios, na forma de microempresas, autoemprego ou associações de produção, comercialização e serviços.

O Projeto Jovem Empreendedor se trata de uma parceria entre o Governo Federal, por meio do MTE e do FAT, o Banco do Brasil, inicialmente podendo se estender a outros bancos, e o SEBRAE. Mais especificamente, trata-se de uma linha de crédito chamada PROGER Jovem Empreendedor. Nesse sentido, o banco fornece o crédito e o governo, a partir de um fundo de aval, criado com recursos do FAT, garante esse crédito. O jovem, para ter acesso ao crédito que visa a criar formas próprias de ocupação (autoemprego), precisa se capacitar por meio do SEBRAE, o qual usa, para isso, o seu portfólio de cursos. Assim, o governo pensa qualificar o jovem e, ao mesmo tempo, criar uma ocupação.

⁶⁰ “Implementado pelo governo federal por intermédio da Lei n. 10.748, de 22 de outubro de 2003, o PNPE articula várias ações, que se desenvolvem por meio de duas linhas: a da qualificação social e profissional e a da inserção imediata no mercado de trabalho. Essas ações, diferentemente das anteriormente descritas, embora assumam a articulação com a educação básica como princípio, não se vinculam ao Sistema Nacional de Educação; [...]” (KUENZER, 2006, p. 894).

O modelo propunha a inscrição do jovem em um dos postos de atendimento do SEBRAE, que fará a sensibilização e o recrutamento. Posteriormente, realizar uma capacitação presencial sobre empreendedorismo e planos de negócios, com duração de 75 a 80 horas, oferecida pelo SEBRAE. Na sequência, deve elaborar um plano de negócio, com auxílio e acompanhamento técnico do SEBRAE, incluindo informações e dados necessários para a abertura de seu empreendimento. Se aprovado, o projeto prevê o acompanhamento pós-crédito, em um período de três anos, a ser feito por meio de acompanhamento técnico e assessorias realizadas pelo SEBRAE aos jovens empreendedores (DREWINSKI, 2009).

Segundo a Resolução do MTE n. 339/2003, institui-se uma linha de crédito orientada a jovens empreendedores, objeto de termo de cooperação técnica entre o MTE/CODEFAT, o Banco do Brasil e o SEBRAE. Os selecionados ao crédito participarão de um processo de capacitação voltado para o empreendedorismo, mercado e finanças e de elaboração do plano de negócio, de forma assistida, pelo SEBRAE; após concluídos, esses processos serão submetidos a um Comitê de Aprovação. No Artigo 8º, o referido documento encaminha o valor destinado pelo governo para o programa autorizando “a alocação, em depósitos especiais remunerados, nas Instituições Financeiras Oficiais Federais, da importância de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), excedentes à reserva mínima de liquidez do FAT” (BRASIL, 2003, n.p).

Assim, o governo pretendia formar empreendedores; o banco captava esse recurso junto ao tesouro e remunerava minimamente, para, então, comercializar o crédito com juros mais elevados, e o SEBRAE vendia aos jovens os seus serviços formativos. Ao jovem, compete tocar o empreendimento e pagar o crédito tomado junto ao banco. Está posta, aqui, a forma de privatização por meio das PPP.

Drewinski (2009) fez uma análise comparativa entre o programa de capacitação proposto pelo SEBRAE para capacitar os Jovens Empreendedores e a Pedagogia Empreendedora. Concluiu que a convergência de ambas se explicita justamente quando são confrontadas as suas bases educacionais. As propostas compartilham das mesmas finalidades educacionais, concepções, pressupostos teórico-metodológicos, os quais retratam a sua concepção de sociedade, homem e educação.

Ademais, aponta que, dentre as finalidades elencadas pelo SEBRAE para o projeto, destacam-se: fomentar a ampliação e universalização do acesso ao crédito e capitalização; promover a educação empreendedora e a cultura da cooperação;

promover o acesso à tecnologia e a ampliação da capacidade de inovação. No ano de 2004, foram realizados 3175 cursos e capacitados 16 mil selecionados pelo SEBRAE (DREWINSKI, 2009).

As políticas apresentadas envolvem dois governos de orientação político-partidária diferentes: o de FHC e o de Lula; no entanto, ambos implementaram um conjunto de programas e projetos que se assemelham, executados por meio de parcerias entre o setor público e o setor privado. Políticas que apostaram na formação do empreendedor como alternativa de melhorar as condições de trabalho e renda.

Em um contexto social no qual há um crescente contingente de homens e mulheres que dependem, exclusivamente, do trabalho para sobreviver, ao se deparar com um cenário repleto de situações instáveis e precárias de trabalho, renda e uma redução imensa de empregos, o empreendedorismo é apresentado e incentivado por políticas públicas como uma solução para o quadro. Por meio de uma formação de curta duração, jovens são estimulados a criar formas próprias de ocupação, emprego e renda. Na perspectiva de criação do próprio negócio, as formas de autoemprego e o trabalho informal, intermitente e precarizado são induzidos.

O aparelho de hegemonia da classe dominante, as trincheiras e as fortificações que compõem a sociedade civil, somando-se ao aparelho coercitivo do Estado, à sociedade política, continuam a construir políticas e difundir a sua ideologia. Utilizam-se, para tanto, da estrutura ideológica privada e pública e do governo jurídico, força legal (GRAMSCI, 1975). É sob essa perspectiva que, na próxima seção, analisaremos o empreendedorismo na política educacional do Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

4. O EMPREENDEDORISMO NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DOS IFs: UM ELEMENTO IDEOLÓGICO DO CAPITAL

Esta seção foi desenvolvida a partir da análise documental de atos normativos e administrativos, como Leis, Resoluções, Portarias, Diretrizes, Termo de Compromisso, Planos, Programas, Editais e Relatórios, visando a analisar a estrutura, as ações e relações em torno do empreendedorismo no processo de consolidação da política educacional que criou os IFs. Os documentos analisados são apresentados no decorrer desta seção conforme a especificidade do tema abordado.

Na primeira parte, abordamos a política educacional dos IFs, tendo por base os documentos normativos que compuseram a sua criação. Na sequência, apresentamos as ações de empreendedorismo implementadas pela SETEC e sua relação com o marco legal da ciência, tecnologia e inovação. Concluimos a seção com uma análise da política de indução ao empreendedorismo inovador desenvolvida para os IFs, considerando as relações estruturais desta para a EPT sob a ótica do capital.

4.1 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFs)

A criação dos IFs e a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, representam um marco na política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Entender o processo de constituição dessa nova instituição é fundamental para os objetivos da pesquisa e, para tanto, é necessário analisarmos o período anterior à promulgação do referido instrumento legal. Assim, partimos da edição do Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004.

O Decreto n. 5.154/2004 “regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN), e deu outras providências” (BRASIL, 2004, n.p). Esse Decreto marca a transição de normatização da política de EPT do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), pois revoga o Decreto n. 2.208/1997, que regulamentava, até então, essa modalidade educacional.

Apesar de a revogação do Decreto n. 2.208/1997 representar o anseio das forças progressistas que atuavam por uma Educação Profissional de nível médio (ensino técnico) integrada à Educação Básica, a edição do Decreto n. 5.154/2004 não atendeu ao apresentado por essas forças nos inúmeros seminários, congressos e conferências que discutiam a educação e a EPT. Esse movimento lutava por uma revisão orgânica da LDBEN que possibilitasse uma reconstrução dos fundamentos educacionais em uma perspectiva emancipatória. Para a especificidade da EPT, a principal bandeira era a integração entre ensino técnico e a educação básica de nível médio (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

A principal alteração introduzida na Educação Profissional pelo novo Decreto era a articulação entre a Educação Básica e os cursos técnicos de nível médio pela forma integrada; reestabelecia-se, assim, a possibilidade legal dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Por outro lado, manteve-se a forma concomitante e subsequente, responsável pela segmentação da educação técnica, expressa na necessidade de dupla matrícula e na organização dos currículos em módulos. Segundo o Decreto n. 5.154:

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino [...]; b) em instituições de ensino distintas [...];

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004, n.p).

A substituição do Decreto n. 2.208/1997 por outro foi justificada pelo Ministério da Educação (MEC) pela urgência em sinalizar à sociedade mudanças na área, a elaboração de um projeto de lei coerente com uma visão progressista demandaria mais tempo e vigor político no Congresso Nacional (ORTIGARA, 2012). O Decreto n. 5.154/2004 foi entendido pelos setores progressistas da educação como a fase inicial de um processo que culminaria em uma ampla revisão da LDBEN, na qual as diretrizes e base da Educação Profissional seriam inseridas em uma concepção de

formação integral e isso superaria a ideia de uma lei específica para a EPT (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Esses setores vislumbravam melhores condições, sob um governo progressista, para a construção de instrumentos normativos e políticas públicas para a educação que conduzissem a uma formação politécnica, omnilateral, unitária, enfim, um projeto de formação humana emancipatória. Considerando o desenvolvimento científico e tecnológico das sociedades contemporâneas, esse projeto educacional, sob a perspectiva do trabalho, concretiza-se

[...] num tipo de escolarização que engloba desde as habilidades técnicas necessárias ao domínio dos novos conteúdos do trabalho até os conhecimentos teóricos que favoreçam a compreensão do processo de trabalho em seu conjunto, englobando, numa perspectiva unitária, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura (SOUZA, 2015, p. 276).

No entanto, essa perspectiva recebe um duro golpe com uma medida tomada pelo governo apenas três dias após a publicação do Decreto n. 5154/2004: a divisão da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) em duas secretarias. A primeira equivale à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), responsável pela EPT, e a segunda à Secretaria de Educação Básica (SEB), a fim de conduzir a política de Educação Básica (ORTIGARA, 2012). Essa separação não significa, em princípio, que a política de EPT não pudesse ser concebida sob a ótica do trabalho, porém não representa, em essência, a luta pela superação da dualidade e pela formação integral.

Coube à SETEC, portanto, a construção e implementação das políticas públicas para a Educação Profissional, e o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica se constituiu no grande destaque da política de EPT.

A Rede de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica era composta por 34 unidades do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET), 36 Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), 01 Escola Técnica Federal (ETF), 30 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (ETVU) e 42 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). A política educacional visava à ampliação dessa rede, e o Plano de Expansão foi concebido em três fases: a) fase I – lançada em 2005, objetivava a criação de mais 41 unidades entre Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Unidades de Ensino Descentralizadas dos CEFETs; b) fase II – projetada para iniciar

em 2007, tinha como meta a criação de mais 150 instituições federais de educação tecnológica em 4 anos; c) fase III – iniciaria em 2011, a fim de projetar a criação de 208 novas unidades até 2014 (MEC/SETEC, 2005; MEC/SETEC, 2007).

A fase I apresentava como objetivo específico:

Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de preferencialmente em periferias de grandes centros urbanos e municípios interioranos, distantes de centros urbanos, cujo cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (MEC/SETEC, 2005, p. 5).

Nesse sentido, o Plano encaminhava a implantação de 5 ETF, 4 EAF e 32 UNEDs ligadas aos CEFETs (MEC/SETEC, 2005). No documento que propõe a expansão da Rede de EPT, o modelo dos IFs não é mencionado, o que permite inferir que a política que propunha o aumento de vagas, de escolas e de servidores para a EPT não foi concebida, inicialmente, com a intenção de alterar o modelo de instituição que serviria de base para a política.

Como resultado da primeira fase desse processo de expansão, em 25 de outubro de 2007, foi sancionada a Lei n. 11.534, por meio da qual foram criadas 5 ETFs (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Brasília/DF e Canoas/RS), 3 EAFs (Marabá/PA, Nova Andradina/MS e São Raimundo das Mangabeiras/MA) e a ETF de Porto Velho/RO foi denominada ETF de Rondônia (BRASIL, 2007b).

Antes disso, porém, no dia 24 de abril de 2007, foi lançada a Chamada Pública MEC/SETEC n. 001/2007, a qual a iniciava a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Tal fase consistia na implantação em quatro anos de 150 novas unidades de ensino da referida rede. Essas novas unidades seriam implantadas em 150 municípios previamente definidos pelo MEC e pela SETEC que passaram a ser denominados “cidade-polo”, com distribuição em todos os estados e no Distrito Federal. Dentre os critérios elencados para a escolha desses municípios, destacam-se a distribuição territorial equilibrada, proximidade com os Arranjos Produtivos Locais (APL), interiorização da oferta pública de educação, aproveitamento de infraestruturas físicas existentes e identificação de potenciais parcerias (MEC/SETEC, 2007).

O objeto da Chamada Pública n. 001/2007 não era, portanto, definir as cidades que receberiam as novas unidades, pois o próprio documento já trazia anexos esses

municípios, mas definir uma ordem de prioridade, segundo a qual o MEC definiria em cada ano o número de instituições e onde elas seriam instaladas. Assim, as 150 cidades-polo deveriam enviar propostas apresentando contrapartidas para a instalação, como imóveis, com ou sem benfeitorias, vias de acesso, transporte etc. Essas contrapartidas seriam avaliadas; logo, seria criado um *ranking* com as pontuações para cada município, uma vez que essa chamada orientaria para a programação orçamentária e financeira da Ação Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica constante do Plano Plurianual – PPA – 2008-2011 (MEC/SETEC, 2007).

Até o lançamento da Chamada n. 001/2007, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica seguia um curso normal. No entanto, curiosamente, na mesma data de 24 de abril de 2007, duas ações governamentais alteraram significativamente a política de expansão da EPT. A primeira ação é o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e a segunda é a edição do Decreto Presidencial n. 6.095, de 24 de abril de 2007, que definia as diretrizes “para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, [...]” (BRASIL 2007a, p. 1). Nesses dois documentos, o modelo dos IFs é oficializado como instituição e causou surpresas – e mesmo restrições – por parte das instituições de EPT. O que causou estranhamento é o fato de o modelo dos IFs sequer ser citado na Chamada n. 001/2007, a qual se referia, de forma genérica, às “instituições federais de educação tecnológica”, “unidades da Rede Federal de Educação Tecnológica” e “unidades de ensino” (MEC/SETEC, 2007a, p. 1).

O Decreto Presidencial n. 6.095/2007 estabelecia diretrizes para a criação dos Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica, os quais seriam constituídos pela transformação ou integração de CEFETs, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas. Era composto por quatro capítulos e quinze artigos, que muito se assemelham aos artigos que, posteriormente, comporiam a Lei n. 11. 892/2008, a responsável por criar os IFs. O primeiro capítulo trata da reorganização e integração das Instituições Federais de Educação Tecnológica, em que se define o modelo de instituição e sua institucionalidade. O segundo capítulo aborda a integração das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica para a formação dos IFs. O capítulo três define o modelo institucional no que concerne à sua estrutura organizacional e administrativo-financeira. O capítulo final trata das disposições gerais e transitórias (BRASIL, 2007a).

Publicado poucos meses após a I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, realizada no final do ano de 2006, o Decreto n. 6.095/2007 gerou reações no setor, uma vez que a opção pelo modelo dos então chamados IFET⁶¹ não havia sido levantada na referida conferência, onde houve um grande debate em torno da política de expansão e interiorização da EPT. Esse novo cenário institucional representava uma mudança de rumo, já que tanto os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) quanto as Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (ETVU) vislumbravam o modelo das Universidades Especializadas, como ocorreu no Paraná, com a transformação do CEFET em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o que permitiu a inferência de a decisão ser centralizada (ORTIGARA, 2012).

As EAFs foram surpreendidas pelo Decreto n. 6.095/2007. A proposta de integração a outras instituições gerou, inicialmente, desconfiança e reações contrárias; o objetivo de cada uma delas era se transformar em CEFET e, assim, ampliar sua autonomia e ascender à categoria de instituição superior. O Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais (CONEAF) encaminhou ao MEC, com a data de 6 de junho de 2007, uma manifestação na qual se opõe a uma nova instituição e sugere uma nova configuração, reforçando a transformação das EAFs em CEFET (OTRANTO, 2010).

Nos CEFETs, a proposta de integração das instituições de EPT se chocou com a intenção de transformação em universidade tecnológica. Como havia acontecido no Paraná, o CEFET-MG e o CEFET-RJ estavam com processo em trânsito no MEC para essa transformação. Todavia, em documento elaborado pelo Conselho de Dirigentes do Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET), o encaminhamento foi no sentido da transformação dos CEFETs em IF (OTRANTO, 2010).

Nas ETVUs, a transformação em Instituto Federal gerou uma divisão, apesar de não terem autonomia institucional, pois são vinculadas, administrativamente, às universidades, ao ter em vista que havia uma relação de confiança com suas universidades mantenedoras e uma desconfiança em relação à nova proposta. Assim, apenas 8 das 32 ETVUs aderiram à nova instituição. As demais permaneceram atreladas, administrativamente, às Universidades Federais (OTRANTO, 2010).

⁶¹ Sigla utilizada, inicialmente, para designar os Institutos Federais, mas que, após a promulgação da Lei n. 11.892/2008, foi alterada para IF.

Os fatos expostos demonstram que a mudança nos rumos da política de EPT com a integração das instituições historicamente constituídas em um modelo único, o dos IFs, não foi fruto de um debate ampliado e prévio, nem mesmo com as próprias instituições envolvidas nesse processo. A forma como foi encaminhado o processo, partindo de um decreto presidencial, gerou inúmeras críticas, debates e uma resistência muito forte das instituições no sentido da manutenção do Plano de Expansão da Rede de Educação Tecnológica, como havia sido concebido inicialmente. Nesse sentido, conforme afirma Otranto (2010), ao longo de 2007 e de parte de 2008, a SETEC trabalhou intensamente para a adesão das instituições ao novo modelo, e a constituição dos IFs foi resultado de muita pressão governamental, principalmente a partir das perspectivas lançadas pelo PDE, o qual fazia parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No PDE, a EPT foi contemplada com três iniciativas: a) a ação “Educação Profissional” apresentava o IFET como modelo de instituição para a integração da rede de escolas técnicas federais; b) na ação “novos concursos”, o Ministério do Planejamento autorizava a contratação de servidores por meio de concurso; e c) a ação “cidades-polo” previa a abertura de 150 novas unidades da rede federal (SAVIANI, 2007). Percebe-se que o PDE incorpora as fases II e III do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

As iniciativas encaminhadas pelo PDE foram decisivas para a institucionalização da rede por meio do modelo dos Institutos Federais, pois representava acesso a recursos que permitiriam a reestruturação e a expansão da rede. Por outro lado, a não adesão poderia representar um isolamento de unidades, principalmente das EAFs, que teriam mais dificuldades na obtenção de recursos e de expansão institucional (OTRANTO, 2010).

No dia 12 de dezembro de 2007, o MEC emitiu a Chamada Pública MEC/SETEC n. 002/2007, objetivando acolher, em um prazo de 90 dias, propostas de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estes seriam criados por meio da transformação de CEFETS, ETFs, EAFs e ETVUs e integração de duas ou mais instituições de um mesmo Estado, pois o quantitativo máximo de IFs por unidade da federação estava definido e apresentado no anexo da Chamada n. 002/2007. As propostas selecionadas formariam um único Projeto de Lei que seria enviado ao parlamento para aprovação.

A Portaria MEC/SETEC n. 116, de 31 de março de 2008, apresentou o resultado da Chamada Pública n. 002/2007. Assim, em 23 de julho de 2008, o Poder Executivo apresenta ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 3.775/2008, que propõe a instituição da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF)⁶², além de trabalhar para a aprovação do projeto ainda naquele ano.

Dessa disputa de forças e interesses que envolveram a construção da política educacional, resultou a promulgação da Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008, a qual:

Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008a, p. 1).

A Lei sancionada não representava a revisão orgânica da LDBEN defendida por setores progressistas da educação; não trazia nenhuma mudança significativa em relação ao Decreto n. 5.154/2004, mas consolidava a normatização da política de Educação Profissional e explicitava o seu caráter democrático, uma vez que ela passou pelo processo legislativo. Pavimentava o caminho para a criação de uma nova instituição que integraria a formação profissional técnica de nível médio à educação básica, a EPT de graduação e pós-graduação articulada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como a qualificação profissional.

A consolidação do processo de criação dos IFs se deu com a sanção da Lei n. 11.892, em 29 de dezembro de 2008, ficando, dessa maneira, instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A instituição dos IFs representa um conjunto de ações que compuseram o PDE e o PAC; nesse sentido, constitui-se na maior expressão da política pública de Educação Profissional dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

A RFEPCT é constituída pelos IFs, pela UTFPR, pelos CEFET-RJ e CEFET-MG, que não aderiram ao modelo dos IF, bem como as ETVU. A Lei n. 12.677/2012 incluiu o Colégio Pedro II à Rede. Com exceção das ETVU, as outras instituições são

⁶² A partir da criação dos Institutos Federais, convencionou-se utilizar a sigla IF como referência a essa instituição em substituição à sigla IFET utilizada nos documentos oficiais (Decretos e PL) até então.

autarquias, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008b).

Foram criados 38 Institutos Federais mediante transformação e integração de CEFETs, ETFs, EAFs e ETVUs, sendo que os estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal passaram a contar com uma instituição. Bahia, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina têm dois IFs por unidade da federação; Rio Grande do Sul tem três Institutos Federais, e Minas Gerais tem cinco unidades (BRASIL, 2008b).

Com a criação de 38 IFs, distribuídos por todos os estados nacionais, com uma estrutura multicampi, organizados administrativamente a partir de uma reitoria, composta por um *campus* autônomo, *campus* avançado e unidade descentralizada, vinculados ao MEC por meio da SETEC, instituiu-se uma estrutura organizacional e física que, a partir dos processos de expansão, responde pela implementação da política de EPT. Os IFs foram criados com as seguintes finalidades:

Art. 6º [...]

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, [...];

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, [...];

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, [...];

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, [...];

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008b, n.p).

Destacamos do texto legal, considerando o objeto de nossa pesquisa, o inciso VIII, em que o IF tem a finalidade de realizar e estimular o empreendedorismo, associado à produção cultural, ao cooperativismo e ao desenvolvimento e transferência de tecnologia. Deve ainda orientar a sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a partir de um mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural (BRASIL, 2008b).

A análise inicial da Lei de criação dos IFs indica uma estreita ligação com os setores produtivos, especialmente no incentivo ao empreendedorismo, na geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas e na oferta de formação em benefício dos arranjos produtivos locais. Mostra, também, algumas ambiguidades que permitem interpretações; uma delas diz respeito à relação direta entre desenvolvimento social e desenvolvimento do setor empresarial, o que implicaria direcionar a pesquisa aplicada, a extensão e a oferta formativa à demanda dos setores industriais e empresariais.

Turmena e Azevedo (2017, p. 1073), ao questionarem a quais demandas sociais os IFs estariam vinculados, apontam:

O Estado entende os IFs na perspectiva de contribuição para o processo de modernização e desenvolvimento do país, qualificando (neste caso, com a educação profissional e tecnológica) os cidadãos e, conseqüentemente, incluindo-os no mercado de trabalho, levando em conta os arranjos produtivos e os aspectos sociais, culturais locais. O Estado atende, por um lado, demandas sociais da população, por formação e elevação dos níveis de escolaridade para adquirirem as devidas condições de empregabilidade e, por outro, as demandas do capital que exigem qualificação da mão de obra, objetivando o aumento da produtividade e a elevação das taxas de lucro.

Se, por um lado, os IFs ampliam o acesso à educação de camadas da população historicamente excluídas, por outro, suas finalidades estão fortemente atreladas às demandas de reprodução do capital, no sentido de responder às necessidades de formação do trabalhador conforme determinações do mercado. Destaca-se a lógica da empregabilidade, isto é, a formação do trabalhador flexível que busca qualificação constante para se adequar ao desemprego, que é estrutural, e às condições mais flexíveis, informais, terceirizadas e precarizadas de trabalho. Outro elemento, que é orgânico a essas condições de valorização do capital, é o empreendedorismo. A formação do empreendedor é uma necessidade dessa

intensificação da maquinaria digital (plataformas, internet das coisas etc.) nos processos produtivos (ANTUNES, 2021); com ela, tem-se a ampliação da informalidade, que se configura como uma forma oculta de assalariamento do trabalho.

A política dos IFs é um exemplo de um fenômeno que, aparentemente, concilia interesses entre capital e trabalho em relação à formação de força de trabalho. No entanto, se há consenso entre capital e trabalho que a aplicação de ciência e tecnologia no processo produtivo fundamenta a educação de forma ampla e, mais especificamente, a Educação Profissional (SOUZA, 2015), a construção e a consolidação da política dos IFs se estabelecem reproduzindo o conflito capital/trabalho. Conforme afirma Otranto (2010), a ideia de que a política dos IFs seja fruto de um pacto nacional fica apenas na aparência.

Essencialmente, desde a alteração da legislação que normatizava a Educação Profissional com a revogação do Decreto n. 2.208/1997 e sua substituição pelo Decreto n. 5.154/2004, até a promulgação da Lei n. 11.892, que criou os IFs, observou-se uma disputa pela hegemonia na política educacional entre capital e trabalho. Se, por um lado, setores ligados ao trabalho, principalmente da educação, lutavam por uma formação emancipatória pautada no domínio da ciência, da tecnologia, da cultura, da filosofia e dos fundamentos do trabalho, por outro, setores ligados ao capital usaram toda a sua força ideológica, política e financeira para que, se a intenção da política fosse a ampliação do acesso do trabalhador à educação, à ciência e à tecnologia, isso ocorresse pela perspectiva de valorização do capital por meio da maximização e intensificação dos lucros.

[...] considerando que o conflito capital/trabalho se materializa inclusive na concepção e na política de Educação Básica e de Educação Profissional, é possível evidenciar dois projetos distintos na sociedade contemporânea, um da ótica do capital e outro da ótica do trabalho, sendo que ambos têm como pressuposto a aplicação da ciência e da tecnologia no processo de produção (SOUZA, 2015, p. 275).

Segundo Souza (2015), considerando o patamar de desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo, o projeto de educação da ótica do trabalho engloba desde as habilidades técnicas necessárias ao domínio dos novos conteúdos do trabalho, até os conhecimentos teóricos que favoreçam a compreensão do processo de trabalho em seu conjunto, ao integrar, em uma perspectiva unitária, o trabalho, a

ciência, a tecnologia e a cultura. Nessa perspectiva, “a Educação Profissional seria um ramo da educação escolar, de natureza técnico-científica, espaço privilegiado para o aumento da capacidade produtora de ciência e de tecnologia” (SOUZA, 2015, p. 276).

Esse projeto educacional pela ótica do trabalho, que prevê a universalização da Educação Básica e a ampliação da Educação Profissional, tanto no acesso quanto nos fundamentos teóricos e pedagógicos, visa ao aumento da produção atrelado à melhoria da qualidade de vida da população em geral, por intermédio do aumento do nível de formação de base científica e tecnológica do conjunto da população, da diminuição da jornada de trabalho e do aumento do tempo livre do trabalhador, além do acesso a bens e mercadorias fundamentais à dignidade humana (SOUZA, 2015).

O projeto de educação da ótica do capital é definido “pela ação empresarial intermediada pelo Estado para a formação do capital humano necessário para garantir a produtividade e a competitividade das empresas no contexto da sociabilidade burguesa” (SOUZA, 2015, p. 277).

O estágio de desenvolvimento científico, tecnológico e político contemporâneo implica um nível determinado de desenvolvimento das forças produtivas, sendo impossível ao capital a radicalização da dicotomia entre teoria e prática no processo produtivo e entre ciência e vida nas relações de produção; a ótica do capital procura impor limites à classe trabalhadora por meio da socialização desigual do conhecimento científico e tecnológico, não assumindo, tal qual a ótica do trabalho, uma perspectiva unitária de formação humana. Para uma ampla parcela de trabalhadores, impõe-se uma formação/capacitação suficiente para operar ou se adaptar às tecnologias produzidas. Somente a uma parcela mínima de trabalhadores o projeto educativo prevê o domínio dos fundamentos e dos conteúdos do trabalho de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico do processo produtivo (SOUZA, 2015).

A intensificação de ciência e tecnologia nos processos produtivos vivenciada na sociedade contemporânea tem como consequência a ampliação do trabalho morto e a redução do trabalho vivo, principalmente, por meio da substituição de atividades tradicionais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o controle informacional e digital. Porém, se, nas plantas tecnológicas e digitalmente mais avançadas, o trabalho vivo se tornará mais residual, ele estará longe de se extinguir, pois existem ramos e setores nos quais o trabalho manual é insubstituível; com isso,

ocorre uma diferenciação clara entre países produtores de ciência e tecnologia e países consumidores destas (norte/sul) – a propósito, sem alguma forma de trabalho humano, o capital não se reproduz (ANTUNES, 2020a).

Como essa intensificação da inserção de tecnologia no processo produtivo não substituirá, por completo, o trabalho vivo, para o capital se valorizar, são impostas a um grande contingente de trabalhadores a precarização, a flexibilização e as formas ocultas de assalariamento do trabalho, em especial, o empreendedorismo.

Nesse cenário, Souza (2015, p. 277) aponta que, talvez, um novo elemento se some à caracterização da Educação Profissional, segundo a ótica do capital. Para além da socialização desigual do conhecimento científico e tecnológico, ela assume a finalidade de

[...] (con)formar um imenso contingente de trabalhadores para encarar com naturalidade o caráter excludente do mercado de trabalho. Nesse aspecto, a Educação Profissional exerce papel formativo importante, na medida em que se institui não necessariamente como formação técnica profissional propriamente dita, mas como pedagogia política necessária à construção do consenso em torno de ideias como: “empregabilidade”, “empreendedorismo”, “protagonismo social”, “desenvolvimento sustentável”, “arranjos produtivos locais” e “economia solidária”.

Assim, a criação e a consolidação da política dos IFs não são frutos de um consenso entre as classes fundamentais da sociedade contemporânea; no máximo, isso seria originado de acordos políticos e econômicos fechados, geralmente, em gabinetes ministeriais e do congresso. Mais do que resultado de consenso, a criação dos IFs e a sua consolidação devem ser entendidas na perspectiva da materialização do conflito capital/trabalho, pois é um resultado da disputa hegemônica entre as classes fundamentais da sociedade contemporânea. Sob a determinação da ótica do capital, essa política assume o objetivo de construir o consenso em torno na neutralidade do processo de intensificação da inserção de ciência e tecnologia nos processos produtivos e do empreendedorismo como saída para o trabalhador, naturalizando o caráter excludente do mercado de trabalho.

Entretanto, os IFs se configuram em uma possibilidade de formação do trabalhador. A expansão da educação profissional proporcionada por essa política atende a uma camada da população que foi, historicamente, excluída do ensino público. Se a classe dominante, atrelada ao capital, procura transformar os IFs em

estrutura ideológica, em trincheiras, para defender seus interesses estruturais, é fundamental que a classe trabalhadora faça a luta contra-hegemônica por uma educação que a emancipe.

Assim, a educação profissional tem respondido, de modo específico, às necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo em que tem se constituído em um espaço de significativo potencial contra-hegemônico para a classe trabalhadora, na medida em que, através da ampliação das oportunidades de acesso ao conhecimento, abre novas possibilidades de organização e luta por educação para a classe trabalhadora (SOUZA, 2004, n.p).

É nesse cenário político institucional, com suas contradições e ambiguidades, que analisamos a política de indução ao empreendedorismo estruturada pela SETEC. Temos como pressupostos da nossa pesquisa que o empreendedorismo é um elemento orgânico ao capital, isto é, que realiza o vínculo entre as necessidades estruturais de valorização deste, ao mesmo tempo em que busca a conformação moral e política em torno dos imperativos do mercado, reproduzindo o substrato político-ideológico neoliberal. Isso nos permite pensar na tese de que, ao adotarem o empreendedorismo como política de formação do trabalhador, os IFs se somam aos aparelhos ideológicos privados do capital e passam a fazer parte de sua estrutura ideológica. Assim, além de capacitar uma grande parcela de trabalhadores para adaptar ou operar produtivamente às tecnologias produzidas e somente uma parcela mínima deles para o domínio dos fundamentos e dos conteúdos do trabalho no padrão de desenvolvimento científico e tecnológico da produção, os IFs atuam na construção do consenso, naturalizando o caráter excludente do mercado de trabalho.

Nesse sentido, torna-se fundamental – e é o objetivo desta pesquisa – analisar a política de indução ao empreendedorismo idealizada e implementada pela SETEC para os IFs, procurando explicitar sua estrutura e dinâmica. Dessa forma, intencionamos ampliar as possibilidades de essa instituição se constituir em um espaço de luta contra-hegemônica e de se construírem políticas públicas que atendam à necessidade da força de trabalho ao conhecimento científico, tecnológico e cultural, bem como dos fundamentos do trabalho.

4.2 A IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO FOMENTADA PELA INOVAÇÃO NOS IFs: A POLÍTICA DE INDUÇÃO AO EMPREENDEDORISMO INOVADOR ESTRUTURADA PELA SETEC

A política de inovação e empreendedorismo que vem sendo implementada nos IFs foi desenvolvida pela SETEC em estreita ligação com a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (ENCTI). Essa política tem como arcabouço jurídico normativo a chamada Lei da Inovação, composta pela Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto n. 5.563, de 11 de outubro de 2005. Posteriormente, a Lei da Inovação foi alterada pela Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016, regulamentada pelo Decreto n. 9.285, de 7 de fevereiro de 2018. Tal conjunto normativo é tratado como marco legal da ciência, tecnologia e inovação no país.

De uma forma geral, o referido marco legal objetiva alavancar a inovação nas empresas; dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e elege a parceria entre as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT)⁶³ e as empresas como meio para tanto. Destacam-se, como princípios, o estímulo à atividade de inovação nas ICTs e nas empresas; a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), de parques e polos tecnológicos; a promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional; e o fomento à constituição de ambientes favoráveis à inovação, ao empreendedorismo e às atividades de transferência de tecnologia (BRASIL, 2004; BRASIL, 2016).

Nesse sentido, esse marco legal normatiza o desenvolvimento de empresas emergentes via incubação em parceria com empresas consolidadas e autoriza a incubação de empresas em espaço público com a possibilidade de compartilhamento de infraestrutura, equipamentos e servidores para a transformação do conhecimento científico e tecnológico em processos, serviços e produtos inovadores. O arcabouço legal define, também, as regras para a transferência e o licenciamento de tecnologia das instituições públicas de ciência e tecnologia para as empresas (BRASIL, 2004; BRASIL, 2016; BRASIL, 2018).

⁶³ “[...] órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos” (BRASIL, 2016, p. 2).

O marco legal é a base jurídico-normativa para políticas públicas que estimulem a interação entre empresas e ICTs, principalmente, pela simplificação de processos administrativos e financeiros na instituição pública, visando a uma ampliação do financiamento privado da ciência e tecnologia, bem como pelo desenvolvimento de ambientes e mecanismos promotores de inovação e empreendedorismo.

A SETEC, ao constituir ações e programas destinados aos IFs que induzem o ensino, a pesquisa e a extensão, prioritariamente, em relação aos interesses empresariais, assume o pressuposto de que a empresa é a forma hegemônica de socialização da ciência e tecnologia para a sociedade. Assim, por meio da inovação de produtos, processos e serviços sob demanda do mercado, do estímulo ao desenvolvimento de empresas nascentes e pela formação do empreendedor, o empreendedorismo é ligado, fundamentalmente, à inovação e faz do incentivo à cultura da empresa o objetivo da sua política. Na subseção seguinte, vamos abordar as ações mais destacadas da SETEC quanto ao empreendedorismo e à inovação no âmbito dos IFs.

4.2.1 Ações da política de inovação e empreendedorismo para os IFs promovida pela SETEC e o marco legal de ciência e tecnologia

É recorrente nos documentos analisados a referência aos termos empreendedorismo inovador, empreendedor inovador e empreendedorismo e inovação, porém os termos são referenciados como se o seu significado fosse de domínio público. Encontramos apenas a definição de empresa inovadora, a qual seria uma organização “[...] que tem a base de seus negócios dominada por suas inovações de produtos, processos ou serviços, resultados da aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos combinados com conhecimentos empíricos e gerenciais” (MEC; SETEC, 2016, p. 42). Apesar de conter elementos importantes, esse conceito não contempla completamente o uso dos termos e o sentido das ações.

Josef Schumpeter, economista austríaco já abordado, ao fundamentar as bases teóricas do empreendedorismo, dá impulso à figura do empreendedor inovador no início do século XX. Para ele, o capitalismo é um método de mudança econômica, e “não apenas nunca está, mas nunca pode estar estacionário” (SCHUMPETER, 1984, p. 112). O impulso fundamental que inicia e sustenta a evolução econômica resulta de rompimentos ligados a inovações múltiplas, como a criação de novos

produtos, de novos métodos de produção e de transporte, da abertura de novos mercados e de novas formas de organização que a empresa capitalista cria (SCHUMPETER, 1984).

Uma inovação implica um sujeito que é responsável por combinar os fatores de produção; ele não é um homem de negócios normal e, para ter um diferencial, ele utilizou o termo “empreendedor”. Para Schumpeter, o empreendedor e a sua atividade inovadora seriam os motores do sistema capitalista (HEILBRONER, 1996). Assim, a empresa é o lugar de execução dessas novas combinações, e o empreendedor inovador é o ator que as efetua.

Para Schumpeter (1984), poucos são capazes de empreender de forma a reformar ou revolucionar o padrão de produção explorando uma invenção, uma possibilidade de produzir, de uma forma nova, algo já existente, de abrir uma nova frente de oferta de produto, uma nova utilidade para produtos existentes ou de reorganizar uma empresa.

Fazer tais coisas novas é difícil e constitui função econômica distinta, [...]. Agir com confiança além dos limites familiares e vencer tal resistência exige aptidões presentes em apenas uma pequena fração da população e que definem tanto o tipo empresarial como a função empresarial. Essa função não consiste essencialmente em inventar qualquer coisa ou criar as condições que a empresa explora. Consiste em conseguir que as coisas sejam feitas (SCHUMPETER, 1984, p. 173).

Schumpeter se tornou referência, principalmente, em Organismos Internacionais (OIs), como o Banco Mundial, a UNESCO, a OCDE, quanto para a formação ao empreendedorismo e inovação como estratégia para o desenvolvimento – do capital, é claro –, conforme abordado na seção que trata da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação.

Essas estratégias difundidas por OIs se reproduzem nas políticas públicas mais diversas. No caso dos IFs, o empreendedorismo fundamentalmente ligado à inovação tem se estruturado por meio de ações e programas em uma perspectiva que aborda a inovação como forma de valorização do capital. O empreendedor inovador deve ser formado no contato direto com as demandas das empresas, a fim de desenvolver, a partir do conhecimento científico e tecnológico recebido, produtos, processos e serviços que sejam socializados pelo mercado.

Nesse sentido, esta subseção descreverá em uma linha histórica as ações e os programas implementados pela SETEC para a estruturação da política de inovação e empreendedorismo. A base será nos documentos apresentados no Quadro 1 e, conforme o texto avança, novos documentos analisados serão referenciados.

Quadro 1: Relação de documentos para a análise da política de inovação e empreendedorismo nos IFs

| Documento | Ano | Finalidade |
|--|-----------|---|
| Termo de Acordo de Metas e Compromissos SETEC/IF – TAM | 2010 | Estruturação, organização e atuação dos IFs criados pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 |
| Relatórios de Gestão SETEC | 2009 | Relatório de Gestão da SETEC apresentado ao TCU |
| | 2010 | |
| | 2011 | |
| | 2012 | |
| Relatórios de Atividades NEPI | 2013 | Relatório de ações do NEPI para estruturação da política de inovação e empreendedorismo na RFEPCT |
| | 2013/2014 | |
| | 2015 | |
| | 2016 | |
| | 2017 | |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um primeiro momento da política está ligado ao processo de estruturação dos IFs, logo nos primeiros anos de funcionamento, entre 2009 e 2012. Nesse momento, a prioridade da política era a expansão, a criação e a estruturação de novas unidades; porém, é nesse momento que é formatada a relação como o marco legal da inovação por meio da implantação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), o órgão responsável pela implementação das ações de inovação e empreendedorismo nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT).

O segundo momento da política de estruturação do empreendedorismo se inicia com a criação do Núcleo Estruturante da Política de Inovação (NEPI), situado entre 2013 e 2018. O NEPI é uma estrutura que atua junto à SETEC para desenvolver ações estratégicas para o desenvolvimento da pesquisa aplicada, reduzida à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação (PD&I), da extensão, fundamentalmente tecnológica, e do empreendedorismo inovador.

Um terceiro momento da política é iniciado após a mudança de governo ocorrida em função das eleições presidenciais de 2018, para esta pesquisa, está situado portanto entre 2019 e 2021. No decorrer do ano de 2019, o MEC apresenta o

Programa Novos Caminhos, que coloca a inovação e o empreendedorismo como um dos três eixos para o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.

A divisão da política de inovação e empreendedorismo em três momentos é puramente didática, pois não representa rupturas ou mudanças representativas nas ações estratégicas, mas uma sequência que buscou estruturar os IFs para um modelo de gestão da pesquisa, da extensão e da relação com o ensino em interação com as empresas.

O primeiro momento foi identificado no relatório anual da SETEC referente ao ano de 2009, o primeiro ano de funcionamento sob a institucionalidade dos IFs. O relatório indicava, para o ano de 2010, a assinatura do Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM) a ser firmado entre o MEC, por intermédio da SETEC, e cada um dos IFs para fins de “[...] estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais [...]” (SETEC, 2010b, p. 3). Portanto, era por meio do TAM que a política dos IFs seria implementada e acompanhada, tanto pela SETEC quanto pelos órgãos de controle. Todo o funcionamento institucional estava atrelado a esse acordo, principalmente porque a alocação de recursos para a implantação e manutenção das instituições também estava vinculada a ele.

Esse documento apresentava 19 metas⁶⁴ e cada IF assumiria o compromisso de cumpri-las progressivamente. Assim, tínhamos as demandas de curto prazo a serem cumpridas até o ano de 2013; as de médio prazo até 2016 e, a depender das necessidades e condições institucionais, os compromissos poderiam ter seu cumprimento estendido a um prazo de 12 anos (SETEC, 2010a).

As 19 metas eram fixas, mas os compromissos assumidos variavam conforme as condições da instituição. Tomamos, como exemplo, o TAM firmado entre o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a SETEC, em 15 de julho de 2010. Na meta 1 – índice de eficiência da instituição –, o compromisso assumido foi de atingir 90% de eficiência no ano de 2016, e 75% no ano de 2013. A eficiência da instituição era calculada pela

⁶⁴ As metas do TAM estavam previstas na cláusula segunda: 1. Índice de eficiência da Instituição; 2. Índice de eficácia da Instituição; 3. Alunos matriculados em relação à força de trabalho; 4. Matrículas nos cursos técnicos; 5. Matrículas para a formação de professores e Licenciaturas; 6. Vagas e matrículas PROEJA; 7. Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica; 8. Programa de Formação Inicial e Continuada; 9. Oferta de cursos a distância; 10. Forma de acesso ao ensino técnico; 11. Forma de acesso ao ensino superior; 12. Forma de acesso às Licenciaturas; 13. Programas de apoio a estudantes com elevado desempenho; 14. Pesquisa e Inovação; 15. Projetos de Ação Social; 16. Núcleo de Inovação Tecnológica; 17. Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão *intercampi* e interinstitucionais; 18. SIMEC, SISTEC e Sistema de Registro de Preços do MEC; 19. SIGA-EPT (SETEC, 2010b).

média aritmética de cada turma e esta era medida pela relação entre o número de alunos matriculados e o número total de vagas de cada turma (SETEC, 2010c).

O TAM previa a distribuição de recursos para a execução dos compromissos acordados. No exemplo do acordo firmado pelo IFPR, os valores para investimento seriam de 2 mil reais por ano para cada aluno matriculado, considerando os anos de 2009, 2010 e 2011. Para o custeio e pessoal, foi utilizado como parâmetro o custo aluno médio anual de sete mil e duzentos reais (SETEC, 2010c). Todo o funcionamento institucional estava atrelado ao TAM.

A análise desse documento ofereceu a primeira referência ao objeto da pesquisa; a meta 16 previa a “[...] implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), e programas de estímulo à organização cooperativa que incentivem a pesquisa, inovação e o empreendedorismo” (SETEC, 2010b, n.p). Coube aos IFs, por força do compromisso assumido junto à SETEC, constituírem essa estrutura administrativa, por meio da qual seriam implementados projetos de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico, bem como Incubadoras de Empresas⁶⁵. Também seriam constituídas as Empresas-Junior⁶⁶ (SETEC, 2010a).

O NIT não é uma novidade em termos de instituições de ciência e tecnologia. O relatório de fomentos do CNPq, referente ao ano de 1981, menciona o investimento no Programa de Apoio aos Núcleos de Inovação Tecnológica (CNPq). Essas estruturas seriam uma adequação aos modelos internacionais de desenvolvimento de ciência e tecnologia (MEDEIROS; PERILO, 1990). Aliás, isso nos faz perceber que a perspectiva de mimetizar modelos de desenvolvimento de ciência e tecnologia de países do centro do capital não é recente.

Entretanto, com a promulgação da Lei n. 10.973/2004, a chamada Lei da Inovação, o NIT assume um papel estruturante na política de ciência, tecnologia e inovação, pois esta determina que todas as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT)⁶⁷ constituam esse órgão. O NIT é o “núcleo ou órgão constituído por uma ou

⁶⁵ “Organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação” (BRASIL, 2016, p. 2).

⁶⁶ “Associação civil, sem fins econômicos, constituída e gerida exclusivamente por estudantes e graduação de estabelecimentos de ensino superior; Obs.: também podem haver empresas juniores de estudantes de ensino técnico de nível médio, ou ainda mistas, mas ainda não há legislação específica sobre o tema” (MEC; SETEC, 2016, p. 16).

⁶⁷ “Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no país, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de

mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação” (BRASIL, 2004, p. 2). Tal definição viria a ser ampliada pela Lei n. 13.243/2016, que alterou dispositivos da Lei n. 10.973/2004, ficando definidos como uma “[...] estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei” (BRASIL, 2016, n.p). Ele se torna o órgão responsável pela gestão, pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades de pesquisa, extensão, do processo de transformação da criação em inovação e pelo gerenciamento de parcerias entre instituição e empresa.

A novidade é que, a partir da Lei n. 13.243/2016, o NIT pode ter personalidade jurídica própria, não necessita estar vinculado a uma ICT. No caso das instituições públicas, abre-se o caminho à privatização e ao empresariamento da gestão da ciência e tecnologia. Retomaremos essa questão na seção que discutiremos o Programa de Gestão de PD&I e do Empreendedorismo Inovador da RFEPCT.

Ao retornar às ações da SETEC, segundo o relatório de gestão, no ano de 2010, foram criados 41 NITs na RFEPCT e formados 400 coordenadores e professores para desenvolver atividades nos vários eixos de atuação desses núcleos (SETEC, 2011). Os NITs atuariam “[...] no fomento e orientação de pesquisadores estimulando a transferência de tecnologia ao setor produtivo, a gestão da inovação, a pesquisa aplicada e o empreendedorismo além de desenvolver a cultura da propriedade intelectual [...]” (SETEC, 2011, p. 52), perspectiva que deveria ser incentivada na RFEPCT.

Entre os anos de 2011 e 2012, a política de empreendedorismo e inovação girou em torno do monitoramento das metas acordadas no TAM, da consolidação dos NITs e da formação de servidores da RFEPCT. Destaque para o Acordo de Cooperação entre a SETEC e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) para a criação do curso de Especialização em Propriedade Intelectual e Inovação (SETEC, 2012), além de outras ações:

- a) Realização de encontros e reuniões dos coordenadores regionais dos NITs, visando ao planejamento e início da execução do Curso de Especialização em Propriedade Intelectual e Inovação [...];

caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos” (BRASIL, 2016, p. 2).

- b) Elaboração da coleção de 13 livros didáticos, com temas relacionados à Propriedade Intelectual e Inovação, escritos por servidores, na sua maioria com algum vínculo com os NITs da Rede Federal;
- c) Divulgação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica [...];
- d) Fomento à realização de palestras com o tema “papel dos NIT para Inovação”; pesquisa de levantamento da situação dos NITs;
- e) Levantamento dos indicadores de produção tecnológica nas instituições da rede federal por meio dos NITs; [...] (SETEC, 2013, p. 48).

Ao considerar as competências da SETEC, em 2012, foram estabelecidos objetivos estratégicos para os anos de 2013 e 2014; dentre eles, o sexto estava atrelado à política de inovação e ao empreendedorismo, visando a promover “o desenvolvimento da inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão para ampliar os impactos produtivos da educação profissional” (SETEC, 2014, p. 21). Ficaria, então, a cargo da Diretoria de Desenvolvimento da RFEPCT (DDR). Dentre as ações ligadas a esse objetivo, a criação de indicadores, a ampliação de cursos de mestrados profissionais, a ampliação de parcerias internacionais e a meta de instalar cinco Polos de Inovação na rede merecem destaque (SETEC, 2014).

Para conduzir a política de inovação e empreendedorismo na RFEPCT, a SETEC constituiu o Núcleo Estruturante da Política de Inovação (NEPI), para o desenvolvimento da Política de Inovação da RFEPCT e dos Polos de Inovação dos IFs (SETEC/NEPI, 2015).

4.2.1.1 O NEPI e as ações estratégicas da política que relaciona inovação e empreendedorismo

O NEPI foi implantado a partir de Acordo de Cooperação Técnica n. 001/2013, celebrado entre o Ministério da Educação (MEC), por meio da SETEC, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Objetivava a integração das unidades pertencentes à RFEPCT com os setores produtivos; assim, os IFs atuariam articulados à política do governo expressa na “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – 2012/2015” (ENCTI)⁶⁸ (SETEC/NEPI, 2015).

⁶⁸ Destaca a importância da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (CT&I) como eixo estruturante do desenvolvimento do país e estabelece diretrizes que orientarão as ações nacionais e regionais no horizonte temporal de 2012 a 2015 (MCTI, 2012).

A ENCTI (2012/2015) estava engendrada sobre quatro eixos estruturantes: promoção da inovação nas empresas; novo padrão de financiamento público para o desenvolvimento científico e tecnológico; fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica; e formação e capacitação de recursos humanos (MCTI, 2012).

O propósito do NEPI era promover ações estratégicas da política de inovação da RFEPCT em articulação com parceiros internos e externos, dentre as quais destacamos:

- a) [...] capacitação de servidores, [...] de forma a permitir o aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem, gestão educacional, pesquisa aplicada, extensão tecnológica, inovação, geração de riqueza e transferência de tecnologia; [...]
- b) fomento a projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica, executados pelas unidades da RFEPCT a partir de financiamento da SETEC/MEC, via CNPq, com especial estímulo a projetos com contrapartidas de parceiro demandante privado ou público. Isso intenta a criação de uma cultura de prospecção de parcerias e oportunidades, e de captação de recursos, bem como de desenvolver soluções que estejam atreladas às demandas do setor produtivo; [...]
- c) implantação, em cooperação com a EMBRAPII⁶⁹, dos PEIF⁷⁰, com o objetivo de consolidar e ampliar a oferta especializada de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que viabilizem o aumento de competitividade do setor produtivo; [...]
- d) formação de recursos humanos que atuem na solução de problemas reais de parceiros públicos e privados (SETEC/NEPI, 2015, p. 11).

O NEPI, desde a sua implantação, dedicou-se a elaborar, implementar, executar, avaliar, relatar e acompanhar ações estratégicas para a Rede Federal, estreitamente alinhadas à Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e ao Decreto n. 5.563, de 11 de outubro de 2005, bem como à ENCTI, que direciona fortemente as atividades de ciência e tecnologia para a inovação, denominando-se por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Essa é a porta de entrada do empreendedorismo nos IFs, pois a política estimula, a partir de parcerias entre a Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), empresas e agências de fomento, atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores, e a transferência

⁶⁹ Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (MEC; SETEC, 2016).

⁷⁰ Polos de Inovação Embrapii Instituto Federal (MEC; SETEC, 2016).

de tecnologia⁷¹ tem o setor produtivo como demandante da ciência e tecnologia. Parte-se do pressuposto de que a empresa é o único meio pelo qual a sociedade receberá os benefícios oriundos da pesquisa, da extensão e do desenvolvimento tecnológico. Essa política, fortemente atrelada ao marco legal da inovação, incentiva hegemonicamente a pesquisa e a extensão como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs, por intermédio do desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inovadores associado à criação de ambientes de inovação e empreendedorismo.

A análise desse marco legal aponta para a relação fundamental entre pesquisa, desenvolvimento e inovação com o empreendedorismo.

O chamado marco legal de ciência & tecnologia afirma o princípio de transferir recursos públicos para aumentar a produtividade das empresas. Doutrinariamente afirma que é dessa forma que a sociedade receberá os benefícios resultantes da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico; na medida em que os empresários inovarem, poderão aumentar sua lucratividade, porque serão obrigados a transferir mais e melhores bens e serviços para a sociedade (NEDER; MORAES, 2017, p. 44).

Ao considerar as principais finalidades do NEPI, enquanto indutor da política de inovação e empreendedorismo da RFEPCT e sua relação estreita à política e ao marco de ciência e tecnologia, as principais ações estratégicas giraram em torno de chamadas públicas para o fomento de PD&I com contrapartidas do setor produtivo, chamadas públicas para a formação de servidores em instituições estrangeiras e criação de ambientes de inovação e empreendedorismo, principalmente os editais para criação e credenciamento de Polos de Inovação dos IF (PEIF) junto à EMBRAPII⁷².

O quadro 2 sintetiza as duas ações realizadas pelo NEPI junto ao CNPq referentes à estratégia de fomento para a pesquisa aplicada e para a extensão.

⁷¹ “A ICT pública poderá celebrar contrato de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria” (BRASIL, 2018, p. 6).

⁷² A EMBRAPII é uma Organização Social (OS) que firmou contrato de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tendo o MEC como instituição interveniente. Dentre os objetivos do contrato, destacamos: a) atuar para o desenvolvimento tecnológico de novos produtos, processos ou soluções empresariais; b) articular e estimular a cooperação entre empresas e instituições de pesquisa tecnológica; c) apoiar a realização de projetos de PD&I; d) contribuir para a promoção do desenvolvimento dos PEIFs (EMBRAPII, 2015).

Quadro 2: Chamadas de fomento

| Ano | Documento | Finalidade | Relacionamento |
|------|---|--|----------------|
| 2013 | Chamada MEC/SETEC/CNPq n. 94/2013 – Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica, inovação e empreendedorismo | Selecionar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e extensão tecnológica nas Instituições da RFEPCT e estímulo à participação de seus estudantes em competições de conhecimentos técnicos e competências no âmbito nacional e internacional | CNPq |
| 2014 | Chamada CNPq-SETEC/MEC n. 17/2014 – Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica, inovação e empreendedorismo | | |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ambas as chamadas têm como objetivo apoiar financeiramente projetos de PD&I, Extensão Tecnológica, Inovação e Empreendedorismo que visem a contribuir, significativamente, para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do país. Nesse sentido, os projetos devem ser alinhados às características do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNPq/SETEC/MEC, 2013; 2014).

O objetivo apresentado demonstra uma preocupação de alinhar as políticas de ciência e tecnologia, as políticas de desenvolvimento, com a política de EPT e dos IFs. As chamadas são destinadas às instituições da RFEPCT, e os projetos devem ser desenvolvidos em cooperação com o setor produtivo, já que visam ao desenvolvimento de pesquisa aplicada, PD&I, de extensão tecnológica, de soluções tecnológicas e de preparação dos alunos para competições de conhecimento e competência técnica. As seguintes linhas de pesquisa são apresentadas:

LINHA 1: PD&I – projetos com foco em pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação (PD&I), podendo envolver o trabalho em rede entre instituições proponentes, que visem o aumento da competitividade do setor produtivo, por meio da inovação; adensamento tecnológico e dinamização das cadeias produtivas, contribuindo para o incremento dos investimentos empresariais em atividades de P,D&I e para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias que promovam a inclusão produtiva e social.

LINHA 2: Extensão – projetos com foco na extensão tecnológica, podendo envolver o trabalho em rede entre instituições proponentes, no atendimento as demandas tecnológicas das instituições parceiras que venham a contribuir para fortalecer os arranjos produtivos locais e o aumento da competitividade das empresas por meio de projetos que desenvolvam ações de diagnóstico, consultorias, análises, ensaios e serviços tecnológicos. Nessa Linha são contempladas ações de difusão tecnológica por meio da nucleação de grupos de professores e alunos para a organização de competições locais e participação em competições nacionais e internacionais de conhecimentos técnicos e competências (CNPq/SETEC/MEC, 2013, p. 7).

A Chamada n. 94/2013 previa a distribuição de recursos financeiros, conforme apresenta a Tabela 11:

Tabela 11: Recursos financeiros disponibilizados pela Chamada n. 94/2013, por faixa de financiamento

| Linha | Faixa | Intervalo de Financiamento (R\$) | Recursos estimados por faixa (R\$) |
|-------|-------|----------------------------------|------------------------------------|
| 1 | A | Até 80.000,00 | 3.500.000,00 |
| | B | Até 160.000,00 | 5.500.000,00 |
| 2 | A | Até 80.000,00 | 3.500.000,00 |
| | B | Até 160.000,00 | 5.500.000,00 |
| | C | Até 35.000,00 | 2.000.000,00 |
| Total | | | 20.000.000,00 |

Fonte: Adaptada de Chamada CNPq/SETEC/MEC n. 94 (2013).

O fomento é para recursos de custeio, de capital e de bolsas, sendo que os recursos de bolsas são limitados a 60% do total dos recursos, e os recursos de capital estão limitados a 35% do total. Os projetos incluídos nas faixas A não exigiam contrapartida dos demandantes, parceiros do setor produtivo. Os recursos destinados às faixas B eram condicionados à contrapartida financeira ou econômica⁷³ de 10% das instituições parceiras (CNPq/SETEC/MEC, 2013).

O NEPI realizou relatórios com dados obtidos por meio de informações fornecidas pelos coordenadores, pelos alunos e pelos gestores das instituições executoras em três momentos: em um primeiro, para levantamento dos projetos submetidos, aprovados e pactuados; em um segundo momento, para o acompanhamento dos projetos; e, no terceiro momento, com resultados dos projetos.

Foram submetidos 633 projetos, aprovados 295 e contratados 286, sendo que, na Linha 1 – PD&I, foram pactuados 63% dos projetos, destinando-se a eles R\$

⁷³ O aporte financeiro é em dinheiro. Por sua vez, o aporte econômico pode ser feito com bens e serviços.

12.702.487,88. Na Linha 2 – Extensão Tecnológica, foram pactuados 37% do total dos projetos em um valor de R\$ 6.206.894,31. O valor total pactuado com os projetos foi R\$ 18.909.382,19, sendo R\$ 7.651.489,00 em bolsas, R\$ 5.124.508,47 em custeio (materiais de consumo) e R\$ 6.133.384,72 em capital (equipamentos) (SETEC, 2014).

O relatório realizado no terceiro momento evidencia que 67% das empresas demandantes aportaram recursos nos projetos que deveriam ser de 10% do valor aprovado para o projeto (SETEC, 2016). Percebemos que as ações de pesquisa e extensão foram realizadas em uma intersecção entre o interesse público e o privado, tendo o interesse dos demandantes como determinante e o financiamento público como majoritário.

Na relação entre ensino, pesquisa e extensão, os alunos participantes dos projetos relataram que aproveitaram as atividades, como dissertação, TCC, estágios, componentes curriculares e extracurriculares; já os coordenadores dos projetos da linha 1 salientaram o aproveitamento em atividades curriculares e extracurriculares, o depósito de patentes, registro de *software*, artigos produzidos, empresas criadas e a contratação de alunos por empresas como resultado da construção coletiva dos projetos.

Inferimos que mais do que abarcar a chamada necessidade real do setor produtivo por meio da inovação de produtos, processos e serviços, esse modelo de produção de conhecimento na relação direta com as empresas forma sujeitos na perspectiva empresarial para que se adaptem às condições de produção apresentadas pelo mercado. As necessidades reais, dessa forma, não são as necessidades do trabalhador enquanto classe, mas a necessidade da empresa de produzir mais, com menor custo e maior lucro, mesmo que, para isso, gere desemprego ou condições precarizadas e de ocultamento do assalariamento.

A formação científica e tecnologia é fundamental à classe trabalhadora, e os IFs desempenham um papel importante nesse sentido. Todavia, quando atinge uma pequena parcela da população e estimula a competição extrema por ela, atende aos pressupostos do capital de formar uma minoria com condições de trabalhar, de acordo com o desenvolvimento tecnológico inserido na produção. Assim, conforma uma maioria a se adaptar às condições impostas pela classe dominante.

A Chamada n. 17/2014 distribui recursos nas seguintes linhas:

Tabela 12: Recursos financeiros disponibilizados pela Chamada n. 17/2014, por linha de financiamento

| Linha | Intervalo de financiamento por projeto (R\$) | Recursos estimados (R\$) |
|-------|--|--------------------------|
| 1 | Até 100.000,00 | 8.000.000,00 |
| | De 100.000,01 a 300.000,00 | 10.000.000,00 |
| | A partir de 300.000,01 | 4.000.000,00 |
| 2 | Até 70.000,00 | 6.000.000,00 |
| | De 70.000,01 a 100.000,00 | 6.000.000,00 |
| 3 | Até 55.000,00 | 3.000.000,00 |
| 4 | Até 55.000,00 | 3.000.000,00 |
| Total | | 40.000.000,00 |

Fonte: Adaptada de Chamada CNPq/SETEC/MEC n. 17 (2014).

As 4 linhas eram destinadas da seguinte forma: Linha 1 PD&I – projetos cooperados demandados por empresas; Linha 2 Extensão Tecnológica – visando à promoção da melhoria contínua e ao aumento da competitividade das empresas, por meio de diagnóstico, transferência de tecnologia, serviços tecnológicos, propriedade intelectual e prospecção de oportunidades tecnológicas; Linha 3 Torneio de Educação Profissional – projetos que visem à preparação de alunos dos Institutos Federais para participação em competições de conhecimentos e competências técnicas; e Linha 4 Soluções Tecnológicas – desenvolvimento e aplicação de novos dispositivos, instrumentos, ferramentas, produtos ou processos para a solução de problemas reais (CNPq; SETEC; MEC, 2014).

Os recursos financeiros seriam executados nos anos de 2014, 2015 e 2016, conforme o desenvolvimento dos projetos, e eram divididos entre custeio, capital e bolsas. Nas Linhas 1 e 2, as instituições parceiras demandantes deveriam apresentar uma contrapartida econômica mínima de 10% do valor do recurso total solicitado. As linhas 3 e 4 não implicavam participação de instituição demandante. A pesquisa não encontrou dados públicos sobre os resultados do Edital n. 17/2014, nem relatórios, como aconteceu com o Edital da Chamada n. 94/2013, porém a sua execução, nos IFs, segue o mesmo modelo da chamada anterior.

As chamadas de fomento apresentam características notórias do modelo da tríplice hélice⁷⁴, um modelo que associa a demanda do setor produtivo (empresa) e alguma contrapartida deste, o financiamento estatal com recursos públicos e a

⁷⁴ Sobreposição das esferas institucionais em que cada uma delas engloba uma parte da outra e, do cruzamento dessas interfaces, originam-se novas organizações para inovação; a academia se torna empreendedora, gerando e transferindo inovações; a indústria se aproxima do ambiente de produção do conhecimento; e o Estado atua como um regulador garantindo interações estáveis (LIRA, 2019).

instituição que produz e socializa o conhecimento científico e tecnológico. Essa relação entre empresa, Estado e ICT, na produção de ciência e tecnologia, será melhor aprofundada na seção que abordaremos o Programa de Gestão de PD&I, Extensão Tecnológica e Empreendedorismo Inovador na RFEPCT.

Os próprios editais induzem para a relação entre instituição e empresa e a forma híbrida na qual as instituições e os pesquisadores transformam seu trabalho de pesquisa e extensão em trabalho empreendedor, ao terem de captar parte dos recursos junto ao mercado ou sob forma de serviços prestados. Assim, a pesquisa e a extensão se transformam em captadores de recursos extraorçamentários para o financiamento institucional.

Outra ação estratégica desenvolvida pelo NEPI foi a formação de servidores em instituições estrangeiras, conforme apresentado no Quadro 3. Essa foi uma ação estratégica muito contundente no período, principalmente pela perspectiva de trazer para os IFs metodologias utilizadas em instituições altamente ligadas à ideia de empreendedorismo e inovação, com cursos voltados tanto à PD&I quanto à gestão institucional da PI e TT.

Quadro 3: Ações de formação/capacitações de servidores

| Ano | Documento | Finalidade | Relacionamento |
|------|---|---|---|
| 2014 | Chamada Pública CNPq - SETEC/MEC n. 015/2014 – Programa Professores para o Futuro (Finlândia) | Capacitação de servidores a partir das experiências de educação profissional do modelo finlandês de pesquisa aplicada, que tem como base a interação com o setor produtivo. | HAMK e TAMK (universidades finlandesas) |
| | Chamada Pública CNPq - SETEC/MEC n. 041/2014 – Programa Professores para o Futuro (Finlândia) II | | |
| 2015 | Chamada Pública CNPq - SETEC/MEC n. 026/2015 – Programa Professores para o Futuro (Finlândia) III | | |
| 2016 | Programa Finnish Training Trainer Diploma (FiTT) | Capacitação em regime intensivo de 20 professores, dentre os participantes do Programa Professores para o Futuro a fim de capacitá-los como multiplicadores, adaptando à realidade brasileira as metodologias de ensino e as experiências advindas do estudo do modelo educacional finlandês. | |
| 2017 | Chamada Pública 01/2017 SETEC/MEC – IFES Capacitação em Gestão da Inovação | Promoção da inovação a partir da produção de resultados tangíveis para RFEPCT, com base na transferência de conhecimentos de gestão da inovação aos participantes. | Steinbeis Alemanha |
| 2018 | Edital n. 01/2018 – Chamada Pública para Capacitação em Gestão | Capacitação de servidores para gestão de PD&I e extensão tecnológica, em consonância com as demandas reais dos setores produtivos e da sociedade civil. | CSIRO Austrália |

| | | |
|--|--|---------|
| da Inovação (GI) – CSIRO | | |
| Edital n. 02/2018 de Chamada Pública para Capacitação de Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – SETEC/MEC | Dar continuidade aos programas de capacitação Vocational Education and Training (VET) e Finnish Teacher Trainer (FiTT) e consolidar a transferência tecnológica por meio da execução de um programa de formação de formadores no Brasil - BraFF – Brasileiros Formando Formadores (BraFF). | RFEPECT |

Fonte: Elaborado pelo autor.

As chamadas públicas referentes aos anos de 2014 e 2015, bem como o programa FITT, envolvem o Programa Professores para o Futuro, que tinha como objetivo a capacitação de 60 professores da RFEPECT em Universidades de Pesquisa Aplicada da Finlândia. O foco dessa capacitação era a atuação na Educação Profissional, na pesquisa aplicada e na interação com o setor produtivo e visava à implantação dos métodos e técnicas vivenciadas nas respectivas instituições de origem. As universidades responsáveis pela capacitação dos professores na Finlândia foram: a *Hämk University of Applied Sciences (HAMK)*, *Tampere University of Applied Sciences (TAMK)* e *Haaga-Helia University of Applied Sciences (HAAGA-HELIA)*, sendo que as duas primeiras receberam os alunos em suas dependências (SETEC, 2015).

Outras duas chamadas que merecem destaque nas ações de capacitações de servidores para um modelo de ensino, pesquisa e extensão pautado em experiências internacionais tratam da Chamada Pública SETEC/MEC-IFES n. 001/2017 e da Chamada Pública SETEC/MEC n. 001/2018.

A Chamada n. 001/2017 se tratava de uma capacitação de servidores em Gestão da Inovação, por meio do curso *Innovation Management Professional (IMP)*, oferecido pela *Steinbeis University Berlin – School of International Business and Entrepreneurship (STEINBEIS-SIBE do Brasil)*⁷⁵. O curso apresentava uma carga horária de 360h de aulas e 600h de dedicação ao projeto, envolvendo-se em uma duração de 12 meses. Também se previa uma etapa pós-capacitação para a aplicação dos conhecimentos nas instituições de origem (SETEC; IFES, 2017).

⁷⁵ A *Steinbeis* é uma universidade alemã, com sede em Berlim, que tem como objetivo o desenvolvimento de pessoas, por meio de pesquisa aplicada, com base no conceito de projetos de competência. Uma das formas como seu trabalho é desenvolvido é por meio das Escolas de Negócios e Empreendedorismo Internacional – SIBE –, as quais atuam na transferência de tecnologia e conhecimento entre o mundo acadêmico e o mundo dos negócios (STEINBEIS-SIBE, 2022). Mais informações em: <https://steinbeis-sibe.com.br/imp-1803/#apresentacao>. Acesso em: jul. 2021.

A Chamada SETEC/MEC n. 001/2018 tinha por objeto selecionar instituições da RFEPCT, a partir de propostas de Planejamento Estratégico de Gestão de Inovação (PEGI), para participarem da capacitação em Gestão da Inovação (GI) a ser ofertada em parceria com o *Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation* (CSIRO)⁷⁶ e Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Espírito Santo (IFES).

Essa chamada selecionaria 15 instituições da RFEPCT e cada instituição seria representada por uma equipe de cinco servidores que constituiriam esse planejamento estratégico – PEGI –, um plano que deveria ser convertido em ações e atividades efetivas de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e empreendedorismo inovador nas instituições selecionadas (MEC; SETEC, 2018). Conforme pontua Leão (2020), buscou-se a consonância com as demandas reais dos setores produtivos e da sociedade civil. As propostas submetidas já contemplavam um plano que considerava, dentre outras coisas, situações relacionadas à gestão de PD&I e ao relacionamento da instituição com o setor produtivo.

As ações de formação de servidores demonstram claramente a intenção de disseminar um modelo desenvolvido por instituições de outros países que atuam em uma relação muito próxima entre a produção e socialização de ciência e tecnologia e as empresas na transferência de conhecimento e tecnologia sob determinação do mercado. Nas nossas instituições, reproduz um modelo universalizado de socialização de ciência e tecnologia sob a justificativa do desenvolvimento local e regional.

Quanto à criação de ambientes de inovação e empreendedorismo, o grande destaque da política foi a criação dos polos de inovação credenciados pela Embrapii.

Quadro 4: Ações de criação de ambientes de inovação e empreendedorismo

| Ano | Documento | Finalidade | Relacionamento |
|------|--|--|----------------|
| 2014 | Chamada Pública 02-2014 – Chamada Pública para Credenciamento no Sistema Embrapii | Credenciamento de Polos de Inovação capazes de prospectar e executar PD&I, em parceria com empresas industriais, com o compromisso contratual de atingir metas de desempenho pactuadas no ato do credenciamento e documentadas no Plano de Ação. | EMBRAPII |
| 2017 | Chamada Pública 01-2017 – Chamada Pública para Credenciamento no Sistema Embrapii | | |

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁷⁶ Agência Nacional de ciência e catalisador de inovação da Austrália (CSIRO, 2022). Mais informações em: <https://www.csiro.au/>. Acesso em: jul. 2021.

A Portaria MEC n. 1.291, de 30 de dezembro de 2013, que estabeleceu diretrizes para a organização dos IFs e parâmetros e normas para a expansão, prevê os Polos de Inovação, os quais passaram a fazer parte da estrutura dos IFs no processo de expansão. O Artigo 3º, Inciso III, define que essa estrutura é destinada ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por PD&I e à formação profissional para os setores de base tecnológica (MEC, 2013).

O funcionamento dos Polos de Inovação é definido pela Portaria SETEC n. 37, de 28 de outubro de 2015, com destaque para o Artigo 3º:

Os Institutos Federais que possuam Polos de Inovação deverão atuar de forma inovadora em suas diversas atividades, incluindo os aspectos relativos à gestão e às atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma a fomentar a cultura da inovação em todas as suas unidades administrativas, bem como nas cadeias produtivas com as quais se relaciona (BRASIL/MEC, 2015, n.p).

Nesse sentido, ganhou destaque a estruturação de Polos de Inovação por meio de contrato de parceria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com a EMBRAPII, tendo o MEC como instituição interveniente (EMBRAPII, 2015).

A Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) foi formalmente constituída em maio de 2013 e qualificada como Organização Social (OS). A EMBRAPII tem o objetivo de estruturar e manter um conjunto de unidades de pesquisa, de forma a promover e incentivar a realização de projetos de PD&I voltados para setores industriais e com potencial de impacto na competitividade das empresas no Brasil (EMBRAPII, 2015).

O modelo adotado implica a captação de recursos para o desenvolvimento de planos de ação voltados à PD&I para a indústria. A EMBRAPII antecipa recursos para o início do projeto e para a atração de empresas que resolvam investir. No desenvolvimento do plano, a empresa é responsável por 1/3 dos recursos, a EMBRAPII por 1/3 e, no caso dos Polos de Inovação, o IF é responsável pelo restante, sendo que somente ele pode aportar recursos não financeiros. Os recursos financeiros são aportados por meio de Fundações de Apoio (EMBRAPII, 2015).

No Sistema EMBRAPII, os Polos EMBRAPII IF são uma unidade destinada ao atendimento das demandas do setor produtivo, por pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e à formação profissional para as atividades de PD&I na indústria. Os Polos EMBRAPII IF serão constituídos a partir de competências específicas

dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação – MEC (IFs) e serão selecionados por meio de chamada pública, carta-convite ou encomenda (EMBRAPII, 2015, p. 29).

O credenciamento dos Polos de Inovação junto à Embrapii é feito mediante participação de chamada pública, conforme as apresentadas anteriormente, por submissão de um plano de ação para o funcionamento da unidade. Após a aprovação no edital, são definidas, em contrato, metas a serem cumpridas durante o período de credenciamento. O Quadro 5 mostra os polos de inovação implantados nos IFs que foram credenciados pela Embrapii, uma Organização Social (OS) que faz a relação entre IF e empresas do setor industrial.

Quadro 5: Polos de inovação dos IFs credenciados nas chamadas Embrapii

| Edital | IF | Unidade |
|---------|--|-----------------------|
| 02/2014 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Fluminense (IFF) | Campos dos Goytacazes |
| | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) | Salvador |
| | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) | Fortaleza |
| | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) | Vitória |
| | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) | Formiga |
| 01/2017 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) | Florianópolis |
| | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Paraíba (IFPB) | Pessoa |
| | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) | Rio Verde |
| | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas (IF Sul de Minas) | Machado |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A política dos IFs, mediada por uma organização privada, modelo de Organização Social (OS), aproxima-se decisivamente do setor privado, o qual, ao demandar e financiar a produção científica, apropria-se da produção intelectual e tecnológica; na busca de financiamento, privatiza-se o bem público produzido. Dessa forma, procura-se o desenvolvimento econômico e social a partir de um modelo utilizado em países desenvolvidos.

É evidenciado, assim, o princípio que orienta as ações. Segundo a política apresentada, não se trata apenas de uma perspectiva de desenvolvimento da ciência

e da tecnologia para fortalecer as bases produtivas, mas de criar uma cultura ligada à perspectiva empresarial, a partir, também, das ações de ensino.

O parágrafo 2º do Artigo 4º da Portaria n. 37/2015 define que os Polos de Inovação devem desenvolver competências de prospecção, captação e gestão de recursos financeiros extraorçamentários. O princípio empreendedor é a saída vislumbrada para o financiamento institucional, por meio da Transferência de Tecnologia (TT) e da Propriedade Intelectual (PI). Ou seja, uma perspectiva educativa pautada na privatização e na individualização.

Como definido pelo marco legal da CT&I, já discutido, cabe a cada ICT a constituição da política nessa área. Assim, a SETEC, por meio do NEPI, estruturou iniciativas de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de suporte ao empreendedorismo inovador. Além dos programas viabilizados por agências de fomentos, a política induzida pela SETEC aos IFs propõe, também, iniciativas de PD&I por meio de acordos com empresas, tanto do setor público quanto privado; conforme destacado aqui, tem-se a formação/capacitação de servidores em consonância com o modelo de instituições empreendedoras, bem como as chamadas de fomento à PD&I e a estruturação de ambientes de inovação e empreendedorismo.

O marco legal da inovação representado pela Lei n. 10.973/2004 foi alterado pela Lei n. 13.243/2016, a qual foi regulamentada pelo Decreto n. 9283/2018. Esse novo marco legal reforçou, ainda mais, o direcionamento do ensino, pesquisa e extensão aos interesses empresariais e a estas como únicas socializadoras de ciência e tecnologia por meio de produtos, serviços e processos.

Nesse sentido, a administração pública direta, autárquica e fundacional, as agências reguladoras e as agências de fomento poderão estimular e apoiar parcerias para projetos de cooperação entre empresas e ICT com destino à PD&I para a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e difusão de tecnologia. Poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação e empreendedorismo como uma forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICT (BRASIL, 2018).

Os ambientes promotores de inovação são

[...] espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento, articulam as empresas, os diferentes níveis de

governo, as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, as agências de fomento ou organizações da sociedade civil, [...] (BRASIL, 2018, p. 1).

O excerto reproduzido mostra a sujeição das atividades de ciência e tecnologia à lógica de valorização do capital ao direcionar as ICTs à constituição de ambientes característicos da economia baseada no conhecimento. Dessa forma, mobiliza os conhecimentos publicamente produzidos e os transforma em bem privado. “O desenvolvimento da ciência em um dos polos da sociedade e a capitalização dos saberes técnicos na esfera da produção conjugaram seus efeitos para transformar a ciência em um estoque de conhecimentos úteis à produção [...]” (LAVAL, 2019, n.p).

Essa perspectiva com base na economia do conhecimento tem seus pilares ideológicos na Teoria do Capital Humano (TCH), conforme trabalhado na segunda seção, no sentido de que a ciência e a tecnologia desenvolvida nas instituições educativas, sob a forma de desenvolvimento de produtos, processos, serviços e por meio da formação do empreendedor, constituem um pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo.

Os ambientes de inovação e empreendedorismo definidos e regulamentados pelo marco legal se articulam em duas dimensões: a) os ecossistemas de inovação que agregam infraestrutura e arranjos institucionais para a atração de recursos financeiros são os parques tecnológicos, polos de inovação, cidades inteligentes, dentre outros; b) os mecanismos de geração de empreendimentos têm como finalidade a promoção de empreendimentos inovadores e o incentivo à criação e desenvolvimentos de empresas nascentes de base tecnológica (incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, empresas juniores etc.) (BRASIL, 2018).

Como contrapartida às ICTs, nesse caso, os IFs ficam autorizados a participar minoritariamente do capital social das empresas e celebrar o contrato de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria (BRASIL, 2018).

Políticas de desenvolvimento científico e tecnológico pautadas em PD&I, voltadas ao setor empresarial, direcionadas por instrumentos jurídico-normativos, não são recentes, nem novidades. No decorrer dos anos de 1980, governos de países, como os Estados Unidos e o Canadá, já concediam benefícios fiscais ao financiamento privado da pesquisa universitária. A Lei Bayh-Dole de 1980 foi a primeira a autorizar universidades a patentear e vender invenções financiadas pelo

governo, o que beneficiou as universidades com aportes financeiros de empresas privadas. Essa lei foi decisiva para que a produção de conhecimento científico e tecnológico se tornasse uma atividade mercantil pelas formas legais de sua apropriação privada (patentes e direitos autorais) (LAVAL, 2019).

O modelo de desenvolvimento científico e tecnológico atrelado à PD&I, adotado em países capitalistas desenvolvidos, atesta a ótica do capital e, sob ela, o lugar do conhecimento como componente econômico. Marx, em *Grundrisse*, já afirmara: “A invenção torna-se então um negócio e a aplicação da ciência à própria produção imediata, um critério que a determina e solicita” (MARX, 2011, p. 587).

A chamada Lei da Inovação de 2004 já determinava o estreitamento das relações entre ICT e as empresas privadas. As alterações trazidas pela Lei n. 13.243/2016 e pelo Decreto n. 9283/2018, principalmente a constituição dos ambientes de inovação e empreendedorismo e a possibilidade de gestão privada⁷⁷ das ações de pesquisa e extensão produzidas nesses ambientes, direcionam para um hibridismo institucional que se situa em uma interseção entre o público e o privado, de modo a produzir bens públicos e privados – ou pior: bens públicos são transformados em bens privados.

Diversas iniciativas de pesquisa aplicada, de extensão tecnológicas e de suporte ao empreendedorismo inovador já vinham sendo realizadas nos IFs, inclusive projetos de PD&I apoiados pelas Chamadas MEC/SETEC/CNPq n. 94/2013 e n. 17/2014.

[...] a Rede conta com o suporte de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), em operação em praticamente todas as instituições da RFEPCT, além de aproximadamente 26 programas de estímulo a criação de negócios. Destacam-se os hotéis de projetos e as incubadoras de empresas, complementados por empresas juniores e vivências empreendedoras oportunizadas por entes parceiros. Estas ações se articulam com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma abordagem educacional baseada em projetos. Todas essas ações configuram habitats de empreendedorismo e inovação, integrando, com outras instituições parceiras, os ecossistemas que se enraízam nos territórios de influência dos *campi* da Rede (MEC/SETEC, 2016, p. 6).

Ao alinhar essas iniciativas que envolvem o empreendedorismo e a inovação ao marco legal da ciência, tecnologia e inovação, a SETEC/NEPI constituiu, em 2016,

⁷⁷ “Art. 16 O NIT poderá ser constituído com personalidade jurídica própria, como entidade privada sem fins lucrativos, inclusive sob a forma de fundação de apoio” (BRASIL, 2018, p. 8).

um manual contendo orientações quanto à implantação de um “Programa de Gestão de PD&I, Extensão Tecnológica do Empreendedorismo Inovador na RFEPCT. Sua finalidade é potencializar os principais tipos de habitats de empreendedorismo e inovação presentes na Rede Federal [...]” (MEC/SETEC, 2016, p. 6).

Assim, o empreendedorismo e a inovação se constituem no grande eixo articulador dos processos de ensino, pesquisa e extensão. A política consiste na indução de práticas gerenciais e de utilização de ferramentas de gestão, por meio da oferta de capacitações e de diretrizes, bem como na incorporação de competências. “O objetivo é viabilizar a execução, em escalas crescentes, de ações de PD&I, de extensão tecnológica e de apoio ao empreendedorismo e à inovação pelas unidades da RFEPCT [...]” (MEC/SETEC, 2016, p. 27).

O Programa de Gestão de PD&I, Extensão Tecnológica do Empreendedorismo Inovador foi idealizado para acompanhar, fortalecer e promover as ações de empreendedorismo e inovação nos IFs. Considerando que o programa havia sido formulado em alinhamento com o novo marco legal da ciência e tecnologia (Lei n. 13.243/2016 e pelo Decreto n. 9283/2018), muitos IFs reestruturaram ou constituíram suas diretrizes políticas de inovação e empreendedorismo, tendo esse documento como um modelo orientador, principalmente na questão da gestão da PI, da extensão tecnológica e transferência de tecnologia e do empreendedorismo inovador.

Nesse sentido, torna-se necessário analisar seus aspectos fundamentais que foram, de alguma maneira, absorvidos e desenvolvidos pelos IFs. Assim, abordaremos esse programa, com maior especificidade, na próxima seção.

4.2.1.2 O Programa Novos Caminhos

Com a mudança de governo a partir das eleições presidenciais de 2018, o MEC e a SETEC apresentaram, no decorrer do ano de 2019, o Programa Novos Caminhos, que previa a estruturação da EPT em torno de três eixos: gestão e resultados; articulação e fortalecimento; e inovação e empreendedorismo (MEC, 2020).

Em relação ao eixo inovação e empreendedorismo, o programa apresenta duas estratégias: 1) ampliação do Polos de Inovação em parceria com a EMBRAPPII; 2) fomento a projetos de inovação e empreendedorismo (MEC, 2020).

Apesar do nome que o programa recebeu, ao considerarmos as estratégias do eixo inovação e empreendedorismo, claramente, percebemos que não são novidades;

elas são uma sequência das ações estratégicas já realizadas em gestões anteriores. O fato novo é que se assume, definidamente, que a inovação e o empreendedorismo formam um dos três eixos estruturantes da EPT, vislumbrando uma interconexão maior entre os IFs e o setor empresarial, em uma perspectiva da Indústria 4.0, conceito já abordado na segunda seção do trabalho e que tornaremos a discutir alguns aspectos adiante.

O Quadro 6 apresenta as ações referentes à ampliação dos polos de inovação credenciados pela Embrapii, ação estratégica já abordada anteriormente, e, principalmente, as ações destacadas referentes ao fomento aos projetos de inovação e empreendedorismo com ênfase na Indústria 4.0. Os editais que tratam do programa Oficina 4.0 e o de empreendedorismo inovador com foco na Indústria 4.0 foram constituídos em conjunto entre o MEC, por intermédio da SETEC, e o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), destinando-se a toda a RFEPCT.

Quadro 6: Ações estratégicas para o empreendedorismo inovador nos IFs

| Ano | Documento | Finalidade | Relacionamento |
|------|---|--|----------------|
| 2020 | Chamada Pública EMBRAPII/SETEC n. 03/2020 – Chamada Pública para Credenciamento no Sistema Embrapii | Credenciamento de Polos de Inovação para prospectar e executar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), em parceria com empresas industriais. | EMBRAPII |
| | Edital IFES n. 02/2020 – Apoio à implementação das Oficinas 4.0 | Selecionar até 15 (quinze) instituições da RFEPCT para a implementação de programa de capacitação de estudantes denominado Oficinas 4.0. | IFES |
| | Edital IFES n. 05/2020 de apoio ao empreendedorismo inovador com foco na Economia 4.0 | Apoiar o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo inovador relacionados à Economia 4.0. | IFES |
| 2021 | Edital SETEC n. 67/2021 – Chamada Pública de projetos para apoio à implantação das Oficinas 4.0 | Selecionar propostas de instituições da RFEPCT para a implementação de programa de capacitação de estudantes denominado Oficinas 4.0. | IFES |
| | Edital SETEC n. 84/2021 – Seleção de projetos para desenvolvimento dos ambientes promotores de inovação na RFEPCT | Promover nas instituições da Rede Federal a instalação, a integração e a consolidação de ambientes propícios ao desenvolvimento de ações de estímulo à inovação e apoio ao empreendedorismo inovador, integrando e fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão. | - |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Chamada Pública Embrapii/SETEC n. 003/2020 tem a mesma finalidade das Chamadas n. 002/2014 e 001/2017: credenciar polos de inovação dos IFs (PEIF) para prospectar e executar projetos de PD&I em parceria com empresas industriais. O modelo dos PEIFs já foi abordado na subseção 4.2.2.1. A Portaria MEC n. 50, de 29 de janeiro de 2021, autorizou o funcionamento de 4 novos polos nos IFs, conforme destaca o Quadro 7:

Quadro 7: Novos PEIFs autorizados pelo MEC

| IF | Unidade |
|---|--------------------------|
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) | Polo de Inovação Manaus |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) | Polo de Inovação Goiânia |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) | Polo de Inovação Uberaba |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) | Polo de Inovação Matão |

Fonte: Portaria MEC n. 50 (2021).

Os polos de inovação se tornam a principal ação estratégica em relação à constituição de ambientes de inovação e empreendedorismo nos IFs, somados aos PEIFs já instalados. A propósito, como resultado dos editais já citados, foram constituídas 13 unidades. Esses ambientes atuam na relação direta com as demandas da indústria e na prospecção e captação de recursos para o financiamento da pesquisa aplicada, por meio de transferência de tecnologia por licenciamento ou cessão de propriedade industrial, ou seja, com a transformação do conhecimento científico e tecnológico em produto, serviço ou processo comercializável.

Esse processo do PEIFs que envolve a relação entre os IFs, uma OS, a Embrapii, que faz a relação com o setor industrial tanto pelo lado da demanda quanto pelo da captação de recursos, já foi abordado anteriormente; assim, vamos nos deter nos demais editais apresentados e que faziam parte da estratégia do eixo inovação e empreendedorismo do Programa Novos Caminhos.

Iniciamos pelos editais referentes às Oficinas 4.0, abordando, posteriormente, o edital de apoio ao empreendedorismo inovador e finalizando com o edital de seleção de projetos para o desenvolvimento de ambientes promotores de inovação e empreendedorismo.

O Edital IFES n. 02/2020, lançado pelo IFES com apoio da SETEC, e o Edital SETEC n. 67/2021 foram lançados com a finalidade de selecionar propostas de

instituições da RFEPCT para a implementação de programa de capacitação de estudantes denominado Oficinas 4.0.

As Oficinas 4.0 constituem um programa de atividades extracurriculares que pretende promover atividades de capacitação e de pesquisa aplicada voltadas à construção de soluções para demandas reais apresentadas pelo setor produtivo, a fim de atender aos desafios tecnológicos enfrentados, aliando competências de inovação, empreendedorismo e de uso de tecnologias digitais com a capacidade de planejamento e gestão de projetos. O projeto de pesquisa aplicada demandado e as oficinas que compõem o programa são desenvolvidos em um período de 10 meses (IFES, 2020). A estruturação das oficinas se apoia em quatro pilares:

- (i) espaços físicos equipados com tecnologias digitais, compartilhados por equipes de estudantes de diferentes níveis de ensino responsáveis pelo desenvolvimento de projetos de inovação; (ii) professores capacitados nas metodologias de oficinas e de orientação de projetos de inovação tecnológica; (iii) oficinas voltadas para a formação no uso das tecnologias digitais, com estímulo ao empreendedorismo e à inovação; (iv) parceria com o setor produtivo (IFES, 2020, p. 12).

A metodologia do programa prevê que sejam constituídas equipes para desenvolver projetos de pesquisa aplicada que atendam a uma demanda tecnológica do setor produtivo. Cada equipe será composta por alunos de nível médio, graduação e pós-graduação (se houver); um professor orientador por equipe; e um coordenador institucional. É necessário que se realize convênio com parceiro do setor produtivo, que poderá ser uma empresa privada, pública ou alguma organização social (IFES, 2020).

O programa conta com quatro oficinas obrigatórias: 1) Pensamento Computacional (40h); 2) Empreendedorismo e inovação (40h); 3) Gestão de projetos (40h); e 4) Projeto de inovação tecnológica (120h). Completa o programa um rol de oficinas optativas com carga horária de 40h, de modo a incluir: robótica, desenvolvimento de aplicativo, modelagem 3D, realidade virtual, prototipagem etc. O IFES é o responsável pela certificação dos estudantes que concluem as oficinas conforme o projeto apresentado, o que corresponderá à conclusão de curso de formação inicial ou continuada (FIC), considerando que as quatro oficinas obrigatórias somam 240 horas e as optativas têm, cada uma, 40 horas. Além disso, cada oficina concluída dará aos estudantes a certificação de curso de extensão (IFES, 2020).

O desenvolvimento das Oficinas 4.0 nos IFs foi estimulado por meio de dois editais de fomento: IFES n. 02/2020 e SETEC n. 67/2021; ambos tinham o mesmo objeto e os mesmos objetivos: fomentar a realização nas unidades do IFs de um programa de atividades extracurriculares baseadas em demandas reais do setor produtivo que objetiva desenvolver nos estudantes do ensino técnico, de graduação e pós graduação “[...] as competências e habilidades requeridas pela Economia 4.0” (IFES, 2020, p. 1). Também, capacitar os professores participantes do programa na metodologia das Oficinas 4.0 e na orientação de projetos de inovação tecnológica, para, por fim, visar a estimular a aproximação entre os IFs e as empresas (SETEC, 2021; IFES, 2020).

O edital conceitua Economia 4.0 como a transformação do padrão da atividade econômica, com base na introdução, no desenvolvimento e na difusão das tecnologias digitais, na automação e no uso intensivo de dados, ao impactar, transversalmente, os três setores base da Economia (IFES, 2020). Conforme abordado na segunda seção desta pesquisa, o termo é mais utilizado como Indústria 4.0. É um amplo salto tecnológico no mundo produtivo estruturado a partir das novas tecnologias da informação e comunicação, de maneira a significar processos produtivos ainda mais automatizados e robotizados e de modo que a logística empresarial será controlada digitalmente (ANTUNES, 2020a).

Como consequência, haverá concentração do trabalho complexo, principalmente em centros e países que desenvolvem tecnologia de ponta, enquanto, nos países da periferia do capital, uma quantidade expressiva da força de trabalho ficará sem empregos, gerando a ampliação da informalidade do mundo digital e o aumento do trabalho autônomo e do empreendedorismo. Nesse sentido, a ideologia do empreendedorismo e inovação propõe que o aluno individualmente se adapte a essa condição de empreender à sua própria sobrevivência por meio do domínio das tecnologias da comunicação. Esse domínio de tecnologias isolado, descontextualizado dos fundamentos do trabalho e das relações sociais de produção, mais conforma o sujeito a se virar por meio do empreendedorismo do que o forma com saberes científicos, culturais e éticos, em uma perspectiva formativa emancipatória.

O Edital IFES n. 02/2020 previa a seleção de 15 propostas para a implementação do programa das Oficinas 4.0 em instituições da RFEPCT. Cada proposta selecionada seria contemplada com recursos econômicos de R\$ 216.000,00

ao longo de dez meses, divididos entre equipamentos (*kits* digitais) equivalentes a R\$ 80.000,00, material de consumo no valor de R\$ 20.000,00 e bolsas de pesquisa em um valor de R\$ 116.000,00, perfazendo um valor total de fomento de R\$ 3.240.000,00.

Foram selecionadas 15 instituições da RFEPCT, sendo 14 IFs e 1 CEFET. As propostas selecionadas tinham um cronograma previsto em edital para início das atividades em 3 de novembro de 2020 e término em agosto de 2021 (IFES, 2020). No entanto, até a conclusão desta pesquisa, não tivemos acesso a algum tipo de relatório geral sobre as oficinas desenvolvidas.

Em setembro de 2021, logo após o encerramento previsto para as atividades referentes ao Edital n. 02/2020, foi lançado um novo edital para as Oficinas 4.0. O Edital SETEC n. 67/2021 visava a ampliar o alcance do edital anterior; em número de propostas, previa a seleção de até 110 delas. Entretanto, quanto ao repasse de recursos, o documento destinava um valor menor, R\$ 25.000,00 por proposta, distribuídos na forma de bolsa para professor orientador e estudantes. Caso as 110 propostas fossem classificadas, o edital teria um valor total de R\$ 2.750.000,00.

O referido edital selecionou 69 propostas, e o cronograma previu o início das atividades para março de 2022 e dez meses de execução das propostas (SETEC, 2021). O foco no que os editais chamam de Economia 4.0 foi demonstrado no Edital IFES n. 05/2020, lançado pelo IFES com direcionamento e apoio financeiro da SETEC. O documento era destinado às instituições da RFEPCT, dentre as quais se enfatizam os IFs, e tinha como objeto a seleção de projetos voltados à promoção do empreendedorismo inovador no ensino, na pesquisa e na extensão com enfoque na Economia 4.0.

Especificamente, o edital objetivava promover a pesquisa e o surgimento de novos empreendimentos com foco na Economia 4.0; estimular a participação de estudantes e servidores na criação de empreendimentos tecnológicos; estimular o desenvolvimento de inovações baseadas em tecnologias digitais e no uso intensivo de dados; e estimular o estabelecimento de ambientes para a geração de novos negócios por meio de ações de pré-incubação e incubação de empreendimentos e de inovações (IFES, 2020b).

Os projetos deveriam conter um plano de PD&I e descrição do modelo de negócio para essa inovação que poderia ser na forma de produto, processo ou serviços desenvolvidos. Seriam elaborados por equipes executoras constituídas por

servidores e alunos, sendo que o coordenador equivale a um servidor da instituição e deve conter, pelo menos, dois estudantes de curso técnico (IFES, 2020b).

O edital previa a seleção de 60 projetos e distribuía recursos no valor total de R\$ 233.333,33, sendo R\$ 140.000,00 em bolsas de pesquisa e o restante em infraestrutura de pesquisa. O valor total de recursos destinados ao edital era de 14 milhões de reais a serem aplicados no período de 24 meses relativos ao desenvolvimento do projeto (IFES, 2020b).

As instituições envolvidas no edital tinham funções e contrapartidas a oferecer. À SETEC, caberia estabelecer as diretrizes e prover os recursos; ao IFES, coordenar a execução das ações previstas; ao SEBRAE, disponibilizar um mentor de negócios para apoiar com capacitação, consultoria e eventos; a Fundação de Apoio Facto⁷⁸ faria a gestão e a operacionalização financeira do edital; e, finalmente, a instituição selecionada cederia infraestrutura, carga horária dos servidores e algum subsídio extra, como diárias. Foram selecionados 60 projetos, sendo três projetos de CEFETs e 57 de IFs (IFES, 2020b).

A Indústria 4.0 é um conjunto de tecnologias de produção que remonta à Alemanha como parte de uma política econômica, científica e tecnológica de reação diante de um cenário de redução da participação da indústria manufatureira no produto interno bruto dos países capitalistas centrais. A ideia é desenvolver estratégias para competir globalmente por meio de combinação entre conhecimento avançado em manufatura e uso de tecnologia de informação (PINTO, 2020). Por mais que essa combinação requeira alguma força de trabalho, mais flexível e com conhecimentos na área de informática, a maquinaria altamente embarcada de tecnologia da informação aprofundará as contradições do sistema metabólico do capital, acabando com muitos postos de trabalho com salários e direitos, ao gerar uma imensa parcela da população que trabalha de forma precária sob o manto do empreendedorismo, principalmente, em países da periferia do capital.

A última ação a ser analisada dentro do Programa Novos caminhos é o Edital SETEC n. 84/2021, que tinha como objeto a seleção de projetos para desenvolvimento dos ambientes promotores de inovação e empreendedorismo na RFEPCT. Apresentava dois eixos: a) criação de ambientes de inovação; b) integração e

⁷⁸ A Facto é a Fundação de Apoio ao IFES. Atua no gerenciamento de projetos de pesquisa, extensão, ensino e desenvolvimento institucional.

consolidação de ambientes já em funcionamento nos *campus* das instituições (SETEC, 2021b).

Especificamente, o edital objetivava a instalação, a integração e a consolidação de ambientes para o estímulo à inovação e apoio ao empreendedorismo inovador; integrar espaços e estruturas institucionais para a promoção da pesquisa aplicada, da extensão tecnológica e de parcerias com o setor produtivo; e difundir a cultura da propriedade intelectual, da transferência de tecnologia e da inovação nas instituições da RFEPCT.

Seriam selecionados até 5 projetos destinados à criação de ambientes e 15 projetos destinados à integração e consolidação de ambientes. Os recursos seriam destinados conforme planos de trabalho apresentados e se referem ao pagamento de bolsas para a equipe executora e/ou para a aquisição de materiais e serviços. Dentre os ambientes promotores de inovação que poderão ser contemplados, destacamos as incubadoras de empresas⁷⁹, aceleradoras⁸⁰, espaços *coworking*⁸¹, *hubs* de inovação⁸², parque tecnológico⁸³ e espaços *makers*⁸⁴.

Conforme o cronograma desse edital, até o final desta pesquisa, o resultado da seleção de projetos ainda não havia sido divulgado, e a previsão para o início da execução dos projetos era abril de 2022.

A rigor, a perspectiva do Programa Novos Caminhos, que tem a inovação e o empreendedorismo como um dos três eixos que estruturam a EPT, aponta para a perspectiva da Indústria 4.0, fomentando ambientes (PEIFs, incubadoras e laboratórios) e incentivando formações extracurriculares, por exemplo, as Oficinas 4.0, como uma forma de ajuste ao processo de intensificação da inserção de tecnologia na produção. Destarte, busca-se formar o empreendedor inovador para que se

⁷⁹ “[...] organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas [...]” (SETEC, 2021, p. 2).

⁸⁰ “[...] são mecanismos de apoio a empreendimentos ou empresas nascentes, que já possuem um modelo de negócio consolidado e com potencial de crescimento rápido” (SETEC, 2021, p. 2).

⁸¹ “Locais de trabalho voltados a profissionais ou empresas, com infraestrutura tecnológica e de negócios e modalidades flexíveis de contratação e uso, visando o estímulo à inovação aberta e colaborativa, ao fomento da interação entre profissionais de diversas especialidades e competências e o compartilhamento informal de conhecimento” (SETEC, 2021, p. 2).

⁸² “[...] são espaços físicos criados para promover o encontro entre os agentes, resultando assim na geração de novos negócios” (SETEC, 2021, p. 2).

⁸³ “[...] complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial [...]” (SETEC, 2021, p. 2).

⁸⁴ “[...] são laboratórios ou oficinas de uso compartilhado e aberto a múltiplos públicos, equipados com ferramentas de fabricação digital e prototipação rápida” (SETEC, 2021, p. 3).

enquadre ao processo produtivo que procura gerar crescimento econômico sem emprego – ou pior, com desemprego, fortalecendo a ideia de se desenvolver ações individuais para a produção da própria existência, em uma combinação estranha de detentor da força de trabalho e dos meios de produção.

Como o empreendedorismo e a inovação são um dos pilares do tripé de sustentação da EPT às próprias instituições, os IFs precisam se adequar ao formato de instituições empreendedoras, para que, em uma relação híbrida com o mercado, possam produzir seu próprio financiamento, não em uma perspectiva criativa, mas em uma determinação global de que recursos públicos investidos em conhecimento científico e tecnológico devam retornar à sociedade por intermédio das empresas, como mercadorias a serem consumidas.

Esse modelo de instituição empreendedora foi formatado nos IFs a partir de um modelo indutor inspirado ou adequado das chamadas universidades empreendedoras ou universidades de empresas que se espalharam pelo mundo. Assim, em 2016, foi desenvolvido o Programa de Gestão de PD&I, Extensão Tecnológica do Empreendedorismo Inovador (Programa de Gestão), o qual induz um modelo para gerir as diferentes ações de PD&I e empreendedorismo inovador já em desenvolvimento na RFEPCT. Tal modelo foi sendo reproduzido em cada IF, conforme o nível de desenvolvimento dessas atividades. Na próxima subseção, abordaremos esse modelo de gestão.

4.2.2 O Programa de Gestão de PD&I, extensão tecnológica do empreendedorismo inovador

Esta subseção decorre da análise do documento intitulado “Manual de Parcerias – Mecanismos e Instrumentos para a Dinamização de *Habitats* e Ecossistemas de Empreendedorismo e Inovação na RFEPCT – 2ª Edição”. Esse documento descreve um modelo de indução à PD&I, à extensão tecnológica e ao empreendedorismo inovador por meio de práticas gerenciais, estruturas e processos.

O Modelo Indutor pode ser compreendido como um programa que busca consolidar as atividades de gestão de projetos de PD&I, extensão tecnológica e empreendedorismo inovador com foco na solução de problemas reais do setor produtivo e da sociedade civil por

meio do incremento de práticas, ferramentas e expertises nas unidades da Rede Federal (LIRA, 2019, n.p).

Ao promover e acompanhar as iniciativas de fortalecimento da cultura do empreendedorismo e de apoio à inovação, foi desenvolvido um programa de indução a práticas gerenciais, de estruturação de ambientes, de diretrizes e de capacitação e incorporação de gestão (MEC; SETEC, 2016).

O Programa de Gestão parte da ideia de que os *campus* dos IFs já desempenham um importante papel na disseminação de conhecimentos para o aumento da competitividade da economia nacional por meio da estruturação de ambientes voltados às demandas dos encadeamentos produtivos. Destacam-se os NITs⁸⁵, hotéis de projetos e incubadoras tecnológicas⁸⁶, laboratórios tecnológicos e os polos de inovação⁸⁷ (MEC; SETEC, 2016).

Coube, então, criar um modelo de gestão desses ambientes, da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica. Essa gestão deveria adequar os IFs e as demais instituições da RFEPCT à política de incentivo à inovação nas empresas e seu marco legal alterado em 2016, pela Lei n. 13.243/2016, regulamentada, posteriormente, pelo Decreto n. 9283/2018. Nesse sentido, as instituições públicas deveriam adequar um modelo de gestão que viabilizasse a captação de recursos junto ao setor privado e, como contrapartida, produzir conhecimento científico e tecnológico que pudesse ser transformado em produto, processo ou serviço capaz de ser inserido como uma inovação no mercado.

Em uma perspectiva de instituição empreendedora, a gestão se orienta à proteção de resultados de pesquisa aplicada e a transferência destes para empresas existentes ou para criar uma nova empresa, bem como ao estímulo do empreendedorismo por meio da incubação e aceleração de empreendimentos e desenvolvimento de eventos e ações de empreendedorismo. Outra designação da gestão é o relacionamento universidade-empresa como parcerias para projetos de PD&I e extensão, pesquisa contratada, uso de infraestrutura de pesquisa, consultorias para empresas e soluções demandadas por parceiros (TOLEDO, 2015).

⁸⁵ Atuam na gestão de sistema de *habitats* de inovação, Gestão da Propriedade Intelectual (PI) e da Transferência de Tecnologia (TT), gestão sistêmica de serviços técnicos e tecnológicos e oferta de programas de sensibilização e de capacitação para o empreendedorismo e a inovação.

⁸⁶ Prestam assistência técnica, tecnológica, gerencial, comercial e em captação de recursos aos empreendimentos apoiados.

⁸⁷ Promovem cooperação com empresas em projetos de PD&I voltados às tecnologias em fase pré-competitiva (MEC; SETEC, 2016).

Dessa forma, o Programa de Gestão propõe para os IFs um modelo de estruturação e gestão de “*habitats* de empreendedorismo e inovação” (MEC; SETEC, 2016, p. 13), os quais se constituem sob a forma dos NITs ou agência de inovação, responsáveis pela gestão das ações de inovação e empreendedorismo; de incubadora de empresas e hotel de projetos; de empresas juniores⁸⁸ que atuam na transformação de projetos desenvolvidos em empresas (*spin-off*, *spin-in*, *spin-out* e *startup*)⁸⁹ e de Polos de Inovação. Essa gestão e a estruturação desses ambientes devem ser feitas em parceria com instituições privadas e públicas.

O objetivo do Programa é promover a estruturação e a consolidação das atividades de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de apoio ao empreendedorismo e à inovação por meio da oferta de instrumentos facilitadores de parcerias com entes demandantes da sociedade (MEC; SETEC, 2016, p. 6).

O Programa de Gestão foi idealizado para promover o desenvolvimento da pesquisa aplicada e extensão tecnológica por meio de parcerias com empresas. Essa indução ao modelo de instituição empreendedora omite a falta de investimentos em pesquisa e tecnologia ao mesmo tempo em que procura estruturar um modelo que se ajuste ao sistema produtivo capitalista. Tal sistema de valorização do capital tem como pressuposto que a ciência e a tecnologia chegam à sociedade como mercadoria por intermédio da empresa.

Especificamente, o Programa de Indução objetiva fortalecer no IF o desenvolvimento de projetos de PD&I e de extensão tecnológica com foco na solução de problemas reais da sociedade e dos setores econômicos; capacitar pessoal por meio de projetos de PD&I e de extensão tecnológica; consolidar a oferta de serviços tecnológicos e de apoio ao empreendedorismo e à inovação; estimular a formação de redes de cooperação *intercampi* entre as instituições da rede e delas com outras ICT e entidades dos setores econômicos e da sociedade; estimular o empreendedorismo

⁸⁸ Oferecem serviços de consultoria e prestação de serviços de assistência técnica e extensão na sua área de competência; organização de eventos, missões e treinamentos para os associados e a comunidade estudantil em geral.

⁸⁹ *Spin-off*: nova empresa que nasceu a partir de um grupo de pesquisa e desenvolvimento de uma empresa, universidade ou centro de pesquisa público ou privado. *Spin-in*: empresa *spin-off* iniciada com capital semente investido por empresa mãe. *Spin-out*: empresa *spin-off* iniciada a partir da reestruturação de uma empresa maior. *Startup*: iniciação de empresa geralmente ligada à base tecnológica.

inovador por meio da oferta de *habitats* institucionais que facilitem a criação de novos negócios de base tecnológica, social e cultural (MEC; SETEC, 2016).

Essa gestão empreendedora implica a prospecção, a captação, a negociação e a contratação de projetos de PD&I, de extensão tecnológica e de oferta de ambientes de empreendedorismo inovador. O modelo de gestão idealizado para os IFs é sistematizado na Figura 2:

Figura 2: Sistematização do Programa de Gestão de PD&I e empreendedorismo inovador



Fonte: MEC; SETEC (2016).

A Figura 2 mostra um sistema que articula os IFs, por meio dos *habitats* de empreendedorismo e inovação, dos servidores e dos alunos às demandas do setor produtivo, na busca por financiamento, tanto dos próprios demandantes quanto de agências de fomento e fundações, com o objetivo de promover, via PD&I e extensão tecnológica, o desenvolvimento de produtos, processos e serviços, a criação de novos negócios, assistência técnica e tecnológica e formação qualificada.

Ao considerar o sistema proposto na figura, estreitamente vinculado à valorização do capital, podemos entender a formação qualificada como o domínio dos

fundamentos científicos e tecnológicos referentes à produção, bem como de planejamento e gestão de novos negócios. “[...] se a acumulação de conhecimento tem um papel cada vez maior na produção, a ciência será cada vez mais estritamente submetida às exigências da valorização do capital” (LAVAL, 2019, p. 56).

O Programa de Gestão preconiza, também, que os projetos de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de *habitats* de empreendedorismo sejam voltados às demandas locais e regionais, as quais devem vir do setor produtivo em uma perspectiva de que, incentivadas por políticas públicas, empresas privadas e públicas, as demandas de ciência e tecnologia sejam atendidas pelos IFs. Cabe à instituição prospectar e captar essas necessidades da sociedade, ou seja, captar essa parceira demandante e que financie suas ações.

Esse empreendedorismo institucional tem seu substrato teórico na TCH, além da ideia de que o conhecimento científico e tecnológico é um bem privado que proporciona retorno ao indivíduo que o detém. Com a relação cada vez mais próxima entre instituições públicas e os setores produtivos, a produção e a socialização do conhecimento se tornaram uma atividade mercantil, por meio da apropriação de patentes e direitos autorais.

Tal modelo de gestão da pesquisa aplicada e da extensão, com base em PD&I e patentes apresentados aos IFs, mimetiza modelos de países do centro do capital, como do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e da Universidade de Oxford. O MIT tem dois órgãos responsáveis pelas atividades de Gestão da Inovação: o Centro Deshpande de Inovação Tecnológica, que tem como principais objetivos aumentar o impacto das tecnologias do MIT no mercado e assegurar que as boas ideias se transformem em empreendimento, e o Escritório de Licenciamento de Tecnologia (TLO), para transferir os resultados da pesquisa do MIT à sociedade, por meio de licenciamento. Na Universidade de Oxford, a gestão das atividades de

Propriedade Intelectual⁹⁰ (PI), Transferência de Tecnologia⁹¹ (TT) e Empreendedorismo conta com a *ISIS Innovation Limited*, criada em 1988, como uma empresa de propriedade da Universidade (LIRA, 2019).

No Brasil, a estrutura responsável pela gestão da inovação e do empreendedorismo nas ICTs, conforme a Lei n. 13.243/2016, é o NIT. No entanto, esse órgão pode ter personalidade jurídica própria. Segundo dados abertos do Formcit⁹², todos os IFs têm NITs ligados à sua respectiva reitoria. Alguns IFs criaram suas agências de inovação para a gestão das ações de inovação e empreendedorismo, mas também todas vinculadas à reitoria; nesses casos, o NIT faz parte dessa estrutura. A gestão de recursos financeiros e econômicos é feita por intermédio de Fundações de Apoio, que devem ser criadas pelas instituições ou contratadas de outras instituições da RFEPCT.

Nesse sentido, o Programa de Gestão visa a desenvolver nos NIT e/ou agências de inovação elementos para a gestão de projetos, gestão de prospecção e comunicação, gestão de PI e TT, gestão de contratos e convênios, gestão de desenvolvimento de negócios e gestão de formação de pessoas, que citamos na sequência. Apesar da extensa citação, ela nos oferece uma boa visão da perspectiva empreendedora de gestão da pesquisa, extensão e ensino nos IFs.

- Gestão de Projetos: compreende atribuições de cadastro de documentações técnicas, acompanhamento de entregáveis,

⁹⁰ Segundo definição da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), a Propriedade Intelectual está dividida em duas categorias: 1. Propriedade Industrial, que inclui as patentes de invenções e modelos de utilidade, marcas, desenhos industriais, indicação geográfica; e 2. Direitos Autorais, que abrangem trabalhos literários (como novelas, poemas e peças), filmes, músicas, trabalhos artísticos (por exemplo, desenhos, pinturas, fotografias e esculturas), programas de computador e obras arquitetônicas, além de direitos conexos como os pertinentes aos intérpretes e fonogramas, dentre outros. Essas figuras jurídicas intermediárias entre a Propriedade Industrial e o Direito Autoral são denominadas “híbridos jurídicos” e estão classificadas na categoria 3. *Sui Generis*, como é o caso das Cultivares, Topografia de Circuito Integrado e o Conhecimento Tradicional (AGIFES, 2021). Disponível em: <https://agifes.ifes.edu.br/propriedade-intelectual/>. Acesso em: jul. 2021.

⁹¹ As modalidades mais comuns são: **licença** – a autorização do uso da tecnologia para uma pessoa ou empresa por determinado prazo, mediante retribuição financeira ou de forma gratuita. A propriedade da criação se mantém com o titular; **cessão** – visa à transferência total da titularidade para o contratante, de forma definitiva. Os contratos de TT podem ser de: licença para exploração de patente e desenho industrial; licença para o uso de marca; fornecimento de tecnologia; serviços de assistência técnica e científica e franquia. A cessão pode ser de patente, desenho industrial e marca (AGIFES, 2021).

⁹² Formulário eletrônico para que as ICTs prestem informações anuais ao MCTI relativas a diversos aspectos da gestão da propriedade intelectual no âmbito de tais instituições. Com base nos dados fornecidos, a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação prepara um relatório cujo objetivo é apresentar os dados consolidados sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICTs do Brasil.

relacionamento com empresas, uso do Sistema de Gestão e Controle de Projetos e Bolsas;

- Gestão de Prospecção e Comunicação: compreende atribuições de captação de novos projetos, divulgação de competências do IF e organização de eventos voltados para inovação.
- Gestão de PI e TT: compreende atribuições de negociação e gerenciamento das PIs e dos licenciamentos oriundos dos projetos em parceria.
- Gestão de Contratos e Convênios: compreende atribuições de organização e acompanhamento da execução dos contratos e convênios.
- Gestão de Desenvolvimento de novos negócios: compreende atribuições de promoção e suporte à criação de novos negócios originados dos projetos em parcerias.
- Gestão de Formação de Pessoas: compreende atribuições de organização das ações de integração das atividades de PD&I, de extensão tecnológica e de habitats de empreendedorismo e inovação com o ensino, a pesquisa e a extensão das instituições da Rede, além de promoção do treinamento específico para as atividades relacionadas à inovação (MEC; SETEC, 2016, p. 32).

É um modelo de gestão voltado à prospecção e captação de recursos para financiar os projetos de pesquisa, a comercialização de serviços técnicos e tecnológicos por meio de laboratórios e a proteção e licenciamento de produtos, processos e serviços desenvolvidos. A pesquisa é realizada por demanda empresarial; os ambientes de empreendedorismo e inovação dão suporte ao desenvolvimento de novos negócios em parceria ou com investimento do mercado. Nessa interação entre uma instituição empreendedora, em parceria com empresas e agências ligadas ao setor, forma-se um sujeito empresarial.

Ao adotar esse modelo empreendedor, os IFs são induzidos a levar seus professores e alunos a adotar projetos de pesquisa em interação com a extensão e o ensino que visem a ofertar conhecimento científico e tecnológico voltado ao registro de patentes. Espera-se, portanto, que os IFs passem a funcionar sob um novo padrão: como instituição a serviço do interesse privado na produção e socialização do conhecimento científico e tecnológico, tendo como justificativa o financiamento privado da pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e do empreendedorismo inovador.

O programa apresenta como principais fontes de financiamento para os projetos pesquisa o apoio a negócios de base tecnológica, os editais e chamadas públicas lançados por órgãos governamentais, como CNPq, a própria SETEC, dentre outros, pelas agências de fomento e pelas fundações de apoio. As empresas

demandantes também são citadas como fonte de financiamento, principalmente, nos próprios editais que exigem contrapartida destas ou por investimento direto, por intermédio das fundações de apoio (MEC; SETEC, 2016).

Esse financiamento privado da pesquisa e apoio ao desenvolvimento de negócios, sob demanda empresarial, muitas vezes, é captado pela empresa por meio de leis de incentivo à inovação. Portanto, mesmo que o investimento privado feito pelas empresas, em boa parte, venha de fundos públicos, demonstra-se a estratégia de captação de recursos a ser planejada pelos IFs.

[...] estratégias de captação de recursos para o financiamento dos projetos em negociação, preferencialmente setorializadas pela utilização de incentivos fiscais, tais como Lei de Informática, Lei do Bem e/ou incentivos de Fundos Setoriais, ou mais amplos, como os que oferecem recursos por meio de editais de agências governamentais; detalhamento da política de propriedade intelectual a ser utilizada nas negociações com as empresas; [...] (MEC; SETEC, 2016, p. 33).

O Brasil não apresenta um histórico de investimento privado em ciência e tecnologia, em especial, para investimento em pesquisa e desenvolvimento nas ICTs. O Estado, por meio de leis de incentivo, repassa dinheiro às empresas e esses recursos são destinados à pesquisa e extensão nas instituições. A perspectiva da relação ensino-pesquisa-extensão se torna menor diante da tríade instituição-empresa-Estado, que gera o empreendedorismo (NEDER; MORAES, 2017).

O modelo do Programa de Gestão foi previsto para adequar as ações de PD&I e empreendedorismo inovador respeitando o nível de desenvolvimento de cada IF. Nesse sentido, ele funcionou como um indutor de ações que foram se desenvolvendo nos IFs, conforme suas potencialidades, e se adequassem a um modelo de gestão que permitiu acessar editais de fomento e captar recursos junto às empresas para desenvolver PD&I, extensão tecnológica e desenvolvimento de novos negócios, bem como estruturar seus ambientes de inovação e empreendedorismo.

Sobre a estruturação de ambientes de inovação e empreendedorismo, em um levantamento realizado nas páginas oficiais dos IFs na internet, mostrou-se que todos os 38 IFs têm um órgão de gestão da inovação e empreendedorismo, seja ele NIT, seja uma agência de inovação. As incubadoras de empresas constituem outro ambiente difundido por todos os IFs; aliás, em alguns IFs, elas funcionam integradas, tendo uma incubadora central e núcleos de incubação em alguns *campus*; em outros

IFs, as incubadoras são independentes abertas e geridas nos *campus*. Outra forma de incubação apresentada é a utilização em parceria com incubadoras atuantes na região do *campus*, incubadoras municipais ou ligadas a órgãos setoriais.

A plataforma Nilo Peçanha⁹³ traz os dados referentes à PI dos IFs no ano de 2017. Esse é o único ano em que esses dados foram divulgados – os dados referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020 sobre PI não foram divulgados. Nesse ano, foram recebidas nos NITs de 31 IFs diferentes 303 invenções, realizados 8 contratos de TT em três IFs. Uma dessas instituições que realizou 4 contratos obteve recursos no valor de R\$ 990.358,00. No ano de 2017, essa instituição percebeu um valor de R\$ 15.000,00 com TT. Somente mais um IF recebeu recursos oriundos de TT naquele ano e foi no valor de R\$ 6.904,31; assim, os IFs perceberam, em 2017, um valor de R\$ 21.904,31 em TT (MEC, 2018).

Os dados nos mostram um número considerável de invenções recebidas nos NITs e um número elevado de IFs, o que evidencia que as ações estratégicas que foram desenvolvidas a partir dos editais de fomento MEC/SETEC/CNPq n. 94/2013 e 17/2014 estão se desenvolvendo. No entanto, deixam explícito que o financiamento por TT nos IFs não se sustenta, mas atua apenas como justificativa para um modelo de gestão que oculte a grave crise de investimento público em ciência e tecnologia.

Esse modelo de hibridação institucional é disseminado por OIs, como a OCDE e o BM, que atuam direcionando políticas para o desenvolvimento econômico. Segundo Laval (2019, p. 61): “a OCDE, em nome da inovação schumpeteriana” para o crescimento econômico, convida os Estados a eliminar qualquer obstáculo à cooperação entre universidades e empresas para favorecer a inovação”.

Se, em países centrais do capitalismo, o investimento privado em ciência e tecnologia realizada nas universidades e nos institutos de pesquisa é importante, uma vez que o patenteamento se torna uma importante fonte de lucros para as empresas, em países periféricos, como o Brasil, a propensão a inovar e a realizar pesquisa científica e tecnológica das empresas é muito mais baixa. A nossa condição geopolítica faz com que praticamente tudo o que aqui se produz já exista antes nos países avançados e que, portanto, prescindamos de pesquisa original que gere ruptura em termo de inovação (DAGNINO, 2017).

⁹³ A Plataforma Nilo Peçanha é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da RFEPCT (MEC, 2021).

Países como o Brasil se tornam importadores e adaptadores de tecnologias, tanto nas filiais de empresas multinacionais quanto em parcerias com instituições públicas de ciência e tecnologia, gerando, com essa inovação incremental, a valorização do capital. O desenvolvimento científico e tecnológico ocorre, predominantemente, em países do centro do capital, realizado por grandes empresas sob forte financiamento público como estratégia política e científica de controle do mercado cada vez mais globalizado (RAMOS JUNIOR *et al.*, 2018). São essas ações estratégicas com orçamentos bilionários “[...] e não os pequenos projetos de pesquisa atualmente desenvolvidos nas universidades brasileiras – que definem os rumos do desenvolvimento científico e tecnológico no mundo” (RAMOS JUNIOR *et al.*, 2018, p. 1121).

O que apresenta o Programa de Gestão para os IFs, sob o véu do empreendedorismo schumpeteriano, é, na verdade, a gestão empreendedora, o *management*, que tem, em Drucker, um dos expoentes. Segundo ele, a verdadeira fonte do progresso é a gestão empresarial; esta é a grande invenção que transformou a economia e a sociedade norte-americana, que tem como norma perpétua a mudança. Cita, como exemplo, a própria universidade. Se Humbolt, em 1809, inovou ao conceber e criar a Universidade de Berlim, depois da Segunda Guerra Mundial, uma nova geração de empreendedores americanos inovou novamente com a construção de universidades privadas (DRUCKER, 1987). “A maioria dessas escolas parece pouco diferente das antigas instituições em termos de currículo. Porém, elas foram estruturadas deliberadamente para um mercado novo e diferente [...]” (DRUCKER, 1987, p. 31).

Nessa perspectiva gerencial, a figura do empreendedor inovador desenhada por Schumpeter ganha um caráter apologético; torna-se um dos elementos do discurso gerencial. “A nova gestão de empreendedores, tal como define Drucker, pretende espalhar e sistematizar o espírito de empreendimento em todos os domínios da ação coletiva, em particular no serviço público, fazendo da inovação o princípio universal de organização” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 154).

O próprio Schumpeter previu o declínio da função do empreendedor inovador, como ele a concebeu, na condição de um empresário que revoluciona o padrão de produção explorando, no seu meio, uma possibilidade ainda não tentada. Esse declínio era decorrente da rotina que a inovação estava se tornando. “O progresso tecnológico está se transformando em assunto de equipes de especialistas treinados

que criam o que lhes é pedido e fazem-no funcionar de maneira previsível” (SCHUMPETER, 1984, p. 174).

Portanto, o Programa de Gestão induz aos IFs o modelo de instituição empreendedora, ao construir uma organização para que a instituição se adapte ao modo de produção capitalista e omite duas questões importantes: a produção do conhecimento científico e tecnológico como bem público em instituições públicas necessita de financiamento público para que possa ser socializado de forma igualitária (AZEVEDO, 2021); e o conhecimento científico e tecnológico chega à sociedade por meio das pessoas, e não das empresas na forma de produtos ou processos que proporcionem o lucro.

Com esse modelo de gestão globalmente difundido de instituição empreendedora e que atua sob a ótica do capital, os IFs formam um contingente de alunos para que empreendam. Ao mesmo tempo, amplia-se o acesso ao conhecimento científico e tecnológico a muitos sujeitos reproduzindo a ótica de que esse conhecimento somente se valorizará se for utilizado na forma de uma empresa, mesmo que seja pessoal, ou comercializado para uma empresa que o transformará em produto ou processo. Como aponta Dagnino (2017), forma pessoas para que se insiram em uma economia de crescimento sem emprego.

4.3 A IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO ASSOCIADA À DOCTRINA DA INOVAÇÃO NOS IFs

Desde os movimentos iniciais de estruturação dos IFs pela SETEC, organizados por meio do TAM, evidenciou-se que empreendedorismo e inovação se desenvolveriam essencialmente ligados, em uma perspectiva de atender aos objetivos e finalidades expressos na Lei n. 11.892/2008, principalmente em relação ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo, investigativo e de extensão de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais.

Dessa forma, os IFs atuam em relação direta com a política de Estado construída para estimular a inovação nas empresas, tendo como justificativa o estímulo ao desenvolvimento científico, tecnológico e econômico. Essa política tinha como metodologia a parceria entre as ICTs e as empresas e, como princípios, o estímulo à inovação nas empresas, a instalação de ambientes de inovação e

empreendedorismo e a promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional.

Essa relação entre os IFs e a política de inovação voltada às empresas foi determinada na meta 16 do TAM, a qual definiu que cada instituição da RFEPECT deveria instituir um órgão interno responsável pela gestão da política de inovação e empreendedorismo. A Lei n. 10.973/2004 definia que essa estrutura deveria ser o NIT e que todas as ICTs teriam esse órgão de gestão específico para o desenvolvimento da ciência e tecnologia voltado à inovação empresarial. Esse movimento inicial aproxima, decisivamente, a produção científica e tecnológica, a extensão e as relações com o ensino e a PD&I, no sentido de que o conhecimento produzido deve ser dirigido aos setores industriais e empresariais.

Os arcabouços jurídico-normativos que compõem os instrumentos legais da política de ciência, tecnologia e inovação aqui abordados e que dão amparo à política de inovação para as empresas, a fim de melhorar sua competitividade e aumentar seus lucros, orientam e definem as políticas de produção e socialização do conhecimento científico e tecnológico nos IFs por meio das ações estratégicas da SETEC.

Esse é um modelo de política que vem ganhando espaço nas últimas décadas. Dagnino (2017, p. 11) chama de “dinâmica tecnocientífica global”, um modelo de política com base na economia do conhecimento. Para a ótica do capital, o conhecimento científico e tecnológico se torna uma importante fonte de receita que se transforma em lucro, à medida que possa ser aplicado como inovação. É por isso que, há um bom tempo e, em todo o mundo, o capital, representado, principalmente, pelo setor empresarial, concorda que uma parte dos impostos seja encaminhada às atividades de PD&I e empreendedorismo.

Pela ótica do capital, a inovação de processos aumenta a produtividade do trabalho e gera a diminuição da necessidade de trabalho vivo, transformando o custo da força de trabalho em lucro e melhorando sua competitividade. Pela inovação de produtos ou serviços, a diferenciação no mercado se torna uma importante fonte de lucro.

Em países do centro do capital, como o bloco europeu, essa é uma política altamente estimulada e constituída de forma estratégica para o desenvolvimento do

bloco. A Estratégia Europa 2020⁹⁴ desenvolvida para a superação da crise de 2008 tem como prioridade o “crescimento inteligente – uma economia baseada no conhecimento e na inovação” (COMISSÃO EUROPEIA, 2010, p. 14).

Um crescimento inteligente significa reforçar o conhecimento e a inovação, enquanto fatores determinantes do nosso crescimento futuro. Para tal é necessário melhorar a qualidade do nosso ensino, reforçar o desempenho da nossa investigação, promover a inovação e a transferência de conhecimentos em toda a União, tirar plenamente partido das tecnologias da informação e da comunicação e assegurar a transformação das ideias inovadoras em novos produtos e serviços que criam crescimento e emprego de qualidade e que ajudam a enfrentar os desafios sociais que se colocam a nível europeu e mundial. Contudo, para termos êxito, tudo isto deverá ser conjugado com o empreendedorismo e o apoio financeiro, tendo em conta as necessidades dos utilizadores e as oportunidades do mercado (COMISSÃO EUROPEIA, 2010, p. 14).

Conforme aponta Azevedo (2014), a Estratégia Europa 2020 parece manter a inspiração em Schumpeter e, na referência à teoria do capital humano, já apresentada na Estratégia Lisboa 2010, o bloco europeu se desenvolveu para a década anterior. Para a década que viria, a Comunidade Europeia propõe um aumento na capacidade de PD&I combinado a uma utilização mais eficiente dos recursos, o que aumentaria a capacidade competitiva empresarial e promoveria um maior número de empregos.

Outro exemplo é o da Indústria 4.0, que é um conjunto de propostas de desenvolvimento de tecnologias de produção como parte de uma política econômica, científica e tecnológica de reação diante da redução da participação da indústria manufatureira no PIB da Alemanha. A ideia está alicerçada no desenvolvimento de estratégias para competir globalmente por meio da combinação entre conhecimento avançado em manufatura e uso de tecnologias de informação. Ademais, tem como objetivo a criação de fábricas inteligentes para fazer frente ao processo denominado Manufatura Avançada nos Estados Unidos (PINTO, 2020).

⁹⁴ A Estratégia de Lisboa 2010 é uma agenda estratégica acordada pelo Conselho Europeu, em 2000, para a promoção de políticas regionais na Europa para a década compreendida entre os anos de 2000 e 2010. A Estratégia Europa 2020 substitui a primeira como uma agenda de desenvolvimento para o continente europeu, produzida sob a grande recessão causada pela crise dos *subprimes* (créditos com garantias menos seguras). O documento apresenta como prioridade o crescimento inteligente, reforçando a ideia de que a Europa seja uma economia baseada no conhecimento, consignada no subitem “Crescimento inteligente – uma economia baseada no conhecimento e na inovação” (COMISSÃO EUROPEIA, 2010).

Sem superar o pressuposto do capital de que a tecnologia tem como única maneira de chegar à sociedade pela empresa, portanto, na competitividade do mercado, os dois exemplos apresentados mostram que, em países do centro do capital, a questão da inovação e do empreendedorismo faz parte de estratégias econômicas e científico-tecnológicas conjuntas no sentido de manter ou ganhar espaço na geopolítica global, sendo o fruto de um investimento em conhecimento científico à altura da disputa.

A maximização dos lucros em países centrais passou a depender, cada vez mais, das atividades de C&T financiadas pelo Estado e, principalmente, da formação de pessoal capacitado a realizar pesquisa nas empresas, ao resultar no aumento da produtividade do trabalho proporcionado pela inovação (DAGNINO, 2017).

Após o abandono do modelo nacional-desenvolvimentista da industrialização por substituição de importações (DAGNINO, 2017), a política de ciência e inovação constituída no Brasil, procurando imitar o modelo dos países do centro do capital ideologicamente apresentado como universal, constitui-se por buscar sua demanda na empresa. Entretanto, de forma isolada e não estrategicamente articulada em suas bases econômicas, científicas e tecnológicas, como o caso da Alemanha, na Indústria 4.0. Assim, encontra um setor empresarial com propensão a inovar muito baixa, seja pela posição geopolítica em um mundo globalizado, onde países periféricos consomem tecnologia produzida em países centrais, seja pela crescente oligopolização em uma sociedade neoliberal, seja pela falta de estratégias políticas, econômicas e científicas de longo prazo.

No Brasil, recentemente, a política de inovação ganha ares doutrinários, uma vez que a política econômica, para manter e elevar a taxa dos lucros dos empresários, apostou na alteração da legislação trabalhista e na reforma da previdência com o consequente aumento da idade de aposentadoria. No caso da legislação trabalhista, com a Lei n. 13.429/2017, ampliou-se a possibilidade de terceirização, do trabalho autônomo, da jornada por tempo parcial, do contrato por tempo determinado e do trabalho intermitente, todas possibilidades de vínculos formais. Se considerarmos os trabalhos informais, precarizados, colocados sob o véu do empreendedorismo, vemos se formar no horizonte a tempestade perfeita para os trabalhadores.

Nesse cenário, a política de ciência, tecnologia e inovação, normatizada pelo marco legal da inovação – Lei n. 10.973/2004 e Decreto n. 5.563/2005, alterados pela Lei n. 13.243/2016 e Decreto n. 9.285/2018 –, propõe uma política de relação

ICT/empresa referenciada por Organizações Internacionais (OIs), com a constituição de ambientes propícios à inovação e ao empreendedorismo que articulam as empresas, os diferentes níveis de governo, as ICTs, as agências de fomento ou as organizações da sociedade civil.

Azevedo (2021b), ao tratar das quatro gerações de reformas da Educação Superior no Brasil, no período de 1990 a 2020⁹⁵, aponta que abordar esse tema é se ocupar em investigar políticas governamentais e de Estado que, desde os anos de 1990, têm como regra a referência em teorias de corte neoliberal que menosprezam o papel das instituições públicas e recomendam soluções de mercado como alocador de recursos. Os IFs são criados no bojo dessas reformas que se sucedem e se retroalimentam em um momento de transição da segunda para a terceira geração de reformas, com o objetivo de expandir o ensino profissional e tecnológico.

A política de indução ao empreendedorismo inovador se efetiva sob a influência da 3ª geração de reformas pautadas na internacionalização ou transnacionalização⁹⁶. O poder de um país se revela na capacidade de produzir conhecimento e transformá-lo em produtos e processos de trabalho, bem como educar com qualidade seus cidadãos. Nesse sentido, atores políticos com capacidade global de atuação, como as OIs, oligopólios transnacionais e Estados hegemônicos, colocam a produção de conhecimento científico e tecnológico no centro da disputa de poder mundial. Os países centrais produzem e comercializam a tecnologia, enquanto os países periféricos assumem o papel de consumidores e reprodutores na geopolítica mundial (AZEVEDO, 2021b).

Os IFs, por indução das ações da SETEC, passam a reproduzir essa política de incentivo ao empreendedorismo inovador pautada na oferta de conhecimento científico e tecnológico voltado ao desenvolvimento de produtos e processos inovativos, bem como de serviços tecnológicos às empresas, ao assumir o pressuposto de que é por meio dessa política que o conhecimento chega à sociedade.

⁹⁵ 1ª Geração de Reformas: transformação da universidade institucional em universidade operacional (1990-1998); 2ª Geração de Reformas: ajuste organizacional da universidade (1998-2006); 3ª Geração de Reformas: internacionalização e transnacionalização da educação superior (2007-2012); 4ª Geração de Reformas: *benchmarking* e universidade de plataforma (a partir de 2012) (AZEVEDO, 2021b).

⁹⁶ “De maneira sintética, para distingui-las, deve-se observar que a internacionalização da educação superior pressupõe a solidariedade, a interculturalidade e o respeito mútuo; já a transnacionalização denota a mercadorização da educação, a transformação de um direito social em um serviço provisionado e regulado pelo mercado [...]” (AZEVEDO, 2021b, p. 12).

Dentre as ações ditas estratégicas da SETEC para o desenvolvimento da política de inovação e empreendedorismo, destacamos: a captação junto ao CNPq de fomento para PD&I e extensão tecnológica; a formação de servidores em países e instituições onde o modelo de instituição empreendedora está consolidado; a criação e o desenvolvimento dos ambientes de inovação e empreendedorismo nos IFs, com ênfase para os polos de inovação credenciados pela Embrapii, uma OS que faz a relação e gestão da pesquisa aplicada, da extensão e da formação dos alunos sob a demanda empresarial; os editais que fazem a relação da pesquisa e extensão com o ensino, como o programa de atividades extracurriculares denominado Oficinas 4.0 e o de empreendedorismo inovador na Economia 4.0.

Os Editais de Chamadas Públicas n. 94/2013 e n. 17/2014 fomentaram e indicaram um modelo à pesquisa aplicada e à extensão; estas deveriam ser efetivadas pelo modelo de PD&I e pelo repasse de soluções tecnológicas ao setor produtivo. Nesse sentido, a empresa demandaria o projeto de pesquisa e desenvolvimento ou extensão e colabora com parte do financiamento, no caso dessas chamadas, 10% do valor do projeto.

Como demonstrado anteriormente, devido à condição do nosso país no cenário global, o empresariado não tem uma propensão significativa para inovar; assim, os IFs e, principalmente, os pesquisadores assumem uma nova função: prospectar e captar empresas demandantes e recursos para desenvolver seus projetos. A título de exemplo, o relatório da fase 3 da Chamada n. 94/2013 expõe que a iniciativa e a busca pelo parceiro demandante em 87,3% dos casos foram do professor/pesquisador; em 2,1%, do gestor da instituição; e, em um pouco mais de 10% dos casos, a iniciativa partiu do parceiro demandante (SETEC, 2016).

Uma vez que esses foram os dois últimos editais que disponibilizaram recursos de fomento em valores consideráveis para os padrões nacionais e com a diminuição dos investimentos em ciência e tecnologia, a tendência é que o modelo de captação de parceiros e recursos no mercado se intensifique, ou seja, que a pesquisa aplicada vire sinônimo de PD&I e que a extensão se torne prestação de serviços tecnológicos às empresas como uma forma de financiamento institucional. Assim, os IFs, mesmo como instituições públicas, aproximam-se do modelo de instituição empreendedora em uma perspectiva híbrida de gestão, por meio da qual as OIs induzem os Estados a eliminar obstáculos à cooperação entre ICTs e empresas com a justificativa da inovação.

Um fato importante evidenciado por Dagnino (2017, p. 15), que pode ser ampliado aos IFs, é a incorporação pelos professores/pesquisadores desse discurso de base neoliberal,

[...] adotando mantras da moda como universidade de classe mundial, pesquisa competitiva, empreendedorismo acadêmico, startups, a comunidade de pesquisa passou a pregar que nosso tecido empresarial passasse a ser inovador. Não que inexistissem anseios de desenvolvimento, autonomia etc. Mas há que reconhecer que, embora louváveis, eles se encontram cada vez mais fora de tempo, de lugar e de contexto socioeconômico e político.

A política desenvolvida pela SETEC deu uma importante atenção à formação dos professores, principalmente no período compreendido entre os anos de 2014 e 2018, conforme apresentado na seção 4.2.2.1, em especial, as ações em parceria com instituições do exterior que atuam na perspectiva empreendedora, tanto na formação para o ensino quanto para a pesquisa e gestão. Um dos exemplos é o Programa Professores para o Futuro, realizado em parceria com três instituições finlandesas: *Hämk University of Applied Sciences*, *Tampere University of Applied Sciences* e *Haaga-Helia University of Applied Sciences*.

[...] o Programa Professores para o Futuro vem ao encontro das necessidades de capacitações que visam preparar professores nas mais modernas práticas pedagógicas; preparar profissionais especialistas em pesquisa aplicada, direcionada para as demandas de mercado, articulada com parceiros externos; preparar docentes para o mundo globalizado moderno por meio da experiência internacional e capacitar multiplicadores aptos a compartilhar os conhecimentos adquiridos (SETEC; NEPI, 2015, n.p).

A intenção era implantar um modelo de educação profissional em relação direta com o mercado. Taticamente, buscou-se importar um modelo de um país em condições socioeconômicas completamente diferentes do nosso, por meio da preparação de docentes para esse mundo “moderno” e transformá-los em formadores dos seus pares.

Em notícia publicada pelo MEC, em seu sítio em 2014, com o título “Brasileiros vão à Finlândia em busca de excelência na formação”, o diretor da SETEC afirma que um dos propósitos do programa é aproximar o ensino na rede das demandas reais da sociedade e que isso possibilitará aos egressos dessa formação aplicar efetivamente os conhecimentos adquiridos durante o curso. Nessa mesma notícia, o coordenador

do NEPI afirmou que é finalidade de os IFs atender às demandas por inovação das principais cadeias produtivas do país e que o modelo da educação na Finlândia é uma referência a ser alcançada (MEC, 2014).

Outro exemplo foi a seleção de servidores da RFEPCT para participarem da Capacitação em Gestão da Inovação realizada pela SETEC/MEC, com o apoio do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Desenvolvida conforme o curso da *Innovation Management Professional*, oferecido pela *Steinbeis University Berlin – School of International Business and Entrepreneurship*, corresponde a uma formação com aulas teóricas e práticas, com duração de 360 e 600 horas de dedicação ao projeto (totalizando 960 horas), além de uma imersão de 80 horas na Alemanha (SETEC; IFES, 2017).

A formação de professores e pesquisadores e a formação de gestores em um modelo empresarial, sob a perspectiva de uma instituição empreendedora, demonstram a mimetização de modelos aplicados em países com outra condição socioeconômica, porém em uma dinâmica globalizante de produzir ciência e tecnologia para o desenvolvimento econômico em uma perspectiva de valorização do capital, com a falsa ideia de reproduzir, aqui, estratégias e metodologias aplicadas em países centrais ao imaginar que nos transformaremos em uma sociedade desenvolvida tecnologicamente, desconsiderando o caráter totalizador e mundializante do processo de metabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2011). Na verdade, o que a SETEC fez foi adquirir um produto do capital comercializado mundialmente, cursos de formação, utilizando-os como estratégia para, ideologicamente, conformar servidores públicos a se tornarem empreendedores em suas funções com a finalidade de constituir uma instituição empreendedora.

Outra ação de destaque que está relacionada à constituição de ambientes de inovação e empreendedorismo trata do credenciamento dos polos de inovação dos IFs pela Embrapii, uma OS; portanto, tem-se uma empresa privada que faz a gestão desses polos junto com o IF em uma relação estreita com empresas do setor empresarial industrial. Os polos credenciados pela Embrapii recebem recursos desta para desenvolver um conjunto de projetos de PD&I, conforme apresentado em Edital; por outro lado, a Embrapii prospecta e capta recursos junto às empresas para o desenvolvimento desses projetos. Os IFs que têm polo de inovação oferecem recursos de pessoal, equipamentos e financeiros para complementar os recursos necessários à realização dos projetos. A Embrapii, ao lançar o edital, define os

critérios de investimento, bem como as questões relativas à propriedade de patentes e transferência de tecnologia.

As múltiplas aproximações entre pesquisa pública e interesse privado resultam, nesse caso, em uma interconexão da gestão do conhecimento científico e tecnológico, em que uma empresa, com interesses privados, determina a pesquisa, a extensão e o ensino de uma instituição pública. O conhecimento perde sua condição de bem público e se torna uma atividade de mercado a partir do direito de propriedade. As instituições são lançadas ao mercado para captar recursos por falta de financiamento público. Os interesses das empresas passam a ser as demandas reais, como se não fosse real a socialização igualitária de ciência, tecnologia, filosofia e cultura em uma sociedade democrática e republicana.

A própria gestão institucional ocorre nessa intersecção dos setores públicos e privados. No caso dos IFs, a organização se efetiva por meio dos NITs ou, mais recentemente, das chamadas agências de inovação. Órgãos organizados no modelo de empresas com setores responsáveis pela prospecção, divulgação e captação de recursos junto ao empresariado, pela gestão da propriedade intelectual e transferência de tecnologia, gestão de contratos, gestão de desenvolvimento de novos negócios e a gestão de formação de pessoas.

Nessa perspectiva, a formação do empreendedor inovador se concretiza na solução de problemas reais – das empresas, é claro –, com base em uma inovação incremental que adapta ou incrementa algo em invenções produzidas e comercializadas globalmente pelos oligopólios ligados ao centro do capital. Portanto, o modelo de formação pautado na ciência produzida historicamente que permite ao sujeito se inserir socialmente com domínio dos fundamentos filosóficos e sociológicos do trabalho para além do domínio técnico é ultrapassado por essa lógica. É necessária, assim, uma metodologia que o aluno aprenda na prática com habilidades e competências voltadas a inovar e resolver problemas reais (do mercado), principalmente os processos de intensificação do uso de tecnologias de comunicação na produção que substituam o trabalho vivo por trabalho morto ou que controlem pessoas pelos logaritmos e plataformas.

Como exemplo, citamos o manual de capacitação Embrapii 4.0, introduzido nos polos de inovação dos IFs credenciados por essa empresa. Esse programa substituiu o programa de Formação de RH para PD&I, conduzido, desde o início, da operação com os Institutos Federais. Os resultados do programa mostraram que se trata de uma

ação prioritária para a pauta da educação contemporânea e, diante desse reconhecimento, a EMBRAPII, com o apoio do MEC, decidiu aprimorar e expandir a sua execução, denominando-o Programa EMBRAPII Capacitação 4.0 (EMBRAPII, 2021).

A metodologia é baseada no desenvolvimento de competências *soft skills*; estas surgem quando, frente a uma situação, o indivíduo é capaz de mobilizar adequadamente atitudes, comportamentos e esquemas mentais ajustados aos diferentes contextos, por exemplo, inteligência emocional, liderança, criatividade, dentre outros. Nesse programa, utiliza-se a abordagem *Problem Based Learning* ou *Project Based Learning* (PBL). Por meio dessa proposta, os discentes resolvem, na prática (*hands-on*), problemas similares aos que enfrentarão nos seus futuros trabalhos de pesquisa (EMBRAPII, 2021).

Percebemos como essa conexão entre o público e o privado – ou essa absorção do público pelo privado – adequa o sujeito às necessidades globais de formação para a valorização do capital, em que empresas definem metodologias para a formação dos alunos, sob a ótica empresarial. Quando essa proposta não é imposta por representantes do setor empresarial, a própria SETEC estimula, como é o caso dos editais das Oficinas 4.0 e do empreendedorismo inovador 4.0, já apresentados na seção anterior.

Como já abordamos, a Indústria 4.0 não é um programa de desenvolvimento de competências, principalmente emocionais de relacionamento e trabalho em equipe ou algum domínio das tecnologias de comunicação para desenvolver determinada inovação incremental. Ela faz parte de um modelo eurocêntrico de disputa por espaço econômico, em que o jogo realmente acontece, equivalendo a uma política econômica, científica e tecnológica, um misto de paradigmas de tecnologias de produção e de agendas políticas e econômicas para a transformação do setor produtivo.

Não confundindo com plataformas de trabalho sob demanda ou de comércio eletrônico, essa política estratégica tem como horizonte a criação de fábricas inteligentes constituídas por sistemas de elevado nível de autorregulação, que tem como intenção e resultado a criação de formas mais abrangentes de automação do trabalho humano, tanto manual quanto intelectual. Considerando a internet das coisas, que permite a conexão entre máquinas e componentes para além da comunicação com as pessoas, ao possibilitar a coleta e análise dos dados em tempo virtualmente

real, propicia a gerência de um controle muito maior tanto sobre os processos como sobre os trabalhadores, por meio de sistemas de assistência acoplados a *tablets*, relógios, luvas e outros equipamentos (PINTO, 2020).

Quando falamos em um modelo globalizante de produção de ciência e tecnologia que concentra o desenvolvimento de inovações em alguns países e reproduz essa produção científica e tecnológica em países geopoliticamente periféricos, podemos citar o exemplo da fábrica da Mercedes-Benz, de São Bernardo do Campo/SP. Segundo Pinto (2020), ela tem sido palco de um investimento de 2,4 bilhões de reais realizado entre 2018 e 2022 para automação via internet das coisas e armazenamento de dados em nuvem.

O excerto a seguir apresenta pontos importantes sobre a reprodução no Brasil de uma agenda estratégica definida em um país central. No caso, a reestruturação da fábrica da Mercedes-Benz para o modelo da Indústria 4.0.

Existe um sistema de gerenciamento central (inteligência) que faz a leitura on-line, e busca sempre atender o melhor tempo para produção. Tanto que a implementação deste sistema permitiu uma redução no tempo de montagem de um caminhão em 15%. [...]. Houve também uma melhoria na entrega de peças diretas na linha, passando de 20% para 45% a redução. Além disso, esse sistema permitiu reduzir a quantidade de armazéns de peças de 53 para apenas 6, assim como o armazenamento de componentes para um máximo de 3 dias (sendo que antes eram 10). [...]. Já não existem papéis na fábrica, apenas monitores, telas interativas, que permitem que os operadores tenham todas as informações necessárias para o processo produtivo. A vantagem custo-eficiência é notória: Uma redução de 20% na logística, redução de 15% do tempo de montagem, além de melhorar a ergonomia na montagem e logística, a segurança e a qualidade dos produtos produzidos (SINOVA, 2020, n.p).

Sob a ótica do capital, a eficiência que gera redução em tempo de montagem e logística, bem como a diminuição de armazéns de estoque, representa um aumento nos lucros e na capacidade de concorrer em um mercado globalizado. Para o trabalhador de um país que reproduz a tecnologia desenvolvida em outros centros, restam a diminuição de postos de trabalho, a desqualificação profissional, a flexibilização da legislação e condições de trabalho e uma ampliação das formas disfarçadas de assalariamento, pejotização, MEI, serviços autônomos, sob a ideologia do empreendedorismo.

Na perspectiva do trabalhador, uma parcela mínima da força de trabalho, com o domínio das tecnologias de informação e a capacidade de adaptação às múltiplas funções, encontrará um mercado de trabalho cada vez mais reduzido e competitivo, portanto, com salários mais baixos, enquanto um grande contingente de trabalhadores será lançado aos autoempregos e na informalidade.

Os IFs, ao reproduzirem esse modelo de formação, com base na lógica do capital, podem formar essa parcela que vai competir pelos pouco empregos nas empresas sob a 4ª Revolução Industrial, mas, principalmente, sob a ideologia de que o conhecimento científico e tecnológico chega à sociedade por meio de empresas, seja pela transferência de tecnologia e comercialização de patentes, seja pela criação de *startups*, *spin-offs*, enfim, empresas individuais ou micro, principalmente de base tecnológica. Como a pesquisa e o desenvolvimento de ponta somente acontece aqui sob raras exceções, muitos dos alunos que se destacam são contratados para funções administrativas e de liderança e gestão; poucos são em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

Os dados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO), de 2021, apontam que a América Latina e o Caribe são responsáveis por 1,6% dos pedidos de patentes realizados no mundo e 2,3% de patentes concedidas, enquanto a Ásia é responsável por 66,6% dos pedidos e 58,1% das concessões, a Europa aparece com 10,9% dos pedidos e 14,5% das concessões e a América do Norte com 19,3% dos pedidos e 23,4% de patentes concedidas. Na década compreendida entre 2010 e 2020, a América Latina e o Caribe apresentaram uma variação negativa de 0,6% no pedido de concessões de patentes (WIPO, 2021).

Esses dados demonstram que o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil deve ser projetado sob uma política de longo prazo que articule, estrategicamente, a política econômica, científica e tecnológica com os elevados investimentos públicos, o que está longe de ser a nossa realidade e fez parte da nossa história em raríssimas exceções, como no Programa de Substituições de Importações. Essas políticas devem considerar condições para que a ciência e a tecnologia, como bens públicos, cheguem à sociedade por meio de sujeitos bem formados e com condições de trabalho, e não somente sob a forma de produtos ou processos que maximizem os lucros. Sob o modelo atual, tanto a política de Estado quanto a política do empreendedorismo inovador, reproduzidas nos IFs, tratam-se de doutrinas da inovação sustentadas pela ideologia do empreendedorismo.

As políticas de formação do conhecimento científico e tecnológico nos IFs reforçam o pressuposto de que ciência e tecnologia só chegam à sociedade por meio das empresas reproduzindo a lógica de valorização do capital. Nesse sentido, a luta contra-hegemônica por uma educação profissional e tecnológica pela ótica do trabalho deve partir, defender e construir o pressuposto de que o conhecimento científico e tecnológico, produzido como um bem público, deve chegar à sociedade por meio de pessoas – e que estas, incorporadas de conhecimento científico, tecnológico, ético e estético, tenham uma vida digna, com direitos, por meio do trabalho.

Essa luta contra-hegemônica nos IFs deve partir do entendimento de que as políticas de empreendedorismo e inovação como modelo de socialização de ciência e tecnologia não são neutras, tampouco fazem parte de um consenso entre as classes fundamentais da sociedade (trabalhadores e burguesia), mas, sim, de uma imposição do processo metabólico do capital que, como aponta Mészáros (2011), é mundializado, incorrigível e incontrolável.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa partiu do pressuposto de que o empreendedorismo tem sua origem ontológica na necessidade estrutural do modo de produção capitalista e sua constante imprescindibilidade de valorização do capital por meio de reestruturações cada vez mais constantes. O contexto da quarta revolução tecnológica, impulsionada pelo processo de globalização e pela inserção de ciência e tecnologia nos processos produtivos, traz como consequência a diminuição do trabalho vivo, do emprego e dos direitos sociais do trabalhador, e apresenta como alternativa a informalidade, os trabalhos autônomos e os trabalhos precarizados que, sob o véu ideológico do empreendedorismo, configuram-se em ocultação do assalariamento do trabalho.

A necessidade estrutural em questão precisa ser construída ideologicamente, mediada, uma vez que não se reproduz de modo automático. Nesse aspecto, são essenciais os elementos orgânicos à classe dominante, pois neles se encontram as determinações da concepção de mundo dessa classe. O empreendedorismo é, por conseguinte, um produto econômico-político-ideológico com fundamento na TCH e sua base filosófica e sociológica está no individualismo metodológico. Essa base ideológica, associada ao componente estrutural, caracteriza-o como um movimento orgânico à classe burguesa dirigente no processo de construção da hegemonia desta no bloco histórico contemporâneo, portanto, um conjunto de representações que realiza o vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura – ou seja, entre as relações econômicas de produção e os aspectos culturais, políticos e educacionais.

Tal conjunto de representações não é uma elaboração grosseira; tem fundamento teórico, filosófico, sociológico e político constituído pelos intelectuais orgânicos à classe dominante. Entretanto, as ideias não se reproduzem automaticamente, já que é necessária uma organização social concreta que, ao socializar esses elementos orgânicos, realize o vínculo entre os determinantes estruturais do capital e a sociedade civil. Como afirma Gramsci (1975), é imprescindível uma organização material, uma estrutura ideológica destinada a manter, defender e desenvolver a frente ideológica.

Dessa forma, procuramos analisar como o Estado, por meio do MEC e da SETEC, fomentou ações de estruturação do empreendedorismo voltadas aos IFs, além de que esse elemento orgânico ao capital, aliado à inovação, tornou-se central

na orientação e constituição dos processos de pesquisa, extensão e ensino, bem como na gestão das instituições.

A partir da categoria do bloco histórico (GRAMSCI, 1975), consideramos o empreendedorismo um elemento ideológico que busca criar uma vontade coletiva por meio de um interesse particular estrutural e econômico de determinada classe. Assim, as relações produtivas de determinado momento histórico orientam a ideologia e a política; estas, por sua vez, alimentam as forças produtivas e as relações de produção, segundo os interesses da classe que domina o bloco histórico.

O empreendedorismo ganha destaque no período de reconstrução das bases de produção material após a crise da década de 70 com o processo de inserção de ciência e tecnologia na produção, de diminuição do trabalho vivo e de flexibilização das relações produtivas. Com a chamada 4ª revolução industrial ou Indústria 4.0 (ANTUNES, 2020), a intensificação da inserção de ciência e tecnologia no processo produtivo, por meio da internet das coisas, inteligência artificial e ferramentas robotizadas, gerou um crescimento exponencial de força trabalho sobrando e uma expansão das formas ocultas de assalariamento. Sobre essas formas de trabalho sem seguridade e em condições precárias, o empreendedorismo assume o papel no intuito de ocultar um trabalho sem condições de oferecer vida digna ao trabalhador. Nesse sentido, o empreendedorismo é um elemento ideológico orgânico ao capital, em um bloco histórico que determina crescimento econômico sem emprego, ou seja, gerando desemprego.

A ligação orgânica entre estrutura e superestrutura do bloco histórico é definida por Gramsci (1975) como a necessidade de o movimento superestrutural evoluir nos limites do desenvolvimento estrutural. Nesse aspecto, o empreendedorismo como uma determinação estrutural do capital não se transfere imediatamente à sociedade civil, pois precisa ser mediado, e que efetivamente se realize o vínculo orgânico com a superestrutura a partir de uma organização social concreta, a estrutura ideológica. Para o capital, não basta que o empreendedorismo seja definido pela coerção econômica; ele precisa se tornar uma relação produtiva hegemônica consensual e até desejada.

O conjunto de representações que constituem o empreendedorismo está fundamentado na TCH. Como aponta Frigotto (2011), assume a perspectiva de rejuvenescer velhos conceitos atrelados ao capital na educação. Assim, formar o empreendedor seria depositar no sujeito um estoque de conhecimentos

economicamente valorizáveis. A TCH tem sua base epistemológica no individualismo de Mises e Hayek (AZEVEDO, 2019); logo, o conhecimento é um bem privado que proporciona retorno financeiro ao indivíduo que o detém ou um trunfo no mercado neoliberal marcado pela concorrência. Dessa forma, deixa de ser um direito social e um dever do Estado.

De uma maneira geral, os apologistas do empreendedorismo concebem o empreendedor como um sujeito que sabe explorar as oportunidades do mercado, em um misto do neoliberalismo de Mises e Hayek, do empreendedor inovador de Schumpeter e do gestor empresarial de Drucker, ideia difundida como uma prática universal. Essa ideologia, para ser divulgada, defendida e desenvolvida, conta com uma organização social concreta, formada pelas OIs, que, globalmente, orientam e estimulam políticas públicas voltadas ao empreendedorismo e à inovação, órgãos setoriais empresariais e entidades privadas que desenvolvem programas de formação em empreendedorismo e os comercializam para escolas privadas e públicas, além das próprias instituições públicas que, ao desenvolverem políticas, nessa lógica, tornam-se parte dessa estrutura ideológica da classe dominante.

Os IFs são apresentados nos documentos de criação e nos relatórios e documentos de gestão como uma instituição voltada à formação científica e tecnológica que concilia os interesses da classe trabalhadora e do capital. Assim, sob a perspectiva do trabalho, possibilitaria a formação técnico-científica e filosófica para a reprodução de uma vida digna por meio do trabalho; sob a ótica do capital, formaria uma mão de obra especializada para o desenvolvimento produtivo do país.

Porém, caso realmente os IFs se constituem em uma importante política de expansão e interiorização da EPT, ampliando as possibilidades de formação mais adequadas ao nível da racionalização das relações produtivas e sociais, por outro lado, considerando que a luta de classe entre capital e trabalho se materializa e é reproduzida tanto na construção quanto na execução da política, as ações estratégicas da SETEC para o empreendedorismo vinculado à inovação nos IFs estão fortemente associadas à ótica do capital ideológica e estruturalmente.

A política de indução ao empreendedorismo inovador estruturada pela SETEC, desde os primeiros movimentos, esteve atrelada à política de inovação desenvolvida pelo Estado por meio da Lei da Inovação e suas alterações e regulamentações, bem como às estratégias ancoradas nesse marco legal para o desenvolvimento da inovação nas empresas, um modelo de desenvolvimento econômico do capital que

encontra suporte na TCH e na economia do conhecimento, sendo amplamente difundido pelas OIs, como o BM, a OCDE, a UNESCO, e reproduzido em países, como o Brasil.

A política governamental de ciência, tecnologia e inovação parte do pressuposto de que é por meio da empresa que a sociedade terá acesso aos benefícios da ciência e tecnologia. Por meio da inovação de produtos e processos, as empresas aumentariam seus lucros e ofereceriam melhores bens e serviços à sociedade. Desconsidera, no entanto, que é por meio de pessoas que o conhecimento científico e tecnológico se socializa e chega às empresas, uma vez que os ambientes empresariais que atuam na pesquisa e no desenvolvimento são limitados, bem como a capacidade empresarial de absorver trabalhadores nesse aspecto é baixa.

A estruturação de uma política que articule estrategicamente as bases econômicas, científicas e tecnológicas para a superação da condição de país consumidor de tecnologia, produzida nos países centrais, tem sido historicamente descartada. Independentemente da orientação partidária, os governos estabelecidos no Brasil adotam uma política de primarização da economia por meio da produção de commodities. A política de incentivo à ciência, tecnologia e inovação destina maiores recursos à aquisição de tecnologia desenvolvida externamente por parte das empresas do que à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

Arelada a essa política, que se configura mais como uma doutrina da inovação e do empreendedorismo, a SETEC constitui ações para a indução de PD&I e do empreendedorismo inovador, que se traduzem como o desenvolvimento da pesquisa, da extensão e do ensino em uma interconexão com o setor empresarial, tendo este como um demandante e financiador. Nessa condição, os interesses do mercado, imediatamente atendidos pelos IFs, são determinantes para a formação do sujeito, para a produção do conhecimento e para a socialização deste como mercadoria. A pesquisa, principalmente a aplicada, vira sinônimo de PD&I; a extensão se transforma em transferência de tecnologia; o conhecimento (bem público) se configura em propriedade intelectual que possa gerar retorno financeiro ao sujeito que o desenvolva, permitindo, assim, a sua mercantilização para financiamento próprio ou institucional.

O fomento à pesquisa é vinculado ao atendimento das demandas empresariais, denominadas, nos documentos, como demandas reais. Portanto, para ter acesso ao financiamento, o professor/pesquisador precisa atrelar seu projeto de pesquisa ou

extensão à necessidade empresarial, em uma perspectiva ofertista. Precisa captar uma empresa que esteja disposta a investir e que, de alguma maneira, tenha interesse em desenvolver, de forma incremental, um produto ou um processo. Nessa dinâmica, o próprio professor se torna um empreendedor inovador, oferecendo no mercado os seus conhecimentos e a estrutura institucional pública, bem como a força de trabalho para os alunos.

Formar o professor empreendedor foi uma das principais ações da SETEC no período pesquisado e, para tanto, destinou recursos públicos para formar professores em instituições internacionais com características empreendedoras, procurando transferir para os IFs modelos de metodologias de ensino, de pesquisa aplicada e de gestão institucional. Como define Gramsci (1975), na construção do bloco histórico, definidas as determinações estruturais, é necessário confiar a grupos especializados a organização da superestrutura ideológica; o vínculo orgânico é realizado por este grupo: os intelectuais orgânicos. Nesse aspecto, ao formar o professor/pesquisador/gestor empreendedor inovador, está se constituindo um nível de intelectual que atuará na divulgação e manutenção da ideologia da classe dominante.

Formar o aluno sob essa ideologia será consequência do funcionamento da estrutura ideológica composta por elementos físicos (ambientes de inovação e empreendedorismo), componentes jurídicos normativos (leis, decretos) e ações políticas que determinem ao intelectual orgânico (professor empreendedor) a execução da sua tarefa solidária à construção da hegemonia da classe dominante, ou seja, formar o sujeito sob a ótica do capital.

Na construção dessa organização social concreta, que realiza a mediação e o vínculo orgânico entre a estrutura social capitalista e a sociedade civil, a política de indução ao empreendedorismo realizada pela SETEC fomentou a constituição de ambientes de inovação e empreendedorismo, laboratórios, incubadoras, polos de inovação, dentre outros, que atuam em interconexão com o setor empresarial para formar o que o corolário empresarial chama de ecossistema de inovação e empreendedorismo. Essa intersecção entre o público e o privado – essa relação direta entre a produção do conhecimento científico e tecnológico, um bem público, e o interesse empresarial – fará com que a pesquisa, a extensão e o ensino nos IFs sejam cada vez mais submetidos às exigências da valorização do capital.

A SETEC induz aos IFs um modelo de gestão empreendedora, com setores responsáveis pela prospecção, divulgação e captação de recursos, pela gestão da propriedade intelectual e transferência de tecnologia, gestão de desenvolvimento de novos negócios e a gestão de formação de pessoas. É a mimetização de um modelo institucional desenvolvido em demais países com outra realidade socioeconômica e que, aqui no Brasil, serve para lançar professores/pesquisadores a uma espécie de mercado concorrencial pelo financiamento de suas pesquisas e extensões, colocando sob risco a pesquisa e a extensão que não atendam, diretamente, ao interesse das empresas, uma vez que esse modelo procura ocultar a falta de financiamento público adequado à formação do sujeito em uma perspectiva emancipadora. Conforme enfatiza Azevedo (2021), nessa perspectiva, o bem público produzido em instituição pública corre sérios riscos de se tornar um bem privado.

A posição geopolítica do Brasil e a falta de políticas estratégicas de longo prazo, que articulem as bases econômicas e científicas e nos coloquem na direção de um verdadeiro desenvolvimento científico e tecnológico, o que nos transforma em um país consumidor e adaptador de tecnologia produzida externamente, determinam a política da SETEC para a EPT por meio dos IFs. O empreendedorismo e a inovação têm se tornado, portanto, aspectos estruturantes das ações de ensino, pesquisa e extensão, em um misto entre o empreendedor inovador schumpeteriano da gestão empresarial de Drucker (1987) e o sujeito empresarial de Mises e Hayek. A centralidade desse movimento na política de EPT transforma os IFs em estrutura ideológica responsável, por manter o consenso em torno do empreendedorismo como alternativa ao desemprego gerado pela intensiva inserção de tecnologia nos processos produtivos, omitindo sua real face em países como o nosso, a informalidade, a precarização, a perda de direitos sociais.

Por outro lado, nos IFs, a luta contra-hegemônica deve ser feita: defender e desenvolver um modelo de formação pautado na ciência produzida historicamente que permita ao sujeito se inserir socialmente com domínio dos fundamentos filosóficos e sociológicos do trabalho para além do domínio técnico, bem como incorporar, de forma estética, a cultura produzida; manter as experiências de pesquisa e extensão que, historicamente, foram desenvolvidas nas instituições públicas e que consideram o conhecimento científico, tecnológico e cultural um bem público – e, portanto, publicamente socializável.

É preciso, de maneira fundamental, compreender e socializar que o empreendedorismo não é fruto de um consenso entre capital e trabalho; é um determinante do capital para a sua própria valorização. Se o antagonismo entre capital e trabalho se reproduz nos IFs, é preponderante que se faça a luta propondo uma EPT pela ótica do trabalho, de modo a criar condições de vida digna ao trabalhador.

Assim, como parte dessa luta por uma educação pela perspectiva do trabalho, é substancial que novas pesquisas com a temática do empreendedorismo e inovação sejam desenvolvidas, analisando aspectos que, pelo limite dos nossos objetivos, não foram abordados.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 15-32, 2001.

AGIFES. Propriedade Intelectual. **Agifes**, 14 ago. 2021. Disponível em: <https://agifes.ifes.edu.br/propriedade-intelectual/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020a. p. 11-22.

AULETE. **Dicionário on-line**. Sufixo "ismo". Disponível em: <http://www.aulete.com.br/in>. Acesso em: 23 mar. 2020.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A integração regional, a estratégia europeia de desenvolvimento e algumas comparações com o Mercosul. **Revista Latinoamericana de Educacion Comparada**, n. 5, p. 29-40, 2014.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **A universidade argentina em tempos menemistas (1989-1999)**: reformas, atores sociais e a influência do Banco Mundial. 2001. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Bem público, teoria do capital humano e mercadorização da educação: aproximações conceituais e uma apresentação introdutória sobre "público" nas Declarações da CRES-2008 e CRES-2018. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 13, n. 3, p. 873-902, set./dez. 2019.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **Educação e gestão neoliberal**: a escola cooperativa de Maringá - uma experiência de Charter School? Maringá: Eduem, 2021.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Educação superior no Brasil em quatro gerações de reformas (1990 - 2020): mercadorização, internacionalização, transnacionalização, benchmarking e "capitalismo acadêmico de plataforma". *In*: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; CABRAL NETO, Antônio; SANTOS, Guilherme Mendes Tomaz dos (org.). **Educação superior em tempos de crise**: diferentes contextos. Curitiba: CRV, 2021. p. 59-94.

BARBIERI, Aline Fabiane. **Políticas para a educação básica no Brasil a partir dos anos de 1990**: a conformação de uma agenda globalmente estruturada para a educação. 2018. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de

Maringá, Maringá, 2018.

BATISTA, Roberto Leme. Uma análise crítica sobre as bases conceituais do PLANFOR. **Estudos do Trabalho**, n. 4, p. 1-19, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**. 2005. 24 slides. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao_apresentacao_ok.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007**. A União, representada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, estará acolhendo propostas de apoio à implantação de 150 novas instituições federais de educação tecnológica, no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II, na forma e condições estabelecidas na presente Chamada Pública. Brasília, DF: MEC, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007**. A União, representada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, estará acolhendo propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, na forma e condições estabelecidas na presente Chamada Pública. Brasília, DF: MEC, 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Manual de parcerias: mecanismos e instrumentos para a dinamização de *habitats* e ecossistemas de empreendedorismo e inovação na RFEPCT**. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Edital 01/2018**. Chamada pública. Brasília, DF: MEC, [2018]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/editais>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Deliberativo do fundo de Amparo ao Trabalhador. Resolução nº 194, de 23 de setembro de 1998. Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR, implementado sob gestão da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional SEFOR, do Ministério do Trabalho - 1 MTb, por meio de Planos Estaduais de Qualificação - PEQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho, e de Parcerias Nacionais e Regionais (PARCERIAS) com Instituições

governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, no período 1999-2002. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 186-E, p. 7-8, 29 set. 1998

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, [2007a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018**. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2007b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11534.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, [2008a]. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1994]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm#art3%C2%A75. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital nº 67/2021.** Brasília, DF: MEC, [2021a]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/SEI_MEC2898796Edital67.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital nº 84/2021.** Brasília, DF: MEC, [2021b]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/licitacao/licitacoes/2021/SEI_MEC3039947Edital.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política e Resultados.** 1995-2002. A Reforma da Educação Profissional. Brasília, DF: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 253, p. 10, 31 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 50, de 29 de janeiro de 2021. Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos Polos de Inovação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, de Goiás, do Triângulo Mineiro e de São Paulo. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 21, p. 73-74, 1 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Atividades.** 2013-2014. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44481-relatorio-de-atividades-nepi-2013-14-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão 2015.** Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44491-relatorio-de-atividades-nepi-2015-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Processo de Contas Ordinária Anual**. Relatório de Gestão do Exercício 2009. Brasília, DF: MEC, 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Acordo de metas e compromissos**. Brasília, DF: MEC, 2010b. Disponível em: https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Termo_Acordo_de_MetasIFPRxSETEC_assinado1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Prestação de Contas Ordinária Anual**. Relatório de Gestão 2010. Brasília, DF: MEC, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Prestação de Contas Ordinária Anual**. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)**. Brasília, DF: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública 01/2017**. Capacitação em Gestão da Inovação. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/editais>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Termo de acordo de metas e compromissos**. Brasília, DF: MEC, [2022]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9775042-Termo-de-acordo-de-metas-e-compromissos-ministerio-da-educacao-institutos-federais.html>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Resolução nº 339, de 10 de julho de 2003. Institui linha de crédito especial denominada PROGER - Jovem Empreendedor no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER - Urbano. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 133, p. 69-70, 14 jul. 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Brasília, DF: SETEC, 2014.

CANTILLON, Richard. **Ensaio sobre a natureza do comércio**. Curitiba: Segesta, 2002.

CARVALHO, André Luis de. **Pejotização**: a empresa individual como força de trabalho. Curitiba: CRV, 2019.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. **Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHAMADA CNPq-SETEC/MEC N ° 17/2014 - Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica. Brasília, DF: [s. n.] 2014. Disponível em: http://www.uvanet.br/bureau_projetos/documentos/edital_764b12df31a30d1bdbc29a9616b45fed.pdf. Acesso: 30 abr. 2022.

CHAMADA SETECMEC/CNPq nº 94/2013. Apoio a projetos cooperativos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica. Avaliação – Fase 1. Brasília, DF: [s. n.], 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/Seb-1/pdf/rede_federal/relatorios_publicacoes/rac_94_2013_fase_1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 245-257, 2016.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. 2011. 540 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. **Europa 2020**: estratégias para um crescimento sustentável, inteligente e inclusivo. Bruxelas: Comissão Europeia, 2010.

CONHEÇA o programa. **Novos Caminhos**, [2022]. Disponível em: <https://novoscaminhos.mec.gov.br/conheca-o-programa/estrategias#anchor30>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CSIRO. About. **CSIRO**, [2022]. Disponível em: <https://www.csiro.au/en/about>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.

DAGNINO, Renato. Prefácio. *In*: NEDER, Ricardo Toledo; MORAES, Raquel de Almeida. **Para onde vai a política de ciência e tecnologia no Brasil**. Uberlândia: Navegando, 2017. p. 7-18.

DALE, Roger. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, 2010.

DALE, Roger. Existência de uma “cultura educacional. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**: o ensino de empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento social sustentável. São Paulo: Editora de Cultura, 2016.

DOLABELA, Fernando; FILION, Louis Jacques. Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 3, n. 2, p. 134-181, 2013.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DREWINSKI, Jane Maria A. **Empreendedorismo**: o discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego juvenil. 2009. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DRUCKER, Peter. **A profissão de administrador**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

DRUCKER, Peter. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1987.

EMBRAPII. **Manual do Programa Embrapii**. Capacitação 4.0. Brasília, DF: EMBRAPII, 2021.

EMBRAPII. **Relatório 2014**. Contrato de Gestão EMBRAPII/MCTI. Brasília, DF: EMBRAPII, 2015.

ERICSON, Sóstenes. Desalento: efeito de sentido da ofensiva neoliberal sobre o trabalho. **Entremeios**, v. 20, p. 45-60, dez. 2019.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: COLÓQUIO A PESQUISA EM TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS, 1., 2009, Belém. **Anais [...]**. Belém: UFPA, 2009.

FACTO. Sobre. **FACTO**, [2022]. Disponível em: <https://facto.org.br/sobre/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

FIGUEIRA, Fani Goldfarb. Apresentação. *In*: CANTILLON, Richard. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral**. Curitiba: Segesta, 2002. p. 11-19.

FILION, Louis Jacques. Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: LTC, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora: politécnica, polivalência ou qualificação profissional? *In*: MACHADO, Lucília Regina de Souza *et al.* **Trabalho e educação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. *In*: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana Gonçalves de (org.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**: limites e contradições. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2011. p. 18-35.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação dos trabalhadores: impasses teóricos e práticos. *In*: GOMEZ, Carlos Minayo *et al.* **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 19-38.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. A construção do bloco histórico: via jacobina e o debate com George Sorel nos Cadernos do Cárcere. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 80-92, jun./dez. 2009.

GANEM, Angela. Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, 2012.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório Executivo 2018. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: atendimento.sebrae-sc.com.br/wp-content/uploads/2019/05/1551466386GEM_2018.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório Executivo. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GORENDER, Jacob. Introdução. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 7-38.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. A cura di Valentino Guerratana. Torino: Einaudi, 1975.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HERMIDA, Jorge F. A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP, 2012.

HISRICH, Robert; PETERS, Michael; SHEPERD, Dean. **Empreendedorismo**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IANNI, Octavio. A globalização e o retorno da questão nacional. **Primeira Versão**, Campinas, n. 90, jun. 2000

IBGE. **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo**. 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101671.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

IBGE. PNAD contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **IBGE**, [2022]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>. Acesso em: 22 out. 2121.

IFES. **Edital nº 02/2020**. Apoio à implementação das Oficinas 4.0. [S. l.]: IFES, 2020a. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/chamadas-publicas/2020/02-2020/edital_oficina_4.0_retificado_1_7.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

IFES. **Edital nº 05/2020**. Apoio ao empreendedorismo inovador com foco na Economia 4.0. [S. l.]: IFES, 2020b. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/chamadas-publicas/2020/05-2020/edital-retificado-26-10.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

IFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2014-2018. Curitiba: IFPR, 2014. Disponível em: info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/pdi-2014-2018-versao-final.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

IFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. IFPR 2019-2023. Curitiba: IFPR, 2018.

IFPR. **Resolução CONSUP nº 6, de 23 de janeiro de 2017**. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal do Paraná e trata da sua organização, implementação e funcionamento. Curitiba: IFPR, [2017]. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-06.2017-1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

IFPR. **Resolução nº 04, de 28 de março de 2019**. Aprova e institui a Política de Inovação e de estímulo ao Empreendedorismo no âmbito do Instituto Federal do Paraná e dá outras orientações. Curitiba: IFPR, [2019]. Disponível em: reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/SEI_IFPR-0243447-Resolu%C3%A7%C3%A3o-aprova-e-institui-politicas-de-inova%C3%A7%C3%A3o-e-estimulo-empreendedorismo.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

INPI. Transferência de Tecnologia. **INPI**, 22 out. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/perguntas-frequentes/transferencia-de-tecnologia#por_que_fazer. Acesso em: 30 abr. 2022.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

KREIN, José Dari; CASTRO, Bárbara. **As mulheres submetidas a formas mais flexíveis de contratação**. São Paulo: FES, 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. A difícil superação da dualidade estrutural em uma sociedade dividida e desigual. *In*: KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 877-910, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis. (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LABIAK, Silvestre Junior; GAUTHIER, Marcelo Macedo. **Empreendedorismo**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2017.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo, Boitempo, 2019.

LEÃO, Paulo Henrique de Azevedo. **O processo decisório no estímulo à cultura da inovação na rede federal de educação profissional**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

LIGUORI, Guido. Estrutura ideológica. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 31.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional. **Perspectiva**, v. 20, n. 2, p. 269-301, 2002.

LIRA, Maria Gomes da Conceição. **Modelo de gestão da inovação nos Institutos Federais**. Petrolina: IF Sertão Pernambucano, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. *In*: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 1843. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 145-158.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1.

MARX, Karl. O método da economia política. **Arquivo Marxista na Internet**, 2 mar. 2019. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1857/mes/metodo.htm>. Acesso em: 30 abr. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MCTI. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. 2012-2015. Balanço das atividades estruturantes. 2011. Brasília, DF: MCTI, 2012.

MCTI. Propriedade intelectual e transferência de tecnologia. **MCTI**, [2022]. Disponível em:

https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/tecnologia/propriedade_intelectual/formict_propriedade_intelectual.html. Acesso em: 30 abr. 2022.

MEDEIROS, José Adelino de; PERILO, Sérgio Alves. Implantação e consolidação de um polo tecnológico. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 30, p. 35-45, 1990.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINTO, Lalo Watanabe. Teoria do capital humano. **HISTEDBR**, [2022]. Disponível em:

https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_do_capital_humano.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem para onde vai? São Paulo: Senac, 2001.

NEDER, Ricardo Toledo; MORAES, Raquel de Almeida. **Para onde vai a universidade diante da política de ciência & tecnologia no Brasil?** Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e educação. *In*: GOMEZ, Carlos Minayo *et al.* **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 39-58.

ORTIGARA, Claudino. **Reformas educacionais no período Lula (2003-2010)**: implementação nas instituições federais de ensino profissional. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, v. 1, n. 1, p. 89-108, jan./jun. 2010.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PAIVA, Vanilda. Sobre o conceito de “capital Humano”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 185-191, 2001.

PANDOLFI, Marcelo A. **Admirável mundo do empreendedorismo**: adoção do empreendedorismo como princípio educativo no Curso Técnico em Administração do Instituto Federal do Espírito Santo. 336 f. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

PHELAN, Sean; DAWES, Simon. Liberalismo e neoliberalismo. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, 2018.

PINTO, Geraldo Augusto. A Indústria 4.0 na cadeia automotiva: a Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 193-216.

PNP 2018 v. 2. (Ano Base 2017). **Plataforma Nilo Peçanha**, [2022]. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>. Acesso em: 30 abr. 2022.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PRAUN, Luci; ANTUNES, Ricardo. A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 179-192.

RAMOS JUNIOR, Armenes de Jesus *et al.* A ideologia do empreendedorismo e da inovação nas universidades públicas brasileiras na fase do capital financeiro/monopolista. **Revista HISTEDBR**, v. 18, n. 4, p. 1109-1129, out./dez. 2018.

ROBERTSON, Susan Lee. A estranha não morte da privatização neoliberal na estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 283-493, 2012.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos; CHAVES Vera Lúcia Jacob. A expansão da rede federal de educação profissional e os desafios do financiamento (2013-2018). **Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 33-50, jan./jun. 2020.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano: Estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., 2004, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPEd, 2004.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D.; GUINDANI, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 13-24.

SAY, Jean Batist. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de

Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SEBRAE. **Chamada pública nº 01/2019**. Edital de Educação Empreendedora para o Ensino Fundamental. Seleção de propostas para adesão à metodologia JEPP – Jovens Empreendedores Primeiros Passos - para instituições públicas do estado do Tocantins. Palmas: SEBRAE, 2019.

SEBRAE. **Educação Empreendedora SEBRAE**. Manual de gestão do Programa Nacional de Educação Empreendedora. [S. l.]: SEBRAE, 2017.

SEBRAE. Educação Empreendedora. **SEBRAE**, [2022]. Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br/servicos/educacao-empreendedora/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SEBRAE. **Relatório de Gestão 2019**. [S. l.]: SEBRAE, 2020.

SEBRAE. **Resolução do Conselho Deliberativo Nacional nº 189/2009**. Aprova alterações no estatuto social do SEBRAE. [S. l.]: SEBRAE, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. **Educação & Sociedade**, v. 18, n. 61, p. 13-35, dez. 1997.

SINOVA. Projeto Mercedes de São Bernardo do Campo e Juiz de Fora. **SINOVA**, [2022]. Disponível em: <https://www.sinova.com.br/2018/06/27/projeto-mercedes-de-sao-bernardo-do-campo-e-juiz-de-fora/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A teoria da agenda globalmente estruturada para a educação e sua apropriação pela pesquisa em políticas educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 2, 2016.

SOUZA, José dos Santos. A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, p. 273-290, jul./dez. 2015.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para a análise da política de educação profissional. **Educação e Contemporaneidade**, v. 13, n. 22, p. 1-15, 2004.

STEINBEIS-SIBE. Programa Innovation Management Professional – IMP. **STEINBEIS-SIBE**, [2022]. Disponível em: <https://steinbeis-sibe.com.br/imp-1803/#apresentacao>. Acesso em: 30 abr. 2022.

TENÓRIO, Aleir Ferraz. **A emancipação humana, pela via da escola, na sociedade de produção flexível**: educação socialista e educação empreendedora. 2017. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

TEXIER, Jacques. Sociedade civil. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 40.

TOLEDO, Patrícia Tavares Magalhães de. **A gestão da inovação em universidades: evolução, modelos e propostas para instituições brasileiras**. 2015. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves. A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Diálogo Educacional**, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, jul./set. 2017.

UNESCO. **Educação 2030**. Declaração de Incheon: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília, DF: UNESCO, 2016.

UNESCO/CONSED. **Educação para Todos**: o compromisso de Dakar. Brasília, DF: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001.

VOZA, Pasquale. Revolução passiva. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

WIPO. **World Intellectual Property Indicators 2021**. Genebra: WIPO, 2021.